

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Evandro Luis-Alves

**A PROBLEMÁTICA URBANA BRASILEIRA DIANTE DA “OUTRA ECONOMIA”:
considerações metodológicas sobre a apropriação do debate da economia popular solidária
pela teoria crítica urbana**

Belo Horizonte
2020
Evandro Luis-Alves

**A PROBLEMÁTICA URBANA BRASILEIRA DIANTE DA “OUTRA ECONOMIA”:
considerações sobre a apropriação do debate da economia popular solidária pela teoria
crítica urbana**

Versão Final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo e suas relações com outras artes e ciências

Orientadora: Rita Velloso

Belo Horizonte

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

A474p

Alves, Evandro Luis.

A problemática urbana brasileira diante da “Outra economia” [manuscrito] : considerações sobre a apropriação do debate da economia popular solidária pela teoria crítica urbana / Evandro Luis Alves. - 2020.

188f. : il.

Orientadora: Rita de Cássia Lucena Velloso.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Economia popular – Teses. 2. Teoria Crítica – Urbanização - Teses. 3. Economia social – Teses. I. Velloso, Rita de Cássia Lucena. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 333.77


FOLHA DE APROVAÇÃO

**A PROBLEMÁTICA URBANA BRASILEIRA DIANTE DA “OUTRA ECONOMIA”:
considerações metodológicas sobre a apropriação do debate da economia popular
solidária pela teoria crítica urbana**

EVANDRO LUIS ALVES


Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 31 de agosto de 2020, pela Comissão constituída pelos membros:


Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso - Orientadora
EA-UFMG



Prof. Dr. Harley Silva
UFPA



Profa. Dra. Sibelie Cornélio Diniz da Costa
CEDEPLAR-UFMG

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2020.

*Quando volta já é outro, trouxe até sinhá mocinha pra apresentar
Linda como a luz da lua que em lugar nenhum rebrilha como lá
Já tem nome de doutor, e agora na fazenda é quem vai mandar
E seu velho camarada, já não brinca, mas trabalha
(Morro velho – Fernando Brant e Bituca)*

RESUMO

Neste trabalho busco discutir um conjunto de contribuições teóricas trazidas pelo debate dedicado à chamada “economia popular solidária” e as possíveis fronteiras que este debate estabelece com a abordagem lefebvriana da problemática urbana brasileira. Como forma de apresentar esse conjunto de contribuições, lançamos mão de uma pesquisa de caráter exploratório e teórico-conceitual que visa apresentar ao leitor o modo como a literatura específica dedicada ao tema traz um novo olhar para um certo tipo de práticas cotidianas de reprodução social normalmente reconhecidas como “informais”, “marginais” ou “inferiores” em meio às dinâmicas gerais da economia urbana e da urbanização periférica no Brasil. Na abordagem do fenômeno urbano brasileiro, além de destacar a teoria crítica urbana de Henri Lefebvre como aspecto central para uma leitura materialista dos estudos urbanos, destaco como a relação entre a urbanização brasileira e a condição de subdesenvolvimento é sintetizada no debate brasileiro como parte de uma “crítica à razão dualista”. Quanto à apropriação do debate da economia popular solidária propriamente dito, busco apresentar o surgimento do “campo da economia solidária” no Brasil, algumas de suas limitações teóricas e a síntese sobre a relação deste fenômeno com a dinâmica da economia urbana que é promovida pelo “campo da economia social” – sobretudo na figura do economista argentino Jose Luis Coraggio. Observo como a sociologia econômica de Karl Polanyi, em particular a sua tese sobre outras “formas de integração econômica”, é central para que este fenômeno seja interpretado como parte da construção social de uma “outra economia” possível. Concluo o texto sugerindo que a economia popular solidária reintroduz uma condição material para a realização do que Lefebvre sugeriu ser um processo de “revolução urbana”, dando novo sentido a um conjunto de práticas cotidianas de exercer trabalho e usar a terra urbana fortemente presente na vida cotidiana brasileira e renovando a busca por alternativas de desenvolvimento urbano no contexto do capitalismo dependente brasileiro.

Palavras-Chave: economia popular solidária, problemática urbana, teoria crítica urbana, vida cotidiana, economia social e solidária

ABSTRACT

In this paper, I seek to discuss a set of theoretical contributions brought by the debate dedicated to the so-called “popular solidarity economy” and the possible boundaries that this debate establishes with the Lefebvrian approach to the Brazilian urban problem. As a way of presenting this set of contributions, we used an exploratory and theoretical-conceptual research that aims to present to the reader how the specific literature dedicated to the subject brings a new look at a certain type of daily practices of social reproduction normally recognized as “informal”, “marginal” or “inferior” amidst the general dynamics of the urban economy and peripheral urbanization in Brazil. To address the Brazilian urban phenomenon, in addition to highlighting Henri Lefebvre's critical urban theory as a central aspect for a materialistic reading of urban studies, I highlight how the relationship between Brazilian urbanization and the condition of underdevelopment is synthesized in the Brazilian debate as part of a “Criticism of dualistic reason”. As for the appropriation of the debate of the popular solidarity economy itself, I seek to present the emergence of the “field of solidarity economy” in Brazil, some of its theoretical limitations and the synthesis about the relationship of this phenomenon with the dynamics of the urban economy that is promoted by “field of social economy”- above all in the figure of the Argentine economist Jose Luis Coraggio. I observe how Karl Polanyi's economic sociology, in particular his thesis on other “forms of economic integration”, is central to this phenomenon being interpreted as part of the social construction of a possible “other economy”. I conclude the text by suggesting that the solidarity-based popular economy reintroduces a material condition for the realization of what Lefebvre suggested to be a process of “urban revolution”, giving new meaning to a set of daily practices of exercising work and using urban land strongly present in life Brazilian life and renewing the search for alternatives for urban development in the context of Brazilian dependent capitalism.

Keywords: popular and solidarity economy, urban problematic, critical urban theory, everyday life; social and solidarity economy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<i>Figura 1 - Caracterização dos circuitos superior e inferior segundo aspecto da produção</i>	64
<i>Figura 2 - Modelo conceitual e analítico dos empreendimentos econômicos solidários</i>	84
<i>Figura 3 - Organograma do sistema de políticas públicas para a Economia Solidária</i>	91
<i>Figura 4 - Formas de integração e tipologia institucional para a análise substantiva</i>	123
<i>Figura 5 - Modelo de economia plural segundo Laville</i>	125
<i>Figura 6: Modelo de economia mista segundo Coraggio</i>	133
<i>Figura 7: Quadro-resumo sobre as duas perspectivas para o econômico segundo Coraggio</i>	137
<i>Figura 8: O “fundo de trabalho” da Unidade doméstica para Coraggio</i>	140

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. FUNDAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO MATERIALISTA DO FENÔMENO URBANO	17
2.1. “Problemática urbana” como uma abordagem lefebvriana da Teoria Crítica Urbana	17
2.2. Crítica da vida cotidiana	24
2.3. Revolução urbana	29
2.4. Produção do espaço	36
2.5. Problemática urbana como crítica do trabalho (abstrato) e do espaço (abstrato)	46
3. ELEMENTOS ESPECÍFICOS PARA UMA PROBLEMÁTICA URBANA BRASILEIRA	49
3.1. A presença de um “pólo marginal” urbano	49
3.2. Subdesenvolvimento e dependência	52
3.3. Controvérsia da dependência e crítica à razão dualista	56
3.4. Um cotidiano de “espoliação urbana”	59
3.5. Informalidade e circuitos da economia urbana	62
3.6. O urbano pensado a partir da materialidade da vida cotidiana brasileira	67
4. ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA	70
4.1. O surgimento do “campo” da economia solidária no Brasil	71
4.2. Economia “popular” solidária	79
4.3. Movimento social altermundialista e política pública focalizada	88
4.4. A reprodução social na economia popular e a controvérsia da unidade de análise	95
5. A PERSPECTIVA DO CAMPO DA ECONOMIA SOCIAL	112
5.1. Economia social (e solidária)	113
5.2. As “formas de integração econômica” e a economia moderna como uma economia plural	118
5.3. A síntese proposta no campo latino-americano de economia social	128
5.4. Economia plural como “economia mista com dominância capitalista”	133
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
6.1. Sobre a ideia de “economia popular solidária”	152
6.2. A problemática urbana brasileira diante da "outra economia"	157
6.3. Algumas questões para pesquisas futuras	164

6.3.1. A economia popular entre a alterurbanização e a revitalização urbana do “mundo popular”	164
6.3.2. Uma economia da vida cotidiana traduzida mediante o uso de métodos não-quantitativos	171
6.3.3. Investigar a presença das formas de integração econômica na vida cotidiana popular como momento de uma antropologia da urbe planetária	174
REFERÊNCIAS	178

1. INTRODUÇÃO¹

Neste trabalho busco discutir um conjunto de contribuições teóricas trazidas pelo debate dedicado à chamada “economia popular solidária” e as possíveis fronteiras que este debate estabelece com a abordagem lefebvriana da problemática urbana brasileira. Como forma de apresentar esse conjunto de contribuições, lançamos mão de uma pesquisa de caráter exploratório e teórico-conceitual que visa apresentar ao leitor o modo como a literatura específica dedicada ao tema traz um novo olhar para um certo tipo de práticas cotidianas de reprodução social normalmente reconhecidas como “informais”, “marginais” ou “inferiores” em meio às dinâmicas gerais da economia urbana e da urbanização periférica no Brasil. Na abordagem do fenômeno urbano brasileiro, além de destacar a teoria crítica urbana de Henri Lefebvre como aspecto central para uma leitura materialista dos estudos urbanos, destaco como a relação entre a urbanização brasileira e a condição de subdesenvolvimento é sintetizada no debate brasileiro como parte de uma “crítica à razão dualista”. Quanto à apropriação do debate da economia popular solidária propriamente dito, busco apresentar o surgimento do “campo da economia solidária” no Brasil, algumas de suas limitações teóricas e a síntese sobre a relação deste fenômeno com a dinâmica da economia urbana que é promovida pelo “campo da economia social” – sobretudo na figura do economista argentino Jose Luis Coraggio. Observo como a sociologia econômica de Karl Polanyi, em particular a sua tese sobre outras “formas de integração econômica”, é central para que este fenômeno seja interpretado como parte da construção social de uma “outra economia” possível. Concluo o texto sugerindo que a economia popular solidária reintroduz uma condição material para a realização do que Lefebvre sugeriu ser um processo de “revolução urbana”, dando novo sentido a um conjunto de práticas cotidianas de exercer trabalho e usar a terra urbana fortemente presente na vida cotidiana brasileira e renovando a busca por alternativas de desenvolvimento urbano no contexto do capitalismo dependente brasileiro.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Para além desta introdução, a presente dissertação de mestrado está dividida em cinco partes ou momentos: i) um primeiro capítulo, em que fazemos algumas considerações sobre a abordagem lefebvriana e materialista da problemática urbana; ii) um segundo capítulo, em que destaco elementos específicos para interpretação da problemática urbana no Brasil; iii) um terceiro capítulo em que apresento ao leitor uma revisão sistemática da literatura produzida no “campo” da “economia solidária”, destacando a função central da ideia de “economia popular” e algumas controvérsias em torno desta abordagem; e iv) um quarto capítulo em que apresento a interpretação da “economia social” para o problema e sua síntese da economia urbana como uma “economia mista sob dominância capitalista”; e v) uma quinta e última seção em que apresento considerações finais e apontamentos para uma agenda de pesquisas sobre o tema da economia popular solidária no âmbito da teoria crítica urbana.

i) Primeiro capítulo: “Fundamentos para uma discussão materialista do fenômeno urbano” – Conforme exposto no primeiro capítulo do texto, neste trabalho lançaremos mão de um tipo um pouco específico de entendimento sobre o que é uma “problemática urbana”, resumida como uma teorização que investiga o fenômeno urbano como parte de uma *crítica do espaço abstrato e do trabalho abstrato* enquanto formas sociais fetichizadas. Nossa abordagem ao fenômeno urbano visa, então, se integrar a um conjunto de debates do campo interdisciplinar dos estudos urbanos normalmente reconhecido como uma *teoria crítica urbana* (Brenner, 2010), mas apontando algumas ressalvas sobre as concepções mais canônicas em relação ao tema. Busco debater alguns fundamentos teórico-críticos que remetem de modo mais direto à noção originalmente proposta na teoria crítica urbana de Henri Lefebvre e que, ao mesmo tempo, buscam um maior alinhamento à *crítica da economia política* marxiana. Trago, então, ao longo da seção uma série de definições para o que chamo por “materialismo dialético” e o que seria, a meu ver, abordar o urbano a partir da *crítica da economia política* marxiana. Apresento em maiores detalhes como Lefebvre aborda alguns temas essenciais à compreensão da sua definição original de uma “problemática urbana” ([1970]1999): a crítica da vida cotidiana, a revolução urbana e a produção do espaço. Como síntese da abordagem lefebvriana/marxiana, sugiro então

que a abordagem da problemática urbana seja vista como dupla crítica das abstrações do trabalho e do espaço no modo de produção baseado no valor.

ii) Segundo capítulo: “Elementos específicos para uma problemática urbana”. No segundo momento, faço considerações sobre a problemática urbana *brasileira*, destacando a influência da condição de *subdesenvolvimento* e da *crítica à razão dualista* (Oliveira, [1972]2003) para a conformação de uma teoria crítica urbana brasileira. Ressalto como a teoria crítica urbana surge no Brasil absolutamente marcada pela necessidade de explicar como a reprodução social da população brasileira – e por consequência a dinâmica de urbanização e de produção do espaço urbano – é mediada pela impactante presença de um “inchaço urbano” ou uma “massa marginal urbana”. Observo que a importante ideia de *dependência* vai sendo reconsiderada ao decorrer das interpretações teóricas e iniciativas “desenvolvimentistas” ligadas à experiência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL e acaba sendo questionada por tradição sociológica marxiana brasileira como parte de um dispositivo de “razão dualista”. Noto que esta visão dualista é fortemente reintroduzida nas leituras que passam a ver o cotidiano popular como algo marcado por uma “informalidade urbana” e como Kowarick (1979) e Santos ([1979]2008) sugerem que uma visão não-dualista vê nesse cotidiano a expressão de uma *espoliação urbana* responsável por levar a população recorrer a um *circuito inferior da economia urbana* para manter sua sobrevivência e reprodução.

iii) Terceiro capítulo: “Economia popular solidária” – No terceiro capítulo, apresento ao leitor uma revisão sistemática da literatura dedicada a pensar o surgimento do campo da *economia solidária* no Brasil e as fronteiras que ele estabelece com a ideia de *economia popular*. Busco tanto sintetizar o estado da arte das descrições contemporâneas sobre esse fenômeno quanto estabelecer em maior grau de precisão os encontros e desencontros desta discussão com outras abordagens mais canônicas para o tema – que geralmente enquadram este fenômeno como sendo a expressão de “informalidade urbana”, “marginalidade urbana” ou “circuito inferior da economia urbana”. Observo que a economia solidária deve ser entendida no Brasil como algo que é em um só tempo uma teoria social, um movimento social e uma política pública

focalizada; e ressaltado como a necessidade de debater uma “economia popular” tal como ela é criada, com dificuldades para que expectativas mais otimistas que defendem que a economia solidária seria um “outro modo de produção”. Destaco ao fim da seção a crítica do economista Jose Luis Coraggio à abordagem da economia solidária, num debate sobre as condições objetivas da economia popular que é conhecido na literatura e que eu busco sintetizar como uma *controvérsia da unidade de análise*. Concluo apontando para a necessidade de deslocar o olhar do “campo da economia social” para abordagens que dão primazia à economia popular.

iv) Quarto capítulo: “A abordagem da economia social” – Feitas as observações críticas à “economia solidária”, para conceber o fenômeno de modo adequado ao que definimos como uma “problemática urbana”, destaco no quarto capítulo uma tese de interpretação específica que tem sido formulada no âmbito do chamado campo da *economia social* latino-americana – principalmente a partir dos trabalhos do pesquisador argentino José Luis Coraggio. Conforme é exposto ao longo da argumentação, essa abordagem que tem influência crescente na discussão sobre o mundo do trabalho latino-americano concebe a economia popular solidária enquanto parte de um sistema de *economia mista com dominância capitalista*, mediante um interessante imbricamento entre a crítica da economia política marxiana e a perspectiva “substantivista” que o sociólogo econômico Karl Polanyi propõe ao funcionamento da economia moderna. Discuto a perspectiva do campo da economia social destacando em maiores detalhes a maneira como, a partir de um diagnóstico sobre a presença da *reciprocidade* na economia popular, essa abordagem consegue viabilizar teoricamente a hipótese de que na vida cotidiana popular haveria um potencial emancipatório/emancipador oculto que pode ser a base para desencadear o desenvolvimento de um novo contexto de organização social pautado numa lógica “social e solidária”.

v) Quinto capítulo: “Considerações finais” – A partir do marco teórico traçado na revisão da literatura sobre a economia popular solidária, observo como este debate reintroduz uma perspectiva sobre a vida cotidiana que resignifica em termos materiais as expectativas que Lefebvre possuía em torno de uma “revolução urbana”. Observo, assim, a necessidade de que a

investigação que se apropria das ideias de “unidades domésticas”, “economia popular solidária” e “economia mista sob hegemonia capitalista” se construa enquanto uma busca ativa por outras formas de integração na vida cotidiana popular, observando também a relação entre essa vida cotidiana as dinâmicas contemporâneas da urbanização neoliberal. Trago à tona também algumas sugestões para a incorporação do tema nos debates específicos sobre a problemática urbana brasileira: pensar o tema como manifestação daquilo que no campo dos Estudos Urbanos tem sido reconhecido como processo de *alterurbanização* (Brenner, 2012); mas também como algo colocado numa fronteira com certos processos globais-locais oriundos de uma *globalização não-hegemônica* (Ribeiro, 2010) que podem expor a investigação a um risco de abordar a economia popular de maneira “folclórica”, deixando de priorizar a economia popular realmente existente em prol de uma “outra economia” que ainda não se vê na prática; e também como algo que sugere a pertinência do uso de metodologias qualitativas de pesquisa que incorporam as reflexões críticas do campo da *antropologia urbana* acerca da necessidade de se abordar a urbe tanto “de perto e de dentro” quanto “de longe e de fora”, como um meio para configurar uma espécie de “antropologia da urbe planetária” essencial à compreensão da problemática urbana brasileira.

No nosso entendimento, a discussão sobre o tema economia popular urbana é ainda bastante jovem, surgida no âmbito de construções altermundialistas e antineoliberais, bastante potencializada no contexto da chamada “Onda Rosa” latino-americana durante as últimas duas décadas e que passa por um grande desafio contemporâneo, de se recolocar como horizonte de emancipação diante da enorme crise de expectativas que hoje circunda esse seu contexto de origem. Ao que nos parece, há no mundo e especialmente na América Latina, uma franca reação às tentativas de “construir outros mundos possíveis” baseadas nos princípios que norteiam as discussões de economia social e solidária. Nos parece, assim, ainda mais importante avaliar os procedimentos lógicos e conceituais que constituem esse horizonte de uma “Outra economia”, contextualizando-os em debates mais amplos acerca do contemporâneo e sobretudo acerca daquilo que nos parece ser o aspecto central do contemporâneo: o fenômeno urbano. Além disso, tal como bem observa Arantes (2009) “como parece próprio ao debate de idéias no Brasil, novas

teorias substituem as anteriores sem que uma crítica às formulações originais seja de fato realizada - tanto para indicar o que envelheceu como para preservar o que ainda tem pertinência” (p. 104) de tal modo que nos parece bastante importante aos propósitos de uma teoria crítica pensar em maiores detalhes o que significa deixar de nomear aquilo que outrora era tido como “informal”, “marginal” e “inferior” numa concepção positiva de “popular” e “popular solidário”.

Guardamos assim, com o presente texto, antes de mais nada a expectativa de esclarecer alguns caminhos que podem ser seguidos na incorporação do tema no campo dos estudos urbanos e de contribuir para a organização de um marco-teórico adequado à complexidade do tema. Não é, portanto, ambição deste trabalho trazer respostas conclusivas sobre qualquer tema, mas sim apresentar alguns problemas já conhecidos na literatura relacionando-os de modo mais ou menos original. Esperamos assim contribuir, sobretudo, para a organização de um marco teórico para se pensar o tema da economia popular solidária como parte da problemática urbana brasileira, desde um ponto de vista crítico e materialista. E esperamos suscitar algumas questões que iluminem novos percursos de pesquisa a serem explorados em trabalhos futuros e que façam com que os horizontes de emancipação apontados se fortaleçam em termos de um pensamento materialista e crítico.

2. FUNDAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO MATERIALISTA DO FENÔMENO URBANO

Neste trabalho, partiremos da premissa de que o *fenômeno urbano* demanda do pesquisador uma abordagem *dialética* e *materialista*. E para atender a tal exigência, proponho nesta seção um comentário inicial – um pouco denso – dedicado a: i) apresentar como entendemos o materialismo dialético e sua aplicação aos estudos urbanos; ii) explorar aquilo que entendemos ser uma *abordagem lefebvriana* da teoria crítica urbana, da qual compartilhamos, explicitando nossa interpretação acerca de algumas hipóteses-chave de Henri Lefebvre para o tema: a *crítica da vida cotidiana*, a *revolução urbana* e a *produção do espaço*. Por meio de algumas propostas de refundição conceitual que desdobro da revisão sistemática de literatura, concludo então que a discussão sobre o fenômeno urbano sob o prisma da dialética materialista precisa ser vista enquanto uma “problemática urbana” (Lefebvre, 1970[1999]) que consiste numa associação da crítica do trabalho (abstrato) à crítica do espaço (abstrato) – “abstrações concretas” essenciais para a organização social fetichista que corresponde às sociedades cujo modo de produção está baseado no valor.

2.1. “Problemática urbana” como uma abordagem lefebvriana da Teoria Crítica Urbana

Pensar o *fenômeno urbano*, de maneira geral, nos remete imediatamente à ideia de *questão urbana*. Mas, o que realmente significa dizer que estamos discutindo um tema associado à “questão urbana”? Supomos que aquilo que geralmente se entende por “questão urbana” nas ciências sociais e humanas está associado, por um lado, ao escopo de práticas sócio-espaciais do urbanismo (do desenho urbano, do planejamento urbano, etc.); e, por outro lado, a uma visão crítica da cidade moderna enquanto *habitat* humano que se encontra cristalizada, principalmente, no livro homônimo e bastante difundido do sociólogo, Manuel Castells². Contudo, acreditamos que o nosso constructo teórico sobre o urbano não seja bem delimitado pelo perímetro de

² Ver Castells ([1972]1983).

nenhum destes lados, os quais – ainda que guardando diferenças fundamentais entre si – acabam por nos parecer dois lados de uma mesma moeda.

Este modo de se analisar e sintetizar a questão urbana definido como “urbanismo” geralmente é ilustrado por eventos originários marcantes, tais como a famosa reforma urbana capitaneada pelo Barão Haussmann na Paris do século XIX ou – voltando ainda mais no passado – a (re)invenção da perspectiva arquitetônica com Filippo Brunelleschi no século XV. Mas se estabelece socialmente, de fato, ao longo do século XX e do massivo êxodo rural de dimensões mundiais que ele trouxe consigo. A reforma urbana de Paris e o mito de Brunelleschi, de toda forma, resumem com maestria ideias essenciais que perpassam a urbanística moderna: a concepção da questão urbana como uma questão de caráter técnico/tecnológico, o foco “vitruviano” na projeção de soluções para a vida nas cidades, uma recorrente invenção de um Outro para dar vazão aos processos de produção do ambiente construído... Em outras palavras, procedimentos científicos ou heurísticas de evidente inspiração positivista, que concebem teorias sobre o processo social (quando concebem) como um reflexo imediato do fenômenos visíveis/empíricos delineados pela prática social. Em especial, podemos destacar o surgimento de todo um conjunto de heurísticas para desenhos e elaboração de planos ao longo do século XX que convergem para o que se tornou conhecido como a “corrente progressista” do urbanismo (Choay, 1979) e, ainda mais precisamente, para intervenções urbanas afins aos experimentos arquitetônicos da Bauhaus, ao manifesto de Le Corbusier e à chamada arquitetura funcionalista – os quais, a despeito de uma série não desprezível de performances de arquitetura pós-moderna se apresentando nos grandes centros urbanos do mundo, ainda predominam e hegemonomizam as práticas de planejamento urbano de nossos dias.

Já a influente crítica da “questão urbana” que emergiu a partir do fim da década de 60/ início da década de 70 com Castells e, em menor medida, por influência de outros pensadores estruturalistas e/ou neomarxistas – tais como Lojkin, Harvey, Topalov – nos oferece, por sua vez, uma compreensão de outra ordem para o fenômeno urbano, que é mediada pela célebre

experiência da chamada “Escola de Chicago”³ e que orientou primordialmente a ela a crítica que a erigiu enquanto um novo paradigma dos Estudos Urbanos. (Compreensão que, contudo, não é, necessariamente, incompatível com a ideia urbanística moderna – não sendo absurdo, a nosso ver, inclusive, considerá-la como uma complementação teórico-científica necessária à primeira). Bem como o faziam os pensadores de Chicago – diretamente referenciados no escopo do que era antes conhecido como campo das “Ciências do espírito” [*Geisteswissenschaften*] e nas inventivas pesquisas desenvolvidas por autores como Simmel e Weber – esta visão crítica do urbano que emergiu com as “rupturas dos anos de 1970” (Costa, 2015) toma o conjunto de reflexões acerca da(s) totalidade(s) social(is) como seu ponto de partida (e de chegada). Não por acaso, ela acabou encontrando um lugar mais bem definido junto às discussões classificadas dentre os limites da chamada “Sociologia Urbana” e sendo inclusive reconhecida com a “Escola de Sociologia Urbana Francesa”. Em contraponto aos pesquisadores de Chicago e sua ideia de “ecologia humana” e teses similares, Castells e os demais críticos da escola de sociologia urbana francesa – e também, em linha mais autônoma, Michel Foucault e seu extenso círculo de influência – questionaram a solidez teórica da teoria urbana produzida desde Chicago e imprimiram nas discussões interdisciplinares acerca do espaço urbano uma maior ênfase na dimensão política dos conflitos urbanos e no processo de construção/estruturação social das instituições atreladas à vida nas cidades.

Podemos reconhecer, a partir daí, um momento de consolidação da investigação de *Teoria Crítica Urbana* (Brenner, 2010) no campo das ciências humanas – terminologia bastante usual na discussão contemporânea. Para Brenner, isto que é uma espécie de “campo dentro do campo” para os Estudos Urbanos não possui definição trivial, mas pode ser resumido por quatro diretrizes fundamentais: i) a rejeição de uma concepção instrumentalizante, imediata ou

³ Os pesquisadores da Escola de Chicago (1915-1935) são reconhecidos pelo pioneirismo da sua iniciativa de se pensar a cidade como “um laboratório privilegiado da mudança social”, entendendo-a “como uma ‘comunidade ecológica’ que reúne elementos heterogêneos (espaciais, sociais e culturais) em permanente interação” (Cuin & Gresle, 1994). A imagem teórica da “ecologia humana” formulada por Robert Ezra Park – possivelmente, a figura mais influente neste conjunto de cientistas sociais – acabou se tornando a principal síntese da Sociologia de Chicago e das reflexões que dela sucedem: a dinâmica da cidade e de sua “cultura urbana” deveria ser entendida como uma expressão de leis e tendências observadas na biologia animal e vegetal. Sendo possível concluir que a partir desta experiência foi concebida um “modo de vida urbano” (Wirth) que se remete a uma pioneira “concepção ‘especializada’ do social e, reciprocamente, socializada do espaço” (Cuin & Gresle, 1994, p. 193.)

excessivamente praticante de teoria urbana; ii) entendimento de que as questões urbanas são mediadas por sua especificidade histórica e por relações de poder; iii) a negação à manutenção e da reprodução de formas urbanas existentes [no Capitalismo]; iv) a preocupação em fazer emergir possibilidades de urbanismo alternativo sistematicamente suprimidas⁴. É essencial observar que a gênese dessas diretrizes “teórico-críticas” remete a reflexões pioneiras elaboradas por Kant, Hegel e principalmente Marx que acabaram delimitando um modo específico de observar a dinâmica da vida moderna e de interpretar as consequências culturais de eventos históricos radicais como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. E, seguindo lógica similar, a reflexão específica sobre o urbano também pode (e deve) ser entendida em perspectiva de mais longa duração, tendo origens em discussões seminais surgidas no mínimo desde o século XIX – como as apresentadas por teses clássicas de Engels ([1873]1984) sobre a questão da habitação e de Simmel ([1903]2005) acerca da “vida do espírito”/ “vida mental” nas grandes cidades. Contudo, não nos parece haver margem para dúvida sobre como as teses sobre a “questão urbana” propagadas por esta sociologia urbana francesa de inspiração estruturalista exerceram papel determinante para esta consolidação do que hoje tem sido chamado de teoria crítica urbana: será, de fato, no contexto pós-1968 e, sobretudo, pela influência destes teóricos francófonos que ganhará corpo e virá à tona um debate crítico sobre o fenômeno urbano enquanto conjunto mais coeso consciente de si de elaborações conceituais.

No avesso daquilo que é apresentado na “Teoria Urbana dominante” – ilustrada nas intervenções da urbanística moderna e pelas teorias derivadas da escola de sociologia urbana de Chicago – a perspectiva crítica do fenômeno urbano carrega consigo o peso de ter de se colocar conscientemente e criticamente em meio a um amplo espectro de reflexões associadas a este momento revolucionário da história mundial – o qual, aliás, como salientam Marx & Engels ([1845-1846]2007), é também momento da própria *criação* desta história. Sobretudo, a extensa obra de Marx e Engels aparecerá aqui como uma mediação fundamental, uma vez que esta se afirmou ao longo da história como principal cânone das teorizações sobre a relação de *capital* e enquanto ponto incontornável para a formulação de interpretações sobre a vida moderna, tanto

⁴ Cf. Brenner, 2010, p. 25.

para posições convergentes quanto para posições divergentes em relação a seus métodos e resultados. Mais precisamente porque, para as elaborações de teoria crítica urbana, isto que pôde ser estabelecido como a “questão urbana” – um exercício de problematização da urbanização moderna, em termos gerais – não se delimita a uma simples promoção de análises descritivas ou “positivas” do gritante crescimento populacional das cidades modernas, tendo como seu objeto sempre o desenvolvimento de hipóteses referenciadas em algum tipo de entendimento acerca da *relação entre capitalismo e urbanização*.

Mas que concepção para a “questão urbana” podemos cotejar da Literatura e do campo interdisciplinar dos Estudos Urbanos? Podemos definir que o melhor caminho que enxergamos para trazer uma resposta à pergunta consiste, sim, em tratar o tema sob uma concepção de teoria crítica urbana, mas, mais especificamente passando pela incorporação da teoria crítica e materialista de *Henri Lefebvre* – ou seja, pelo que podemos tomar como uma “abordagem lefebvriana” da teoria crítica urbana. E como bem observam os pesquisadores mais entusiastas do que tem sido denominado como a “terceira constelação de leituras de Henri Lefebvre”, o mundo contemporâneo “demanda uma perspectiva histórica capaz de articular formas espaciais com relações sociais em vários níveis de nossa realidade global – do cotidiano, pelo urbano, ao global” (Kipfer *et al*, 2008, p. 1). Esta nova configuração do contemporâneo faz com que o recurso à obra deste autor francês nascido em 1901 seja, afinal, questão de primeira ordem para a Teoria Crítica hoje.

O debate acerca desta terceira constelação ou “terceira onda” foi introduzido em Goonewardena *et al* (2008), obra que consiste, basicamente, num compêndio de textos dedicados a refletir sobre alguns problemas teóricos sugeridos ao longo da (bastante extensa) obra do filósofo e teórico crítico francês, e que seriam referentes a uma espécie de construção da “epistemologia lefebvriana” – em especial, os problemas destacados no título do livro [o espaço, a diferença e a vida cotidiana]. Poderíamos dizer, em resumo, que estes autores observam que esta retomada do pensamento Lefebvre ao longo das últimas décadas tem estado sistematicamente atrelada à alguma área especializada de reflexão sobre o espaço – ou seja,

surgindo principalmente em campos como a arquitetura, a geografia, a ciência regional, o planejamento urbano, etc – e tem tido como ponto de partida as duas primeiras “constelações” ou “ondas” de interpretações das teorias de Lefebvre, amplamente difundidas desde do ressurgimento do autor francês no âmbito de discussões da geografia anglófona – que teriam como seus difusores principais, respectivamente, os trabalhos de David Harvey e de Edward Soja. A “terceira constelação”, por sua vez, também traria uma apropriação das teses específicas da teoria social de Lefebvre que foram muito celebradas pelas duas primeiras, porém enfatizando sempre o seu modo peculiar de articular essas teses mediante algumas influências determinantes – destacando-se, sobretudo, a influência dos pensamentos de Marx e Hegel – numa ideia teórica geral. Por consequência, nota-se também que a proposição desta nova abordagem surge também de uma necessidade que têm os autores de produzir certo afrontamento e recusa das duas “constelações anteriores”. Tanto a busca de Harvey por uma “economia política urbana” em Lefebvre quanto a apropriação pós-estruturalista da ideia de “espaço vivido” proposta por Soja (a partir da noção de “*thirdspace*”) constituiriam – de acordo com esses pesquisadores – casos em que aspectos concebidos como inseparáveis pela perspectiva lefebvriana, acabaram sendo tomados isoladamente e absolutamente distanciados de uma ideia teórica geral.

Cito trecho elucidativo do capítulo de apresentação do livro:

A "terceira" onda de leituras de Lefebvre que propomos relaciona os debates urbanos-espaciais de forma mais persistente e substantiva com uma apropriação aberta de sua epistemologia metafilosófica moldada pela filosofia continental e pelo marxismo ocidental. Ao mesmo tempo, rejeita o dualismo debilitante entre "economia política" e "estudos culturais" que, de fato, marcou a distinção entre a "primeira" e a "segunda" ondas de estudos de Lefebvre, o que torna impossível para nós retornar a uma simples atualização ou uma simples expansão de escola de pensamento lefebvriano anterior. (KIPFER et al, 2008, p.3, tradução nossa)

Não é nosso interesse, por ora, aprofundar na discussão sobre estas divergências entre as “constelações” sendo mais importante ressaltar que essa “nova leitura de Lefebvre” tem como meta interpretar as suas contribuições originais que vem crescentemente sendo absorvidas nas discussões espaciais e urbanas desde o ponto de vista desta sua “epistemologia metafilosófica” moldada “pela filosofia continental e pelo marxismo ocidental”. E que para ela, as questões da

Economia Política e dos Estudos Culturais seriam inseparáveis em Lefebvre. Dito de outra maneira [citamos aqui mais uma vez os pesquisadores da terceira constelação, numa formulação que para nossa argumentação soa muito fortuita] importa mais observar que “com suas contribuições para o debate sobre o estado, a autogestão, a alienação e a vida cotidiana, Lefebvre propôs uma *crítica* da economia política” (Kipfer *et al*, 2008, p. 7).

A ênfase na crítica da economia política é relevante, tendo em vista que poucas noções teóricas tiveram o privilégio de ser tão mal-compreendidas quanto foi este combinado proposto entre o materialismo e a dialética. Se nos lembrarmos do posfácio de 1873 escrito à segunda edição alemã do Livro I d’*O Capital* – a obra que é referência absoluta de aplicação desta dialética materialista – torna-se evidente que a incompreensão acerca do método de investigação e apresentação desenvolvido plenamente por Marx já incomodava a ele próprio. Nesse posfácio, Marx dizia que “o método aplicado em *O Capital* foi pouco compreendido, como já o demonstram as interpretações contraditórias que se apresentaram sobre o livro”; e acrescentava: “meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto”. Sobretudo a partir deste apontamento crítico do posfácio 1873, desdobra-se ao longo do século XX, no marxismo e na tradição de filosofia continental, uma jornada de debates com diversas teses acerca do verdadeiro “método dialético” de Marx.

No que implica esta negligência do método marxiano, em termos mais objetivos? Poderíamos considerar como um resultado principal o fato de que, ainda que se remetendo diretamente ao projeto crítico de Marx, boa parte dos esforços teórico-práticos acabem focalizando apenas questões de justiça social e de luta por equidade na distribuição do(s) valor(es). Universo de questões que de acordo com o que tem sido chamado de Nova Leitura de Marx [*Neue Marx-Lektüre*]⁵ seriam consideradas superficiais numa análise mais integrada a toda

⁵ Sobre a definição da “Nova Leitura de Marx” enquanto agenda de pesquisas, cf. Bonefeld (2014) e Vieira (2018). Para uma classificação não ostensiva dos autores incluídos diretamente no escopo da Nova Leitura, citamos o comentário de Nascimento (2014): “O debate aberto pela Nova Leitura de Marx, que pode ser caracterizado pelo recurso à dialética sistemática da forma valor se espalhou a seguir por vários países, sem que necessariamente possamos encontrar nisso uma relação de influência direta, mas de simultaneidade. Diversos autores mais ou menos ligados a movimentos sociais e mais ou menos acadêmicos, se detiveram nas questões postas pela crítica marxiana das formas sociais do valor. Estes autores podem ser relacionados aqui no que segue (de modo não exaustivo):

esta “dialética do concreto” hegeliano-marxista e, portanto, mais atenta à radicalidade do projeto da crítica da economia política marxiana. Na interpretação desta “nova leitura” aquilo que Marx define como sendo uma *crítica da economia política* não se refere simplesmente a alguma espécie de “guinada política” da teoria em favor do “lado” dos trabalhadores a partir de uma teoria social econômica e politicamente “consciente” do modo de produção capitalista, mas sim numa crítica da própria determinação dos fatos sociais do *ponto de vista da economia* (Bonefeld, 2014). Para além deste universo de reivindicações por justiça social e de tomada de “lado” político, a teorização de Marx sobre o capitalismo estaria, assim, primordialmente orientada ao desvelamento do caráter *fetichista* do Valor e de suas categorias derivadas (trabalho, capital, classe social, emprego, renda, juros, etc.).

Em outras palavras, entrelaçado às muitas reivindicações da obra de Marx nos esforços de construir teorias sociais críticas, se daria um processo sistemático de redução daquilo que deveria ser uma crítica da economia política a uma “economia política crítica” (Postone, [1993]2014); ou, ainda, para usar os termos de Kurz ([1998]2005), parece haver uma clara predileção pelo “Marx exotérico” – “positivo, o descendente e dissidente do liberalismo, o político socialista do seu tempo e mentor do movimento operário, que nunca quis outra coisa senão direitos de cidadania e um “salário justo para uma jornada de trabalho justa” – em detrimento do “Marx esotérico” – “até hoje obscuro e pouco conhecido [...] ‘esotérico’ e negativo, o descobridor do fetichismo social e crítico radical do ‘trabalho abstracto’ e respectiva ética repressiva, que caracterizam o moderno sistema produtor de mercadorias”. Quando aplicada ao Estudos Urbanos, esta tendência parece se manifestar numa série de observações sobre as questões da vida urbana que relegam o urbano a uma espécie de epifenômeno ideológico de uma luta (econômica) de classes entre capital e trabalho.

Roman Rosdolsky (2001), Cristopher Arthur (2004), Alfredo Saad-Filho (2002), Werner Bonefeld (1992), Michael Eldred (2010), Michael Heinrich (2004), Patrick Murray (2005), Geert Reuten (2005), Fred Moseley (2004), Felton Shortall (1994), Ruy Fausto (1983, 2002), Tony Smith (1993), Claudio Napoleoni (1980, 1988), Jean-Marie Vincent (1987), Ingo Elbe (2010, 2013), Massimo De Angelis (2007), e, a nosso juízo, em destaque: Slavoj Žižek (2012, 2013), Moishe Postone (2006, 2014), John Holloway (2003, 2013) e Kojin Karatani (2003, 2014), além da Nova Crítica do Valor, com autores como Robert Kurz (1993, 1997, 2003, 2004, 2005a, 2005b) e Anselm Jappe (2006, 2013) para nomear apenas dois.”

Observar o urbano sob uma verdadeira regência do materialismo dialético, implicaria, por outro lado, nesta necessidade de articular interpretações [e, quiçá, elaborar novas interpretações] que percebam estas formas sociais tal como Marx e seus “novos leitores”: como produtos opostos e complementares de um mesmo processo de valorização do valor e de institucionalização do valor na cultura universal. Com Lefebvre leitor de Marx, trataria-se então de fazermos uma interpretação dialética e materialista não exatamente para a “questão urbana”, mas para a “*problemática urbana*” (Lefebvre, [1970]1999). Ora. A definição “*problemática urbana*” tem um caráter autoexplicativo e aparentemente não carrega consigo qualquer questão conceitual muito relevante, o que pode fazer com que ela apareça na literatura como uma noção neutra e tomada como um sinônimo para quaisquer outras investigações sobre a “questão urbana”. Mas será útil dar a esta definição um teor conceitual e ressaltar o fato de que quando falamos em “*problemática*” urbana o fazemos como exercício de ênfase conceitual exigido pela nossa abordagem lefebvriana do urbano, ou seja, também para propor ao urbano uma leitura que o vê menos como a “questão” urbana e mais como a acepção com que Lefebvre ([1970]1999) reivindica o termo “*problemática urbana*”. É o mesmo artifício retórico usado, por exemplo, em Costa (2005) e em outras abordagens lefebvrianas possíveis, sendo primordial reconhecer como algo peculiar à nossa abordagem a ideia de ver o urbano mediante a ênfase na crítica da economia política marxiana – ou seja, toda essa complexa mediação de um “Marx esotérico” e de uma “crítica do valor” (Kurz, [1991]1999).

Para tratar em maiores detalhes que tipo de chave-de-leitura traremos para a dinâmica do urbano e do *espaço* urbano concebido como esta “*problemática*” urbana é essencial trazermos algumas impressões colhidas diretamente “da fonte”, recorrendo a alguns escritos principais de Lefebvre. Não na intenção de elaborar alguma espécie de “lefebvriologia”, mas sim para promover um entendimento sobre o pensamento do autor que tenham ciência de suas limitações, potencialidades, radicalidades e reais capacidades de elucidar fenômenos contemporâneos de maneira original. Em particular, nos parece essencial olhar com maior cuidado para as teses que o autor propõe para uma *crítica da vida cotidiana*, para o diagnóstico da *revolução urbana* e para descrever uma dinâmica de *produção do espaço*, que nos parecem centrais para a constituição

desta sua ideia de “problemática urbana” e também bastante reveladoras de aspectos essenciais da crítica do mundo contemporâneo.

2.2. Crítica da vida cotidiana

A começar, cabe tratarmos com um pouco mais de detalhe a questão da “crítica da vida cotidiana”, a qual possui um caráter metateórico mais eminente – isto é, um caráter de uma teorização sobre o próprio ato de fazer a teoria – e cujas conclusões atravessam amplamente sua ideia sobre a “problemática urbana”. Lefebvre entendia a introdução da questão da “vida cotidiana” como sua contribuição mais conhecida para o “vocabulário do marxismo” (Lefebvre, 1988, p. 78) e dedicou a maior parte de sua extensa produção bibliográfica para tratar diretamente do assunto. Em termos de uma realidade mais prática, esta é uma questão que, de fato, é melhor localizada enquanto parte de uma série de discussões que é essencialmente interna à teoria crítica e ao marxismo. E, em termos ainda mais específicos, é importante e decisivo perceber como esta contribuição está colocada no meio de um amplo debate sobre a teoria da *alienação* do “jovem Marx”. Apesar das várias (e até mortais) disputas que se deram ao longo do “longo século XX” em torno da relevância da teoria da alienação, cremos que ninguém trataria como absurda a afirmação de que é este o evento histórico mais marcante associado a esta ainda mais longa controvérsia acerca do método dialético-materialista marxiano – que, como vimos, o próprio Marx tratou de lançar com seu prefácio de 1873. Esta controvérsia “marxológica” em torno da teoria da alienação surge em decorrência direta da publicação tardia dos chamados “Manuscritos Econômico-filosóficos” ou “Manuscritos de Paris” (elaborados por Marx entre os anos de 1843-1844) é absolutamente crucial na configuração da “epistemologia metafilosófica” de Lefebvre. E vice-versa – uma vez que é também crucial notar o fato do autor ter tido um dos primeiros contatos com os textos originais e ter sido o responsável pela primeira tradução francesa da obra, quase imediatamente à sua publicação na URSS, e que a sua interpretação original influenciou todo o modo como a filosofia francesa do século XX e o chamado “marxismo ocidental” absorveram o tema.

A nosso ver, a gênese daquilo que Lefebvre acaba elaborando no período pós-guerra como um exercício de “crítica da vida cotidiana” está no seu modo peculiar de extrair de sua leitura dos manuscritos econômico-filosóficos uma ideia de crítica da dominação social e da emancipação humana possível mediante uma ênfase na noção que o jovem Marx traz para a categoria *apropriação* (*aneignung*). Ou, ainda mais especificamente e mais resumidamente, no seu recurso sucessivo ao binômio *dominação/apropriação* – já que, como observa o autor, “o conceito [de dominação] só atinge seu significado pleno quando é contrastado como conceito oposto e inseparável de apropriação” (Lefebvre, 1991b[1974], p. 165, tradução nossa). Tomada como categoria auxiliar na maior parte das leituras sobre o jovem Karl Marx, a “apropriação” é tida aí como um aspecto-chave, sendo compreendida como a própria definição conceitual do encontro metabólico (possível) entre homem e natureza – tema central ao jovem Marx – e não como uma noção auxiliar a este processo. Diretamente associada ao desenvolvimento desta sua interpretação peculiar para a questão da alienação – centrada no binômio *dominação/apropriação* – a reflexão metateórica de Lefebvre acaba desembocando na afirmação desta sua “contribuição mais conhecida” ao marxismo, uma vez que o lócus de manifestação dos fenômenos associados à alienação estaria na “vida cotidiana” (*la vie quotidienne*). Para mais além do que esta conclusão, a perspectiva de teoria crítica que é elaborada por este autor francês acaba guardando para esta “vida cotidiana” o primado de “centro real da *praxis*” (LEFEBVRE, [1968]1991a, p.37-38), entendendo-a, assim, por consequência, como o objeto primordial para a pesquisa materialista, como o nível mais “concreto” desta “dialética do concreto” que é desdobrada n’O Capital.

Mas como podemos definir esta vida cotidiana em termos conceituais? Nos escritos de Lefebvre há inúmeras entradas possíveis para uma crítica da vida cotidiana e muitas definições são dadas para a mesma coisa [procedimento que, aliás, era parte do “cotidiano” de escrita compulsiva do autor e que se faz presente nesta e em praticamente todas as suas outras ideias teóricas...]. Para trazermos uma definição coesa, a princípio, é importante notar que emaranhada à ideia de uma “vida cotidiana” está uma tentativa de caracterizar a vida *vivida*. Esta afirmação, apesar da aparência de pleonasma, não é trivial, sendo importante tomar nota de que há ao longo do século XX um processo histórico de descoberta referente a esta dimensão “vivida” da vida – o

“mundo vivido”, o “espaço vivido” ou simplesmente, o “vivido” – que envolve tanto a descoberta propriamente científica quanto uma reflexão conceitual-filosófica [normalmente atrelada a estudos de fenomenologia] . Há no gesto crítico de Lefebvre, portanto, uma intenção de discutir a vida tal como ela é “realmente” vivida por pessoas que são seres desejantes e que, tal como já começava a observar o “jovem Marx”, passam pela época moderna/pela modernidade tendo uma experiência individual com um determinante aspecto de alienação em relação a si mesmos, a outros seres que os cercam e à natureza.

Em segundo lugar, ademais, é importante também notar como, por diversas vezes, Lefebvre discute esta vida cotidiana enquanto uma espécie de negativo ou contradito da “vida não-cotidiana” – da vida que é “concebida” como a história total, como uma razão de Estado ou como parte exclusiva do universo de discursos sobre a *technè*/a técnica. Neste momento vemos, então, um paralelo mais claro entre esta crítica da vida cotidiana que mira para processos de desalienação e de “apropriação” com a necessidade de uma *Metafilosofia* (Lefebvre, [1965]1967) que supere/suprassuma a filosofia enquanto domínio por excelência do conhecimento não-prático. Esta “Metafilosofia” que o autor anuncia cerca de duas décadas depois de suas primeiras elaborações para uma crítica da vida cotidiana é uma espécie de versão para uma “filosofia da *praxis*” e tem como alvo principal a ideia positiva (e estrutural) do *sistema* – ideia regente da ciência e da filosofia moderna. Ao que nos parece, o cerne da crítica lefebvriana à ideia de sistema e sistematização está na constatação do fato de que “diante das operações do entendimento e do discurso, persistirá sempre um *resíduo*” (p.82), de modo que a representação conceitual do mundo enquanto um sistema fechado numa totalidade também fechada é uma espécie de falsidade necessária à organização social alienada que precisa ser desvelada por uma filosofia que se ocupe daquilo que é residual. Logo, à dialética materialista – que, por suposto, se propõe a superar/suprassumir a razão [instrumental] do “entendimento” em direção a Razão dialética, mirando para a consciência crítica da dominação social e, segundo Lefebvre, para a realização da “apropriação” – caberia, então, se ocupar dessa “crítica da vida cotidiana” que apreende de fato este resíduo que é o vivido numa sociedade que se “sistematiza” pela lógica da mercadoria e da valorização do valor.

A crítica da vida cotidiana seria, portanto, uma tese de representação das categorias do “vivido” e do “resíduo” postas em consonância com uma meta-filosofia da *praxis*. Entretanto, ainda que nos pareça bastante convincente este argumento, trata-se de um tipo de derivação que soa como algo excessivamente abstrato e que aparenta carecer de um ponto de partida mais claro na materialidade do processo social. Dada esta definição genérica, poderíamos perfeitamente, por exemplo, dar a esta ideia de vida cotidiana o tratamento de um sinônimo para “vida privada” ou como a expressão direta de alguma filosofia do sujeito – um tipo de explicação que não nos parece suficiente para gerar o necessário entendimento materialista sobre como se dão essas interconexões e contradições entre as lógicas do sistema e do resíduo e a experiência da vida em sociedade como dominação e como apropriação. A hipótese lefebvriana, contudo, não nos parece cair numa descrição deste tipo e algumas iniciativas de apresentação metafórica do tema já orientam o intérprete a conceber a vida cotidiana como alguma forma conhecida do homem – um “campo”, um “solo”, um “domínio”, um “plano” – que já nos ajudam, de imediato, alguns caminhos para se perceber a materialidade social deste objeto, cuja existência material não corresponde exatamente a uma delimitação da vida cotidiana enquanto um objeto do domínio físico. Para Lefebvre, então, a vida cotidiana (*vie quotidienne*) é parte da materialidade da sociedade capitalista porque é um fenômeno sociológico concreto e socialmente produzido por ela, um processo cuja composição ambígua e contraditória traz em seus momentos tanto o cotidiano (*le quotidien*) quanto a cotidianidade (*la quotidienneté*).

2.3. Revolução urbana

Podemos concluir que “se o fetichismo consistir de fato nessa inversão real [NT: *entre o concreto e o abstrato*], ele não será tão diferente da alienação de que falava Marx em seus primeiros textos” (Jappe, 2014, p. 22). Como consequência, torna-se também algo nada absurdo sugerir que isso que Lefebvre definiu como a sua contribuição mais notável [a introdução da temática da vida cotidiana no vocabulário marxista] seja, ao fim e ao cabo, a cristalização de uma dentre as várias narrativas que se colocaram em meio a este longo processo de

reinterpretação/atualização da crítica da economia política marxiana que tem nesta passagem “do paradigma da exploração ao paradigma da alienação” (Jappe, 2014) o seu principal momento de mediação. Mas apesar de melhor localizada junto a uma discussão “metateórica” e em meio a este processo de construção do “vocabulário” marxista, é essencial notar que, do ponto de vista teórico crítico, todo este fazimento de discussões sobre a teoria da alienação não é simplesmente uma disputa em torno de qual seria a interpretação “logicamente correta” na competição entre os marxismos possíveis, mas sim uma série de controvérsias teóricas que emergem enquanto reflexo direto daquilo que no léxico de Teoria Crítica é conhecido como o problema do *diagnóstico de época*.

Para uma elaboração teórico-crítica “o conceito emerge junto ao objeto”⁶, e portanto as mudanças de percepção sobre os rumos da crítica da economia política não seriam meras redefinições lógico-abstratas de ideias “equivocadas” do passado, mas sim a expressão de uma nova situação/condição material numa sociedade que é dinâmica, que se transforma continuamente em relação dialética com as teorias e entendimentos que ela produz sobre si mesma. Assim, a reconsideração sobre a relevância do fenômeno da alienação ao longo do século XX e/ou a admissão da ideia de que a vida cotidiana seria o “centro real da *praxis*”, para além de um debate filológico sobre o que Marx disse ou não, precisa ser compreendida, também, como o reflexo (ao nível do debate teórico) de um mundo que passou por uma grande transformação e de uma época que expressa uma nova situação material que exige, também, um novo e atualizado diagnóstico. Este debate metateórico, filosófico e “marxológico” sobre a teoria da alienação seria, assim, um fato histórico correspondente a toda uma discussão sobre qual deveria ser o “diagnóstico de época” para o capitalismo do século XX, debate que acabou sendo cristalizado pela noção de *Capitalismo Tardio*.

Nosso entendimento é de que é numa tentativa de elaborar uma resposta mais direta a esta necessidade latente de “atualizar o diagnóstico de época” e de trazer uma imagem para este “capitalismo tardio” que Lefebvre apresenta sua tese da *revolução urbana* – a segunda tese do

⁶ Cf. LEFEBVRE, 1976 [1973], p. 59, tradução nossa.

autor que destacamos aqui nesta tentativa de desenvolver nossa chave-de-leitura e tornar mais explícita esta nossa abordagem lefebvriana dos Estudos Urbanos. Bem como é o caso das narrativas para o “método em Marx” – ou para as chaves-de-leitura para Lefebvre ou para as abordagens para a “questão urbana”, etc. – a discussão sobre o “capitalismo tardio” também figura numa lógica de “constelação”, reunindo uma variedade de diagnósticos de época singulares que não necessariamente se eclipsam e nem se articulam diretamente, mas que formam, em última instância, uma totalidade de debates que possui um nível de coesão interna. A tese da “revolução urbana” e a famosa hipótese de uma “*sociedade urbana*” engendrada nela que seria “hoje virtual, amanhã real” (Lefebvre, [1970]1999, cap. 1) surgem, afinal, em decorrência do fato do filósofo e [ao passar dos anos, também, cada vez mais] sociólogo francês ter “tomado consciência de como a urbanização constitui uma mediação decisiva da sociedade do capitalismo tardio” (Goonewardena, 2011, p. 55, tradução livre). E é em face do reconhecimento da relevância do fenômeno urbano para explicar a mundialidade do capitalismo tardio que uma “crítica da vida cotidiana” ganha seu sentido de *praxis* teórico-crítica.

Por que orientar o olhar às cidades? A concepção de Lefebvre para o urbano reflete o grande envolvimento e a insistência do autor em tentar observar a vida como o que é vivido nas *cidades*. Mas se o autor se dedica a elaborar teoricamente o que hoje podemos conceber como o fenômeno urbano e como uma “problemática urbana”, ele não o faz de maneira dissociada de sua concepção sobre o “centro real da *praxis*”. É fundamental, então, ter em mente que esta época que o autor diagnostica enquanto época de instauração da *era urbana* (Lefebvre, [1970]1999) é precedida por uma outra tentativa de expressar conceitualmente o momento tardio do capitalismo enquanto época histórica de uma *sociedade burocrática de consumo dirigido*. Este seria, afinal, um contexto social que poderíamos atrelar diretamente ao aspecto de “cotidianidade” da vida cotidiana, à dominação social e à alienação.

Numa reformulação de algo que Lefebvre já vislumbrava nas suas especulações sobre uma crítica da vida cotidiana, o contemporâneo pode ser visto como algo que se encontra no

limiar entre essa “sociedade burocrática de consumo dirigido” e uma “sociedade urbana”⁷. Ambas sendo configuradas pelo mesmo contexto revolucionário de estabelecimento de uma nova era “pós” [ou “para além do”] industrial, uma “era urbana”. A reflexão que o autor desdobra sobre o processo de colonização da vida cotidiana pela relação de capital acaba desembocando na conclusão de que é a dinâmica de aglomeração urbana e de produção da vida nas cidades a grande mediadora social entre o nível da economia de mercado e do Estado de Direito e o nível desta cotidianidade neurótica da vida privada, com um abismo de distância entre os níveis que as explicações críticas canônicas acabavam por presumir.

Para a abordagem lefebvriana da teoria social, a produção das cidades – tanto enquanto ambiente construído quanto como um ideal de ser cidadão gozante de direitos – deixa de figurar como um processo acessório da grande dinâmica catalítica de um sistema econômico de Mercado, deslocando-se para o epicentro das explicações sobre a Modernidade e a relação de Capital que a toma como sendo sua propriedade. Em maior nível de detalhes, tal como geralmente se espera dos diagnósticos de época, é importante notar que esta perspectiva de Lefebvre para uma “problemática” urbana traz um duplo caráter para esta “revolução urbana”: i) trata-se de uma revolução das condições materiais de produção, [i.e., uma revolução similar ao que conhecemos como “revoluções industriais”] um processo de universalização daquilo que o autor definiu como “tecido urbano”, de caráter *necessário* e de realização inevitável dada a lógica geral de funcionamento da economia e do modo de produção; e ii) trata-se de uma revolução potencial da organização social e de uma possível superação do capitalismo [uma ideia de revolução no mesmo sentido que o da “revolução francesa”, da “revolução russa” ou da “revolução cubana”, etc.], uma possibilidade ou horizonte de emancipação social circunscrito às

⁷ Crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estende-se, corroi os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. [...] Enquanto esse aspecto global (industrialização e/ou urbanização) segue seu curso, a grande cidade explodiu, dando lugar a duvidosas excrescências: *subúrbios*, conjuntos residenciais ou complexos industriais, pequenos aglomerados satélites pouco diferentes de burgos urbanizados. As cidades pequenas e médias tornam-se dependências, semicolônias da metrópole. É assim que a nossa hipótese impõe-se, ao mesmo tempo como ponto de chegada dos conhecimentos adquiridos e como ponto de partida de um novo estudo de novos projetos: a urbanização completa. A hipótese a antecipa. Através e no seio da “sociedade burocrática de consumo dirigido” a sociedade urbana está em gestação. (LEFEBVRE, [1970] 1999, p.17-18)

(novas) condições objetivas e à (nova) situação material da sociedade que requer a realização efetiva e consciente de uma *estratégia* política radical.

Para a primeira revolução urbana, o autor traz uma outra potente imagem, de uma dialética *implosão-explosão* de uma *cidade industrial* – uma metáfora lefebvriana que circula com enorme destaque na teoria crítica urbana recente graças à influente interpretação de Brenner & Schmid (2011) para a chamada “urbanização planetária”⁸. Ainda que bastante passível de ser compreendida como uma recaída do autor numa filosofia da história que é linear e determinista, em nossa interpretação esta forma-cidade figura aqui como uma espécie de “tipo-ideal” trazido pelo autor para traduzir o momento histórico (e geográfico) de um capitalismo ainda não-tardio, com pujante dinâmica de crescimento econômico/acumulação sustentada pelo avanço da organização industrial da produção de mercadorias. Em meio a esta tipologia, a era industrial e a cidade industrial/obreira que corresponde a ela estariam em meio a uma “*zona crítica*”, uma situação que permitiria que essa “sociedade urbana” seja tirada do “*campo cego*” da teoria crítica e que esta função mediadora da da urbanização se coloque como a condição essencial da integração social capitalista. De maneira possivelmente contraintuitiva, o que coloca esta cidade industrial numa “zona crítica” – o que faz com que ela imploda sobre si mesma (a *centralidade* implodindo em si mesma) e exploda sobre territórios rurais e pré-capitalistas que não estavam antes no seu perímetro – colocando-a na condição de precedente de uma outra espécie de forma-cidade (o “urbano”) é a sua própria pujança industrial, o seu próprio “sucesso” em atender os propósitos de aceleração do processo de valorização do valor que a relação de capital impõe à organização social como um todo⁹. Por consequência da industrialização, o “tecido urbano” se

⁸ [...] como Lefebvre (2003[1970]) antecipou aproximadamente quatro décadas atrás, esse processo se desenvolve agora crescentemente através de alongamentos desiguais do ‘tecido urbano’, composto de diversos tipos de padrões de investimento, espaços para assentamentos, matrizes de utilização da terra e redes de infra-estrutura ao longo de toda economia mundial. A urbanização ainda se manifesta na massiva expansão continuada das cidades, cidades-região e mega-cidade-regiões, mas igualmente vincula-se à transformação sócioespacial de diversos assentamentos urbanos menos densamente aglomerados que estão, através de redes de infraestrutura interurbanas e inter-metropolitanas constantemente adensadas, sendo cada vez mais estreitamente interligados aos principais centros urbanos. Em resumo, estamos testemunhando, nada menos que a intensificação e extensão dos processos de urbanização em todas as escalas espaciais e em toda superfície do espaço planetário. (Brenner, 2018, p. 26)

⁹ Crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estende-se, corroi os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. [...] Enquanto esse aspecto global (industrialização e/ou urbanização) segue seu curso, a grande cidade explodiu, dando lugar a

estende como uma condição universal da sociedade e passa a comandar a “*espacialidade*” (o caráter funcional) do *espaço social* como um todo [colocando sua dinâmica inteiramente em função do ritmo que o *tempo* social capitalista impõe].

Já o segundo “tipo” de revolução urbana que é discutido por Lefebvre como uma hipotética realização de um horizonte de emancipação é colocado nos termos de um “*possível-impossível*” que, em termos de condições objetivas, é configurado a partir da existência da primeira. Dito de outra maneira “a sociedade urbana proporciona o fim e o sentido da industrialização simplesmente porque nasce dela, a engloba e a encaminha em direção a outra coisa” (Lefebvre, [1970]1999, p. 69), algo que é parte de um raciocínio que se põe a “refletir sobre o objeto possível” e que é resumido pelo autor como uma “*transdução*”. Essa “transdução” da emancipada “sociedade urbana” buscaria extrair dela o horizonte de emancipação social contido nela, mediante um conjunto de informações (resíduos) viabilizados pelo exercício de imaginar a realidade social “apropriada” e u-tópica¹⁰. Mesmo que notadamente inventiva, nos parece razoável que alguém enxergue nesta “transdução” um certo tipo de pensamento positivo e programático que é estranho aos procedimentos críticos do Marx maduro e “esotérico”. Sem desconsiderar totalmente o possível caráter mais “esotérico” do seu método de “transdução” da realidade social, nos termos da reflexão pautada pela negatividade da crítica imanente do fenômeno urbano [que é o que, efetivamente, nos interessa neste trabalho] é importante perceber que o momento em que Lefebvre concebe a extensão do “tecido urbano” é, em essência, a conclusão de que há algo que está para além da mera pressuposição teórica-crítica de uma relação intrínseca entre o exercício geral de se contrapor à dominação social e a possibilidade

duvidosas excrescências: *subúrbios*, conjuntos residenciais ou complexos industriais, pequenos aglomerados satélites pouco diferentes de burgos urbanizados. As cidades pequenas e médias tornam-se dependências, semicolônias da metrópole. É assim que a nossa hipótese impõe-se, ao mesmo tempo como ponto de chegada dos conhecimentos adquiridos e como ponto de partida de um novo estudo de novos projetos: a urbanização completa. A hipótese a antecipa. Através e no seio da “sociedade burocrática de consumo dirigido” a sociedade urbana está em gestação. (LEFEBVRE, [1970] 1999, p.17-18)

¹⁰ Não se trata, portanto, de buscar uma receita empírica para fabricar este produto, a realidade urbana. Não é isso o que frequentemente se espera do “urbanismo” e o que muitas vezes os “urbanistas” prometem? Contra o empirismo que constata, contra as extrapolações que se aventuram, contra, enfim, o saber em migalhas pretensamente comestíveis, é uma *teoria* que se anuncia a partir de uma *hipótese teórica*. A essa pesquisa, a essa elaboração, associam-se procedimentos de método. Por exemplo, a pesquisa concernente a um objeto virtual, para defini-lo e realizá-lo a partir de um projeto, *já* tem um nome. Ao lado dos procedimentos e operações clássicas, a *dedução* e a *indução*, há a *transdução* (reflexão sobre o objeto possível). (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 18)

real da emancipação humana. Isto porque, há uma articulação entre esses dois “tipos” de revolução urbana que configura esta utopia como realidade fática das sociedades em que reina o modo de produção capitalista em virtude do desenrolar da *socialização da sociedade* (Marx, [1867]2013, cap. 11).

Para esta “socialização da sociedade” – ideia bastante debatida na história do marxismo, com diversas disputas teóricas em torno da perspectiva marxiana da “socialização”¹¹ – nos parece corresponder um lugar central do constructo lefebvriano. Nosso entendimento sobre esta tese marxiana também a vê como aspecto central da teoria crítica urbana contemporânea, já que nesta descrição do processo capitalista podemos localizar de maneira bastante nítida a contradição fundamental entre a riqueza social e sua aparição como valor. Numa “problemática” urbana tal como a que é construída por Lefebvre, a socialização da sociedade é tida praticamente como equivalente ao próprio processo de urbanização, que – por sua vez – pôde ser apreendido como não equivalente à lógica pura da industrialização¹². Ainda que esteja, em última instância, a

¹¹ “Marx [...] señala como contradicción fundamental del capitalismo la que aparece entre la creciente *socialización del trabajo* y la *apropiación privada de los medios de producción* y, a su través, entre dicha *socialización del trabajo* y la *apropiación privada del producto de dicho trabajo*. Obviamente es una tesis que vertebrata toda la reflexión marxiana sobre el capitalismo, y de la que en nuestro tiempo no siempre se extraen consecuencias ajustadas y coherentes. [...] ¶ [...] este proceso de socialización descrito por Marx, centrado en el proceso de trabajo, pero conectado con otras esferas, momentos o aspectos de la producción capitalista, como la concentración y la centralización del capital, el trabajo colectivo, la distribución del plusvalor, etc., tiene su lugar propio en el capitalismo y se nos revela como alma de la vida económica. La socialización parece nacer en el capitalismo, se desarrolla cuantitativamente con él, y adquiere madurez, su forma general, en el capitalismo ya desarrollado, cuando la “producción capitalista puede andar ya sin andaderas”, cuando la socialización se extiende el propio proceso de trabajo a las formas de concentración del capital. Y, si creemos a Marx –y hay muchos argumentos a favor de aceptar esa tesis- no es algo contingente, sino intrínseco al capitalismo, va unido al trabajo colectivo, a la incorporación de la ciencia y de la máquina, a la concentración de capitales, o sea, está en la base de los mecanismos propios del capitalismo desarrollado. Podríamos decir, en consecuencia, que la socialización pertenece a la *esencia* del capitalismo, está en la base de esas leyes intrínsecas, “inmanentes”, al desarrollo capitalista, que aparecen fenoménicamente en la superficie como expropiación de los trabajadores de los medios de producción, expropiación entre los capitalistas en la concentración de capital, determinación del trabajo colectivo creciente, etc. La socialización, pues, parece estar en la base, en las entrañas, de esos procesos y de esas leyes de desarrollo del capitalismo. Es como el aire para la paloma kantiana, a un tiempo obstáculo a su vuelo y condición de posibilidad del mismo” (Ávila, 2017).

¹² A “socialização da sociedade”, mal compreendida pelos reformistas, barrou o caminho para a transformação urbana (na, pela, para a cidade). Não se compreendeu que essa socialização contém por essência a urbanização. O que é que foi “socializado”? Os signos, ao entregá-los ao consumo: os signos da cidade, do urbano, da vida urbana, bem como os signos da natureza e do campo, os da alegria e da felicidade, sem que uma prática social efetiva faça com que o “urbano” entre para o cotidiano (LEFEBVRE, [1968]2001, p. 86).

serviço da configuração da ordem social fetichista, pautada no valor e no trabalho abstrato, a dinâmica de urbanização deixaria consigo um certo “resíduo”, um rastro de uma experiência outra da socialização como exercício da cidadania. E em paralelo, toda a cotidianidade vivida numa “sociedade burocrática de consumo dirigido” – colocada nesta fase crítica em que condições materiais para o surgimento de uma utópica sociedade urbana – pode se realizar como esta outra socialização desde que a ela se oriente também uma “estratégia política”.

Em Lefebvre ([1970]1999, p. 137) encontramos, então, uma apresentação esquemática que a imagina passando por três etapas/tarefas fundamentais: a) levar a problemática urbana ao primeiro plano da vida política; b) a realização do “direito à cidade” e c) a autogestão generalizada – ideia de autogestão que ultrapassa o problema da autogestão industrial ou da autogestão das fábricas, contemplando principalmente a vida cotidiana. Para notar qual o elo deste “programa de transição” com a real socialização da sociedade urbana, contudo, nos parece também essencial notar que a ideia de *diferença* ou de *diferencial* também figuram como um aspecto-chave da transdução lefebvriana. Isto porque, segundo o argumento do autor, esta socialização da sociedade no capitalismo tardio [e na “era urbana”] sistematicamente produz o urbano como uma “realidade diferencial” aos mesmo tempo que [quase]sistematicamente a reduz aos termos postos por uma cotidianidade industriosa, esta estratégia política que envolve direito à cidade e autogestão generalizada se afirma sobre o que “resta”/o que residua desta dinâmica de produção e redução da “realidade diferencial” e busca afirmá-la como um novo contexto geral de socialização da sociedade, em que a vida cotidiana no espaço-tempo urbano poderia emergir como uma “outra coisa” desalienada dos imperativos da sociabilidade capitalista.

2.4. Produção do espaço

Quase que imediatamente após tornar pública a sua tese sobre uma contraditória época de “revolução urbana” os seus esforços de Lefebvre se concentram numa outra formulação teórica dedicada a desvendar a dinâmica de *produção do espaço*, questão que é hoje a mais comentada e mais celebrada nas apropriações da obra de sua obra – e que é a terceira e última tese que

destacamos em nosso comentário sobre as diretrizes de uma abordagem lefebvriana dos estudos urbanos. A alta relevância desta nova empreitada é resumida pelo próprio autor por uma célebre afirmação de que o capitalismo sobrevive “produzindo espaço, ocupando espaço” (Lefebvre, [1972]1976) e, a nosso ver, há em meio esta sua discussão altamente especulativa e [novamente] de eminente caráter metateórico, certamente, um ponto de enorme avanço teórico-crítico em relação àquilo que o autor pôde, até então, conceber sobre uma época de vida cotidiana num capitalismo tardio e numa era urbana. Contudo, é importante lançar um olhar mais atento a esta ideia lefebvriana, em específico, uma vez que – como ressaltado pelos proponentes da “terceira constelação” – é principalmente com a intenção de se apropriar da tese da produção do espaço para a promoção de exercícios mais “espacialistas” de teoria crítica urbana que se engendram algumas interpretações de Lefebvre que acabam por obliterar sua intenção metafilosófica e por relegar a segundo plano (ou mesmo desconsiderar por completo) aquilo que ele considerou como sua contribuição mais notável ao vocabulário marxista e, por consequência, à teoria crítica urbana – sua “crítica da vida cotidiana” e toda a carga hegeliano-marxista que ela carrega junto de si.

A princípio, numa primeira aproximação, é importante refletirmos com maior atenção sobre o status geral da relação atualmente estabelecida entre as questões do espaço e do urbano, que parecem ser tomadas como questões idênticas. Tal como soa bastante natural tomarmos o grande conjunto de problematizações sobre o conceito ou a natureza do espaço que se conformou desde as “rupturas dos anos 70” [ou mesmo desde antes, se lembrarmos, por exemplo, das emblemáticas tentativas de se consolidar uma “ciência regional” no campo da teoria urbana dominante no período pós-guerra] como uma consequência direta e inexorável de quaisquer estudos que tomassem o fenômeno urbano como seu objeto, parece bastante óbvio que as iniciativas de um pesquisador envolvido na “observação da vida nas cidades” e consciente da “função mediadora da urbanização no capitalismo tardio” tenham tido como um passo seguinte a realização de uma reflexão mais profunda sobre a questão do espaço e da espacialidade. Ora. Certamente, o processo mundializado de urbanização se coloca envolto numa trama de importantes configurações espaciais (ou, melhor dizendo, *sócio-espaciais*) formadoras de

adensamentos, centralidades e periferias, “implosões-explosões” no território, etc. que remetem o seu observador imediatamente a uma imagem do urbano como sendo questão referente ao *espaço* urbano. Porém, conscientes do caráter metafilosófico do trabalho de Lefebvre, não nos parece que isto que o autor francês batizou de dinâmica de “produção do espaço” possa ser reduzido, simplesmente, a algum tipo de tentativa de colocar a sua imaginação urbana revolucionária dos anos 60 no mesmo rumo que a discussão mais canônica e “ortodoxa” de teoria crítica urbana acabou tomando, buscando dar à “questão urbana” o tratamento (supostamente mais materialista) que a considera como alguma espécie de epifenômeno associado à “mais ampla” ou até mesmo “mais material” questão espacial.

A produção do espaço não seria, portanto, uma iniciativa de construir um arsenal de conceitos analíticos ou de fornecer mais “munição” para a investigação do espaço. A imaginação espacial, na realidade, aparece em Lefebvre mais até como algo possivelmente irreduzível às análises empíricas convencionais e como a construção de *insights* teóricos¹³. E, de um modo geral, iniciativas que buscam fazer valer um “Lefebvre geógrafo” – ao que nos parece, na prática, desdobramentos lógicos da ideia althusseriana de Castells sobre a cidade como espaço de reprodução dos meios de produção e o urbano como ideologia – soam para nós como algo que recai sistematicamente num raciocínio restrito e numa pseudo-compreensão do que seriam os objetos centrais da crítica materialista do capitalismo tardio, colocando a ideia de produção do espaço muito aquém do seu real (anti)valor. Ou, então, para dizer o mínimo, são interpretações condizem com as amplamente declaradas intenções meta-filosóficas do autor francês.

Para dizer o que a produção do espaço efetivamente “é”, poderíamos começar afirmando que ela é um esforço de elaboração teórica mediado pelo surgimento de um certo debate marxista no início da década de 1970, que foi motivado pela publicação (em 1969) de um “capítulo VI inédito” d’O Capital e que pode ser melhor reconhecido hoje no que tem sido definido como o problema da *reprodução social* (Bhattacharya, 2017). Surge deste debate uma discussão bastante “marxológica” dedicada a entender o que Marx define como “trabalho produtivo” e ganha

¹³ Cf. Tonucci Filho (2017).

destaque absoluto uma influente leitura estruturalista-marxista sobre a reprodução capitalista, proposta pelo principal intelectual orgânico do Partido Comunista Francês no momento, Louis Althusser [a qual, tal como sugerimos anteriormente, acabou sendo influência decisiva para a clássica e canônica interpretação de Castells sobre a “questão urbana”]. Contrapondo-se à visão althusseriana – sem, contudo, exercer o mesmo grau de influência – a interpretação de Lefebvre para a questão é organizada desde um ponto de vista dialético e hegeliano-marxista, localiza na questão reprodutiva uma lógica de “sobrevivência” do capitalismo e traz um neologismo para definir o problema como o problema da *re-produção das relações sociais de produção* (Lefebvre [1972]1976).

A interpretação que o autor dá ao conceito de *produção* – cotejada diretamente de Hegel e já se fazendo presente em sua obra antes do surgimento deste debate marxista – é bastante reveladora daquilo que nos parece ser o seu ponto principal de tensionamento com o materialismo determinista e economicista que Althusser e seu círculo de influência acabaram trazendo para a compreensão da reprodução (social). Na visão de Lefebvre, a concepção de “produção” em Marx, muito além de remeter a algum processo de fabricação industrial de mercadorias que tem “trabalho vivo” e “trabalho morto”, implica também num processo de instituição e reiteração de determinadas *relações sociais de produção* necessárias ao condicionamento da vida cotidiana a uma cotidianidade de empreendimentos individuais com o objetivo de exercer trabalho socialmente “necessário” e organizar desejos em consonância com o imperativo da maximização/valorização de valores.

Cito passagem esclarecedora de *A vida cotidiana no mundo moderno* [1968] sobre o tema, que foi destacada acima pelo fato do autor também concluir nesta passagem que a vida cotidiana seria o “centro real da práxis”:

A produção não se reduz à fabricação de produtos. O termo designa, de uma parte, a criação de obras (incluindo o tempo e o espaço sociais), em resumo a produção “espiritual”, e, de outra parte, a produção material, a fabricação de coisas. Ele designa também a produção do ser humano por si mesmo, no decorrer do seu desenvolvimento histórico. Isso implica a produção de *relações sociais*. Enfim, tomado em toda a sua amplitude o termo envolve a *reprodução*. [...] Até que uma desestruturação as quebre, as relações sociais inerentes a uma sociedade se mantêm; mas não é por inércia, passivamente. Elas são re-produzidas num movimento complexo. Onde se passa esse movimento, essa *produção* cujo conceito se desdobra, ou antes se divide, de modo a

compreender a ação sobre as coisas e a ação sobre os seres humanos, a dominação sobre a natureza e a apropriação da natureza ao e pelo “ser” humano, a práxis e *poiesis*? Esse movimento não se desenvolve nas altas esferas da sociedade: o Estado, a ciência, a “cultura”. É na vida cotidiana que se situa o núcleo racional, o centro real da práxis. (LEFEBVRE, 1991a [1968], p.37-38)

Nos momentos mais essenciais e amadurecidos da abordagem dialética deste “crítico da vida cotidiana”, noções conceituais como “produção” e “trabalho” não são entendidas simplesmente como categorias econômicas oriundas de alguma teoria [fetichista] de economia (política), mas sim categorias filosóficas que remetem ao que Hegel sugere ser na sua *Fenomenologia* o “trabalho do espírito” na direção do Espírito Absoluto [que, em última instância, seria o equivalente a Deus ou à “*res divina*” cartesiana]. Isso sugere, portanto, que o que Lefebvre elabora como um processo de produção de um *espaço social* é algo que está muito além de uma visão pseudo-materialista que considera que a materialidade do espaço é inerente a alguma espécie de “espaço físico”.

Ora. O ponto nevrálgico da tese lefebvriana está cristalizado na sua categoria de *espaço abstrato*, dedicada a representar a espacialidade do espaço capitalista como “abstração que se torna real na prática” (Marx, [1857-1858]2011). Ou seja, na sua iniciativa de incluir a questão do espaço e da espacialidade no escopo de uma discussão sobre a natureza da relação entre o *espaço abstrato* e a dinâmica capitalista – uma afirmação que sintetiza quase que inteiramente a nossa percepção sobre o que a tese lefebvriana efetivamente “é”. Além de ecoar a questão da reprodução social, o contexto de surgimento desta discussão sobre um processo de “produção do espaço” ecoa também [e talvez de maneira ainda mais direta] o fato do autor ter se deparado em suas pesquisas sobre o urbanismo com uma concepção tripartida e idealista que o urbanismo funcionalista da década de 60 sugeria para o conceito de espaço, propondo sua divisão em “espaço físico”, “espaço mental” e “espaço social”. A crítica materialista do autor a este espaço tripartido é refinada pela sua reconstrução dialética do problema como um problema do universal concreto, e longe de recair em algum tipo de impulso simplificador de buscar uma fundamentação “física” das representações sociais e mentais do espaço prefere encará-lo como

“falácia teórica com ramificações práticas” que é parte essencial de uma dinâmica social *fetichista*¹⁴.

Nota-se, portanto, que a espacialidade do espaço é material não porque podemos vê-lo e tocá-lo como ambiente construído, mas sim porque a noção de espaço é incorporada pelo processo fetichizado de (re)produção capitalista – assim como é o “tempo de trabalho socialmente necessário” (Marx, [1867] 2013, cap. 1) – como uma “abstração que se torna real na prática” (Marx, [1857-1858]2011). De acordo com o constructo teórico lefebvriano, a cada dinâmica de modo de produção [e reprodução social] há uma organização social historicamente determinada e correspondente e, por consequência, uma relação social historicamente determinada com a dimensão espacial das práticas sociais e um correspondente espaço social. Seria, portanto, enganoso tratar a passagem da cidade da era rural à cidade da era urbana – que é apresentada na descrição desta época de “revolução urbana” – como uma simples evolução de adensamento populacional, tal como geralmente o faz o pensamento positivista e como o fez o urbanismo funcionalista. É necessário pensar este movimento da vida nas cidades com um movimento efetivamente histórico, ao qual corresponde uma sequência de violentas rupturas de modos de vida e uma revolução da organização social para que o capitalismo se conforme como um sistema e estrutura da vida social.

Durante os tempos modernos há movimentos das práticas sociais no espaço e do espaço ele mesmo, seguindo porém um ritmo específico, do avassalador processo de modernização capitalista. Isso exige uma nova configuração de espaço (social) que seja funcional para que a lógica de organização da indústria avance sobre todos os resíduos de modos de produção pré-capitalistas e de vida costumeira que precedia, de uma maneira geral, a sociedade do valor. E, assim, nas sociedades em que rege o modo de produção capitalista, a relação com o espaço histórico aparece então como a relação com um “espaço abstrato”. Este espaço abstrato é, então, aquilo que se reconhece, a partir da crítica da economia política, como “abstração concreta”; e é manifestação de um “espaço social” historicamente determinado pelo modo de produção

¹⁴ Ver STANEK, 2008.

capitalista. Mas, para além desta contextualização, o que podemos dizer sobre a sua lógica imanente? A nosso ver, a reflexão lefebvriana é desenvolvida mediante uma apresentação categorial um pouco confusa, que deixa margens para interpretações diversas e que em raros momentos expressa com absoluta clareza o que viria a ser a lógica imanente deste espaço abstrato.

Podemos arriscar a nossa interpretação destacando a similitude que o autor vê entre os surgimentos históricos do trabalho abstrato e do espaço abstrato e ressaltando como a esta relação se dá atrelada à mesma contradição valor-de-troca/valor (Marx, [1867], cap. 1) que acaba por caracterizar todo o processo de produção do capital. Bem como se dá no processo de produção do capital uma contradição fundamental entre a função do valor como cristalização da riqueza social e a sua manifestação enquanto um valor-de-troca de fungibilidade universal, podemos, então, traçar no movimento do/no espaço uma contradição fundamental entre espaço abstrato e espaço social. Dito de outra maneira, esta seria uma contradição entre a necessidade de socialização do espaço [urbano] como a “natureza segunda” do ser humano e esta sua aparição como uma força produtiva abstrata que é necessária para que o espaço histórico seja capitalizado nos termos das atividades produtivas e reprodutivas espacialmente localizadas. Ao delinear esta lógica contraditória geral, Lefebvre pode então desdobrar toda uma série de outras manifestações espaciais do mundo moderno que acabam por contradizer a si mesmas – a tendência de que o espaço social capitalista seja integrado ao mesmo tempo que separado, homogêneo ao mesmo tempo que hierarquizado e fragmentado, sua implosão-explosão urbana, etc.

Diante do destaque à centralidade desta categoria de “espaço abstrato” e à sua correspondência direta com a questão do “trabalho abstrato”, torna-se menos difícil enxergar como o ostensivo exercício de fazer emergir um processo dialético de “produção do espaço” pode aparecer como uma continuidade do seu diagnóstico de época sobre uma “revolução urbana”. Em termos que nos parecem ainda mais precisos, há nesta passagem de uma discussão sobre a problemática urbana para uma densa reflexão sobre o espaço como manifestação de um “universal concreto” uma certa “viagem de retorno” do diagnóstico lefebvriano sobre a natureza

lógica e ideológica do capitalismo tardio àquele universo de especulação filosófica e de abstração teórica mais “pura” em que localizamos sua crítica da vida cotidiana e seu intento meta-filosófico. A urbanização e sua expressão em configurações espaciais operam no “modo de produção baseado no valor” (Kurz, [1991]1999) da mesma forma que opera o trabalho abstrato, como uma “abstração concreta” e coisa “sensível suprassensível” que promove a inversão fetichista da realidade social. E assim, nesta atualização crítica o espaço abstrato é entendido como um desdobramento do desenvolvimento do processo de totalização social da *mercadoria* – aquele mesmo anti-herói das “sociedades em que reina o modo de produção capitalista” que a exposição categorial n’O Capital toma como concreto (universal) e como ponto de partida.

Por fim, cabe destacar rapidamente aquilo que o autor compreende como sendo a característica residual do desenvolvimento desta lógica sistematizadora e contraditória do espaço abstrato, ponto que nos remete mais diretamente à sua transdução do “segundo tipo” de revolução urbana [e que será para nós um aspecto-chave da problemática urbana brasileira contemporânea]: a sua hipótese de que, das contradições do espaço abstrato, emergiria um *espaço diferencial*. A noção lefebvriana de “espaço diferencial” remete ao procedimento metafilosófico de olhar para os resíduos, que acabam por ocupar um lugar “periféricamente central” neste deslocamento de perspectiva que é proposto pela crítica da vida cotidiana. Na perspectiva lefebvriana, se descobre a prática espacial de uma sociedade ao se decifrar seu espaço (Lefebvre, [1974]1991b) e o espaço diferencial seria o elemento do espaço que possui a capacidade de tra(ns)duzir a prática espacial da sociedade urbana emancipada, negando a funcionalização do espaço para uma “sociedade burocrática de consumo dirigido” e definindo se por uma outra racionalidade¹⁵.

Bem como é esperado a toda a estruturação sistematizadora da vida social capitalista, a produção do espaço abstrato acaba por resultar em resíduos que permitiram manter no horizonte

¹⁵ [...] O espaço-tempo urbano, desde que não seja mais definido pela racionalidade industrial – por seu projeto de homogeneidade –, aparece como diferencial: cada lugar e cada momento não tendo existência senão num conjunto, pelos contrastes e oposições que o vinculam aos outros lugares e momentos, distinguindo-o. (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 45)

uma possibilidade de apropriação e reinvenção da vida cotidiana. Dessa maneira, “o grande desafio” para a teoria crítica urbana seria “lançar a luva no rosto dos poderes e do estabelecido” e “apostar nos resíduos por um ato *poiético* inaugural, reuni-los em seguida na práxis, erguê-los contra os sistemas e as formas adquiridas, tirar deles novas formas” (Lefebvre, 1967 [1965], p. 378). Da mesma maneira que Lefebvre tenta derivar um horizonte emancipatório de revolução urbana da concretude do processo de (re)produção capitalista e da socialização da sociedade [urbana] – pautada pelo ritmo da extensão industrial do “tecido urbano” a nível global e, ao mesmo tempo, cotidiano [ou seja, do “primeiro tipo” de revolução urbana] – é da dinâmica de contradições do espaço abstrato que ele faz emergir sua hipótese de um “espaço diferencial”. Mas, também como ocorre com as expectativas do autor quanto à emergência de uma “realidade diferencial” urbana emancipada e associada a momentos de realização social do “direito à cidade” e de “autogestão generalizada” [isto é, do “segundo tipo” de revolução urbana] há pouco desenvolvimento conceitual sobre a dinâmica de produção do espaço diferencial em sua obra e, sobretudo pela própria natureza deste seu “não-lugar” de realidade transduzida, não sendo tarefa simples reconhecê-la operando na dinâmica social.

Mesmo assim, a possibilidade de decifrar o espaço e encontrar uma prática espacial emancipada ou emancipadora tem animado a teoria crítica urbana na sua tarefa de “não apenas investigar as formas de dominação associadas ao capitalismo moderno, mas igualmente, escavar as possibilidades emancipadoras que estão embutidas nele, ainda que simultaneamente suprimidas por esse mesmo sistema” (Brenner, 2010). Reestabelecer horizontes de emancipação social que não desabem junto ao muro de Berlim e apresentar contrapontos efetivos à máxima neoliberal de que “não há alternativas” a uma organização social baseada no valor e nas abstrações concretas do trabalho e do espaço, tem sido algo bastante desafiador e, ao mesmo tempo, frequente nos exercícios de teoria crítica urbana contemporânea. Dessa maneira, se o constructo lefebvriano também está correto neste ponto, torna-se mais possível pensar na crítica do espaço abstrato também como um caminho sustentado para traçar “propostas, estratégias e práticas alternativas (utopias concretas, propostas utopianas) [...] que permitam caminhar rumo à

superação e transformação das condições ora vigentes, sob a aura de um paradoxal neoliberalismo de Estado, para a construção de um espaço diferencial” (Limonad, 2018)¹⁶.

Como bem colocado por um jovem Marx e ainda inteiramente válido, “os filósofos têm se preocupado em interpretar o mundo, importa transformá-lo” (Marx, ([1845-1846]2007), “Ad Feuerbach”); e todo e qualquer interesse em elaborar uma “crítica da vida cotidiana” que envolva análises de espaços abstratos e diferenciais precisa mesmo ter, em última instância, o objetivo de dar concretude a uma sociedade transformada e emancipada como sua razão de ser. Contudo, a distinção entre uma concepção idealizada e materialista deste horizonte utópico de espaço diferencial reside na capacidade de apresentá-lo como uma possibilidade imanente ao processo sistemático de valorização do valor, revelando-o como algo que seja “possível-impossível” ou “hoje virtual, amanhã real” – como algo que esteja efetivamente presente, ainda que oculto, na própria organização social capitalista. Assim, mediante à necessidade latente de transformar o mundo, cabe à teoria crítica urbana interpretar (e muito bem) o mundo, sendo ainda incontornável recorrer a questões essenciais da investigação científica – como o par análise-síntese, a quantificação da realidade, a lógica formal, etc. – para gerar o entendimento necessário sobre a organização social capitalista¹⁷. Resta, assim, a necessidade de se verificar, mediante um desenvolvimento de caráter conceitual e empírico mais amplo a conformação desse “espaço diferencial” no âmbito de práticas sociais que não sejam, de fato, regidas pela dinâmica do trabalho abstrato, uma tarefa que se mostra como algo ainda por fazer.

¹⁶ “Urge, assim, traçar uma linha divisória entre aquelas idealizações com uma visão de futuro encerradas em si mesmas (utopias abstratas, propostas utopísticas) que muitas vezes se concretizam de forma vanguardista em pranchetas de urbanistas, de arquitetos, engenheiros e técnicos de governo, e propostas, estratégias e práticas alternativas (utopias concretas, propostas utopianas) (CARLOS, 2016; LIMONAD, 2016; RANDOLPH, 2016) que permitam caminhar rumo à superação e transformação das condições ora vigentes, sob a aura de um paradoxal neoliberalismo de Estado, para a construção de um espaço diferencial. As primeiras há muito se mostraram desastrosas em termos de uma prática de planejamento e urbanismo (LIMONAD, 2015). Servem de exemplo nesse sentido as propostas do blue print planning, do urbanismo modernista, assim como do New Urbanism, sendo que esse último reedita as propostas do City Beautiful, assim como as proposições do Planejamento Libertário, propugnado pelos partidários de Hayek ([1944] 2010). Trata-se, assim, de buscar meios e formas de conceber uma utopia com os pés no chão, ou seja com um referencial concreto, com algum grau de autonomia, operando tanto por dentro como por fora das políticas públicas e do Estado.” (LIMONAD, 2018)

¹⁷ “Toda ciência seria supérflua se a aparência e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (O Capital, vol III, cap. 48: “A fórmula trinitária”). Supomos que a radical e revolucionária realização humana que faça coincidir a aparência e a essência do “problema social” ainda não se deu e que a ciência ainda não é supérflua...

2.5. Problemática urbana como crítica do trabalho (abstrato) e do espaço (abstrato)

Ao fim e ao cabo, a nossa apropriação da obra de Lefebvre caminha, tal como a maior parte das apropriações contemporâneas, para uma “abordagem lefebvriana” focada na ideia de *produção do espaço*. Mas ela busca também acolher aquilo que é observado e destacado, de modo muito pertinente, na “terceira constelação de leituras” (Goonewardena *et al*, 2008): em meio às apropriações da reflexão lefebvriana sobre o espaço acabam se dando grandes riscos de uma pseudo-crítica “apropriação parcial” de sua obra, sendo fundamental repensar a articulação do tema com outras elaborações teóricas essenciais para a configuração da “epistemologia metafilosófica” que leva Lefebvre a discutir a noção conceitual de espaço e o seu processo de “produção”.

Podemos resumir nosso entendimento sobre o que significa elaborar a “abordagem lefebvriana” da teoria crítica urbana da seguinte maneira:

- a nossa interpretação da obra Lefebvre traz à tona a centralidade da questão da “crítica da vida cotidiana”, destacando que sua incorporação do projeto marxiano da crítica da economia política é mediada por uma peculiar leitura sobre a “teoria da alienação” e pela elaboração metateórica de uma crítica à teoria positiva dos sistemas que coloca em perspectiva a possibilidade de “superação da filosofia”/ “metafilosofia”;
- pontua-se que a concepção da (dupla) revolução urbana é melhor entendida enquanto uma discussão sobre o “diagnóstico de época” do capitalismo tardio e sobre a função central da urbanização no processo de valorização do valor e seus condicionantes sociais;
- ressalta-se que a ideia que Lefebvre tem sobre uma dinâmica de “produção do espaço” incorpora esses dois momentos teóricos anteriores [“crítica da vida cotidiana” e “revolução urbana”] dando a eles a faceta de uma discussão sobre a “re-produção das relações sociais de produção” (Lefebvre, [1972]1976);

- a tese da produção do espaço é resumida, então, como discussão sobre a natureza da relação entre o espaço abstrato e a dinâmica capitalista – destacando-se, por consequência, o lugar central da categoria “espaço abstrato” e tomando-o como uma expressão de uma inversão fetichista da realidade social, equivalente ao que Marx ([1857-1858]2011) sugere ser resultante de um processo de “abstração que se torna real na prática”;
- por fim, merece destaque a previsão de um aspecto “residual” do desdobramento das contradições do/no espaço abstrato a previsão da emergência de um “espaço diferencial”, que – ainda muito pouco esclarecida e cercada de mistério – tem animado as buscas por um horizonte emancipatório não-capitalista.

Não soa como uma tarefa fácil debater o mundo contemporâneo incorporando com maiores cuidados essas três grandes temáticas lefebvrianas [a “crítica da vida cotidiana”, a “revolução urbana” e a “produção do espaço”], em especial porque elas não emergem com absoluta clareza nem mesmo ao seu autor¹⁸. Vemos este tipo de exercício, contudo, como parte essencial de um avanço necessário à teoria crítica urbana, em direção a um movimento de

¹⁸ Sob o propósito de apresentar um todo coerente na vasta obra de Henri Lefebvre e estando de pleno acordo com a conclusão da “terceira constelação” sobre a necessidade de localizar as teses específicas de Lefebvre na sua “epistemologia metafilosófica”, nos propusemos nesta seção a tentar extrair alguns conteúdos de sua obra no contexto do pós-guerra e desenvolver de maneira criniosamente breve o que esta perspectiva lefebvriana de teoria crítica urbana e os estudos urbanos nos parece ser. Num comentário final sobre esta questão em específico, é importante ressaltar que este é, contudo, um exercício que requer um aprofundamento muito maior. E destacamos também que, ao longo de alguns (poucos) anos de leitura, pudemos perceber um quê de “desafio de sísifo” que parece ser inerente a qualquer tentativa de fazer emergir uma coerência teórica entre grandes temas da sua vasta obra como a “crítica da vida cotidiana”, a “revolução urbana”, a “produção do espaço” e também outras teses específicas que não receberam nossos comentários – tais como sua teoria sobre o Estado, a sua hipótese de uma “Ritmanálise”, a sua proposta de desenvolver a dialética mediante um “método progressivo-regressivo”, a sua teoria ainda pouquíssimo absorvida teoria da linguagem.... Este problema inerente advém, afinal, do próprio objeto, da própria coesão da obra de Lefebvre – é uma dificuldade imposta pela própria imensa coleção de especulações e ideias criativas que este escritor compulsivo quase-centenário sugere ao longo de mais de 90 livros e vários outros textos avulsos e que quase nunca são apresentadas de modo esquemático, com os nexos de coerência que a nossa incorporação de sua teoria requer. Nos parece importante, então, deixar claro que esta ideia de “terceira constelação” de se negar a fazer uma apropriação parcial de sua obra também deve ser entendida como uma espécie de exercício “possível-impossível”, cujo valor está mais na possibilidade de desvelar hierarquias, tipologias e aspectos fundamentais de sua obra e na intenção de torná-la coerente do que na própria utopia de fazer com que todos os seus momentos intelectuais tenham uma coerência livre de contradições e aporias que eles, aparentemente, nunca tiveram – e, se tiveram, nem mesmo o autor parece ter sido capaz de tratá-las de modo muito esquemático. Logo, ainda que motivados pela ideia de não fazer uma “apropriação parcial” das teses de Lefebvre não podemos deixar de concluir que o que fizemos aqui é também, no fim das contas, uma apropriação parcial e dedicada a um propósito instrumental, da qual esperamos – contudo – uma melhor consciência de si.

superação da restrita imagem da “questão urbana” que equivale o urbano a uma mera manifestação ideológica da questão espacial (em realidade, “físico-espacial”) – uma espécie de “labirinto” estruturalista para o qual as propostas referenciadas na interpretação clássica de Castells e da escola de sociologia urbana francesa acabaram sendo endereçadas. E, apesar de breve, o esforço de apresentar o modo como nós interpretamos e articulamos aspectos teóricos principais da teoria de Lefebvre ajuda a dar, então, contorno mais claro para aquilo que entendemos ser uma abordagem dialética e materialista dos Estudos Urbanos e da “problemática urbana”.

Podemos, assim, resumir a difícil tarefa de explicar o que entendemos como uma dialética materialista do urbano e nos apropriarmos de proposições teóricas originais de Henri Lefebvre como uma proposta de discussão interna ao campo da teoria crítica urbana que apreende a “*problemática urbana*” – para além da ideia de uma “questão urbana”, a nosso ver restritiva – *como uma crítica do trabalho (abstrato) e do espaço (abstrato)*. Ou sejam, a discussão sobre a urbanização e a produção de um espaço-tempo urbano que se destacam/separam da vida cotidiana – que Lefebvre deriva da sua crítica da vida cotidiana e da reflexão de um horizonte de emancipação viabilizado pela “socialização da sociedade” urbana – é, em última análise, conformada como uma crítica das abstrações concretas do trabalho e do espaço e, portanto, como uma investigação sobre o *fetichismo da mercadoria* (Marx, [1867]2013) que sustenta a organização social capitalista.

3. ELEMENTOS ESPECÍFICOS PARA UMA PROBLEMÁTICA URBANA BRASILEIRA

Para além da delimitação geral de uma crítica às abstrações fetichistas do espaço e do trabalho no capitalismo tardio que é mediada pelas teses lefebvrianas para a vida cotidiana, a revolução urbana e a produção do espaço, o nosso esforço de se apropriar do urbano enquanto uma “problemática” urbana está colocado num contexto histórico-geográfico específico do *urbano brasileiro*. De tal maneira que o ímpeto de busca por alternativas emancipatórias vislumbradas na abordagem lefebvriana exige que façamos um comentário sobre algumas peculiaridades da teoria crítica urbana brasileira. Destaco, portanto, nesta seção, alguns elementos que considero fundamentais para a análise do contexto brasileiro dando centralidade ao que a teoria crítica urbana brasileira acabou denominando de *crítica à razão dualista*. E concluo ressaltando duas abordagens teóricas particularmente relevantes para a crítica do trabalho abstrato e do espaço abstrato no Brasil: as teses para a *espoliação urbana* e para os chamados *circuitos da economia urbana*.

3.1. A presença de um “pólo marginal” urbano

Possivelmente, podemos pensar que o urbano é uma questão no Brasil desde que as caravelas portuguesas chegaram a porto seguro, mas uma teoria crítica urbana brasileira, propriamente dita, é algo que se consolida [também] em meados de 1960-1970, delimitada a partir de duas grandes influências: a sociologia urbana francesa e a emblemática apropriação brasileira do “pensamento cepalino” latino-americano (Costa, 2015). Sendo particularmente fundamental na conformação da teoria crítica urbana brasileira a intervenção de alguns ambientes intelectuais em que essas ideias circulavam intensamente no período pós-guerra, tais como o CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, a FAU-USP e, como nota Arantes (2009), o tragicamente interrompido experimento socialista do Chile de Salvador Allende. Como um nascedouro simbólico da teoria crítica urbana brasileira podemos pensar – tal

como o faz Arantes – no conteúdo cristalizado num compêndio de textos organizados por Castells (à época, coordenador do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento Urbano e Regional de Santiago) em 1973 sob o título de *Imperialismo e urbanização na América Latina*. Nesta obra vemos um ponto de confluência de nomes pioneiros da teoria crítica urbana brasileira – Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Lúcio Kowarick e Milton Santos – para a interpretação do que entendiam ser um certo “descompasso entre urbanização e proletarização” no aceleradíssimo crescimento urbano das cidades latino-americanas (Arantes, 2009, p. 105).

Como já revelado pelo título dessa obra icônica, em que pese as diferenças na reflexão dos pioneiros sobre o tema, o surgimento de uma teoria crítica urbana se deu sob uma orientação comum para questionar a incidência do imperialismo na produção do espaço urbano latino-americano bem como sob uma percepção de que o fenômeno urbano seria uma tradução do problema da reprodução da força de trabalho que se internacionalizou pela influência da sociologia urbana francesa. Entendia-se, então, que esse tipo de descompasso seria o grande responsável por um certo padrão generalizado na paisagem urbana das grandes cidades brasileiras e latino-americanas de aparente não-integração de grande parte da população urbana a circuitos formais de assalariamento, acesso a crédito e acesso à moradia. Esse problema foi debatido prioritariamente nos termos de um *inchaço urbano* decorrente de uma *marginalidade urbana* (Nun, 1969; Quijano, 1973; Kowarick, 1975;) dá sentido ao nascimento histórico de uma teoria crítica urbana brasileira que, em resumo, surge de uma necessidade latente de se explicar como esse “inchaço urbano” decorreria de uma “urbanização na periferia do capitalismo” (Arantes, 2009).

Como observa Miranda (2013), o crescimento da população urbana no Brasil ocorre predominantemente entre os anos de 1950 e 2010, sendo esta história de conformação de um Brasil eminentemente urbano marcada por a) uma predominância de um “nexo urbano-industrial” entre os anos 1950 até meados de 1960 que ao longo dos anos 1970 e 1980 se acelera de maneira brutal e de certa forma caótica; seguida por b) uma fragmentação espacial-urbana e redução de custos de produção típicas de um projeto de acumulação econômica

neoliberal e de baixo crescimento econômica, que se dá a partir dos anos 80 até os dias atuais. É principalmente neste segundo e último período de 1980-2010 que se efetiva o “incremento líquido” da população urbana brasileira, de maneira correlata a um ciclo econômico de endividamentos, hiperinflação, dependência de *commodities* agro-minerais e brutal segregação sócio-espacial. Junto a essa expansão consolida-se uma gritante presença de favelas, cortiços, assentamentos informais ou precários na paisagem das grandes cidades urbanas do Brasil que esta teoria crítica urbana nascente passa a tentar apreender como o produto fino de um ritmo “descompassado” entre os processos de absorção da mão-de-obra nas cadeias produtivas industriais e de reprodução da força de trabalho em condições de cidadania efetiva, de garantia do direito à cidade.

Em termos da conformação de uma “economia urbana” propriamente dita, o chamado “setor terciário” – de comércio e serviços – se coloca, então, como grande expressão deste descompasso, reunindo um conjunto amplo de atividades econômicas de composição orgânica baixa (ou seja, pouco produtivas em termos da relação de capital), normalmente não reconhecidas pelo Estado de Direito como parte de atividades “formais” de trabalho e mais raramente encontradas nas grandes cidades europeias e estadunidenses cuja ecologia urbana era tomada como um modelo para o urbanismo moderno. Além disto, e possivelmente de maneira mais central ao funcionamento do capitalismo em território brasileiro, está uma dinâmica de urbanização que não é propriamente “metropolitana”, decorrente de uma expansão de fronteiras agrícolas e mineradoras sobre o Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, resultando numa importante presença de cidades médias que exercem uma função importante na hierarquia urbana brasileira (Miranda, 2013).

A presença de uma rede urbana “inchada” – concentrada em determinados lugares sociais, esvaziada em outros – surge, assim, na teoria crítica urbana como reflexo das desigualdades e desequilíbrios que conformam a estruturação do espaço urbano em países tais como o Brasil, que passaram por processo de colonização e que repactuaram os termos desta colonização com a dependência econômica e cultural com sociedades que exerciam poder de

Metrópole sobre as suas Colônias. E que, desde o ponto de partida a configuração de uma problemática urbana brasileira deu vazão à uma tradição de pensamento que é bastante original e que dá contornos bastante específicos à “estrutural” e neomarxista “questão” urbana, observando a questão da cidadania e da urbanização não somente como um problema da reprodução da força de trabalho, mas como uma condição da força de trabalho sob o prisma de uma ululante condição de *subdesenvolvimento*. Em razão desta condição, os processos de abstração da terra como espaço urbano e do trabalho como trabalho social seriam, portanto, específicos em termos de gerar uma forma de capitalismo com desenvolvimento das forças produtivas truncado por relações de dependência e submissão em relação às renovações constantes do exercício de um poder de caráter “imperial” exercido por outras sociedades em que este processo de urbanização e industrialização se dá sob a aparência de um processo equilibrado e mais harmônico.

3.2. Subdesenvolvimento e dependência

Mas, afinal de contas, no que consiste essa tão impactante ideia brasileira sobre o subdesenvolvimento formada no seio do pensamento cepalino que peculiariza uma teoria crítica urbana brasileira? As recomendações da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL para o desenvolvimento da América Latina da ONU no contexto pós-guerra e o surgimento do chamado “pensamento cepalino” são o ponto determinante da construção da auto-imagem do Brasil como um país “subdesenvolvido” que, por conta dessa condição específica de inserção no capitalismo mundial, expressa uma questão urbana transmutada em problema de inchaço urbano. E é importante tomarmos nota de que as primeiras propostas da CEPAL para o desenvolvimento brasileiro se embasaram quase que integralmente numa certa tese para o funcionamento das economias de desenvolvimento “atrasado”: a sociedade brasileira deveria ser compreendida como uma *economia dual*. E que, será na lógica deste autoreconhecimento da situação nacional que a tradição crítica brasileira acabará, então, por no aquilo que acabou sendo conhecido como uma *razão dualista* (Oliveira, [1972]2013) – este o ponto que nos parece mais fundamental para a compreensão do urbano brasileiro em suas peculiaridades.

Precisaremos nos aprofundar um pouco mais na Literatura da chamada “Economia do Desenvolvimento” entender como surge o dualismo e sua crítica. Ora. Na concepção original do economista caribenho Arthur Lewis, a sociedade de “economia dual” seria aquela em que a economia nacional é caracterizada por um contexto de “oferta ilimitada de mão-de-obra a salários de subsistência” ou simplesmente um país em que há uma “população numerosa em relação ao capital e aos recursos naturais” (Lewis, [1953]2010). Nesse contexto sócio-econômico peculiar, estaria dada uma situação histórica da força de trabalho que configura uma dinâmica de “absorção de mão-de-obra” pelo processo de produção capitalista – que, em termos marxistas, é melhor definida como dinâmica de “proletarização” – que não tende, assim, naturalmente, ao pleno emprego dos fatores de produção. Em função desta [pré-suposta] falta de integração da população no processo de crescimento econômico e de acumulação de capital, nesse conjunto de países estaria, então, sustentada a convivência de dois grandes pólos de produtividade na economia, que recebem de Lewis os nomes de “setor capitalista” e “setor de subsistência”. Mas, seguindo o argumento do economista caribenho, poderíamos esperar que esta tendência a um padrão dual se reproduzisse socialmente em caráter transitório, tendendo a ser amenizada ao longo do tempo pela própria efetivação da acumulação capitalista – seja pelo efeito de migração da “população excedente” ao setor capitalista ou por um efeito positivo da incorporação de processos industriais de trabalho ao “setor de subsistência”.

Percebe-se aí a configuração daquilo que será uma espécie de “mito fundador” da teorização sobre o desenvolvimento. Este mito, além de sugerir (sem se ater a uma justificação sociológica mais profunda) que todo o padrão de estrutura dual identificado nas economias “atrasadas” corresponde a um problema de não-integração de parte da sociedade à reprodução material mercantilizada e ao processo de produção do capital, oferece um argumento revestido de (pseudo)cientificidade para justificar a identificação imediata entre o horizonte emancipatório prometido pela ideia de se desenvolver com a ideia de se estimular um “crescimento” industrial e de apostar fichas no processo de acumulação mercantil. Vale notar, por exemplo, que o setor de dinâmica com uma acumulação econômico-mercantil virtuosa recebe na análise de Lewis a classificação de “setor capitalista” que se opõe a um “setor de subsistência” que, implicitamente,

recebe uma imagem de setor não totalmente integrado à dinâmica de acumulação capitalista ou mesmo de setor “não-capitalista”. Fica, assim, pressuposto ao conceito de “capitalismo” tanto a ausência de práticas tradicionais de reprodução da vida quanto a “positividade-normativa” de um estado superior de civilização.

Raciocínios como esse são enquadrados no escopo das chamadas *teorias da modernização*, que se caracterizam por defender explícita ou implicitamente a construção de um estágio moderno ou estágio de *Modernidade* que exige a aposta em certo enfrentamento – mais ou menos violento – dos aspectos “tradicionais” da sociedade, o que se reverte quase que imediatamente num conjunto de ações políticas que buscam levar a parte supostamente não-integrada da sociedade civil ao “estado” de desenvolvimento mediante algum tipo de aprofundamento da homogeneização de uma cultura nacional ou mesmo mundial¹⁹. Os formuladores associados ao pensamento cepalino, porém, apontavam para um importante entrave a esse processo de supressão quasi-natural do “setor tradicional”. Recorrendo a uma sofisticada hipótese de sistema *centro-periferia* (Prebisch, 1951 [1982]), o pensamento cepalino delimitou a hipótese de que a *dependência externa* dos países “periféricos” em relação aos países do “centro” do capitalismo que segundo o diagnóstico da “Teoria Estruturalista do Desenvolvimento” de Prebisch se manifestava numa certa tendência à “deterioração dos termos de troca” nas contas

¹⁹ “Concebida teoricamente a evolução social como a passagem de um estado tradicional para um moderno, a preocupação central dos teóricos da modernização é explicar como se dá a passagem de um estado para outro e como se poderá dar. O processo de modernização é a transformação de uma sociedade do estado tradicional para o moderno. O conceito de modernização, tal como é empregado nesse contexto teórico, é sinônimo do conceito de desenvolvimento no sentido impreciso e vago de supor que a introdução do progresso técnico resulta num crescimento da renda real que beneficia, igualmente, todas as camadas da população. Desde que o estado de modernidade em comparação com o de tradicionalidade implica numa diferenciação em todas as dimensões, o conceito de modernização abrange as dimensões econômicas, políticas e psicossocioculturais. Modernização significa mudanças econômicas, políticas e sociais que podem ser definidas antes mesmo que ocorram numa sociedade, pois a modernização já ocorreu nas atuais sociedades desenvolvidas ou modernas. Nesses mesmos moldes é prevista para as atuais sociedades subdesenvolvidas, atrasadas ou tradicionais ou aquelas em transição. A modernização assim entendida pressupõe a identificação do processo do desenvolvimento que se iniciou no século XVIII e o desenvolvimento tardio atual. Como se admite teoricamente que a evolução da tradicionalidade para a modernidade ocorre em unidades sociais independentemente das relações entre si, ou do sistema econômico, ao mesmo tempo, está-se admitindo teoricamente que os obstáculos à modernização estariam exclusivamente nas suas características internas tradicionais.” (MACHADO, 1970, p. 174)

externas que funcionava como uma espécie de “chute [sistemático] na escada” do processo de industrialização – e, portanto, de modernização – dos países periféricos.

A princípio aderindo completamente à economia dual e em seguida se diferenciando progressivamente dela, o circuito de discussões cepalinas se colocou, então, numa busca por avaliar a condição de “atraso” no desenvolvimento brasileiro a partir de relações concretas estabelecidas nos processos de acumulação e de recriação de relações sociais na América Latina, e acabam deslocando o problema da dualidade estrutural e para um conceito mais amplo de *heterogeneidade estrutural* (CEPAL, 2010). O inovador raciocínio cepalino que dá luz à noção de uma “heterogeneidade estrutural” foi, então, recebido em terras brasileiras, em meio a uma marcante discussão sobre a natureza da formação do Brasil como uma nação autônoma em relação a seu passado colonial. Esta discussão sobre a formação nacional brasileira, iniciada ainda no período entreguerras, passava por teses clássicas dedicadas a discutir a natureza histórica, cultural, econômica e social do povo brasileiro – em obras tais como a “Casa grande e senzala” de Gilberto Freyre (1932), “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda (1936), “Formação do Brasil contemporâneo” de Caio Prado Jr (1942) – e se encontrava a pleno vapor no cenário pós-guerra e sua promessa da “nova corrida do ouro” pelo desenvolvimento. A interpretação cepalina de que uma “heterogeneidade estrutural” se expressava na economia em função da “dependência externa” do Brasil converge, então, para esse debate – especialmente, para interpretações tais como aquela indicada em Prado Jr. [1942], que buscavam fundamentar uma teoria sobre a formação sócio-espacial brasileira em fundamentos de economia política e em grandes “ciclos econômicos”. E foram expressas claramente na continuação deste debate no pós-guerra, merecendo destaque a interpretação de Rangel (1957) sobre a “dualidade básica da economia brasileira” e, sobretudo, as análises de Furtado (1959) sobre a formação econômico-social do Brasil. Sendo, por fim, no conjunto da obra de Furtado que se realiza uma icônica síntese conceitual das ideias de “economia dual”, “sistema centro-periferia”, “dependência” e “heterogeneidade estrutural” mediante o conceito de “subdesenvolvimento”. Na definição de Furtado, *“uma estrutura subdesenvolvida”* seria *“aquela em que a plena utilização do capital disponível não é condição suficiente para a completa absorção da força de trabalho,*

ao nível de produtividade correspondente à tecnologia que prevalece no setor dinâmico do sistema” o que deve nos levar, portanto, à conclusão de que “é a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento” (Furtado, 1963, p.195).

A interpretação de que a condição brasileira seria a de um “país em desenvolvimento” foi, assim, introduzida e reformulada ao longo das elaborações cepalinas, sendo o pensamento cepalino decisivo para que o Brasil e seu processo de urbanização integrassem um experimento histórico massivo de políticas “desenvolvimentistas” sem precedentes na história mundial. Por meio de um conjunto de incentivos estratégicos ao que se entendia como um processo de “substituição de importações” – e, portanto, como um processo de reversão de uma certa “perda” decorrente do comércio exterior com os países centrais – e de intervenções territoriais para a promoção de centros irradiadores de industrialização no território nacional, este “ciclo desenvolvimentista” se propôs como agente criador das condições objetivas para a superação da dependência externa – e, por conseguinte, da condição de subdesenvolvimento. Ora, se haveria um “terciário inchado” com populações “marginais” aparentemente não absorvidas na indústria, acelerar a industrialização e aumentar a demanda por emprego industrial soava como modo razoável de solapar este problema de economia urbana. Contudo, entre o fim da década de 60 e meados da década de 70 os debates em teoria social passam a apontar este contexto de política desenvolvimentistas cepalinas como um experimento fracassado. A nível nacional, o estabelecimento das conservadoras “ditaduras de doutrina de segurança nacional” (Hinkelammert, 1987) no Brasil e em diversos países do Cone-Sul exemplificavam como o incentivo à industrialização poderia inclusive aprofundar relações de imperialismo e dependência; e ao nível da vida urbana nas cidades cada vez mais populosas e “inchadas” expõem como “os elevados níveis de subemprego e informalidade na região são a expressão mais visível (mas não única) da heterogeneidade e constituem grande fonte de inequidade” (CEPAL, 2010).

3.3. Controvérsia da dependência e crítica à razão dualista

Frente a uma percepção cada vez mais generalizada de que a estratégia desenvolvimentista de acelerar o processo de industrialização na região para combater a “dependência externa” brasileira havia redundado em – ou pelo menos ocorrido em correlação com – uma espécie de fracasso histórico, se estabelece no debate uma *controvérsia da dependência* (Prado, 2015) que passa a reformular a interpretação tipicamente cepalina da “questão nacional” como experiência conformadora de uma pseudo-compreensão acerca da natureza mais profunda da dependência “externa” brasileira em relação ao mundo “desenvolvido”.

Para uma caracterização breve do que seria essa “controvérsia da dependência”, destacam-se nesse debate as posições críticas do economista alemão Andre Gunder Frank (radicado no Brasil nos anos 60) e do sociólogo Chico de Oliveira – duas críticas relativamente “externas” ao estado da arte do debate em “Economia do Desenvolvimento” na América Latina e que causaram grande impacto na sua evolução posterior. Gunder Frank prenunciava, ainda em 1966, o fracasso dualista e cepalino na promoção de um desenvolvimento capitalista sem “dependência externa” – ou seja, em outras palavras, o “desenvolvimentismo” – como um “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. A expectativa de subverter o sistema centro-periferia a favor da periferia por intermédio das políticas internacionais de industrialização seria ilusória na medida em que “devemos concluir, em resumo, que o subdesenvolvimento não se deve à sobrevivência de instituições arcaicas e à falta de capital em regiões que permaneceram isoladas da corrente geral da história”, mas ele “foi e é gerado pelo processo histórico mesmo que gera o desenvolvimento econômico: o próprio desenvolvimento do capitalismo”²⁰. Por sua vez, Oliveira ([1972]2003) delimitava um defeito de partida na compreensão do “modo de produção subdesenvolvido” nos termos da hipótese original da “economia dual”, observando que para além da expressão “econômica” de um desenvolvimento desigual e combinado refletido nas transferências internacionais de valor que é destacada na crítica de Gunder Frank, a raiz da questão se encontrava na própria impressão de que havia no país uma convivência disfuncional entre os setores capitalistas “avançados” e os setores

²⁰ Ver Frank (1966).

pré-capitalistas “atrasados” – ou entre o arcaico e o tecnológico, entre o tradicional e o moderno, etc..

Para os mobilizadores dessa controvérsia sobre a relação de dependência, ao contrário do que introduzia o dispositivo de interpretação dualista, a persistência de aspectos tradicionais na formação social ocorreria em desenvolvimento desigual e combinado com a incorporação social do mais moderno. Dessa forma, aquele setor “não-integrado” que era discutido no pensamento cepalino-desenvolvimentista como sendo pouco funcional ao capitalismo dependente brasileiro, em realidade, se configuraria como um estrondoso pano de fundo para um processo de crescimento/acumulação sustentado por uma situação análoga a uma superexploração do trabalho. E portanto, deveria ser compreendida mais como uma imagem latente do hipermoderno do que do não-moderno, como uma garantia para que o processo de modernização se passasse no Brasil como um processo de modernização eminentemente conservadora da posição ocupada pelo país na divisão internacional do trabalho.

Cito aqui um trecho em que Oliveira ([1972]2003) resume sua crítica ao “modo de produção subdesenvolvido”:

O “subdesenvolvimento” pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em “trânsito”, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo. Em raríssimos casos – dos quais os mais conspícuos são México e Peru –, trata-se da penetração de modos de produção anteriores, de caráter “asiático”, pelo capitalismo; na grande maioria dos casos, as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global; em resumo, o “subdesenvolvimento” é uma formação capitalista e não simplesmente histórica. Ao enfatizar o aspecto da dependência – a conhecida relação centro-periferia –, os teóricos do “modo de produção subdesenvolvido” quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas. O conjunto da teorização sobre o “modo de produção subdesenvolvido” continua a não responder quem tem a predominância: se são as leis internas de articulação que geram o “todo” ou se são as leis de ligação com o resto do sistema que comandam a estrutura de relações (OLIVEIRA, [1972] 2003, p. 33)

A partir daí, esse dispositivo de interpretação intensamente promovido pela intervenção dos “teóricos do modo de produção subdesenvolvido” pôde ser [brilantemente] traduzido pela tradição crítica brasileira sob o nome de *razão dualista* – noção originalmente apresentada à teoria social brasileira pela impiedosa crítica “abrasileirada” da economia política promovida por Oliveira ([1972]) que, na condição de brasileira, foi transfigurada em *crítica à razão dualista*. A formulação original de Oliveira decorre, basicamente, de um exercício de apropriação das mesmas teses cepalinas que – diferentemente dos teóricos cepalinos – centra-se na questão do avanço do trabalho abstrato no desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro. Dessa maneira, o autor apresenta uma interpretação sobre o “setor não-integrado” que, para a análise urbana, se apresentava à época na forma de um “inchaço urbano” como algo pautado na negatividade da relação de capital. Na realidade, a “população excedente” não absorvida num circuito de exercer trabalho e morar sob a proteção de direitos trabalhistas e de direitos à cidade não refletiria a falta de expansão capitalista sobre um “setor” de resíduos pré-capitalistas, mas principalmente resultado do intenso movimento migratório em direção às grandes cidades brasileira que decorre da acumulação mercantil acelerada e que é parte dos “expedientes de rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho urbana” (Oliveira, p. 130).

3.4. Um cotidiano de “espoliação urbana”

Além de responsável pela formulação original, o ensaio de Oliveira segue sendo, a nosso ver, a melhor síntese ou cristalização de uma crítica da razão dualista derivada da reflexão sobre a condição de subdesenvolvimento, mas a nosso ver não é a única delimitação do problema. Nos parecendo mais interessante e mais rigoroso em termos da dialética materialista tratar a ideia cristalizada na formulação de Oliveira menos a partir de sua natureza de produção bibliográfica e mais pela sua existência na história social, enquanto procedimento prático-crítico da razão dualista e reflexo de uma certa “consciência crítica” da razão à dualista. Trata-se, assim, de uma versão para o “descompasso entre urbanização e proletarização” no Brasil passível de também ser reconhecida numa série de formulações sobre a realidade brasileira embasadas na crítica da economia política. E essa conscientização sobre o dispositivo da razão dualista é aquilo que, a

nosso ver, leva a teoria crítica brasileira a seu, ainda não superado, ápice de compreensão para uma “teoria da urbanização na periferia do capitalismo” enraizada na dinâmica concreta do trabalho abstrato e do fetichismo da mercadoria.

O argumento original da crítica da razão dualista, porém, é pouco esclarecedor nos termos de propor uma caracterização desse “inchaço urbano” como expressão de uma crítica que é imanente à própria lógica da produção do espaço-tempo urbano – algo previsível, dado que na realidade não era esse o seu propósito. A tradução desta conscientização crítica em relação ao dualismo aos estudos urbanos e a uma teoria crítica urbana, propriamente dita, foi algo que só veio a ser plenamente estabelecido a partir de uma série de formulações imediatamente posteriores ao marco de origem de discussão sobre a marginalidade urbana e de um debate pautado por “categorias urbanas”. O próprio Oliveira se colocou a debater mais diretamente a problemática urbana envolvida na crítica ao dualismo neste momento posterior, mas na conformação dessa crítica urbana imanente a formulação de Kowarick (1979) merece destaque absoluto, sendo a responsável por realizar de forma muito elegante uma síntese da face urbanizadora do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” mediante o uso da categoria crítica de *espoliação urbana*.

A espoliação urbana seria a determinante propriamente urbana de um certo rebaixamento da condição de cidadão que está imposta a uma parte da população que necessita, frequentemente, recorrer a formas informais de exercer trabalho e usar e ocupar o solo. Uma negação sistemática de um conjunto de amenidades urbanas necessárias à reprodução da força de trabalho que, por sua ausência na vida cotidiana popular, rebaixam custos empresariais da mão-de-obra e criam situações de exploração do trabalho que tendem à superexploração da força de trabalho. A questão da moradia autoproduzida/autoconstruída expressaria de forma mais evidente o problema: na ausência de incorporação das necessidades habitacionais da população “marginal” ao escopo de algum tipo de sistema de repartição solidária entre empresas e poder público – tal qual ocorria nos países centrais – os próprios trabalhadores precisavam arcar com esse elemento principal da sua reprodução, normalmente sem uso de instrumentos de trabalho

intensivos em tecnologia e, por conseguinte, num sistema de produtividade baixo que contribui para o rebaixamento dos seus salários e valores produzidos. Mas não se resume aos custos diretos de moradia, implicando também em questões como a imobilidade urbana e o tempo de deslocamento entre casa e trabalho, as condições sanitárias insalubres dos assentamentos... E – como bem ressalta Kowarick – também deve ser compreendido como algo está para além da “ausência” do Estado na garantia do direito à cidade como liberdade positiva, sendo intrinsecamente ligado às diversas violações de uma certa liberdade negativa de exercer o direito à cidade cometidas pelo aparelho repressor do Estado – violência policial, criminalização de atividades econômicas necessárias à sobrevivência das populações marginalizadas, remoções, etc.

Cito aqui a definição de Kowarick(2000) de carácter autoexplicativo:

Trata-se de um conjunto de situações que pode ser denominado de espoliação urbana: é somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta. Na Grande São Paulo, são inúmeras as manifestações dessa situação espoliativa, que vão desde as longas horas despendidas nos transportes coletivos até a precariedade de vida nas favelas, cortiços ou casas autoconstruídas em terrenos geralmente clandestinos e destituídos de benfeitorias básicas, isto para não falar da inexistência das áreas verdes, da falta de equipamentos culturais e de lazer, da poluição ambiental, da erosão e das ruas não pavimentadas e sem iluminação. (KOWARICK, 2000, p.22)

Dito de outra maneira, em termos de uma abordagem materialista e lefebvriana da teoria crítica urbana, poderíamos pensar neste processo de espoliação urbana como a produção sistemática de uma vida urbana sem mínimas garantias de um “direito à cidade”. Na situação de urbanização periférica e de condição de subdesenvolvimento – não apenas nela, mas sobretudo nela – a dinâmica de “socialização da sociedade” que existe como movimento necessário [e, portanto, não opcional] à reprodução das relações sociais de produção capitalista não parece incorrer, portanto, na institucionalização social ou governamental de formas contratuais capazes de sustentar minimamente uma rotina de vida cotidiana “ideal” que é necessária para delimitar uma sociedade burocrática de consumo dirigido. E, ao contrário do que poderia vir a ser sugerido pelo recurso à uma razão dualista, isto não seria algo que ocorre à margem da industrialização e

do funcionamento “normal” das mais tecnologicamente avançadas cadeias produtivas globais, mas sim em decorrência de sua capacidade de abstrair a totalidade dos territórios e das capacidades laborais enquanto um momento da produção, circulação e reprodução de valores.

Esta força de trabalho “não-integrada” seria, então, sustentada por uma lógica capitalista dependente, que envolve dinâmicas internacionais de troca desigual de valores e o avanço geral do trabalho abstrato, mas ela seria também sustentada especificamente por um processo urbano de “espoliação”. E para esta abordagem central de Kowarick e para a teoria crítica urbana brasileira de um modo geral, portanto, longe de ser algo meramente desordenado ou absolutamente caótico, o contexto de formação do espaço urbano brasileiro enquanto algo marcado por uma forte segregação sócio-espacial, na realidade, seria expressão de um padrão urbanístico. E, apesar de normalmente atrelado à precariedade e à subvalorização, trata-se de um padrão muitas vezes responsável por sustentar também certas ilhas urbanas de ilegalidade ou de desregulamentação estatal cuja serventia para ampliar margens de lucratividade no ciclo de reprodução da relação de capital em território brasileiro não é nada desprezível. De tal modo que, mesmo que garantida por lógicas “arcaicas” aplicadas às dinâmicas de aglomeração urbana que, de modo isolado, não parecem se apresentar como formas determinadas pela dinâmica global-local do modo de produção baseado no valor, as manifestações desta lógica espoliativa teriam uma qualidade de formas funcionalizadas pela reprodução do valor – tal como sugere a perspectiva de Oliveira acerca da lógica geral do capitalismo dependente brasileiro.

3.5. Informalidade e circuitos da economia urbana

Como desdobramento desses esforços de crítica imanente e não-dualista do urbano, a teoria crítica urbana brasileira passou, assim, à elaborar uma série de novas tentativas de caracterizar a dinâmica dos espaços de periferia urbana como dotados de uma qualidade específica derivada do fato de que neles a convivência com os ditames da espoliação urbana se fazem presentes de modo cotidiano. Mas essas iniciativas de se caracterizar a condição social da população marginal levando em conta os aspectos da vida cotidiana proletária – e não

necessariamente empregada ou assalariada – surge nas leituras críticas sobre o inchaço urbano como algo que precisa também desafiar uma nova hegemonia de interpretações dualistas mediante as noções de *trabalho informal* e de *economia informal*, que foram diretamente importadas das teses para o funcionamento da “economia dual” e que se massificaram na América Latina a partir da década de 70. Nesta nova onda de concepções em que a “massa marginal” passa a ser entendida como expressão de uma informalidade urbana, a visão estática para os pólos de produtividade na sociedade tende a se restabelecer, o que normalmente leva a teoria social a retroceder em relação à importante constatação trazida na crítica à razão dualista: isto é, de que a materialidade da relação entre o formal e o informal só é devidamente compreendida como um fluxo que se coloca entre esses pólos de produtividade.

Na América Latina a intervenção do Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe – PREALC promovido pela OIT é particularmente decisiva para que esse conceito se dissemine como a principal forma de explicar a situação dessa massa não-integrada no contexto da modernização dependente. As principais conclusões em relação ao setor “tradicional” (e, em seguida, informal) o tinham como uma imagem do atraso relativo e – por vias mais ou menos humanitárias – clamavam por sua supressão em favor da edificação geral de relações sociais modernas. Como sugerido por Montenegro (2012), a ideia de um “setor informal” que se contrapõe a um “setor formal” ganhou substância ao se sustentar em relatos de campo que tinham um objetivo comum de descrever como as relações econômicas se davam no território dos países subdesenvolvidos. As controvérsias em torno da definição por critérios de escala de produção ou de não respeito à lei revelam o que podemos delimitar como principal questionamento sobre a abordagem do setor informal: sua sustentação principal na mera ideia do não-formal²¹. Quanto a ideia de uma informalidade *urbana*, ao fim e ao cabo, ela não deixa de

²¹ Na análise dos problemas estruturais de absorção da mão-de-obra nas cidades do Terceiro Mundo, adotou-se assim progressivamente um modelo dualista que fazia a distinção entre um ‘setor formal’ e um ‘setor informal’. Destarte, o setor informal tornar-se-ia um objeto legítimo de políticas e de pesquisas (Lautier, 1994). Consolidou-se progressivamente, deste modo, uma vertente que considerava que o problema dos países subdesenvolvidos não era o desemprego, mas o setor informal. Conforme questiona Silveira (2008: 23), não “(...) estará aqui o início de uma distorção de método?”. ¶ De todo modo, o paradigma do setor informal se impôs e para defini-lo surgiram duas grandes linhas de análise apoiadas em critérios distintos: o critério do tamanho da unidade de produção e o critério do não-respeito à lei (Lautier, 1994). No que diz respeito à visão do setor informal promovida pelas instituições internacionais, em especial pela OIT e pelo Banco Mundial, pode-se destacar dois momentos. Em uma primeira fase,

corresponder diretamente a esta agenda sobre a chamada “economia informal”. Podemos localizar como momento de “colonização” da discussão urbana pela tese da informalidade o início da década de 2000, especificamente no momento em que os Estudos Urbanos incorporam as teses do economista e político peruano Hernando De Soto Polar (1987) – sobretudo, em virtude da influência do programa de regularização fundiária que o Banco Mundial promoveu, a partir de suas teses. A partir daí, toda uma discussão sobre a chamada cidade não-formal – favelas, ocupações, aglomerados, assentamentos, etc. – e suas relações cotidianas de economia passa a conviver, sistematicamente, com os ditames da norma formal/informal²².

Essas análises baseadas na noção de economia “informal” aplicada às análises das economias nacionais ou das economias urbanas surgem como reflexo direto da análise geral do funcionamento das “economias duais” subdesenvolvidas ou “em desenvolvimento”, como resposta à necessidade de caracterizar as práticas aparentemente não-integradas a uma racionalidade moderna capitalista. Mas, ao longo do tempo, essa discussão passa a figurar cada vez mais como elemento central de um conjunto de análises dedicadas a pensar uma situação mundial de “crise do mundo do trabalho” no capitalismo tardio em que a *informalização* das relações de trabalho se coloca em curso frente aos efeitos da terceira revolução industrial nas

que vai do início da década de 1970 até meados da década de 1980, o setor informal era visto tanto como um obstáculo ao desenvolvimento, como um campo de estratégias de sobrevivência, estando uma fração das empresas que o compunham destinada a ser formalizada. Já em uma segunda fase, a partir da década de 1980, o setor informal passa a ser visto como uma fonte de renda e de empregos graças ao seu dinamismo e flexibilidade em períodos de crise e frente ao aumento da pobreza. (MONTENEGRO, 2012 p. 152-153)

²² As teses sobre a origem e as causas da informalidade na economia se concentram, para o período desenvolvimentista (1950-1980), na incapacidade de a economia absorver a mão de obra procedente do campo e que só encontra trabalho nas áreas urbanas em atividades de baixa remuneração e baixa qualificação. Segundo essa análise, a informalidade seria um sinal do atraso da economia e um obstáculo – a ser removido – para a sua modernização. No entanto, com as transformações recentes da economia, surgem outras articulações entre a economia formal com alta capitalização e novos setores informais, que envolvem o trabalho em domicílio, as pequenas empresas sem registro etc. [...] ¶ [...] O debate econômico sobre a informalidade transferiu-se para o urbano, passando a abranger um conjunto de atividades, algumas já antigas e outras que tiveram crescimento importante nos últimos anos, como ocorreu com o transporte urbano de passageiros (Mamani, 2007). Mas a utilização do termo informalidade para o caso urbano se difundiu particularmente pelas teses de Hernando de Soto (2001), centradas na irregularidade da propriedade da terra. Para De Soto, uma modernização do sistema de registro de propriedade, com reconhecimento e regularização das situações de posse existentes, transformaria um “capital morto” em propriedade formal e, conseqüentemente, em ativos que permitiriam aos pobres alavancar recursos no mercado financeiro, promovendo-se automaticamente um ciclo de crescimento econômico e de aumento da produtividade. (KAPP & CARDOSO, 2013 p.101-102)

cadeias globais de valor e dos efeitos da reestruturação produtiva na demanda pela força de trabalho.

Deve-se perceber, contudo, que “conceitos como formal e informal já não têm força explicativa” (Oliveira, [1972]2003, p. 138), dizem pouco ou quase nada sobre o fluxo entre o hipermoderno e o arcaico, que de fato o determinam como uma “massa marginal” em relação ao direito à cidade. De modo que todo o entendimento acerca do fenômeno da informalidade que atualmente é compartilhado por pesquisadores e formuladores de políticas públicas brasileiros acaba sendo, então, fruto de um entrecruzamento das iniciativas de se pensar a condição de subdesenvolvimento com algumas novas teses interpretativas para as novas ou ocultas dinâmicas do mundo do trabalho que, porém – de modo um geral – veem o informal simplesmente como o não formal, aquilo que não corresponde ao comportamento econômico esperado. De modo que se obscurece o problema de responder no que consiste, de fato e em essência, este padrão outro de comportamento (econômico, social, etc). Mesmo que sejam (devidamente) reconhecidos padrões “anômalos” em termos do tamanho da unidade de produção e da existência de unidades familiares produtivas operando ao largo da lei, resta a questão central de explicar a dinâmica social de toda uma população que constrói ou interage com este “setor” em termos de algo mais do que a simples falta de emprego formal.

A nova dicotomia formal/informal, que passou a predominar nos 70 e 80, não parece, portanto, conseguir dar às práticas desenvolvidas pela população proletarizada o status de alguma racionalidade que não venha a ser simplesmente a de uma falta de modernização. Ora. Coube à geografia urbana crítica de Milton Santos trazer ao debate uma outra interpretação sobre a “marginalidade urbana” que nos parece ser uma caracterização mais precisa sobre este “setor” informal: a teoria dos *circuitos da economia urbana*. Na visão de Santos ([1979]2008), em função das relações de dependência externas e internas, o espaço urbano periférico acaba se conformando como um espaço dividido em dois grandes “circuitos” economicamente orientados: um circuito superior e um inferior. O circuito superior será aquele em que se encontram os fluxos entre bancos, indústria avançada, comércio e serviços complexos, produtos de alto valor

agregado e intensivos em capital. Os fluxos econômicos no circuito inferior, por sua vez, remetem a aspectos mais “tradicionais”, compreendendo atividades normalmente “informais”, comércios de quinquilharias, iniciativas baseadas em tecnologias não-modernas – ou seja, as atividades tipicamente encontradas no “setor terciário urbano” que ilustrava o inchaço urbano nas grandes cidades latino-americanas.

Barbosa (2018) traz interessante quadro-síntese para diferenciar a perspectiva de Santos para os circuitos da economia urbana, classificando os dois circuitos em termos de tecnologia; acesso à crédito; escala de produção; marcação de preços; lucratividade; objetivo da produção; relação com a propaganda e marketing; custos e bens de capital; acesso a políticas públicas; relação com território; formação de redes.

Figura 1: Caracterização dos circuitos superior e inferior segundo aspecto da produção

Aspecto da produção	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Crédito	Linhas corporativas	Crédito pessoal direto
Escala	Grande	Pequena
Preços	Estáveis (longo prazo)	Flutuantes (curto prazo)
Lucro	Visto no longo prazo	Visto no curto prazo
Objetivo	Acumular capital: manutenção, inovação e lucro	Gerar renda para o consumo da família
Propaganda e marketing	Sim	Não
Custo fixo	Alto	Baixo
Bens de capital	Novos	Reutilizados
Políticas públicas	Sim	Não ⁴
Integração à localidade	Baixa (atividades integradas com outro núcleo)	Alta
Rede	Fora da região	Na região

Fonte: Barbosa, 2018; elaborado a partir de Santos (2008[1979])

Na visão de Santos, ambos os circuitos devem ser considerados fruto do processo de modernização, contudo aquele circuito inferior é peculiar e contraintuitivo, já que é produto indireto desta modernização e possui com o circuito superior uma relação de dependência. E, ainda que consistindo em formas sociais de produção não-modernas ou até mesmo

não-capitalistas, a dinâmica do circuito inferior é orientada ao lide com a necessidade mais imediata de uma reprodução social de caráter de subsistência em meio a uma pressão global oriunda das dinâmicas transnacionais de Mercado²³.

3.6. O urbano pensado a partir da materialidade da vida cotidiana brasileira

Para a teoria crítica urbana brasileira, portanto, o urbano no Brasil reflete, afinal, uma ideia de crítica ao trabalho abstrato e da espacialidade abstrata – bem como aquilo que definimos como uma “problemática urbana”. Como sugere sobretudo a perspectiva da geografia econômica crítica de Santos, este processo de funcionalização do arcaico e do tradicional manifesta também num espaço urbano dividido, numa urbanização que é polarizada em “circuitos” com poucos pontos de contato entre si, mas com uma relação de dependência entre si que é de natureza interna ao funcionamento da economia urbana. Mas este urbano brasileiro se constroi como uma questão específica, remetendo a uma teia de relações sócio-espaciais comandadas pela lógica de um exercício abstrato do trabalho social e de uma ocupação do solo urbana comprometida a uma negação sistemática do direito à cidade à população.

²³ “A relação entre os dois sistemas de fluxos (circuitos) da economia urbana é determinada por condições históricas gerais, ligadas à penetração das atividades modernas no território, e pelo Estado, que atua como intermediário entre os agentes inovadores e as realidades regionais (Santos, 2008). É o circuito superior que ocupa posição privilegiada diante do apoio governamental e do crédito. Por esse motivo, as unidades do circuito inferior muitas vezes recorrem a arranjos de ajuda mútua. O controle da informação e o apoio do aparelho de Estado atuam a favor do circuito superior, que é capaz de “criar” ou “atrair” demanda por meio da publicidade. Já o circuito inferior se apoia no consumo; ele resulta da demanda. Como a demanda de toda a população é influenciada diretamente pelo sistema superior e suas redes, fica claro o caráter de dependência do sistema inferior. ¶ No circuito inferior, prevalece o trabalho familiar e autônomo, organizado em unidades produtivas de pequeno porte. Enquanto no circuito superior os preços são definidos nos mercados oligopolizados, no inferior prevalecem a barganha e os acordos pessoais, levando a maior margem de variação dos preços. A noção de lucro também é distinta entre os circuitos. No primeiro caso, a acumulação de capital é essencial para a continuidade da atividade e o acompanhamento dos avanços tecnológicos. No segundo, prevalece a lógica do curto prazo: “No sistema inferior, a acumulação de capital não é de interesse primordial, ou nem mesmo interessa. A tarefa primordial é sobreviver e assegurar a vida familiar diária, bem como participar, o quanto possível, de certas formas de consumo peculiares ao moderno modo de vida” (Santos, 2008, p. 102). ¶ Os circuitos convivem em complementaridade e competição, embora fique clara a relação de subordinação entre eles. Milton Santos rejeita a noção de “dualismo”, embora assumo ser este o ponto de partida de sua teoria. Ao recusar tal denominação, esclarece que ambos os circuitos são fruto do mesmo processo: a difusão da informação e do consumo ocorrida a partir da segunda metade do século XX e que leva à transformação de todo o aparelho de produção. Para ele, o que se verifica não são formas de produção com idades tecnológicas diferentes coexistindo no espaço. Trata-se de formas diferentes de combinação entre um novo modelo de produção, distribuição e consumo, e a situação preexistente: “trata-se de uma aceitação da modernização em diferentes graus” (Santos, 2008, p. 55). (DINIZ, 2017, p. 4)

As abordagens materialistas da teoria crítica urbana brasileira nos indicam que a dinâmica sócio-espacial do Brasil urbanizado é algo profundamente marcado pelo fato de uma parte massiva [ou de uma “massa marginal”] da população nacional precisar recorrer sistematicamente ao circuito inferior da economia urbana (Santos, 1979) para exercer trabalho e ocupar o solo urbano de maneira a sustentar materialmente sua presença nos processos de reprodução social exigidos socialmente ao povo brasileiro. A busca pela cidadania e por padrões de “boa vida” urbana num capitalismo nacional de passado escravocrata-colonial e de acumulação truncada (Oliveira, 2003) leva essa “população excedente”, então, a (re)produzir todo um conjunto de práticas sócio-espaciais “informais” que, apesar da aparência de completa não-modernidade, são funcionalizadas pela dinâmica fetichista do trabalho abstrato e do espaço abstrato no Brasil. O resultado mais imediato da reprodução social mediada por esse “inchaço popular” do circuito inferior da economia urbana é aquele que se vê amplamente na paisagem de grandes cidades e núcleos metropolitanos brasileiros sob a forma de uma lamentada segregação sócio-espacial – uma reprodução sócio-econômica dependente de “favelas”, trabalhos “camelôs”, comércio popular de produtos contrabandeados, imobilidade urbana, ocupação de áreas de preservação ambiental, moradores em situação de rua, compra e venda de força de trabalho em cadeias produtivas de narcotráfico ou prostituição, etc. – que sustenta uma também sistemática “espoliação urbana” e que parece conceder à urbe brasileira um aspecto de “lógica da desordem” (Kowarick, 1979). Some-se a isso o fato da urbanização brasileira ter sido acelerada justamente durante um período histórico de rebaixamento geral dos custos trabalhistas no ocidente – imposto pela mundialização do capital e pelo avanço global da regulação neoliberal da vida – e chegamos na tempestade perfeita de barbárie urbana. Fica, então, o desafio aparentemente insolucionável de observar a ocorrência de alternativas de urbanização numa urbe de tal ordem.

A relação entre a formação do espaço urbano e a configuração de economias urbanas parece funcionar como uma espécie de centro gravitacional dos debates de teoria crítica urbana, sendo quase sempre presumida em trabalhos acadêmicos como questão fundamental, mas nem sempre apreendida como a expressão de um “modo de produção baseado no valor” (Marx). Esse

tipo de pseudo-apropriação do enraizamento das transformações territoriais na dinâmica econômica urbana é bastante frequente em investigações tais como as que vemos no contexto brasileiro, que se veem compelidas a conceituar aspectos estruturantes da vida cotidiana de populações socialmente vulnerabilizadas. Desenvolvendo conceitos originais como a “espoliação urbana” e da análise orientada ao comportamento dos “circuitos da economia urbana”, a teoria crítica urbana brasileira configura, porém, uma intenção de apreender a dinâmica específica de reprodução social do capital e das classes proletarizadas de uma maneira mais fiel à realidade de uma urbanização na periferia do capitalismo.

4. ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Poderíamos esperar em algo além de espoliação urbana pudesse vir a ser criada ao longo desse processo de urbanização dependente e conformadora de circuitos de reprodução sócio-espacial polarizados e segregados entre si? Classificar toda uma experiência popular de integrações econômicas e culturais que decorrem de conectividades estabelecidas nesse “circuito inferior” sob uma imagem de negatividade absoluta e sob um pressuposto de funcionalização completa pela relação de capital não pode ser algo que recaí num certo idealismo às avessas, retirando de algo que é concretamente mais ambíguo quaisquer possibilidades de se apresentar como algo diferente da reprodução fetichista das relações sociais capitalistas? Do ponto de vista geral de uma problemática urbana materialista, uma resposta de caráter afirmativo a essas questões é tecnicamente possível desde que, além de observadora das especificidades da formação do povo brasileiro e de sua relação com o território urbano, estejam colocadas certas condições objetivas para uma reprodução social não-funcionalizada pelo modo de produção baseado no valor que permitam que a existência de uma movimentação política de atores contra-hegemônicos na intenção de delimitar alternativas de desenvolvimento não seja uma idealização de um novo mundo baseado em valores morais abstratos.

Nesta seção busco debater uma ideia que parece desafiar um consenso criado na teoria crítica urbana brasileira em torno do grau de funcionalidade que certas práticas típicas do circuito inferior da economia urbana teriam para a sobrevivência do modo de produção baseado no valor: a ideia de que a apropriação “popular” da economia urbana poderia levar ao desenvolvimento de uma *economia solidária*. Muito disseminada no Brasil em meados da década de 2000, esta noção envolve o surgimento de um certo “campo” de debates ligados ao problema da “absorção da mão-de-obra” e da crise do desemprego urbano, apontando para ideias mais otimistas sobre como aquilo que normalmente é entendido sob o estigma do precário carregaria consigo, na realidade, um grande potencial de desencadear outro desenvolvimento da economia urbana. Destaco, contudo, uma série de questões colocadas ao “campo da economia solidária” desde um

ponto de vista de problemática urbana materialista e de crítica da economia política, observando algumas insuficiências da sua abordagem – sobretudo acerca da sua concepção sobre a *unidade de análise*.

4.1. O surgimento do “campo” da economia solidária no Brasil

Durante os anos 80 o Brasil foi fortemente impactado com os efeitos sociais catastróficos dos choques internacionais do petróleo e do aumento explosivo do endividamento externo. E, além da conjuntura adversa, o mundo passa por uma intensa reestruturação produtiva que impactou consideravelmente a já limitada capacidade de gerar empregos assalariados da economia brasileira. Como resultado do novo contexto de reprodução do capital estabelecido no Brasil, um forte avanço de uma biopolítica neoliberal ocorre no país, tornando a condição de cidadania como algo cada vez mais dependente de que todos os aspectos da reprodução da vida dos brasileiros fosse mediada por algum processo financeirizado e passasse a integrar a dinâmica do trabalho abstrato. A condição de “empreendedor de si mesmo” acaba sendo colocada como a única solução para que uma população nacional proletarizada e pauperizada atinja os padrões coletivos de reprodução social, configurando um desafio cotidiano de “sobreviver na adversidade” (Hirata, 2010) recorrendo a práticas econômicas típicas ao circuito inferior da economia urbana e dele dependendo – em especial, recorrendo a trabalhos por conta própria e pequenos empreendimentos familiares. Em meio a um amplo conjunto de “contra-movimentos” de movimentos sociais e atores sociais, surgiu a *economia solidária* como nova proposta para trabalhadores e trabalhadoras que, seja por condições econômicas estruturais [acumulação flexível e reestruturação produtiva] ou conjunturais [crise da dívida externa, hiperinflação, abertura comercial, etc.], não conseguiam encontrar demanda por emprego assalariado “formal” dotado de direitos trabalhistas. E o fenômeno da economia solidária, mais do que só uma proposta, consolida no país como um fenômeno complexo, que é, em um só tempo: a) uma teoria social; b) um movimento social; e c) uma política pública (Bertucci, 2010).

Ao que tudo indica, a primeira aparição no debate público brasileiro de uma atribuição conceitual à expressão “economia solidária” se dá no ano de 1996, num artigo de opinião do economista e político Paul Singer redigido para o jornal “Folha de São Paulo”. No artigo, Singer – que era, à época, um dos coordenadores de campanha da então candidata a um segundo mandato como prefeita de São Paulo, Luiza Erundina – diagnosticava que “no Brasil, assim, como nos outros países, o desemprego tornou-se a principal patologia social” e afirmava que as tentativas usuais de “habilitar profissionalmente os desempregados e proporcionar-lhes algum capital para que possam auto-empregar-se por meio de atividade por conta própria ou estabelecimento de pequena empresa” tendiam ao fracasso por não considerar o “período de aprendizagem” necessário à competição num mercado. Trazia, assim, como plataforma da chapa Erundina-Mercadante e como proposta ao Brasil “inserir os novos pequenos empresários num setor econômico especialmente projetado para maximizar suas chances de sucesso, o qual terá que se caracterizar pela solidariedade entre os seus integrantes” batizando esse “setor” sob o nome de “economia solidária”.

Cito a conclusão do artigo de opinião de Singer (1996)

A economia solidária poderá de fato viabilizar uma segunda acumulação de capital, que reintegre a massa de desempregados à vida econômica, desde que ela seja criada e desenvolvida pelo poder público, com apoio dos setores organizados vitalmente interessados no combate ao desemprego. ¶ Além de proporcionar aos pequenos empreendedores um mercado protegido, a economia solidária deverá oferecer: crédito, mesmo aos que não possam oferecer garantias, por meio de um Banco do Povo; treinamento e assistência tecnológicos; informações e orientação que maximizem a complementaridade entre as unidades integrantes etc. Em suma, ao quebrar o isolamento do pequeno operador, a economia solidária lhe confere condições favoráveis de sucesso. ¶ Esse projeto complementarará outros, como Renda Mínima Garantida e Banco do Povo, que integram a plataforma de Luiza Erundina, candidata a prefeita de São Paulo. (SINGER, 1996)

Apesar do destaque feito ao claro tom projetista da proposta inicial de Singer deixar margens para que a “economia solidária” seja compreendida como a expressão de uma pura e simples agenda de representação política, o surgimento do debate pioneiro em torno da ideia de que a solução para o problema do desemprego e seus impactos sociais passaria por algum tipo de mecanismo sistêmico de apoio social a iniciativas de construção de uma “economia solidária”

não surge exatamente de uma iluminação intelectual e individual desse influente planejador – cuja capacidade intelectual e contribuições ao debate sobre a economia urbana brasileira já eram bastante conhecidas à época. A proposta de Singer deve ser contextualizada numa mudança mais ampla do clima de opiniões sobre a possibilidade de soluções para o desemprego que começou a se conformar a partir do momento em que uma interação entre um conjunto de intelectuais engajados e ativistas para a elaboração de pesquisas, ações políticas e ações de apoio e fomento a iniciativas promissoras de trabalho associado desenvolvidas com desempregados e inempregáveis da sociedade brasileira ou por eles mesmos (Lechat, 2002). Merecendo destaque dentre essas experiências pioneiras dos anos 90 iniciativas tais como os Projetos Alternativos Comunitários – PAC’s desenvolvidos pela rede ecumênica através da Cáritas brasileira, com o intuito de favorecer a organização dos trabalhadores desempregados para a produção em regime de cooperativa; o surgimento de algumas fábricas recuperadas na região do ABC paulista, por iniciativa dos sindicalistas da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão – ANTEAG; as experiências de extensão universitária desenvolvidas pelo núcleo de Incubação Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP da USP; e, em menor medida, as cooperativas de produção agrícola desenvolvidas por iniciativa do Movimento dos Sem-Terra – MST.

Ao longo de um processo reflexivo dessa interação entre as intenções de combater a “patologia social” do desemprego e as iniciativas de ação direta de caráter mutualista que surgiam no país começa a ganhar sentido a configuração de um *campo* específico dedicado a debater a ideia da economia solidária como um fenômeno social autônomo. E o debate desse “campo da economia solidária” costuma atribuir o status de “formulador original” não somente a Singer, mas também a pelo menos outros dois intelectuais que também interagiam com esse tipo de iniciativa de caráter mutualista que foram desenvolvidas em paralelo à proposta de Singer: o economista e educador Marcos Arruda e o sociólogo Luiz Inácio Gaiger. Sendo importante observar que Arruda e Singer adotam em relação à Economia Solidária uma postura de um engajamento político muito pouco acompanhado de desenvolvimento de pesquisas sobre o tema, sendo a participação de Gaiger particularmente decisiva para constituir uma teoria social sobre a

economia solidária que passasse pelo crivo de uma reflexão crítica brasileira²⁴. Mas não pairam muitas dúvidas sobre a proeminência da figura de Singer no processo de atribuição conceitual à categoria de “economia solidária”, nem também sobre o fato de que esse clima de opiniões que configurou a percepção geral que o Brasil possui sobre o fenômeno da economia solidária convergiu amplamente para reconhecê-la como algo que gira em torno das ideias apresentadas de modo embrionário no artigo de opinião de Singer.

Segundo esse novo campo, qual seria, então, afinal, a noção padrão de economia solidária trazida – sobretudo, junto ao trabalho social de Singer? A princípio, a economia solidária surgia simplesmente como forma de caracterizar um certo conjunto de ações diretas ou indiretas para incentivar cidadãos brasileiros proletarizados e, ao mesmo tempo, desempregados ou subempregados a desenvolverem um circuito econômico próprio entre si, cuja dinâmica deveria ser pautada por princípios mutualistas e cujo objetivo seria criar uma alternativa para empregarem sua força de trabalho auferindo renda suficiente para viver de acordo com os padrões de vida urbana brasileiros. O fluxo que se estabeleceu entre os cidadãos espoliados e os ativistas da questão do desemprego acabou, então, por delimitar um conjunto significativo de ações constitutivas de uma “economia solidária”, ainda que pequeno, mas de início a proposta de enfrentar a inempregabilidade da população desenvolvendo uma “economia solidária” de trabalhadores em interação com redes de apoio na sociedade civil organizada e com o incentivo do poder público não trazia no horizonte algo substancialmente diferente dos outros ativismos em torno da “questão social” brasileira, que se disseminaram na época e buscavam não mais do que oportunizar a “inclusão social” dos trabalhadores partícipes dessa “economia solidária”. Num segundo momento, porém, ela passa a ser sistematicamente anunciada como forma embrionária de uma economia pós-capitalista ou mesmo como um “modo de produção

²⁴ Dentre os intelectuais pioneiros da economia solidária, Gaiger foi aquele que se debateu com maior afínco sobre a necessidade de fundamentar teoricamente a economia solidária para além de um plano de governo, embora tenha também tido também importante atuação avaliando experiências apoiadas pela rede ecumênica e coordenando ações extensionistas de apoio e fomento às iniciativas de economia solidária. É Gaiger, também, o principal articulador de esforços para a comparação do fenômeno que começava a ser discutido no Brasil com fenômenos similares discutidos sobre a realidade de outros países, sobretudo, realidades latino-americanas e com uma literatura francófona sobre experiências “solidárias” na França e na Europa. Para uma história mais detalhada sobre a formação da economia solidária como campo e as hipóteses trazida por esses três autores pioneiros, cf. Lechat (2002).

intersticial, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral de organizar a economia e a sociedade” (Singer, 2002).

O livro “Introdução à Economia Solidária” de Paul Singer é, sem muitas dúvidas, a publicação que mais circula sobre o tema, tanto em meios acadêmicos quanto nos demais espaços da sociedade civil e no debate público. Nele Singer busca equivaler o fenômeno da economia solidária a uma reinvenção contemporânea do paradigma cooperativista surgido no século XIX, sobretudo nas propostas de Robert Owen. Na visão do autor, as cooperativas owenistas já funcionavam como “modo de produção alternativo ao capitalismo” mobilizado em torno da questão social da época e configuravam uma luta operária combinada com a construção de uma “propriedade coletiva ou associada do capital”. O autor não dispensa a ideia marxista de que é em meio às lutas sociais travadas pela classe operária que a forma embrionária do socialismo surgiria, tratando como indispensável para um relativo sucesso do cooperativismo o fato de o reformista Owen ter ultrapassado a ideia simples de que o Estado britânico deveria prover o sustento aos pobres para buscar junto ao seio do nascente movimento operário construir soluções práticas para organizar o trabalho de maneira autogerida e para partilhar os produtos do trabalho dentro de critérios éticos. Nesse sentido, as cooperativas owenistas seriam expressão de um “cooperativismo radical” e teriam superado, por exemplo, propostas como os Falanstérios de Charles Fourier na França, que esperavam da benevolência dos capitalistas a solução para a pauperização. O sucesso da economia solidária dependeria, assim, de uma acumulação de capital feita sob padrões de autogestão – e não de heterogestão – que deverá resultar numa riqueza de propriedade coletiva dos associados. Não dispensando, porém, a necessidade de intervenção estatal para a garantia da progressividade das rendas e tributações e a garantia das liberdades individuais. A economia solidária busca, desse modo, um socialismo libertário mediante a radicalização de princípios da democracia liberal – diferenciando-se, assim, do caráter iliberal da maior parte das experiências marxistas-leninistas de socialismo que se disseminaram no século XX.

Cito aqui trecho em que Singer supõe que o capitalismo é “propriedade individual do capital e direito à liberdade individual”, opondo proprietários de meios de produção e

vendedores de força de trabalho, e sugere que a economia solidária ser um “modo de produção baseado na propriedade coletiva ou associada do capital e do direito à liberdade individual”. No mesmo trecho, o autor reitera a ação do estado para ações de garantia de renda, tal como já havia indicado no artigo seminal de 96.

[...] a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho a outra classe. O resultado natural e a competição e a desigualdade. ¶ A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural e a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável. Uma alternativa frequentemente aventada para cumprir essa função e a renda cidadã, uma renda básica igual, entregue a todo e qualquer cidadão pelo Estado, que levantaria o fundo para esta renda mediante um imposto de renda progressivo. (Singer, 2002, p. 10-11)

A definição de Singer (2002) recorre à crítica da economia política marxiana e conclui que a economia solidária seria um “Outro modo de produção”, proveniente de uma dialética entre cooperação e competição que está colocada no processo de socialização da sociedade. Operando nos interstícios do capitalismo, essa economia solidária poderia então levar a humanidade a superá-lo. O argumento, porém, suscita uma questão: de um ponto de vista lógico, como pode ser possível que um outro modo de produção aconteça dentro do capitalismo, apenas aguardando a nossa adesão voluntária a ele para levar a humanidade à libertação das diversas formas de dominação social economicamente sustentadas pelo modo de produção baseado no valor? Embora a interpretação hegemônica da “economia solidária como outro modo de produção” acabe não trazendo explicações muito claras sobre o tema, em Singer (2004) chega-se a se esboçar uma resposta mediante “desenvolvimento solidário” permitido pelo ocaso da terceira revolução industrial das novas dinâmicas de sociedade em rede proporcionadas pelo

avanço da microeletrônica e da telemática. Como é pressuposto à visão de Singer que há uma dialética entre “competição e solidariedade” que configuraria a economia solidária como “modo de produção intersticial” dentro do Capitalismo, acaba não fazendo sentido o questionamento complementar em torno de como desencadear esse “desenvolvimento solidário”. As condições objetivas já estariam aí, a “outra economia” já acontece, e, por consequência, o processo de organizar uma sociedade pautada por uma economia solidária, em última análise, depende não mais do que do nosso engajamento político em relação ao movimento social.

Cito Singer acerca do “desenvolvimento solidário”:

[...] O fato de o desenvolvimento, em tempos de reestruturação, ter acentuado a liberdade do mercado em detrimento dos controles dos Estados nacionais sobre a dinâmica do capital não anula o outro fato, de que a revolução microeletrônica e telemática contribuiu para que o capital produtivo (não o financeiro) se descentralizasse, abrindo espaço para um desenvolvimento misto de pequenas e médias empresas e de complexos cooperativos, guiado pelos valores da solidariedade. ¶ No plano econômico, os diferentes modos de produção competem entre si mas também se articulam e cooperam entre si. No plano político e ideológico, no entanto os antagonismos entre as duas lógicas e seus valores opostos só se acentuam. Os fóruns sociais mundiais, os movimentos contra a globalização neoliberal, os ambientalistas, os pelos direitos humanos e os pela economia solidária constituem um rosário de novas forças que lutam por uma "outra economia" e uma "outra sociedade". Diferentemente da velha esquerda, que almejava a destruição do capitalismo mediante a ação do Estado nas mãos da vanguarda do proletariado, a nova esquerda almeja a destruição do capitalismo por meio da ação direta no seio da sociedade civil, mediante a construção de uma economia solidária e preservacionista e de revoluções culturais diversas, das quais a feminina parece ser a mais adiantada. (SINGER, 2004, p. 21)

Elaboraões otimistas tais como as de Singer parecem recorrer muito ao campo da transcendência da experiência do atual modo de produção para outro dizendo pouco sobre de que modo esta vontade social e redefinição de valores éticos poderiam superar a dinâmica de desenvolvimento pautada pelo ciclo de reprodução automática da forma social valor. A tentativa de provar o desenvolvimento solidário da economia solidária por meio da pressuposição de que ela já é solidária não redundaria numa petição de princípio – que é reforçada positivamente pela conformação de um campo de estudos engajado na causa e dedicado a comprovar a materialidade desse desenvolvimento observando o comportamento de pequenos grupos isolados e fortemente apoiado por uma política focalizada? Coube a Gaiger (2003) fazer uma importante correção no raciocínio de Singer – criando uma controvérsia que, no entanto, ficou mais restrita

ao debate teórico, permanecendo na prática a impressão de que “outro modo de produção acontece”. Como observa Gaiger, a ideia de que um “modo de produção solidário” coexistiria com o capitalista é uma ideia dificilmente sustentável do ponto de vista marxista, sendo preterida pelo autor em favor da ideia de que as iniciativas populares que acabaram consolidando o movimento de economia solidária sejam entendidas como uma outra “forma social de produção” que tende a ser reproduzida quando intencionalmente organizada, mas que não consegue solapar com iniciativas particulares as bases técnicas/tecnológicas do modo de produção como um todo – sendo inclusive peça estratégica da reprodução social destas bases, conforme bem apontado na análise clássica de Oliveira [1972]2003.

Ressalto a observação de Gaiger sobre a forma social de produção da economia solidária diante do modo de produção capitalista. O autor compara a situação do trabalho associado e das cooperativas à situação do campesinato, que tem sua forma de produção sistematicamente subsumida pelo modo de produção capitalista pela necessidade de competir na mesma base técnica do capitalismo. Dessa maneira, a iniciativa de resistir intersubjetivamente ao capitalismo, ainda que permita manter a forma de produção, não causa nenhum dano ao modo de produção e seus critérios sociotécnicos. E por isso não consegue triunfar, não num tempo curto de transição e não sem competir nas lacunas deixadas pela economia integrada pelo valor.

É esclarecedor observar o que se passa com um exemplo importante de economia solidária, praticado nos coletivos de produção que se multiplicam nos assentamentos rurais, sob forma de cooperativas agropecuárias e outros formatos associativos. A socialização da terra e do trabalho, quando em graus avançados, rompe com a lógica e a tradição da pequena produção familiar e introduz vínculos de outra natureza entre os “trabalhadores rurais” (agora, assim chamados). Modifica-se, portanto, a forma social de produção. Contudo, na grande maioria dos casos, a base técnica, derivada do estado das forças produtivas, permanece intocada ou superficialmente alterada, ao menos por um certo tempo; o modo material de produção não difere daquele empregado antes pela economia familiar, sobretudo quando essa já incorporava uma parcela razoável das inovações tecnológicas promovidas pelo capitalismo. Do mesmo modo, é com os agentes deste que os assentados transacionam, é diante de suas instituições que devem reafirmar os seus interesses. ¶ Podemos igualmente pensar nas empresas autogestionárias presas a cadeias produtivas ou a contratos de terceirização, para concluir que esse déficit de autonomia atesta o caráter incompleto da emancipação do trabalho solidário diante do predomínio do capital, seja na esfera da circulação e distribuição, seja na renovação contínua das forças produtivas. Como assimilar a base técnica da economia moderna, especialmente naqueles setores de maior densidade tecnológica e complexidade organizacional, sem fazer “compra casada” com o conteúdo

social, introduzido pela lógica produtiva capitalista nos respectivos processos de trabalho? Não obstante, conforme Marx, é no seio da velha sociedade que se geram as novas condições materiais de existência. Não é necessário que a mesma esteja exaurida para dar curso à dialética entre as forças produtivas e as relações de produção. Pode ocorrer, ainda, que formas não essencialmente capitalistas sejam representadas como se o fossem, pelo efeito de dominação ideológica do modo de produção dominante. Donde resta a questão de descobrir as possibilidades, latentes ou encobertas, para que esses novos agenciamentos do processo de trabalho e dos fatores produtivos, inseminados por novas relações entre os trabalhadores, encontrem caminhos propulsores, rumo a uma função ativa nos próximos ciclos históricos. (GAIGER, 2003, p. 194-195)

A solução de Gaiger é consistente, mas não supera de imediato as desconfianças históricas impostas ao cooperativismo operário como forma social de produção que deve superar o capitalismo. Para que a economia solidária venha a se colocar, de fato, como a forma embrionária do novo modo de produção é necessário também que a noção de eficiência seja reinventada como algo que “evoca uma racionalidade distinta, orientada à satisfação das necessidades e à realização das aspirações humanas, estimulando a simbiose com o ambiente natural, por meio de um vínculo integrador e de modelos de desenvolvimento sustentável” (Gaiger, 2009). Nesses termos, o sucesso da forma social de produção solidária dependeria, em última instância, de uma inserção das pessoas numa radicalização dos princípios democráticos a tal ponto que se dê uma mudança no critério social de eficiência. O que a coloca, no curto prazo, como uma agente de democratização da economia e, num longo prazo, como agente de uma transição cultural profunda e de tempo lento entre o capitalismo e uma sociedade em que a autogestão é compreendida como um uso mais eficiente das forças produtivas do que a heterogestão.

4.2. Economia “popular” solidária

A hipótese brasileira para uma economia solidária acaba sendo mediada por um desafio teórico que é mais propriamente ligado ao fato de estarmos num país da “periferia” do sistema-mundo, que tem que tomar como ponto de partida no concreto um certo tipo de práticas de reprodução sócio-espacial fortemente atreladas à dinâmica do “circuito inferior” das economias urbanas. À época do início desse debate no Brasil, existia um maior consenso social sobre categorizar essas práticas como sendo oriundas daquilo que PREALC e CEPAL

reconheciam como um “sistema informal urbano” na América Latina; ou, se não, por outro lado, simplesmente como manifestações de particularidades supérfluas derivadas da reprodução social do “exército industrial de reserva” de acordo com a maior parte das teorias críticas marxistas. E ainda hoje, para a maior parte dos pesquisadores e planejadores, essas práticas seriam simplesmente a expressão de uma “economia informal”, delimitação conceitual que torna bastante difícil pensar nessa reprodução social como expressão de um “Outro modo de produção” e mesmo como uma forma social de produção capaz de solapar o capitalismo.

Cito conclusão de Missio, Alves & Vieira (2007), que externa o ceticismo mais comum sobre as experiências de economia solidária, derivadas da impressão geral sobre a funcionalização do “setor informal”: elas seriam apenas alívios momentâneos à crise do emprego, sem ter um processo material correspondente que coloque condições objetivas para o seu desenvolvimento, e portanto incapazes de alterar as relações de produção.

A julgar pelas atuais evidências, o que está acontecendo não é o lento aparecimento de um novo modo de produção, pois este decorre do avanço das forças produtivas e da constituição de um novo processo material; ele é uma alternativa criada pelo próprio sistema atual como consequência do seu desenvolvimento e do aprofundamento da crise do emprego. O mais provável é que economia solidária seja apenas uma forma espontânea de resistência dos trabalhadores, excluídos pela lógica competitiva do mercado. Entende-se que a criação de uma alternativa econômica ao modelo atual deve necessariamente modificar as relações de produção. Para isso, esse modelo alternativo proposto deve se sustentar em evidências de que as modificações em tais relações adquiram um outro caráter, além de propiciarem condições objetivas de viabilidade e de vigência histórica (MISSIO, ALVES & VIEIRA, 2007)

O triunfo da economia solidária no debate teórico-conceitual se depara, então, com a necessidade de desafiar o consenso ceticista criado em torno do funcionamento dessa “economia informal”, que apreende essas práticas de reprodução social exercidas pelos desempregados e pelos subempregados como formas mercantis deficitárias e acabam, de alguma forma, sempre dando a elas o estigma da irracionalidade e da incompletude. Esse tipo de impossibilidade ontológica colocaria algo para além do simples desafio de “colocar as mãos à obra” e de institucionalizar um programa político aos moldes que foram apresentados por Singer, sendo requerido da teoria social da economia solidária uma explicação convincente sobre como é possível que as vias da emancipação social estejam contidas na insistência com práticas do

circuito inferior da economia urbana que já foram percebida como parte de uma simbiose com o circuito superior para garantir uma reprodução do capital dependente – que usa e abusa de mecanismos de acumulação primitiva e promove uma urbanização espoliativa e segregadora.

Diante do desafio, os processos de conceituação sobre o “campo da economia solidária” sistematicamente acabam, então, trazendo consigo um debate fortemente associado – porém distinto – acerca da existência (ou não) de qualidades específicas daquela espécie de “economia dos setores populares” de onde a economia solidária parecia vir que justificassem materialmente a empolgante conclusão de que estava se dando ali a organização de um sistema de produção baseado em outra racionalidade que não à da reprodução automática e infinita da relação de capital. Na tentativa de sustentar teoricamente um raciocínio sobre como uma qualidade específica à reprodução nos “setores populares” da economia urbana poderia determinar uma “economia solidária”, autores como Gaiger e também o economista Gabriel Kraychete – outro intelectual engajado com ações de pesquisa muito importantes para a conformação teórico-conceitual do campo – passam, então, a recorrer a uma série de formulações originais trazidas por alguns autores latino-americanos desde a década de 70, em torno de um fenômeno social que eles acabaram por delimitar como uma *economia popular* (Razeto; 1983, 1993; Coraggio, 1994) ou ainda *economia popular solidária* (Razeto; 1993). Essa linha de interpretações latino-americanas, de modo um pouco diferente daquilo que vinha sendo proposto no Brasil em torno do “campo” da economia solidária, enfatizava que a solidariedade emergente entre os trabalhadores desempregados e subempregados seria menos a expressão inequívoca da construção intencional de uma via de economia “alternativa” pautada por velhos e novos “valores” cooperativistas do que o fruto de uma reprodução social caracterizada por uma espécie de “solidariedade orgânica” forçada, que é bastante típica da posição que os cidadãos latino-americanos portadores do marcador social de “popular” passaram a (não) ocupar no capitalismo de urbe planetária e de biopolítica neoliberal.

Cito, como exemplo, a delimitação de Kraychete (2000), já enriquecida pela interação com o debate latino-americano e que coloca no centro da questão não exatamente as cooperativas autogestionária, mas sim a “economia dos setores populares” com trabalhos

realizados de forma “individual, familiar ou associativa” destinados a uma racionalidade de “prover e repor os meios de vida” que não parece ser a mesma do valor que se valoriza – a lógica de sujeito automático e expansivo da relação de capital.

[...] a reprodução da vida de parcelas crescentes da população passou a depender, em maior escala, de atividades assentadas no trabalho realizado de forma *individual, familiar ou associativa*. Pode-se afirmar que essas atividades, em seu conjunto, sustentam uma *economia dos setores populares*, envolvendo, mesmo que de modo disperso e fragmentado, um extenso fluxo de produtos, serviços e modalidades diversas de trocas e mercados. Convém observar que, face à existência de diferentes denominações - economia popular, economia popular e solidária, sócioeconomia solidária - convencionamos designar por economia dos setores populares as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados à prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. No âmbito dessa economia dos setores populares convivem, além das atividades realizadas de forma individual ou familiar, as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não, a exemplo das cooperativas, empreendimentos autogestionários, oficinas de produção associada, centrais de comercialização de agricultores familiares, associações de artesãos, escolas e projetos de educação e formação de trabalhadores, organizações de micro-crédito, fundos rotativos, etc. Esta designação, portanto, pretende expressar um conjunto de atividades heterogêneas, sem idealizar, a priori, os diferentes valores e práticas que lhes são concernentes. (KRAYCHETE, 2000, p. 01)

Destacava-se, sobretudo, a perspectiva pioneira de Razeto que, a partir de estudos empíricos sobre o funcionamento da economia urbana chilena, trouxe uma tese inovadora acerca do processo de reprodução social no Chile: a despeito de ser comandada pela reprodução das relações sociais de produção capitalistas, a reprodução do “mundo popular” teria constituído uma *economia popular de solidariedade* ou *economia popular solidária* que não se tratava simplesmente de uma “forma aquém do valor” (Oliveira, 2003). As pesquisas de Razeto sobre os “marginais” urbanos e suas organizações próprias o levaram a reconhecer a configuração de um “mundo popular” e a concluir que “a experiência da pobreza, da necessidade, experimentada como urgência cotidiana de assegurar a subsistência, leva muitos a vivenciar a importância de compartilhar o pouco que se tem, de formar comunidades e grupos de ajuda mútua e de recíproca proteção” (Razeto, 1999). E ainda que atividades em que há uma clara fronteira estabelecida com a acumulação de capital – tais como os trabalhos por conta própria, as ocupações informais de terra e até mesmo a busca pela subsistência em atividades econômicas ilícitas e criminosas – estivessem presentes de maneira generalizada no cotidiano desse “mundo” popular, o autor

consegue extrair dessas estratégias de sobrevivência uma série de possibilidades e concretudes de desenvolvimento de uma economia baseada em cooperação antes de competição, de solidariedade e de atos de *reciprocidade* .

Cito Razeto:

La experiencia de la pobreza, de la necesidad experimentada como urgencia cotidiana de asegurar la subsistencia, lleva a muchos a vivenciar la importancia de compartir lo poco que se tiene, de formar comunidades y grupos de ayuda mutua y de recíproca protección. ¶ Marginados de la economía oficial, se ven en la necesidad de desplegar verdaderas estrategias de sobrevivencia, realizando cualquier tipo de actividades económicas informales y por cuenta propia para obtener los ingresos que les aseguren la satisfacción de sus necesidades básicas. Ha surgido así desde la realidad de la pobreza la economía popular, que constituye un verdadero proceso de activación y movilización económica del mundo popular. Dicha economía popular combina recursos y capacidades laborales, tecnológicas, organizativas y comerciales de carácter tradicional con otras de tipo moderno, y el resultado es un increíblemente heterogéneo y variado multiplicarse de actividades orientadas a asegurar la subsistencia y la vida cotidiana. Ella opera y se expande buscando intersticios y oportunidades que encuentra en el mercado, aprovecha beneficios y recursos proporcionados por los servicios y subsidios públicos, se inserta en experiencias promovidas por organizaciones no-gubernamentales, e incluso a veces logra reconstruir relaciones económicas basadas en la reciprocidad y la cooperación que predominaban en formas más tradicionales de organización económica. La economía popular en sus varias manifestaciones y formas contiene importantes elementos de solidaridad que es importante reconocer y destacar. Hay solidaridad en ella, en primer lugar porque la cultura de los grupos sociales más pobres es naturalmente más solidaria que la de los grupos sociales de mayores ingresos. La experiencia de la pobreza, de la necesidad experimentada como urgencia cotidiana de asegurar la subsistencia, lleva a muchos a vivenciar la importancia de compartir lo poco que se tiene, de formar comunidades y grupos de ayuda mutua y de recíproca protección. (Razeto, 1999)

Diferindo das abordagens da informalidade – que focavam em critérios normativos associados ao não respeito à lei e que no fundo apenas informam que a economia informal é não-formal – a tese de Razeto sugere haver algo de bastante específico: uma *racionalidade* econômica distinta que emerge nesse processo de solidariedade forçada e invenção cotidiana do “mundo popular” pelos populares. Um contexto que seria especialmente presente na América Latina urbanizada, em função da incontornável presença desse “pólo marginal” – que a teoria crítica urbana brasileira, ao longo do tempo, identificou, mais precisamente, como um circuito inferior da economia urbana – na paisagem urbana e no processo de acumulação de capital. Ainda os teóricos da “economia popular” reconhecessem que nem toda (e talvez nem a maioria) dessa economia popular fosse pautada por um integração a partir de laços de solidariedade,

coloca-se aí não somente uma nova visão sobre aquilo que estaria oculto sob o estigma do não-formal, mas também uma constatação de um grande potencial a ser desenvolvido na América Latina a partir da dinamização de determinadas organizações populares que se apropriavam dessa solidariedade forçada para inventar sua subsistência social, integrado-as a uma solidariedade intencional.

Em meio a esse “mundo popular” condicionado a uma espoliação sistemática, existiriam, também, determinadas organizações em situação mais avançada de desenvolvimento dessas economias de solidariedade do que outras. No seu diagnóstico, Razeto falava em casos tais como os das feiras populares, do artesanato urbano e de pequenos negócios locais, a critério de exemplo. Considerava essas “organizações econômicas populares” específicas como dotadas de significativos elementos de solidariedade para produzir, o que configurava uma certa “racionalidade econômica especial” que sustentava a utilidade de um comportamento de produção, circulação e consumo de bens e serviços que elevava a solidariedade e a cooperação a um lugar central (Razeto, 1999). E ainda que se trate de desenvolver intencionalmente uma economia baseada em valores morais e alguma ética que parece ser própria a esse “mundo popular”, abordagens tais como a de Razeto indicam que há um incentivo econômico colocado para melhorar sua condição de pauperização e vulnerabilização por meio da cooperação com outros “populares”, e portanto uma condição objetiva que levaria a Outra economia a acontecer como mais do que uma forma efêmera de estratégia de sobrevivência.

Referenciando-se na observação sobre as organizações solidárias do “pólo avançado da economia popular” (Razeto, 1993), é que, então, os autores brasileiros conseguem se distanciar das restrições impostas previamente ao cotidiano popular pela concepção de que ele seria expressão da “economia informal”. O recurso à tese de Razeto permitiu que Gaiger respondesse, agora, claramente qual seria a unidade de análise fundamental para o “campo da economia solidária”: o *empreendimento econômico solidário*. Recorrendo à noção weberiana de “tipo ideal”, Gaiger (2009) define o empreendimento econômico solidário como um conjunto de “modalidades de organização econômica originadas da livre associação de trabalhadores” que

tem como critério de viabilização e eficiência a cooperação. A partir dessa definição, a economia solidária seria o circuito econômico dos empreendimentos econômicos solidários, um tipo ideal de organização econômica popular que se assemelha e se inspira na tese de Razeto sobre a possibilidade de uma economia popular derivar numa economia de solidariedade. E a ideia de empreendimento econômico solidário se torna também a grande justificativa teórica para uma série de processos de institucionalização que se dão em torno dessa ideia – e que, de alguma maneira, já estavam presentes no projeto embrionário de Singer.

Cito a definição de Gaiger (2003, 2007) para os empreendimentos econômicos solidários:

Os empreendimentos econômicos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinado indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência, os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, da comercialização e do crédito. Apresentam-se sob forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão e combinam suas atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que se inserem (GAIGER, 2003)

Figura 2: Modelo conceitual e analítico dos empreendimentos econômicos solidários



Fonte: Gaiger (2007)

Nesse encontro com pensadores latino-americanos que se dedicaram a observar o cotidiano popular sob o ponto de vista dos trabalhadores sem-trabalho, a percepção que o campo da economia solidária passa a desenvolver acerca do processo de reprodução social no Brasil torna-se nuançada – e, em última análise, determinada – pelo pressuposto de que há um conjunto de práticas tipicamente “populares” que poderiam levar ao exercício generalizado e sustentado de economias mutualistas. Dessa forma, o debate teórico-conceitual sobre a possibilidade do triunfo dessas novas iniciativas mutualistas que se destacaram durante a “questão social” gritante nos anos 80 e 90 acaba se fazendo também marcado por uma série de iniciativas de ressignificar essas práticas sócio-espaciais associadas ao circuito inferior da economia urbana no que tangenciasse a sua potencialidade de configurar uma “economia solidária”. Essas seriam economias “populares solidárias” que, sob o estigma de precariedade absoluta imposto pelo prisma da informalidade, não conseguiam emergir como algo mais do que meras “estratégias de

sobrevivência” – que por definição pareciam não poder guardar qualquer valor de experiência emancipatória.

Mas, para além de permitir a concepção da “unidade de análise” para um campo de pesquisas e ações políticas relativas a essa “economia popular solidária”, as observações de Razeto sobre a fundamentação dessa forma alternativa de economia numa *praxis* concreta lembram que ela extrapola o escopo das estratégias de superação da marginalidade e da pobreza, remetendo também a buscas por uma economia não-capitalista orientadas por motivações sociais e individuais diversas. O autor sugere que o engajamento social na construção de uma economia baseada na solidariedade seja pensado como algo que surge de dez “caminhos”: i) a busca por superar a marginalidade e a pobreza por meio de reciprocidades e cooperação; ii) as iniciativas de doações e redistribuição intencional de riquezas por parte de ricos e privilegiados em atos sem fim lucrativos; iii) as lutas por maior participação social; iv) a vontade de exercer trabalho autônomo ou independente de que haja um comprador da força de trabalho; v) os que buscam uma nova energia de transformação social frente a derrotas de projetos de mudar as estruturas sociais; vi) a promoção de “outro” desenvolvimento econômico alternativo, sustentável ou integral; vii) os enfrentamentos à deterioração do meio ambiente, a separação entre homem e natureza e o desequilíbrio ecológico do mundo; viii) a busca por reorganizações dos papéis sociais das mulheres e da relação familiar; ix) a busca por resistência de modos de vida de povos tradicionais, originários e etnias marginalizadas socialmente; x) a fé e a busca por construir uma vida pautada em valores e princípios adequados a concepções humanistas e/ou religiosas. Desde essas situações distintas “al interior de estos grandes conjuntos humanos, surgen grupos de personas que haciéndose cargo de problemas reales y actuales de su propia realidad, empiezan a experimentar nuevas formas económicas centradas en el trabajo y la solidaridad” (Razeto, 2009).

Frente a essa agenda multifacetada, é interessante observar, por exemplo, o discurso que se cristaliza hoje na rede “Cáritas Brasileira”, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, se destaca como a grande entusiasta na rede ecumênica de um desenvolvimento alternativo para o Brasil pautado pela Economia (Popular) Solidária e como um dos seus

principais pontos de apoio estratégico na efetiva construção política do movimento social. A economia popular solidária seria para a Cáritas uma “estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável e solidário” que promove uma “articulação entre campo, floresta e cidade” para construir alternativas coletivas e autogestionárias em situação de vulnerabilidade social. E que tem no horizonte a ideia de “Bem-viver” – um resgate de uma ideia tradicional andina de “Sumak Kawsay” que se aproxima da noção aristotélica da “Boa Vida” e que é proposta como alternativa à lógica do “progresso”, que sustenta ideologicamente o processo de reprodução das relações sociais capitalistas.

Cito síntese da Rede Caritas sobre a “EPS”

Na Rede Cáritas, a Economia Popular Solidária (EPS) é uma importante articulação que integra campo, floresta e cidade na construção de alternativas que gerem processos coletivos e autogestionários, visando a inclusão social e produtiva de pessoas e famílias vulneráveis afetadas pela pobreza e difícil acesso mercado de trabalho. ¶ É uma estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável e solidário fundamentada na organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras com interesse de melhorar a qualidade de vida por meio das relações de trabalho, através de associações, cooperativas, redes ou mesmo em grupos informais. É uma maneira de combater as desigualdades do atual sistema econômico e de construção de outro modelo de desenvolvimento, pautado no envolvimento das pessoas em prol do Bem Viver. É também um veículo de construção de conhecimento sobre as realidades locais, direitos humanos, sociais e econômicos além de ser instrumento de ampliação da consciência crítica e de fomento à participação cidadã. ¶ Há mais de 35 anos a Cáritas fomenta e apoia diversas iniciativas de EPS em todo o território nacional. Aproximadamente, 600 agentes Cáritas de 176 entidades-membro acompanham empreendimentos formados por jovens, grupos de cultura, catadores/as, mulheres, população em situação de rua, populações rurais e urbanas, migrantes, comunidades em situação de risco e etc.²⁵

4.3. Movimento social altermundialista e política pública focalizada

Apesar da ligação histórica e prioritária com o problema da [falta de] empregabilidade de populações “marginalizadas” numa “economia informal” produzida ao longo do processo de urbanização economicamente dependente decorrido no Brasil, a praxis política pressuposta para a construção da economia solidária delinea um fato novo na discussão sobre o desenvolvimento

²⁵ Descrição disponível no site oficial: <<https://caritas.org.br/area-de-atuacao/2>>

social brasileiro ao apostar em soluções para a inempregabilidade que passam ao largo da ideia de transformar a sua base numa população formalmente empregada. De tal maneira que esse processo peculiar de interação entre ativistas da “questão social” e proletários sem emprego que foi iniciado nos anos 90 acabou por desembocar não apenas no reconhecimento de um fenômeno social que se faz presente na sociedade brasileira, mas também na configuração um novo, legítimo e específico movimento social brasileiro também reivindicada que na noção de “economia solidária” sua proposta central (Costa & Jesus, 2017).

Esse *Movimento de Economia Solidária* acabou sendo conformado de maneira nítida no momento em que essas formulações pioneiras foram levadas ao I Fórum Social Mundial de 2001 (Bertucci, 2010). Essa interação nos Fóruns Sociais Mundiais leva a proposta brasileira de encontro a várias outras denominações conceituais que também vinham sendo propostas desde meados da década de 90 com a intenção de reinterpretar um conjunto de práticas econômicas “alternativas” bastante similares ao que se reconhecia aqui como uma “economia solidária”, mas que não eram necessariamente iguais a ela – tais como “economia moral”, “economia social”, “economia social e solidária”, “economia do trabalho”, “terceiro setor”, “bem-viver”, “economia plural”, “economia feminista”, etc. Levado a uma contextualização internacional, portanto, o “campo da economia solidária” surge menos como uma constelação bem definidas de debates do que como uma “nebulosa teórica” contendo interpretações e reinterpretações sobre alguns fatos sociais que parecem buscar reconhecimento social numa mesma origem.

Os Fóruns Sociais Mundiais se tornaram o grande fórum internacional a abrigar essa nebulosa teórica na tentativa de extrair constelações mais bem definidas de teorias sociais sobre esse fenômeno. O que todas elas possuem em comum, em última análise é a convergência para a ideia de que elas se debatem não apenas com práticas de reprodução sócio-espacial completamente funcionalizadas pela relação de capital e que costumam estar concentradas num circuito inferior de economia urbana, mas sim com expressões concretas ou potencialidades do desenvolvimento de uma *Outra economia*. A construção coletiva do chamado “Dicionário Internacional da Outra Economia”, organizada entre 2002 e 2009 evidencia esse esforço – além

de demonstrar a via de transmissão de direta estabelecida entre esse debate da economia solidária e a causa altermundialista. O compêndio de textos buscou reunir perspectivas de diversos autores e ativistas de diversos países da América Latina e da Europa para consolidar uma constelação de definições para essas várias denominações sobre o problema da “outra economia, aquela que se apresenta como alternativa material e humana superior à economia capitalista” regida por princípios de “solidariedade, sustentabilidade, inclusão e emancipação social” que “não se reduzem a boas intenções, mas constituem realizações concretas, viáveis e em expansão no mundo inteiro. (Cattani *et al*, 2009, p. 07).

Cito descrição do “Dicionário” sobre o que seria essa “Outra economia”

[...] outra economia, aquela que se apresenta como alternativa material e humana superior à economia capitalista. Designadas por termos tais como economia solidária, economia do trabalho, novo cooperativismo, empresas autogestionárias e outros, essas formas correspondem a realizações inovadoras, associadas a novos valores e princípios que se opõem às práticas excludentes, social e ambientalmente predatórias. A construção do novo, do socialmente mais avançado, remete a processos complexos que ultrapassam a mediocridade e as limitações das relações de produção capitalistas. Nestas, os termos associados são concorrência, exploração, acumulação compulsória, exclusão. A outra economia é regida pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão, enfim, da emancipação social. Esses princípios não se reduzem a boas intenções, mas constituem realizações concretas, viáveis e, sobretudo, em expansão no mundo inteiro. (CATTANI; LAVILLE; GAIGER; HESPANHA, 2009, p. 07)

Ao projetar para a sua base social uma situação em que ela se transforma num conjunto de mutualistas de uma “economia solidária” triunfante em relação à inevitável competição com o mercado capitalista e socialmente generalizada, superando assim as adversidades do cotidiano de vulnerabilizações sócio-econômicas, o “Movimento da Economia Solidária”, em última análise, acaba sendo, uma expressão do movimento pela Outra economia no Brasil. A interação com os Fóruns Sociais Mundiais transforma o engajamento brasileiro em torno do “outro modo de produção” da economia solidária numa nítida causa altermundialista, implicada em demonstrar que esse circuito econômico que é/que deve ser estabelecido como uma economia de solidariedade dos trabalhadores é expressão do fato de que uma “Outra economia acontece” no momento em que uma biopolítica neoliberal afirma categoricamente que “não há alternativas”. E o “campo” brasileiro é também determinante para todo esse universo de iniciativas

altermundialistas, uma vez que ele não apenas incorpora a discussão dessa alternativa de mundo/para o mundo como influi decisivamente para a conformação geral do conjunto de estratégias altermundialistas para levar a humanidade ao “outro mundo possível”.

Cito aqui observação de Laville e Gaiger sobre a relação entre o “campo da economia solidária” o altermundialismo:

A economia solidária é mais rica do que a sua face conhecida, o que torna fundamental ampliar e aprofundar a sua apreensão, para melhor conceituá-la e avaliar suas potencialidades. Ela conflui de vários países para uma perspectiva altermundialista, notabilizada nas edições do Fórum Social Mundial. Insere-se então no debate pulsante em torno das possibilidades de construção de alternativas. Talvez mais que dantes, precisamos de uma economia na qual o desenvolvimento social não seja uma preocupação subsidiária, relegada a mecanismos compensatórios, uma economia cuja lógica intrínseca implique e estimule a cooperação e a reciprocidade, em benefício da equidade e da justiça social. (Laville & Gaiger, 2009)

Mas, para além da interação com o altermundialismo, a relação com a política pública é central para delimitar um conjunto amplo de agências sociais em torno do tema no Brasil. Mesmo que reunindo algumas experiências significativas de economia solidária na sociedade civil que chegaram a se projetar no espaço do Fórum Social Mundial, o movimento social só chega a uma amplitude realmente nacional no momento em que a Economia Solidária, além de teoria social e movimento social, se transforma em política pública federal. Esse passo é dado a partir de uma orientação pragmática que levou suas lideranças – em especial, por intermédio de Singer e Arruda – a uma negociação de termos com o governo federal brasileiro no recém-eleito mandato Lula-Alencar para a implementação de uma política pública feita em moldes similares ao que já acontecia em algumas prefeituras municipais do país. Foi a partir dessa orientação pragmática, que se conformaram no ano de 2003 as duas grandes institucionalidades organizadas em torno da Economia Solidária: o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A Secretaria sendo um órgão do Ministério do Trabalho e Emprego responsável por realizar uma política pública de incentivo à economia solidária e o Fórum sendo o agente responsável por conectar essa política pública com a base do movimento social – os empreendimentos, conforme definido pelo critério de análise

desenvolvido na teoria brasileira da economia solidária. E o movimento determina, em comum acordo com o governo, que Paul Singer seja Secretário Nacional de Economia Solidária.

Ressalto um breve destaque trazido por Lima (2014) a respeito desse processo histórico de concretização de uma economia pública focalizada para os empreendimentos econômico-solidários:

Neste processo, a III plenária nacional cria o FBES na intenção de duas tarefas fundamentais: a mediação e a mobilização com mais de 800 representantes, delegados das 18 plenárias estaduais, com a incumbência de articular e mobilizar as bases da economia solidária pelo país em torno de uma Carta de Princípios e uma Plataforma de Lutas, ali aprovadas, e de fazer a interlocução junto ao governo, em especial, junto à recém-criada SENAES (Secretaria Nacional da Economia Solidária). ¶ A Secretaria Nacional da Economia Solidária assumiu a Plataforma de Lutas como parte de seu Plano de Governo. A III Plenária definiu também a composição e o funcionamento do FBES. Na sequência, o I Encontro Nacional dos Empreendimentos da Economia Solidária (agosto/ 2004) reuniu 2.500 (dois mil e quinhentos) representantes de todos os estados brasileiros, onde foram criados Fóruns ou comissões pró-fóruns estaduais. Em alguns Estados, a ampliação do Fórum consiste em estruturar fóruns sub-regionais e municipais. É assegurada, considerada como avanço, a participação majoritária dos empreendimentos. ¶ Por conseguinte, a economia solidária aparece no centro do FSM-2005, desafiada a gerir o abastecimento, a comercialização, a moeda social, as rodadas de negócios, a campanha pelo consumo consciente contra os produtos transgênicos, nocivos das transnacionais e a realizar os debates articulados entre as redes nacionais e internacionais. Por isso, diz-se que não só outro mundo é possível, mas que outra economia já acontece, conforme assinala Singer (2002). (Lima, 2015)

A causa altermundialista pela Outra economia, no ocaso do primeiro governo Lula, ganhou então o espaço de política pública na República Federativa do Brasil, a ser gerida por departamentos e secretarias públicas municipais e estaduais juntamente ao Ministério do Trabalho. Uma orientação que, sem dúvida, construiu uma grande identificação social entre a economia solidária e aquilo que consta na política pública, obliterando bastante as outras figurações de sua existência – enquanto movimento social da sociedade civil e enquanto debate teórico-conceitual sobre a possibilidade de uma “outra economia” advir da reprodução popular. O mais rigoroso, a nosso ver, é extrair dela a compreensão de que o “campo da economia solidária” se conforma como uma simbiose entre esses três aspectos, delineando um processo amplo de instituição de um agenda pela Outra economia cuja composição de atores envolve não apenas um conjunto de “despossuídos” de empregabilidade associados entre si como também

uma rede de apoio, suporte e aprendizado com entidades da sociedade civil organizada e com o poder público. Essa simbiose configura, então, um sistemas de políticas públicas *focalizadas* para os empreendimentos econômicos solidários como forma de incentivar o desenvolvimento da economia solidária.

Destaco organograma do sistema de políticas públicas para a Economia Solidária apresentado em Senaes (2011):

Figura 3: Organograma do sistema de políticas públicas para a Economia Solidária



Fonte: SENAES (2011)

Esse sistema de política pública, em suma, é idealizado como processo de incentivo a “incubações” das iniciativas populares de trabalho associado ou em regime de cooperativas. O objetivo é “formar” essas iniciativas, tanto para que os trabalhadores da economia solidária se desenvolvam como “portadores” da autogestão – aos moldes de uma pedagogia da autonomia freireana e normalmente recorrendo ao método Paulo Freire – quanto para que elas consigam

apresentar produtos ao consumidor que sejam minimamente competitivos nos termos do mercado concorrencial capitalista sem desrespeitar, ao mesmo tempo, os princípios estabelecidos no movimento social. O poder público é requerido como o grande patrocinador da interação entre FBES e sua rede de apoio, e é requerido essa rede de apoio que ela organize os processos de incubação. Sendo mais comuns atuações da rede ecumênica brasileira e das redes de projetos de extensão universitária, entidades que já possuíam uma enorme influência no movimento social como incentivadoras e como formuladoras do campo. Resulta daí um processo pedagógico requerido aos integrantes dos “empreendimentos econômico-solidários” que passa pela propagação de ensinamentos sobre regras para autogestão, doutrinas em torno da ideia de “preço justo” e todo um novo léxico de “finanças solidárias” – passando por moedas sociais, bancos comunitários, créditos rotativos, etc. Além disso, esse sistema prevê também uma atuação do poder público para a organização de espaços de comercialização, mediante compras institucionais dos empreendimentos econômicos solidários e construindo as conhecidas feiras de economia solidária – que acabaram se tornando a imagem mais popular do que é a proposta.

Como podemos notar numa primeira aproximação de acordo com o discurso brasileiro constituído em torno da economia solidária ou da economia “popular” solidária, todo um conjunto de práticas sócio-espaciais que outrora seriam diretamente enquadradas pela teoria urbana como a expressão de uma precária condição de “informalidade urbana” passa a ser entendido como uma possível “estratégia de desenvolvimento territorial”. De tal forma que um conjunto de práticas de reprodução social geralmente enquadradas no malfadado “setor informal” passa, então, de entrave ao desenvolvimento nacional à base de um desenvolvimento territorial e endógeno, passa de problema à solução social. Dessa maneira, passaria a ser totalmente possível que em meio a essa construção social de uma economia solidária nós encontrássemos uma fórmula viável para instituir a alternativa de produção e circulação de bens que “vence” o capitalismo e nos leva a uma sociedade urbanizada e, ao mesmo tempo, emancipada.

4.4. A reprodução social na economia popular e a controvérsia da unidade de análise

Para os propósitos teórico-críticos urbanos de encontrar a sustentação material de um novo processo de urbanização num Brasil de economia de “acumulação truncada” imperada pelo trabalho abstrato (Oliveira, 2003), soa bastante fortuito o fato de que a busca por respostas à questão da empregabilidade tenha levado à constituição de um “Movimento da Economia Solidária” disposto a ultrapassar uma demanda por empregos assalariados com garantia de direitos trabalhistas e a guardar a pretensão de construir mesmo “outra economia” baseada em outras relações de trabalho, produção e de reprodução social entendida em sentido mais amplo – incluindo questões como relações de gênero, ecologia, territorialidade, cultura política, segregação étnico-racial etc. Ao que parece, o movimento social compreenderia o problema econômico como algo mediado por certas relações de poder que as teorias de economia política não costumam retratar como problemas endógenos à análise econômica quando equivalem, sem muitas reflexões, toda economia possível ao modo de produção baseado no valor. E, no que tange ao seu escopo de iniciativas de desenvolvimento territorial e comunitário, parece indicar uma clara fronteira com a problemática urbana e uma busca pela superação de dominações sociais provenientes do avanço do espaço abstrato no seu processo de construção de uma “economia solidária” no Brasil. Há, porém, uma série de questionamentos em torno da ideia que merecem maior atenção e que precisam ser bem compreendidos para que se estabeleça uma fronteira entre os debates sobre o fenômeno da economia solidária e a problemática urbana.

Conforme sugere Bertucci (2010) podemos classificar as visões sobre a economia solidária em quatro tipos: i) os otimistas, com Singer, que veem nos atos dos empreendimentos econômicos solidários um claro desenvolvimento dos germes do socialismo; b) os realistas [que a nosso ver, poderiam ser melhor classificados como “otimistas mais céticos”] como Gaiger, que reconhecem a economia solidária como uma forma social de produção que pode suprassumir a forma social de produção mercantil impondo um novo modo de produção baseado em solidariedade; iii) os menos otimistas que, ainda que possam ver um processo importante na conformação do movimento da economia solidária, o reconhecem como uma reinvenção

neoromântica do utopismo socialista e pré-marxista do século XIX que precisa ser adequada para impor um novo modo de produção; iv) os pessimistas, que veem a economia solidária como um novo modo de controle social da pobreza no modo de produção baseado no valor e, portanto, um entrave a uma revolução socialista. As conclusões mais otimistas costumam ser colocadas em xeque pelas mais pessimistas sobretudo em função das duras observações trazidas pela crítica da razão dualista acerca da funcionalização das práticas de “reprodução popular” como exército industrial de reserva e o estigma da precariedade. Mas, via de regra, trata-se de observações que trazem um criticismo abstrato derivado de uma ontologização dessa funcionalidade do trabalho exercido pela população proletarizada não integrada naquilo que é totalmente lícito segundo um Estado de Direito, um descarte *a priori* da narrativa otimista da economia solidária que não toma a crítica da razão dualista como um diagnóstico de época, mas sim como uma relação estrutural rígida entre Capital e mundo do trabalho.

Cito conclusão do pesquisador do Ipea, Sandro Pereira Silva, para as avaliações sobre a economia solidária pelos debatedores do “campo”:

As definições existentes atualmente na literatura, embora convirjam em termos de condições básicas para a caracterização de uma iniciativa ou empreendimento de economia solidária, divergem principalmente no tocante à capacidade de transformação no cenário macrossocial sobre o qual incide. Enquanto alguns teóricos apontam tais iniciativas como respostas pontuais de grupos populares isolados e em situação de exclusão social, e por isso deveria ser adotado como paradigma de política pública no campo das relações de trabalho, outros chegam a apontá-las como instrumentos concretos para um avanço rumo à superação do capitalismo; há ainda aqueles que veem esses empreendimentos como iniciativas populares precárias e marginais; e outros as criticam por serem meras formas funcionais ao capitalismo, sem poder real de transformação da sociedade. (SILVA, 2018)

Esse criticismo se agrava, sobretudo, diante de um processo de mudança de narrativa aparentemente idêntico que se passa com as conclusões de De Soto (1987) e que orientou as intervenções dos programas de regularização fundiária promovidas pelo Banco Mundial no Peru e outros países latino-americanos. Também ali podemos notar uma ressignificação das práticas desses “setores populares” numa ideia otimista e ideológica de transformar aqueles que eram tidos como parte da “cultura da pobreza” num conjunto legalizado de empreendedores de si

mesmos e de suas famílias. Para muitos críticos, normalmente envolvidos em discussões marxistas sobre o novo mundo do trabalho, tornou-se, então, lugar comum fazer uma associação direta do campo da economia solidária com esse tipo de perspectiva neoliberal para o “setor informal urbano” latino-americano. Mas a nosso ver o que se configura aqui é mais uma pseudo controvérsia do que uma verdadeira pontuação crítica acerca economia solidária. As críticas que realmente abordam o fenômeno sem pré-supor sua irrelevância ou função ideológica conseguem observar, sem muitos problemas, que nas práticas da economia solidária há evidências para se pensar uma narrativa otimista que se dá de uma maneira inversa àquela proposta por De Soto e pelos programas de regularização fundiária do Banco Mundial. Ao invés da expectativa de se mobilizar um “capital morto” incentivando “empreendedores” informais numa curva de aprendizado empresarial, a perspectiva em relação a essas práticas de reprodução sócio-espacial é que elas sejam incentivadas por uma suposta capacidade inerente a essas práticas (ou pelo menos a algumas delas) de desenvolver economia(s) pautada(s) por outra racionalidade que não a do modo de produção baseado no valor. O que não invalida qualquer crítica, mas certamente desafia a narrativa da funcionalização dessas práticas de maneira objetiva, sugerindo uma nova condição objetiva para que essa outra economia se conforme. E o risco de cooptação por uma estratégia neoliberal está longe de passar despercebido pelo campo da economia solidária, sendo frequentemente discutido em produções bibliográficas e nas ações políticas do movimento social.

Nos parece, então, correto concluir que a maior parte dos posicionamentos criticistas advém de pré-concepções sobre a economia solidária, sobretudo enquadrando-a numa funcionalização pelo Capital sem dar a ela a devida chance de reorganizar um diagnóstico de época – ou de ser um elemento para a reorganização de um diagnóstico de época. Mas, a bem da verdade, como mostra o exemplo da controvérsia interna entre Singer e Gaiger sobre a economia solidária como um “modo de produção” dentro do capitalismo, há de fato algumas importantes lacunas e mesmo equívocos em torno do campo que o expõe a críticas justas, de um ponto de vista da materialidade do modo de produção baseado no valor. A nosso ver, para além dessa pontuação de Gaiger, uma controvérsia se destaca e parece particularmente relevante aos propósitos de pensar a noção de economia solidária como elemento para uma crítica do trabalho

abstrato e do espaço abstrato: a controvérsia sobre a unidade de análise para o campo de estudos sobre o fenômeno da economia solidária. Que em última análise, trata-se, mesmo de uma controvérsia sobre as condições objetivas da reprodução social “popular” no capitalismo.

O seminário “A economia dos setores populares: entre a realidade utopia”, ocorrido em Salvador no ano de 2000 e bastante importante para a consolidação da discussão da economia solidária no Brasil, pode ser visto como berço dessa controvérsia iniciada por provocação de um outro formulador latino-americano, que junto a Luis Razeto, pode ser tido como formulador original da ideia de “economia popular”: o economista argentino José Luis Coraggio. Durante o evento Coraggio e Singer apresentaram pontos de vista claramente distintos para determinar uma unidade básica de análise para o fenômeno da outra economia: a unidade básica para a análise do fenômeno social dessa “Outra economia” deveria ser a *unidade doméstica* e não a uma unidade empresarial tal como acabou se consolidando na perspectiva brasileira do “campo da economia solidária”. Por unidade doméstica, o autor entende uma espécie micro totalidade social que contém em si um circuito de produção, circulação e distribuição de bens e serviços específico, que emerge para o atendimento das necessidades reprodutivas de uma espécie de “família” em sentido ampliado – também sendo reconhecido como unida por laços extra-consanguíneos e pela possibilidade de ser uma unidade de reprodução social multifamiliar e/ou comunitária.

Cito Coraggio (2000) acerca das unidades domésticas:

O que acontece, então, nas unidades domésticas, é que as diferentes inserções econômicas não são tomadas como decisões individuais. Quando alguém decide ir vender sua força de trabalho não faz isso como um indivíduo que decide ser assalariado, mas como parte de uma estratégia que diz respeito a algum fato que esteja ocorrendo na unidade doméstica: exemplo, porque algum outro tenha perdido o trabalho. Ou quando alguém decide ir trabalhar por conta própria, isto pode ter alguma coisa a ver com a estratégia de se reduzir a vulnerabilidade de uma unidade que tenha um único tipo de inserção. Assim, pois, a que eu me refiro? Ao fato de não se poder compreender por inteiro o sentido das decisões individuais de inserção caso não se considere esta unidade de reprodução da vida que é a unidade doméstica. Isto é algo que é muito trabalhado pelos antropólogos e sociólogos: mal ou bem trabalhado. Acredito que contribui, inclusive, para se pensar as mediações entre o indivíduo e a classe ou entre o indivíduo e a sociedade. Além disso, tem a vantagem de que a produção e a reprodução, que teoricamente o capitalismo iria separar, se encontram aí interconectadas de uma forma diferente. (Coraggio, 2000)

Na visão de Coraggio, apesar da aparência de um conjunto de indivíduos ou de empresas, o circuito econômico estabelecido como essa economia popular precisaria ser entendido, em última análise, como sendo um conjunto de “unidades domésticas” que se reproduzem sob a lógica da *reprodução ampliada da vida* a partir do seu próprio *fundo de trabalho*. Como se trata de um processo de reprodução social que não detém de modo significativo o direito à propriedade dos meios de produção e deles não auferem renda significativa, para que essas unidades domésticas alcancem os padrões de reprodução social numa sociedade urbana, industrializada e capitalista elas precisam que seus membros recorram à venda da própria força de trabalho. E na medida em que essa venda no mercado de trabalho abstrato não auferem a elas um poder de compra suficiente para acessar o nível de subsistência urbana, as unidades domésticas precisam recorrer a um conjunto de trabalhos concretos que, juntamente a renda de salário, constituem um “fundo de trabalho”. Uma lógica econômica que, ainda que possa ser integrada como um elemento de superexploração da força de trabalho no modo de produção capitalista, não é exatamente determinada por uma busca individual para maximizar uma relação custo-benefício, mas sim pela necessidade de reproduzir a vida social mantendo os laços e vínculos de domesticidade estabelecidos na interação entre os partícipes da unidade doméstica. E nesse sentido, seria não exatamente uma “forma aquém do valor”, mas uma lógica estruturalmente diferente daquela empresarial – a forma social de produção capitalista – cujo objetivo é a máxima rentabilidade e o acúmulo de riqueza monetária abstrata.

No seminário de Salvador, Coraggio expôs essa sua perspectiva original para a economia popular, que foi elaborada nos anos 90 de modo mais ou menos simultâneo à elaboração de Razeto²⁶. A existência de uma racionalidade distintiva da reprodução do “mundo popular” em comparação à da economia mercantil capitalista já havia, de certa forma, sido reconhecida na perspectiva de Razeto e Coraggio busca denominá-la como uma lógica de “reprodução ampliada da vida”, fazendo aqui um contraponto direto à “reprodução ampliada do capital” que motiva o modo de produção baseado no valor. Mas na perspectiva de Coraggio, o enlace das práticas econômicas exercidas no cotidiano popular sob a forma de trabalho por conta, empreendimentos

²⁶ Buscaremos detalhá-la mais à fundo ao final desse ensaio.

familiar ou cooperativa dentro do modo de produção capitalista e dele diferindo se daria de maneira mais eminentemente negativa, no sentido de uma mais clara solidariedade forçada pela necessidade de que a unidade doméstica se reproduza mesmo em condições em que o rendimento salarial obtido pelos membros não seja suficiente para manutenção do padrão de vida exigido pela economia doméstica. Dessa forma, o autor argentino costuma também demarcar uma diferença em relação ao trabalho do autor chileno no que tange à compreensão de que “a solidariedade não começa com um valor, ela é uma relação de vinculação real, material, dos interesses da população, na qual as pessoas são solidárias com os outros porque isso também é bom para elas” (Coraggio, 2007). E se essa solidariedade se materializa na dinâmica concreta da economia popular, é porque ela é reflexo não exatamente de uma reprodução social de trabalhadores individuais ou de micro e grandes empresas (solidárias ou não), mas de uma reprodução social organizada em torno das unidades domésticas.

Em contraponto, no mesmo evento em que o pensador argentino pontua sua diferença em relação à abordagem prioritária do “campo da economia solidária”, Singer (2000) rechaça a ideia de que a unidade doméstica possa ser tomada como nível básico de agregação, entendendo que, a não ser em casos isolados, ela é uma unidade pura de consumo sendo, portanto, incapaz de estruturar uma totalidade de relações econômicas distintiva da produção de mercadorias. Para ele, as unidades que produzem bens e serviços estariam integradas naquilo que os círculos marxistas costumam definir, fazendo referência à exposição do tomo I d’O Capital de Marx, como uma produção para a “circulação simples de mercadorias” ou mesmo “produção de mercadorias simples”. Ou seja: quando constitutiva de uma economia, a unidade doméstica estaria integrada ao famoso circuito $M - D - M$ (mercadoria [A] – dinheiro – mercadoria [B]) que antecede logicamente o processo capitalista de investimento financeiro em produção de mercadorias para auferir mais dinheiro e com isso acumular o poder de comandar mais trabalho para reiniciar o ciclo de investimento financeiro – o ainda mais famoso circuito $D - M - D'$ (dinheiro – mercadoria [A,B] – mais dinheiro). Na visão de Singer “a produção simples de mercadorias é efetivamente um modo de produção inserido na economia capitalista: é uma parte importantíssima da agricultura; é uma parte muito importante do pequeno comércio; no setor de

serviços, ela tem uma expressão muito grande; tem uma expressão menor na indústria”, mas ela não pode ser agregada ao conjunto proletarizado de vendedores de força de trabalho que vivem o dilema cotidiano emprego-desemprego já que “uma classe que vende força de trabalho, não tem capital, não é uma economia, é uma parte integrante da economia capitalista” (p. 84). Desse modo, na visão de Singer, o foco na unidade doméstica acabaria ocultando a diferença de inserção de classe que existe entre proletários assalariados e proletários subempregados, cuja realidade no modo de produção capitalista é a da inserção no circuito de reprodução ampliada do capital sem ter os meios necessários para exercer a reprodução simples.

Cito resposta de Singer (2000) à objeção de Coraggio e suas considerações sobre a unidade de análise:

A unidade doméstica é uma unidade de consumo, e pode ser também – não nego isso – de produção. Mas, quando ela vende força de trabalho, não produz coisa nenhuma. Porque, neste caso, a unidade doméstica não é uma unidade de produção; é uma unidade pura de consumo, que recebe meios para consumir vendendo força de trabalho. É completamente diferente de uma unidade doméstica que produz bens e serviços: essa sim, é uma unidade de produção de mercadorias, de serviço, do que for. A maior dificuldade, ou se quiserem, a maior objeção teórica que eu tenho à proposta do Coraggio é quando ele se refere aos setores populares como a todos os assalariados. [...] ¶ Qual é o ponto? É que as unidades rentistas não podem ser colocadas em bloco, porque você tem, num extremo, a rentista miserável: grande parte dos aposentados, que, no Brasil, ganha salário mínimo – são 8 milhões de pessoas, mais os aposentados rurais, todos paupérrimos. E você tem no outro extremo, uma elite de herdeiros que vive de rendas. Então não dá para colocar as unidades rentistas como um todo, numa mesma categoria, fora dos setores populares. [...] ¶ Nós não podemos redefinir as palavras – embora eu lhe reconheça esse direito, claro, como teórico – sem considerar o seu significado histórico. Há uma conotação de “pobre” como “popular”... Durante 30 anos, para nós, classes populares são classes de baixa renda. Agora, no que o Coraggio nos propõe, a alta renda está dentro das classes populares. O que ele diz é que todos os assalariados estão dentro das classes populares. Então, até mesmo os que dirigem as maiores empresas capitalistas se incluem, porque eles são assalariados. Se o sujeito é um diretor da Volkswagen, ou do Bradesco etc. etc. etc., ele faz parte das classes populares? Eu acho isso complicado. (Singer, 2000)

A despeito de insistir em algumas apropriações duvidosas da exposição marxiana d'O Capital (como, por exemplo, a definição da reprodução simples como um “modo de produção” dentro do capitalismo), a réplica de Singer aponta para uma questão metodológica sobre a pesquisa empírica orientada pela unidade doméstica. O autor observa que os indivíduos e

“unidades domésticas” que capitalizam os fatores de produção [máquinas e equipamentos, terra e trabalho] são passíveis de inclusão pelo conceito mais agregador apresentado por Coraggio se o critério da análise empírica é observar a realização da renda nacional no consumo. Como bem observa, “a renda de propriedade é oculta das estatísticas” porque ela não se realiza em consumo, mas sim em investimentos e especulações financeiras, o que faz parecer que as unidades domésticas não-proletarizadas tiram seu sustento do próprio trabalho, já que “vivem de salários, altos salários, salários de milhões de dólares” (SINGER, 2000, p. 85). O que pode até colocar um entrave no percurso metodológico sugerido pelo pesquisador argentino, mas não parece sustentar o rechaço teórico ao conceito e muito menos justificar porque uma abordagem focada na empresa solidária seria mais interessante para a compreensão de como as pessoas desempregadas e subempregadas que eventualmente recorrem ao trabalho associado e empresas solidárias realmente se sustentam diante da sua inserção “marginal” no modo de produção baseado no valor.

Além disso, a conclusão de Singer (2000) de que a noção de economia popular seria o equivalente a sua definição de “classes trabalhadoras” como “classes que sobrevivem na economia capitalista exclusivamente do seu próprio trabalho, ou seja, não têm capital” não parece exatamente depor contra a pertinência da abordagem de Coraggio para uma melhor compreensão da factualidade das práticas de reprodução social das pessoas que são compelidas pelo modo de produção baseado no valor a vender sua força de trabalho para a demanda que se efetivar por ela. A não ser sob o pressuposto bastante rígido de que uma coisa exclui a outra – de que aqueles que vendem sua força de trabalho no mercado formal e informal de trabalho não precisam recorrer a outros tipos de trabalho não-assalariado para se sustentar biológica e culturalmente. O que soa particularmente absurdo na época contemporânea, em que as discussões sobre as relações de gênero e as lutas pela libertação feminina revelam a centralidade do trabalho doméstico (historicamente exercido pelas mulheres) para o processo de reprodução do trabalho abstrato e da relação de capital que é por ele produzida. E, novamente, uma abordagem focada no comportamento do empreendimento solidário parece dizer menos ainda sobre os condicionantes objetivos dessa transição entre essa classe trabalhadora que se insere no

circuito capitalista de produção de mercadorias a partir da abstração dos trabalhos concretos e a forma social de produção solidária (a cooperativa, na visão de Singer), seja ela evolutiva ou disruptiva.

Ora... Como muito bem observado por Coraggio, a questão fundamental para se discutir as condições de possibilidade para que isso que os brasileiros foram aos poucos identificando como uma forma social de produção “solidária” viesse a ser desenvolvido a partir da realidade concreta das classes trabalhadoras é a de apreender criticamente a “relação entre produção e diversas atividades que se realizam nas unidades domésticas”, algo que só parece ser plenamente revelado na vida cotidiana que é vivida para além do chão de fábrica. O que, na medida em que essa realidade não paira autonomamente a uma sistemática de valorização do valor e avanços do trabalho abstrato, significa também compreender qual papel é desempenhado por esse fluxo crescente entre assalariamento e trabalhos concretos sem valor de troca num contexto da reestruturação produtiva e de estabelecimento de um capitalismo urbano de acumulação flexível.

Cito novamente Coraggio (2000), sobre a unidade doméstica como base da análise:

Há muita relação entre produção e diversas atividades que se realizam nas unidades domésticas. Tanto que, se estas atividades fossem separadas da unidade doméstica, as chamaríamos de produção. No entanto, como elas estão se dando aí dentro, as chamamos de consumo. Mas, na realidade, são produção. Só que não se trata da produção mediada pelo mercado. Então, o tema teórico de fundo que temos aqui seria: qual é a relação entre produção e reprodução? E mais: que papel desempenha a economia popular tendo em vista resolver a crise de reprodução provocada pela reorganização do capital? (Coraggio, 2000)

Singer sintetiza, então, o debate com a conclusão (um pouco confusa) de que no fim da linha, os interesses de construir um projeto alternativo são comuns e “não há uma oposição” entre a expectativa de se incentivar uma economia comandada por cooperativas e o exercício das práticas de “reprodução simples de mercadorias” que estão inclusas nessa economia popular. As razões para esse desencontro nas premissas e encontro nas conclusões podem ser apontadas, por óbvio, ao fato de Singer, naquele dado momento, não ter tido um tempo suficiente de apreender a discussão de Coraggio e com ela ter se surpreendido a ponto de não elaborar uma resposta suficiente. Mas, a nosso ver, dizem mais respeito ao fato de que a preocupação fundamental do

autor brasileiro era não com a caracterização dura da reprodução social “popular” como ela é, mas sim em sustentar o engajamento em relação às práticas desenvolvidas no campo da economia solidária como via para o socialismo. A controvérsia, naquele momento, se encerrava, então, como uma espécie de “papo de surdo e mudo” em que o autor argentino acusava o foco na unidade de produção (seja industrial-capitalista ou seja cooperativa solidária) como uma mistificação da realidade da reprodução social popular com estratégias mistas para chegar à “ampliação da vida” e o mais proeminente autor brasileiro do campo da economia solidária não considerava essa divergência como algo significativo já que a tarefa fundamental é “pensar como é que seria, de fato, a economia socialista” – que não é para ele outra coisa senão a reinvenção do cooperativismo como um horizonte de economia solidária ou coisa bastante parecida.

O fato, porém, é que, ao longo do tempo, a provocação de Coraggio sobre a definição da unidade básica de análise foi se mostrando como uma clivagem importante de construção da “outra economia”, em que as abordagens que dão primazia à “economia popular” e perspectivas tais como a brasileira que se orientam pela empresa cooperativa ou solidária tem implicações práticas distintas. E que persiste até os dias de hoje, ainda que tenhamos nos anos subsequentes ao seminário algumas importantes adesões de pesquisadores e ativistas brasileiros à perspectiva de Coraggio, geralmente em buscas de síntese entre as suas conclusões e aquilo que é defendido pelo campo da economia solidária. Em Coraggio (2007), por exemplo, encontramos uma crítica ao principal produto empírico do campo da economia solidária: o SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, produzido pela SENAES, que é basicamente um retrato quantitativo e qualitativo de empreendimentos cadastrados na política pública de economia solidária. Mesmo trazendo um retrato detalhado de parte daquilo que o autor entendia como uma dinâmica de economia popular, e que talvez venha ser mesmo o núcleo mais avançado de experiências autogestionárias e solidárias, trata-se para ele de um retrato parcial e pouco representativo das estratégias mistas que são adotadas ao nível doméstico para a reprodução ampliada da vida.

Cito a crítica de Coraggio (2007) ao mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários:

Ora, se eu tomo como unidade de análise o trabalhador individual que deseja um patrão, e não a Unidade Doméstica – a família, a comunidade, o grupo que busca a reprodução da vida dos seus membros –, vou encontrar que há, não apenas outros desejos, mas também outras formas de realizar o trabalho, muitas delas ocultas e subjugadas por esse homem obreiro, o empreiteiro e provedor de horas de trabalho. Assim, do meu ponto de vista, é um erro estudar só os empreendimentos. Eu estive outro dia em Porto Alegre e me mostraram um levantamento dos empreendimentos solidários que foi feito no Brasil. Parece-me valiosíssimo e se apresenta numa escala muito significativa. Mas creio que se esqueceram de levar em conta a unidade entre Unidade Doméstica e empreendimento, o que é fundamental para entender a lógica desses empreendimentos de que estamos falando. Quando estudo a Unidade Doméstica, o que encontro? Que ela tem uma estratégia mista: tem gente fazendo empreendimentos autônomos, tem trabalhadores por conta própria, tem trabalhadores assalariados e tem trabalho doméstico de reprodução direta da vida de seus membros. E mais: tomando o ciclo de vida de uma família, num determinado momento, vejo que, ao longo dos ciclos de sua vida, ele teve muitas formas de inserção. Então, eu tenho que trabalhar com uma unidade que não é aquela de um puro trabalho dependente do capital, com patrão, ou de um puro trabalho autônomo. Aí tem diversas histórias, conjunturas diversas e diversas estratégias. (Coraggio, 2007)

Se é correto o diagnóstico de Coraggio sobre a “domesticidade” da reprodução social popular, esse tipo de caracterização tende, em última análise, a limitar a realidade da economia de solidariedade (e indiretamente, da economia popular de que ela advém) ao que se pode apreender do conjunto de empreendimentos cadastrados no movimento de economia solidária, o que parece uma imagem ainda mais limitada de conteúdo fático quando interpretada por uma metodologia de análise que isola o que ocorre no empreendimento do restante das estratégias para “reprodução ampliada da vida” utilizadas no âmbito doméstico. E é importante também observar que isso não se dá sem um prejuízo considerável da análise sobre a vida cotidiana popular como ela é, pois, na medida em que o campo brasileiro da economia solidária toma como o seu paradigma fundamental aquela empresa cooperativa de “capital coletivo ou associado e liberdade individual” – tomando como critério de análise observar o comportamento de um conjunto selecionado e apoiado de empresas cooperativas ou de empreendimentos incubados em transição para cooperativa – a interpretação sobre o fato empírico se torna claramente direcionada a reconhecê-lo como uma representação imediata da “economia popular solidária” que tem como resultado também imediato a exclusão categórica do conjunto de “economia popular não-solidária” do escopo da análise.

Esse tipo de raciocínio, que decorre do problema da unidade de análise, decerto reflete tentativas de teorização diretamente afinadas às grandes e voluntaristas expectativas militantes de Singer em torno da empresa cooperativa como um germe do socialismo, mas nos parece algo produzido de maneira especialmente relevante devido à noção de “empreendimento econômico solidário” – que é proposta por Gaiger como a forma elementar do fenômeno originário do campo e que é estendida, ao longo do tempo, também ao movimento social e à política pública. Diferentemente de discursos evidentemente engajados como os de Singer (que no frigidar dos ovos cumprem principalmente uma tarefa de agitação e propaganda) a definição de Gaiger é apresentada sob a forma de uma crítica científica da realidade do modo de produção baseado no valor e é nela que se sustentam ideias tais como a de que o “sistema de informações” da economia solidária possa vir a ser tomado como expressão empírica relevante da realidade da reprodução social “popular e solidária”. Devemos notar, porém, o fato não tão óbvio de que Gaiger chega a essa definição conceitual para o critério básico da análise mediante uma apropriação parcial da imagem de “pólo avançado” trazida no estudo de Razeto sobre as organizações econômicas populares chilenas. A sua perspectiva do problema traz uma certa inversão do método do autor chileno, que buscou derivar sua tese sobre as organizações econômicas populares de um estudo que tinha por objetivo retratar não apenas o “pólo avançado”, mas todo o conjunto da economia popular ou do “mundo popular”.

Ao tomar o conceito de empreendimento econômico solidário como ponto de partida da análise (e não de chegada, como intentava Razeto e como é a proposta de Coraggio) somos implicitamente levados a pressupor o “setor” de economia solidária como um equivalente teórico da ideia de pólo avançado da economia popular sem que, via de regra, isso tenha qualquer justificativa material. Isto é, sem se propor a elaborar uma análise criteriosa e continuada sobre o quanto factual é a hipótese de que esse setor representaria uma nova “forma social de produção solidária” que está sendo produzida no seio de uma “economia dos setores populares”, a economia solidária conclui que “outra economia acontece”. E, ao se apresentar dessa forma, o campo da economia solidária traz certo viés de confirmação para uma conclusão mais otimista sobre a lógica econômica que predomina em torno das tentativas brasileiras de (re)inventar um

cooperativismo solidário – que reside não apenas na convicção absoluta de Singer sobre a viabilidade do cooperativismo, mas na própria apropriação parcial da tese seminal de Razeto para a dinâmica de uma “economia popular de solidariedade”. Ora... Com uma imagem que simplesmente abstrai a “economia popular não-solidária” e suas possíveis conexões com a “economia popular solidária”, nos aproximamos de admitir a forma social de produção solidária como a via renovada para o socialismo na mesma medida em que nos afastamos do exercício de compreender a realidade ambígua da economia popular "realmente existente”.

A bem da verdade, nem o campo e nem Gaiger deixam de trazer um tom de ponderação e autocrítica relacionado a esse viés de confirmação [talvez Gaiger o faça mais do que o campo]. Em Gaiger (2000) podemos observar, por exemplo, a reflexiva conclusão de que “nós idealizamos, prefiguramos o que seria uma Economia Solidária e, depois, procuramos trabalhar nesse sentido” (p.) que traz consigo a delimitação de três grandes riscos inerentes ao ímpeto engajado e militante do campo: i) confundir desejo e realidade; ii) defender a ideia pelo seu poder simbólico; e iii) elevar muito às expectativas sobre o potencial emancipador da ideia. Tendo isso em mente, o autor traz uma definição perspicaz sobre os empreendimentos econômicos solidários, ao argumentar que a análise pautada por eles não deve funcionar como uma atribuição conceitual, mas como “tipos ideais weberianos” (Gaiger, 2009). E chega a sugerir uma também interessante forma de avaliar a permanência dos “traços distintivos” desse conjunto de experiências, supondo o desenvolvimento solidário estaria triunfando se esses empreendimentos conseguirem a) assumir a base técnica herdada do capitalismo subvertendo-a em benefício da manutenção de sua forma social própria; b) provar a superioridade do trabalho associado em relação ao assalariado; e c) resistir às pressões do ambiente econômico se apropriando das relações de intercâmbio e troca mediante “mecanismos de proteção e externalização da sua lógica cooperativa”. E sugere que “se isto vier a ocorrer, estaremos presenciando uma experiência econômica genuinamente sob a ótica do trabalho, fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não são meros dispositivos compensatórios, mas fatores operantes no âmago da produção da vida material e social” (Gaiger, 2003, p. 201).

Cito o tom autocrítico de Gaiger (2000) em relação ao “risco de ser um pouco bobalhão para não ser de todo pessimista” em relação à economia solidária:

É preciso refletir muito sobre como verificar e como se posicionar diante desta questão: do potencial, do papel, da função da Economia Solidária e da sua viabilidade. É um problema complicado, porque não se tem como evitar o risco de “ser um pouco bobalhão”, para não ser de todo pessimista. Eu diria que o próprio conceito de Economia Solidária carrega em si algo de projeção, algo de desejo. Nós percebemos coisas que nos levam a falar de Economia Solidária. Nós idealizamos, prefiguramos o que seria uma Economia Solidária e, depois, procuramos trabalhar nesse sentido. Eu acho que esses são conceitos ideais. Eles prefiguram, eles devem ter um papel heurístico. Ou seja, devem nos ajudar a colocar questões para a análise da realidade, para perscrutar essa realidade. Mas eu diria que a realidade, tal como está colocada hoje, não permite que façamos prognósticos. O que nós podemos é traçar algumas hipóteses – nesse sentido, eu estou plenamente de acordo com o Coraggio e com o que foi colocado aqui – nós podemos é identificar algumas pistas, algumas possibilidades que, porém, para que se realizem, supõem coisas que ainda não existem e que devem ser construídas. Estas, por sua vez, têm outras condições. Quer dizer, aí nós vamos longe. Um primeiro equívoco a se evitar seria então esse: o de se confundir o que a gente deseja com a realidade, esquecendo-nos do contexto, das circunstâncias, dos problemas. Um segundo fenômeno que acontece, e que eu considero negativo, é quando nós criamos um conceito – por exemplo, Economia Solidária – e tudo aquilo que a ele se relaciona – neste caso, a ela – passa a ser usado como um instrumento de poder simbólico e, logo em seguida, de poder político. Isso ocorreu em muitas situações históricas. A luta pelo poder é uma luta também pelas palavras, pelos conceitos. Eu acho que é em defesa do poder anteriormente já instituído que há certas reticências quanto à Economia Solidária. Porque isso mexe em certos poderes, seja no campo das ONGs, seja no campo do sindicalismo, seja também, tenho para mim, no campo da academia. Um terceiro equívoco que eu observo nesse sentido é a gente elevar demais as expectativas. Vejo muita gente dizendo assim: – “essas experiências que tu descreves têm ‘n’ problemas, e isso mostra que, realmente, as coisas não seguem perfeitas para que valha a pena investir nelas: então a gente vai ficar esperando”. Para mim, quando digo que um empreendimento é bem-sucedido, o primeiro parâmetro de comparação é pensar: onde é que estariam essas pessoas se não estivessem aqui? Uma cooperativa de calçados, com certeza, tem “n” problemas de subordinação às empresas que a contratam. Mas onde estariam esses trabalhadores sapateiros se não estivessem aqui? Na informalidade, no desemprego ou numa empresa que paga muito pior. Ou num ateliê de calçados, numa empresa doméstica como existem muitas no Vale dos Sinos, onde as condições são aviltantes. Esse é o primeiro ponto de comparação que nós não podemos perder de vista. (Gaiger, 2000, p. 103)

Contudo, ainda que possamos localizar a experiência dos empreendimentos como parte de um procedimento que projeta para a forma social de produção solidária um “tipo ideal weberiano” estando consciente da necessidade da sua natureza meramente “heurística” e das limitações que estão impostas ao raciocínio empírico-indutivo, nos parece difícil sustentar a

validade desse procedimento como parte de uma crítica *negativa* do modo de produção baseado no valor perante os diagnósticos possivelmente adversos à ideia de que a dinâmica real da economia popular esteja produzindo as condições objetivas para uma nova sociedade integrada economicamente por uma forma triunfante e solidária de produção. Em última instância, a reticência do campo da economia solidária em se apropriar dessa historicidade ambígua da economia popular de uma maneira que dê a primazia ao debate do fenômeno como ele é determinado pela materialidade do processo de valorização do valor, já é um indicativo de que o papel heurístico atribuído a uma tipificação ideal da forma social de produção solidária se tornou um procedimento *ad hoc* para defender o valor conceitual e positivo que a ela foi atribuído. A limitação do problema da economia solidária a uma exegese da forma social solidária acaba fugindo assim de uma difícil, mas possível, apropriação rigorosa da metodologia weberiana de tipo-ideal, que como bem observado por Adorno ([1968]2007) não foi inequivocamente realizada nem pelo próprio Weber. Como observa Adorno, em casos como o da famosa “dominação carismática”, Weber recai numa iniciativa de caracterizar uma “pureza” sociológica do fenômeno que tem como resultado uma apropriação alienada da sua relação com a determinação do fenômeno no bojo da “lei social do movimento” – isto é, a contraditória dialética econômico-material historicamente determinada pelo modo de produção baseado no valor.

Cito Adorno ([1968]2007) sobre os problemas da metodologia desenvolvida nas análises de tipo ideal de Weber:

Esses tipos ideais a rigor não devem ter absolutamente nada semelhantes a uma vida própria. Se tomo o conceito de tipo ideal de modo tão rigoroso como o exposto no texto das categorias da *Teoria da ciência* de Max Weber, então um tipo ideal assim de maneira nenhuma pode ter uma tendência a transitar a algum outro tipo ideal, porque ele é algo inventado de modo inteiramente monadológico e *ad hoc* para subsumir certos fenômenos. E já se atribui a ele quase alguma coisa da substancialidade hegeliana do conceito, da objetividade do conceito, que Max Weber justamente contestou em uníssono com o positivismo dominante do pensamento sociológico de seu tempo e inclusive de nossa época. Em outras palavras: ao olhar com mais atenção a seus próprios tipos ideais, ele é levado para além de sua definição ou de seu postulado do tipo ideal enquanto um tal instrumento conceitual estritamente abstrato, arbitrário e efêmero, e em direção ao que na Teoria Crítica se designa como leis objetivas do movimento. Pois se realmente existe algo como uma tendência imanente necessária de que tal tipo ideal transite para além de si mesmo e mude em outro tipo ideal, então isso não abala somente a estrutura monadológica e absolutamente singularizada desses tipos ideais, mas ao mesmo tempo propriamente introduz algo como o conceito de lei social do movimento e

nessa medida inclusive uma espécie de estrutura objetiva da própria sociedade, que a rigor é negada por princípio pelo tipo de teoria do conhecimento correspondente a Weber. [...] Ou seja, até mesmo quando operamos com conceitos definidos de maneira estritamente instrumental, a estruturação do assunto ele próprio do objeto, se impõe de tal modo que nesses conceitos operacionalmente definidos se impõe algo da estrutura objetiva através de sua própria determinação estrutural e, de acordo com as regras do jogo desse tipo de ciência, não poderia acontecer. Por uma perspectiva fortemente dialética, isso significa dizer que a concepção positivista da ciência, no instante em que analisa o seu material, perceberá uma espécie de objetivação no seio da estrutura da própria sociedade que se contrapõe a essa objetivação. (Adorno, [1968] 2007, p. 207-208)

“A pretensão de considerar os fenômenos sociais, em princípio, um objeto da compreensão do ‘significado’ ideal é ilusória” (Adorno & Horkheimer, 1978, p. 126) de modo que o método materialista e dialético requer que se parta do presente mediatizado pela totalidade e não pela representação subjetiva (ou intersubjetiva) do presente em estado bruto – ou, como sugere uma frase célebre de Marx, “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”. Do ponto de vista teórico crítico, ao abstrairmos as determinações estruturais em prol de uma tipificação “pura” do fenômeno social para, só então, colocá-lo em confronto com a materialidade das estruturas sociais a única conclusão a que podemos chegar em relação ao fenômeno é a negativa – a determinação da sua falsidade, daquilo que ele não é. Transformar esse procedimento num elemento para uma construção conceitual positiva – ou seja, num modo de determinar o conteúdo de verdade do objeto da pesquisa – é uma decisão metodológica que acaba por colocá-lo fora do processo de determinação histórica material e que não nos permite entender, de fato, como a sua existência contraditória no concreto se transforma num concreto pensado ou mediato homogêneo, socialmente instrumentalizado e formalmente “puro”.

Em síntese, o que a nosso ver a controvérsia sobre a unidade de análise revela de mais fundamental é que, por consequência desse tipo de escolha metodológica que dá a primazia ao “tipo ideal” em detrimento do “tipo material”, o campo da economia solidária acaba tendo muito pouco a dizer a respeito daquela outra economia que se vê, de fato, na paisagem urbana das cidades latino-americanas, que é um misto de trabalhos individuais, familiares e cooperativos não necessariamente solidários, muitas vezes sendo o oposto disso. Ou, dito de outra maneira, preferindo compreendê-la como uma economia em separado, ao invés de compreendê-la como

uma espécie de reprodução social dentro do modo de produção baseado no valor, que é dependente de um “circuito inferior” da economia urbana que é, por sua vez, dependente de um “circuito superior” de economia urbana. Mas, mesmo assim, ele não deixa de tomar como seu pressuposto fundamental o potencial de desencadeamento de um “desenvolvimento solidário” a partir da reprodução social praticada nessa outra economia concreta e ambígua dos “setores populares”. E como o campo da economia solidária confirma a factualidade desse potencial? Observando um conjunto empreendimentos que passam pelo seu “critério normativo”, ou seja, que mais ou menos se adequam aos princípios e valores éticos previamente estabelecidos para se participar do movimento social e da política pública focalizada. O que nosso ver, pode ser resumido em dois grandes problemas teórico-metodológicos: a) a economia solidária acaba tomando como dado o fenômeno da transição entre as formas de produção não-solidárias na economia popular e as formas de produção solidárias numa economia (popular) solidária – e nesse sentido acaba terceirizando a explicação sobre os critérios objetivos que levam as pessoas a recorrer a trabalhos associados e cooperativos no circuito “formal” da economia solidária; e b) estabelece-se um claro viés confirmatório para a conclusão de que a forma social de produção solidária está, de fato, triunfando no desafio de competir com a produção heterônoma capitalista, sobretudo quando se estabelece um mecanismo de retroalimentação dessa percepção com uma política pública focalizada para apoiar esses empreendimentos.

5. A PERSPECTIVA DO CAMPO DA ECONOMIA SOCIAL

Podemos notar que a controvérsia da unidade de produção expõe lacunas importantes e inerentes ao campo da economia solidária, que não descartam de imediato as suas conclusões, mas colocam um limite a sua abordagem do fenômeno: para discutirmos a economia solidária de um ponto de vista materialista é preciso trazer sua contextualização na historicidade da reprodução social popular, no escopo mais amplo dessa outra economia que se vê. Para superar a aporia da análise é necessário, então, deslocar o campo para explicar não somente aquilo em que ele se engaja na realidade, mas para explicar a realidade daquilo que ele se engaja no contexto do modo de produção baseado no valor. Ainda que seja uma possibilidade tomarmos o muito bem delimitado “campo da economia solidária” como expressão definitiva de um fenômeno social, ao reconhecê-lo como a expressão brasileira da causa altermundialista da “Outra economia” podemos perceber que, na realidade, estamos diante de uma situação de nítida multidefinição conceitual – que talvez seja mesmo a expressão de uma indefinição conceitual. E não é por acaso que o conjunto de produções bibliográficas em torno da ideia altermundialista da “Outra economia” traz um grande enfoque no debate sobre terminologias: apesar de aparentemente excessivo, o debate sobre os nomes têm como pano de fundo divergências concretas no entendimento em relação a essas práticas. Mas, apesar de um acúmulo de debates entre investigadores desse fenômeno, não há ainda um conjunto de produções bibliográficas claramente delimitado no qual podemos encontrar as devidas distinções conceituais e consensos claros sobre as afinidades entre os vários nomes que existem para o que parece ser uma mesma coisa. E controvérsias tais como aquela sobre a unidade de análise acabam nos sugerindo que realizar uma consulta à literatura sobre o tema que considere o fenômeno nesse sentido de amplitude de sentidos parece ser uma abordagem mais rigorosa do que insistir em reconhecer o fenômeno como algo contido ao “campo da economia solidária”.

Como prosseguir a partir daí? Há uma justificativa plausível para pensarmos naquilo que a economia solidária prevê enquanto algo condizente com a situação estrutural, mesmo diante da

sua edificação em torno de um “tipo ideal”? Nesta seção busco debater como a abordagem da *economia social* reinterpreta o problema surgido no campo da economia solidária a partir da ideia de *formas de integração econômica* de Karl Polanyi. Sendo central para nossa concepção acerca do tema a abordagem do economista e urbanista argentino Jose Luis Coraggio e do que podemos chamar de “campo latino-americano” da economia social. Ao longo do comentário, busco destacar como Coraggio constroi uma frutífera interpretação da reprodução social “popular” no contexto de subdesenvolvimento e dependência, trazendo novas perspectivas para o debate sobre a vida cotidiana no Brasil urbano entendendo a economia urbana como uma *economia mista sob dominância capitalista*.

5.1. Economia social (e solidária)

A tentativa de superar as lacunas de compreensão deixadas pelo “campo da economia solidária” em relação à economia “popular” deve, então, nos levar a repensar um enquadramento teórico-conceitual que constitua um outro campo, mais representativo da complexidade dessa Outra economia. Para tanto, vale perceber que o campo da economia solidária surgiu no Brasil mobilizado em torno de um tipo de atribuição conceitual consideravelmente flexível e condicionada a “um movimento histórico, social e político” (Gontijo & Paula, 2019) que, apesar de só ter vindo a se expressar no país de modo consciente com o surgimento de significativas experiências de caráter mutualista e autogestionário pela “questão social” dos anos 80 e 90, teria mesmo uma existência de caráter universalizado no modo de produção capitalista. E ainda que sua trajetória seja associada diretamente história bem jovem, que chega agora em cerca de 35 anos, os próprios intelectuais e ativistas da economia solidária sustentam que o fenômeno originário da economia solidária teria uma história de bem mais longa duração, remetendo ou aos “socialistas utópicos” europeus e aos princípios do movimento cooperativista do século XIX (Singer, 2002) ou mesmo até a certas práticas de produção, circulação e distribuição de bens que remontam a economias de longínquos tempos pré-modernos e que não teriam completamente subsumidos pela modernização (Tiriba, 2003; Lisboa, 2004). Nesse sentido, devemos notar que a construção brasileira passa a reivindicar de maneira explícita ser parte de uma classe de

fenômenos sociais que intelectuais europeus (sobretudo franceses) classificam como uma discussão de um outro “campo”: o da *economia social*. E, a nosso ver, fazendo essa realocização do problema podemos, então, conceber a construção brasileira em torno da economia solidária como algo que é parte de uma crítica imanente, que vê isso que parece ser uma “forma social de produção solidária” emergindo de um diagnóstico historicamente determinado.

Na visão dos estudiosos e ativistas europeus, esse fenômeno da “economia social” configura uma espécie de “setor” ou circuito econômico “alternativo” que opera nos interstícios da relação econômica entre agentes públicos e privados que é constitutiva da economia capitalista. O fenômeno já era reconhecida pelos europeus desde que um conjunto heterogêneo e célebre de iniciativas de economia alternativas foram colocadas em prática ao longo do século XIX, configurando aquilo que Marx e Engels condenaram para a posteridade como perspectivas de “socialismo utópico”. Utópico ou não, o fato é que os estudiosos europeus hoje costumam reconhecer essas experiências como decisivas para o processo de institucionalização de certos mecanismos sociais que ditaram a formação dos Estados de Bem-Estar Social na Europa do século XX – ou, “Estado providência”, como denominam alguns dos seus debatedores que são mais críticos à ideia de que o Estado deva ser garantidor do bem-estar. Desse modo, devemos compreender o “campo da economia social” como algo que, tal como se dá contexto brasileiro, também remete a um certo tipo de “contra-movimento” da sociedade surgido como resposta a uma “questão social”. Que, ainda que variando entre abordagens de cunho mais liberal e outras de cunho mais eminentemente socialista, é inequivocamente atribuída a efeitos deletérios da imposição de um mercado autorregulado à sociedade civil. Nesse setor teríamos, então, um conjunto heterogêneo de projetos e experimentações para uma economia alternativa cujo o objetivo fundamental não seria o da acumulação de capital e de riqueza privada, mas sim alcançar um certo interesse “social” ou uma “utilidade social”. Um conjunto marcado, basicamente, por quatro “traços” distintivos de seu modo de organização, que diferencia o empreendimento social do empreendimento capitalista centrado na busca pela lucratividade: a) finalidade de prestação de serviços aos membros ou à coletividade, sendo o lucro secundário; b) autonomia de gestão; c) controle democrático pelos membros; d) primazia das pessoas e do

objeto social sobre o capital na distribuição dos excedentes (Defourny, p. 158). No último quarto do século XX, então, os estudiosos passam a notar que esse tipo de tentativa de superar a questão social promovendo alternativas econômicas pela ação direta voltam à cena de modo similar ao iniciado na Europa do século XIX.

Cito aqui aqui uma definição sobre a economia social trazida por Defourny (2009):

Uma definição sumária de economia social remete àquelas atividades econômicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem democracia econômica associada à utilidade social. Ampliando-se o escopo de significados, pode-se agregar a essa definição o conceito de solidariedade e, concretamente, a hibridação de recursos mercantis, não-mercantis e não monetários. Nos países industrializados, percebe-se, cada vez mais claramente, que uma parcela significativa das atividades produtivas não se encaixa na distinção habitualmente feita entre setor privado (que objetiva o lucro) e setor público (que visa ao interesse geral), a qual constitui, no entanto, a grade de leitura mais comum. Mesmo se desconsiderando toda a esfera das atividades e trocas domésticas, essa realidade continua sendo verdadeira. O que se tem redescoberto, a partir do final do século XX, é a importância significativa das empresas e organizações que combinam modos de criação e de gestão privados, coletivos (de tipo associativo), com finalidades não centradas no lucros. (Defourny, 2009, p. 156)

A perspectiva europeia se assemelha muito à construída mais tardiamente no Brasil, porém tem por proposta debater iniciativas numa perspectiva bem mais abrangente do que a ideia de cooperativas operárias. As iniciativas de economia social costumam ser divididas, em suma, em três grandes vertentes: i) comunitaristas, ii) mutualistas e iii) cooperativistas (Thomé, 2016). As iniciativas brasileiras mais discutidas pelo “campo da economia solidária” estariam, decerto, vinculadas ao que na perspectiva europeia é reconhecido como uma vertente cooperativista da economia social. Algumas vezes é também incluído ao seu escopo de análise ações de “negócios sociais” e outras iniciativas que se inserem mais claramente num circuito superior da economia e no mundo corporativo – ainda que essa seja uma visão rechaçada no meio intelectual e que a aposta europeia para responder à crise do “Estado-Providência” não passe necessariamente por elas.

Cito, a critério de exemplo sobre a ideia contemporânea de economia social na Europa, matéria publicada no site oficial do icônico complexo de cooperativas espanholas/bascas da Corporação Mondragón – o maior do mundo, em escala de produção. A Mondragón sugere que

10% do PIB espanhol seria produzido na economia social que conforma “cooperativas, sociedades laborais, mutualidades, empresas de inserção, centros especiais de emprego, confrarias de pescadores e associações do setor de deficientes” pautadas pela “solidariedade, responsabilidade e coesão social”.

Los modelos empresariales que conforman la Economía Social son: cooperativas, sociedades laborales, mutualidades, empresas de inserción, centros especiales de empleo, cofradías de pescadores y asociaciones del sector de la discapacidad. ¶ Todas ellas conforman este modelo empresarial, donde la eficiencia empresarial se combina con los valores de la solidaridad, responsabilidad y cohesión social. Son empresas que compiten en los mercados internacionales, siendo algunas de ellas líderes en su sector de actividad tanto a nivel internacional, como estatal como autonómico o territorial.²⁷

Apesar de a europa conviver no contexto contemporâneo com um crescimento bastante significativo desses “negócios sociais”, a atenção dos intelectuais europeus mais engajados tem se voltado prioritariamente para o debate sobre uma “nova economia social” que é “economia solidária” ou, ainda, *economia social e solidária* (Laville, 2001). Mais ou menos no mesmo período histórico de surgimento da perspectiva brasileira, emerge, portanto, uma outra definição original para a noção de “economia solidária” desenvolvida por pesquisadores e ativistas europeus que, para além da coincidência semântica, tem contornos extremamente similares ao que estava se debatendo no Brasil. E há também um importante encontro entre as duas perspectivas do problema nos Fóruns Sociais Mundiais, que acabam por defini-las – apesar das divergências – como debatedoras de um mesmo fenômeno. Do ponto de vista europeu, também poderíamos associar esse “conjunto das práticas existentes na constelação contemporânea da economia solidária” como algo que cresce ao fim do século XX em função dos efeitos desempregadores da reestruturação produtiva e do capitalismo de acumulação flexível, porém suas características principais são mais associadas ao fato de que ele “questiona a conceptualização de que o espaço público estaria radicalmente separado do espaço econômico” (Laville, 2016). Sua delimitação no contexto europeu teria, assim, mais a ver com uma resposta a uma certa perda do espaço público democrático que foi produzida pelo novo momento do capitalismo mundial, inserindo a garantia das conquistas sociais cristalizadas no Estado de Bem

²⁷ Descrição no site: <

<https://www.tulankide.com/es/la-economia-social-representa-a-42-140-empresas-y-entidades-que-generan-2-177-256-empleos-en-el-estado> >

Estar europeu num circuito financeirizado e reduzindo o controle democrático sobre a economia, do que propriamente um déficit democrático crônico como aquele que se observa nas “democracias de baixa intensidade” (Santos, 2006) da América Latina. Como bem observa Laville (2009), no contexto latino-americano “O modo de organização do trabalho assente na mobilização colectiva e a gestão democrática dos projectos estão indissociavelmente ligados à resolução de problemas de sobrevivência” pois “as esferas do Estado e do mercado orientado para a exportação jamais permitiram uma integração salarial tão forte como no Norte” privando “sectores inteiros da população [...] do acesso aos circuitos formais de emprego” (p. 26).

Mas, ainda que os objetivos europeus estejam muito menos associados com a necessidade de enfrentar desemprego do que, por exemplo, a questão do subemprego e da busca pelo desenvolvimento ambientalmente sustentável, a “economia social e solidária” e seu incentivo a *laços de proximidade* é tida pelos europeus como a melhor aposta para se atingir ambos os objetivos. De tal maneira que “a utopia foi o fermento de uma dinâmica que os desenvolvimentos de cada um dos projectos temperaram fortemente de realismo, uma evolução que a crise “económica” favoreceu, colocando em primeiro plano preocupações como a manutenção de serviços colectivos acessíveis a todos e a criação de emprego” (Laville, 2009). Na europa, o fenômeno é normalmente associado aos chamados “serviços públicos de proximidade” que passaram a ocupar um vácuo que foi sendo deixado pela social-democracia com um certo voluntarismo pós-1968 em favor de uma democracia direta e autogerida. Esses espaços ou “laços” de proximidade surgem de iniciativas de trabalhos associados e comunitários para prestações de serviços da vida cotidiana como atividades domésticas e de cuidado, transportes coletivos locais, melhoramentos habitacionais, valorização do patrimônio cultural, gestão de recursos naturais... e se multiplicam em função do novo contexto tecnológico com avançadas tecnologias de informação e plataformas virtuais de compartilhamento. A nova fase de acumulação mundial de capital e de recuo do “Estado-providência” é, em última análise, aquilo faz com que essa “nova economia social” surja para reinventar a esfera pública como algo mais próximo às promessas libertárias e contraculturais dos anos 60, desenvolvendo práticas “cuja autonomia em relação aos espaços de poder instituídos contribui para sedimentar as bases de um

modelo democrático dialógico, no qual o sistema representativo expõe-se à pressão legítima de mecanismos constituídos de participação direta” (Laville & Gaiger, 2009).

Propostas como as de Laville para ilustrar a relevância crescente de “serviços de proximidade” são viabilizadas teoricamente pela “nova economia social” não exatamente com um diagnóstico que recorre a perspectivas marxistas sobre o novo contexto de reprodução do Capital, mas por uma proposta de mudança de paradigma teórico que sugere uma reformulação profunda da percepção sobre o que as economias humanas realmente são. Trataria-se, assim, antes de tudo, de perceber que a economia de hoje, que resumimos erroneamente a um sistema de trocas mercantis, é uma *economia plural* em que as relações de troca e distribuição de riqueza que conformam a totalidade da economia são pautadas não só pela lógica mercantil da troca de “valores” equivalentes, mas também por relações de economia motivadas por outros princípios socialmente instituídos. Ora... “o campo da Economia Social e Solidária ou do Terceiro Sector deve ser entendido na dinâmica das relações entre economia pública e privada” partindo da convicção de que “ao invés de reduzir o conceito de economia à ideia de mercado ou de Estado, parece mais adequado defini-la em termos de economia plural, admitindo uma pluralidade de paradigmas e de princípios de comportamento económico” o que torna possível “reconhecer, avaliar e compreender, de modo mais adequado, o que se produz fora do circuito do Estado e do mercado, muitas vezes de maneira não monetária e, por isso mesmo, em geral insuficientemente avaliado.” (Ramos, 2011).

5.2. As “formas de integração econômica” e a economia moderna como uma economia plural

Desse modo, a economia social contemporânea conclui que “Outra economia é possível” devido à “pluralidade de paradigmas e de princípios de comportamento económico. A que se deve tal mudança de percepção? Ora... Ainda que o debate tenha múltiplas determinações, via de regra as principais teses interpretativas para essa economia social e solidária emergente a

veem como algo diretamente vinculado a um resgate contemporâneo das inovadoras hipóteses de Karl Polanyi (2000, 2012) para o funcionamento de uma economia “enraizada” ou “embebida” no social. É num diagnóstico “polanyiano”, sobretudo, que a economia social contemporânea sustenta suas afirmações sobre outros modos de se fazer a economia (Souza, Silva & Costa, 2018)²⁸ Isso porque, para Polanyi, “a satisfação das necessidades é “material” quando envolve o uso de meios materiais para satisfazer os fins” de modo que a economias humanas devem ser vistas como “um processo instituído de interação entre o homem e seu meio que resulta num suprimento contínuo de meios que satisfazem necessidades materiais” (Polanyi, 2012, p. 299). Laços e espaços de proximidade que parecem reinventar a arena democrática podem, assim ser entendidos como estratégias capazes de orientar o uso de meios para fins de um modo específico e não exatamente equivalente à troca de mercado, numa economia com formas bastante plurais de interação [econômica] entre a humanidade e natureza.

A tese de Polanyi é crucial para a designação da “economia social e solidária” como parte dessa “economia plural” e embebida, e exige uma explicação mais detalhada. Em termos mais específicos poderíamos definir que o ato desse icônico sociólogo econômico austríaco de reconhecer a economia como um “processo instituído” implica em compreendê-la como processo de interação entre a humanidade e o seu meio (material) para a satisfação de necessidades. O que, em nível mais abstrato, se resume a uma interação que se dá em dois movimentos gerais: localização – movimentos espaciais dos objetos/das coisas, incluindo dinâmicas de produção, transformação, transporte de bens/elementos econômicos – e apropriação – o “trânsito” do usufruto dos bens econômicos entre pessoas e organizações. Separados do contexto de demais trocas simbólicas e culturais que dão consistência a um processo geral de reprodução social e de manutenção da condições de subsistência (e a uma economia, propriamente dita), tais movimentos não configuram mais do que hipóteses lógicas presumíveis num raciocínio formalista e não implicam em padrões ou fenômenos sociais empiricamente reconhecidos. Para que sejam mais do que um simples vai-e-vem de coisas e objetos materiais, é

²⁸ Para uma avaliação sobre essa determinação fundamental em pesquisas disponíveis em língua portuguesa, cf. o artigo “O constructo economia plural nos estudos relacionados com a economia solidária: revisão sistemática no período 2000-2016” de Souza, Silva e Costa (2018)

necessário reconhecê-los na relação estabelecida entre eles e os fatos sociais estruturantes e instituintes do sentido geral da dinâmica de reprodução social. O que, em síntese, significa considerar que diversos elementos “ecológicos, tecnológicos ou sociais” podem vir a ser propriamente econômicos desde que sejam considerados como adjacentes a uma respectiva institucionalidade [e não uma rígida condição estrutural e a-histórica] econômica que emerge da interação geral entre homem e natureza e que “enraiza” ou “incrusta” esses movimentos econômicos-abstratos de localização e apropriação num contexto histórico-cultural específico.

Cito Polanyi (2012) sobre a economia como um processo instituído:

Processo sugere uma análise em termos de movimento. Os movimentos referem-se a mudanças de localização ou de apropriação, ou ambas. Em outras palavras, os elementos materiais podem alterar sua posição, quer mudando de lugar, quer mudando de mãos, e essas mudanças de posição, muito diferentes noutros aspectos, podem ou não ocorrer juntas. Em conjunto, podemos dizer que esses dois tipos de movimentos esgotam as possibilidades abarcadas no processo econômico como um fenômeno natural e social. ¶ Os movimentos de localização incluem a produção e o transporte, para os quais o deslocamento espacial dos objetos é igualmente essencial. [...] ¶ O movimento apropriativo rege aquilo a que costumamos nos referir como circulação de bens e sua administração. No primeiro caso, esse movimento resulta de transações; no segundo, de disposições. Por conseguinte, a transação é um movimento apropriativo entre mãos, enquanto a disposição é um ato unilateral da mão ao qual, por força do costume ou da lei, ligam-se efeitos apropriativos definidos. [...] ¶ Nessa escolha de termos estão implicadas várias outras definições. As atividades sociais, na medida em que fazem parte do processo, podem ser chamadas de econômicas; as instituições são assim chamadas na medida em que contêm uma concentração dessas atividades; qualquer componente do processo pode ser visto como um elemento econômico. Esses elementos podem ser convenientemente agrupados como ecológicos, tecnológicos ou sociais, conforme pertençam primordialmente ao meio ambiente natural, ao equipamento mecânico ou ao contexto humano. Assim uma série de conceitos, antigos e novos, soma-se ao nosso quadro de referência, em virtude do aspecto processual da economia. (POLANYI, 2012, p. 300-301)

A conclusão de que a economia/o econômico é um processo instituído pela mediação de processo *social* mais amplo – e não uma estrutura autônoma, desincrustada de outros processos sociais que possuem papel determinante na dinâmica de reprodução social – permite à Polanyi (2000) fazer a sua leitura crítica acerca da “grande transformação” decorrida no processo histórico-constitutivo da modernidade: o surgimento de uma economia de mercado pretensamente autorregulável e espontaneamente ordenada em que a produção das coisas materiais e seu “trânsito” social passam a ser tidas como atividades orientadas a fins

determinados pela própria esfera de produção e circulação dessas coisas. Ou seja, um processo histórico de *desincrustação* da economia dos mecanismos de controle social e se institucionaliza no seu próprio movimento, no próprio vai-e-vem das coisas, abstraída da sua finalidade consciente. Ora, “a economia não pode ser “social” se a sociedade – as pessoas que a compõem e as instituições que criam – não são capazes de a dirigir mas, pelo contrário, é a economia que as controla e define o seu destino” (Machado, 2010) e é esse o caráter fundamental do processo instituinte da economia no período moderno: nele “a produção e a distribuição de bens materiais são efetuadas por meio de um sistema autorregulado de mercados, regido por leis próprias – as chamadas leis da oferta e da procura – e motivado, em última instância, por dois incentivos simples: o medo da fome e a esperança do lucro” (Polanyi, 2000). Na visão do autor, isso decorre do fato de que um processo de mercantilização – ou seja, de troca para interesse próprio e autoconservação delimitada por uma noção intersubjetiva de equivalência entre diferentes capacidades individuais de “trabalhar” – avança sobre o dinheiro – a convenção social de um meio para as trocas –, a terra e o trabalho – que, efetivamente não passam por um processo de localização econômica mediado por capacidade de trabalhar. Para Polanyi, a partir do momento em que terra, trabalho e dinheiro são introduzidos numa circuito precificado de trocas de equivalentes e se apresentam como mercadorias fictícias, a economia se coloca perante à sociedade como um “moinho satânico” e dela exige “contra-movimentos” de reincrustação da economia em alguma institucionalidade social que não se resuma a fugir indefinidamente da possibilidade de se estar aquém de um padrão mínimo de subsistência material.

A conclusão de que a economia moderna foi “desincrustada” abre o caminho para que nos perguntemos, também, sobre as condições de existência de determinadas relações de produção, troca e apropriação de frutos da interação do homem com o seu meio que não são tipicamente mercantis – e que estariam, assim, efetivamente incrustadas/enraizadas no tecido social. Sob esse ângulo, o reenquadramento do fenômeno econômico proposto por Polanyi se alinha, então, a uma série de questionamentos de uma percepção sociológica e modernizante que vê a presença de uma economia de mercado como algo absoluto no tempo e no espaço. Esse tipo de ideia foi particularmente abalado pela influência de pesquisas antropológicas surgidas no

início do século XX que se tornaram disseminadas na teoria social e que são as grandes motivadoras da refundição conceitual proposta pelo autor. Um tipo de concepção modernizante que passa a ser recebido como fruto de um procedimento etnocêntrico, sobretudo, a partir do surgimento da interpretação pioneira do etnólogo Marcel Mauss. Em seu clássico “Ensaio sobre a dádiva” [1925], Mauss propõe uma interpretação revolucionária para os achados etnográficos de Malinowski, Boas e Radcliffe-Brown descrevendo a dinâmica de reprodução social em certos contextos sociais tribais e tradicionais ao concluir que elas seriam expressão de uma “economia da dádiva” em que o ato de *reciprocidade* – dar esperando que o outro dê para si ou para outrem – parecia prevalecer sobre a lógica de troca moderna-mercantil – dar esperando que o outro retorne para si um “valor” equivalente. A identificação da reciprocidade a partir de evidências etnográficas sugeria, assim, a existência de uma troca que é econômica, mas que não é realizada para os fins utilitários de satisfazer o próprio interesse. E, para além de identificar conceitualmente essa nova forma de trocar objetos, Mauss observava que nesse tipo de sociedade, ainda que o mecanismo de mercado venha a ser um fato social, o “fato social total” que orienta a produção econômica não permitia uma generalização da lógica de troca mercantil à toda a economia.

Cito a consideração de Sabourin (2008) acerca das contribuições teóricas de Mauss:

[...] a troca é, às vezes, chamada de recíproca porque, de fato, satisfaz o interesse de cada parceiro. Nesse caso, em que difere da reciprocidade? Precisamente porque a reciprocidade implica na preocupação pelo outro para estabelecer o *mana*, para produzir valores afetivos ou éticos como a paz, a confiança, a amizade e a compreensão mútua. ¶ A troca utiliza esses primeiros valores humanos para se poupar da violência. Trata-se de uma relação de interesses, mas que supõe uma reciprocidade mínima. A razão aconselha estabelecer a competição de interesses forjada na confiança, na paz e na compreensão mútua produzidas pelas relações de reciprocidade. Dessa forma é possível entender que se possa muito facilmente confundir a troca com uma forma de reciprocidade simétrica. Mas, em realidade, ela inverte o movimento da reciprocidade, porque em vez de se preocupar com o outro, procura em primeiro lugar a satisfação do próprio interesse. (Sabourin, 2008)

Ao se deparar com esse tipo de dinâmica das economias “primitivas” e com a necessidade de estudar modos de produção pré-capitalistas que funcionavam em lógicas de “economia da dádiva” ou outras lógicas possíveis para além da mercantil, Polanyi se propôs, então, a trazer uma resposta de caráter universal sobre o “lugar” da economia nas sociedades humanas se

negando, porém, a reproduzir uma postura economicista etnocêntrica que generaliza o contexto institucional do sistema de mercado a toda e qualquer sociedade imaginável – o que seria, em suas palavras, uma “falácia economicista”. Passando a se contrapor, então a uma perspectiva que ele denominou como de “economia formal” – que identificava toda e qualquer relação de economia possível como uma série de escolhas induzidas pela escassez de recursos, algo que só é verdadeiro no contexto da sociedade capitalista-moderna²⁹. Sugerindo, então, como um outro caminho a realização de uma *análise substantiva* do fato econômico que o observa como uma *economia substantiva* que se expressa de maneira geral nas economias humanas e que pode, portanto, ser aplicado tanto ao estudo das economias das sociedades complexas (modernas) quanto ao estudo de povos tradicionais. Quando interpretada como parte de uma “economia substantiva” a descoberta etnográfica da reciprocidade é apreendida por Polanyi mediante a noção chave de *forma de integração econômica* (que também costuma ser traduzida como “padrão de integração” ou mesmo como “modo de transação”). As formas de integração econômicas consistiriam num sub-tipo de processo microssocial que ocorre em meio à dinâmica de movimentos de localização e apropriação determinados na reprodução econômica “substantiva” – ou seja, da interação das sociedades humanas entre si e com o seu meio tendo em vista provimento de subsistência satisfação de necessidades mediante o usufruto de meios materiais.

Cito definição de Polanyi (2012), para a ideia de forma de integração:

A integração está presente no processo econômico na medida em que se institucionalizam os movimentos de bens e pessoas para superar o efeito dos diferenciais de espaço, tempo e ocupação, criando uma interdependência de movimentos. Assim, por exemplo, as diferenças regionais num território, o intervalo temporal entre o plantio e a colheita ou a especialização do trabalho são superados por movimentos das colheitas, das manufaturas ou do trabalho, de modo a tornar mais eficaz a sua distribuição. As formas de integração designam os movimentos institucionalizados pelos quais se conectam os componentes do processo econômico, desde os recursos materiais e o trabalho até o transporte, o armazenamento e a distribuição de produtos. (POLANYI, 2012, p. 83)

²⁹ “O uso do significado formal faz da economia uma sequência de atos de economizar, isto é, de escolhas induzidas por situações de escassez. Embora as normas que regem esses atos sejam universais, a extensão em que as regras são *aplicáveis* a uma dada economia depende de essa economia ser ou não, de fato, uma sequência de tais atos. Para produzir resultados quantitativos, os movimentos de localização ou de apropriação, nos quais consiste o processo econômico, devem apresentar-se aqui como funções de atos sociais relacionados com os meios insuficientes e orientados com base nos preços resultantes. Essa situação só prevalece nos sistemas de mercado.” (POLANYI, 2012, p. 299)

Enquanto constructo teórico, as formas de integração podem ser entendidas como tentativas de mapear rotinas, padrões ou normas extraídos da economia empírica apresentados no nível mais abstrato, podendo ser universalmente reconhecidos na análise institucional dos fluxos de localização e apropriação econômica de um determinado contexto cultural e de uma também determinada configuração de sentidos para a reprodução social. Não consistiriam, portanto, em simples agregações de comportamentos individuais: só surgiriam numa relação intrínseca desses comportamentos a uma estrutura de apoio correspondente – o que se assemelha, de certa forma, à interpretação de Mauss sobre o “fato social total”. O processo de satisfação de necessidades por meio de objetos materiais dependeria, assim, de uma integração social que requer a configuração de certas *instituições* sociais responsáveis por conectar o nível da agência individual ao contexto de fatos sociais constitutivos da reprodução social – no qual esta agência individual está inclusa. Para atingir as exigências da análise substantiva, Polanyi recomenda, então, à teoria social orientada ao estudo das relações econômicas substantivas que ela reconheça a existência de pelo menos três formas de integração econômica nas sociedades humanas: a) a *reciprocidade* – correspondente ao fato social da *simetria*, cujo tipo ideal pode ser encontrado nas sociedades tribais; b) a *redistribuição* – correspondente ao fato social da *centralidade*, típica de sociedades hierárquicas tais como as sociedades arcaicas e c) a *troca [mercantil]* – correspondente ao fato social do *mecanismo oferta-procura-preço* [ou, simplesmente *Mercado*], típico de sociedades modernas/capitalistas. Em Machado (2009), por exemplo, podemos encontrar um resumo das principais aplicações da tipologia proposta por Polanyi a partir de investigações sobre essa subsistência do homem em diversos contextos sócio-culturais, em sentido amplo, promovidas por Dalton, Sahlins e pelo próprio Polanyi. Percebe-se que as formas de integração revelam, não apenas que a subsistência se dá em sociedades não modernas mediante outros fatos sociais totais, mas que desses outros fatos sociais também decorrem outros tipos de estrutura social, outras relações sociais adjacentes à economia, outras formas de fazer comércio, outros usos do dinheiro e uma outra concepção de mercados.

Figura 4: Formas de integração e tipologia institucional para a análise substantiva

	Formas de Integração		
	Reciprocidade (Sociedades Primitivas)	Redistribuição (Sociedades Arcaicas)	Troca mercantil (Sociedades Modernas)
Princípio Institucional Subjacente	Simetria	Centralidade	Sistema de mercados formadores de preços
Tipos de Estrutura Social	Parentesco, vizinhança, comunidade (Ex., Ilhas Trobriand)	Governo ou Estado (Ex., Daomé do século XIX)	Mecanismo “automático” de mercado (Ex., sociedades Ocidentais séculos XIX-XXI)
Relação Social Subjacente	Amizade, consanguinidade, status, hierarquia	Afiliação política ou religiosa	Nenhuma
Formas de Comércio	Comércio de dádivas (parceiros, amigos, etc.)	Comércio administrado (preços fixos, equivalências)	Comércio mercantil (regateio, preços auto-regulados)
Usos do Dinheiro	Meio de pagamento (descarga de obrigações)	Padrão/ unidade de conta (equivalências em mercadorias-padrão [staples])	Meio de troca
Elementos de Mercado	Troca com taxas fixas	Troca com taxas fixas	Troca com taxas regateadas, oferta/procura

Fonte: Machado (2009, p. 100)

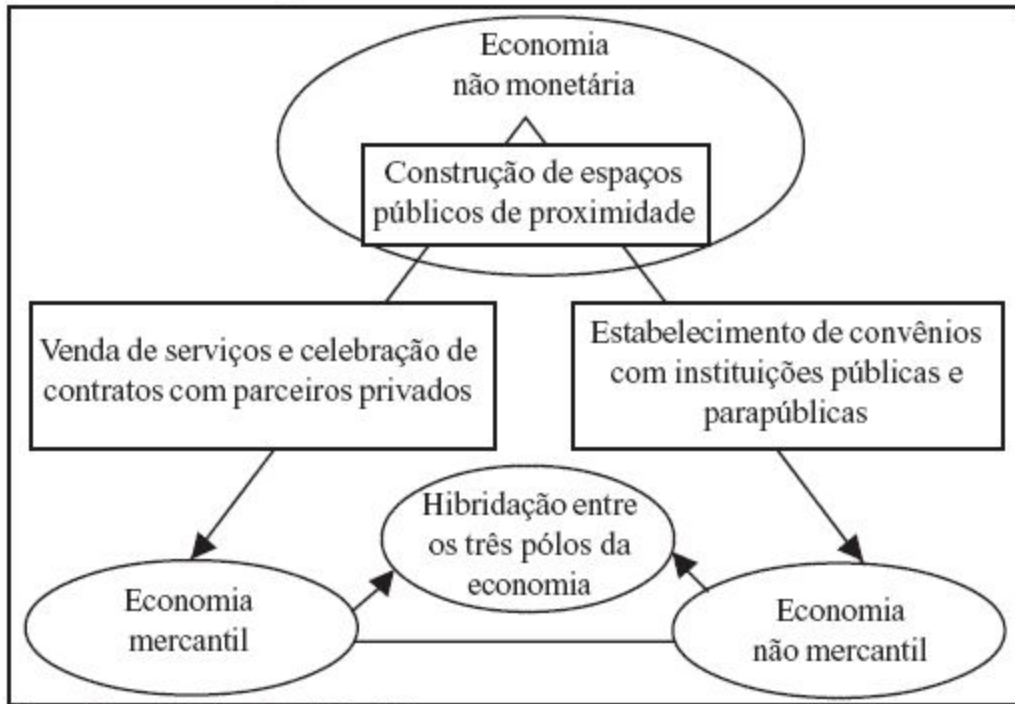
Ora... Se uma forma mercantil de integração cohabita com outras formas de integração econômica – reciprocidade, redistribuição e outras possivelmente imagináveis – subordinando-as como um momento de seu processo de reprodução autonomizada, por que não imaginar que o disciplinamento institucional desta forma fetichista de integração – ou até mesmo uma inversão na relação entre as formas de integração operantes nos escombros desta economia formal – possa vir a instituir uma nova estrutura de relações econômicas? Partindo de uma concepção substantiva do econômico, portanto, a teoria social deve reconhecer que “várias formas [de integração] subordinadas podem estar presentes ao lado da forma dominante [de Mercado], a qual, por sua vez, pode reaparecer após um eclipse temporário” (Polanyi,[1977] 2012, p. 91). É a partir desse tipo de concepção polanyiana que Laville (2001) e demais autores dedicados a refletir sobre a “nova economia social” passa, então, a defender a hipótese de que a economia moderna, na realidade seria uma economia plural que contém dentro de si uma “economia social e solidária”. Decorre daí uma imagem da economia moderna como estando dividida três pólos

com diferentes tipos de integração econômica: a) uma economia não-monetária correspondente ao fato da reciprocidade – ligada a trabalhos associados não monetizados, por conta própria e/ou domésticos; b) uma economia não-mercantil correspondente ao fato da reciprocidade – o Estado; e c) uma economia mercantil e monetária – o Mercado. A economia social e solidária seria, assim, uma hibridação desses três princípios³⁰. O que, em última análise, parece tensionar bastante a convicção de que a economia moderna se resume a uma única forma de integração, dando subsídios para a concluirmos que outras formas de integração poderiam vir a evoluir ou vir a ser redescobertas à medida que a ela correspondam outro fato social como aspecto estruturante da sociedade que não o Mercado autorregulado, o cálculo econômico e o fetichismo do Valor.

Destaco, aqui, uma imagem trazida em Laville (2001) acerca dessa economia tripartida:

³⁰ A partir desses três princípios de base, a economia própria a modernidade democrática pode ser decomposta e analisada através três pólos: ¶ — A economia mercantil corresponde à economia na qual a distribuição de bens e serviços é confiada prioritariamente ao mercado. Não se trata de maneira alguma de pretender nem que a economia mercantil é a emanção do mercado único, nem que ela se limita a um sistema de preços concorrenciais. A economia mercantil não é unicamente organizada ao redor do mercado e ela admite numerosas contribuições não-mercantis, nem que sejam só as ajudas e as subvenções oferecidas às empresas. Isso dito, a combinação realizada em seu seio se singulariza pela prioridade acordada ao mercado e pela subordinação dos suportes não-mercantis e não-monetários a este. [...] ¶ — A economia não mercantil corresponde à economia na qual a distribuição dos bens e serviços é confiada prioritariamente à redistribuição. Ela pode ser privada quando emana de uma instituição privada, ou seja, de uma pessoa moral em que os dirigentes têm o poder de tomar uma porcentagem dos lucros obtidos com fins de proteção ou de doações, por exemplo, pelo intermédio de doações privadas. Mas a redistribuição é, sobretudo, pública: é ao redor do Estado social que se agenciou uma forma moderna de redistribuição, alimentada por impostos obrigatórios, e pela qual são dadas alocações atestando direitos sociais. A redistribuição se exerce amplamente pelo viés do serviço público de onde as regras são decretadas por uma autoridade pública submetida ao controle democrático (Strobel, 1995). ¶ — A economia não monetária corresponde à economia na qual a distribuição de bens e serviços é confiada prioritariamente à reciprocidade e à administração doméstica. De certo, um número considerável de relações recíprocas se utilizam de formas monetárias, mas é bem no seio da economia não monetária que se encontram em prática as principais contribuições recíprocas através da autoprodução e da economia doméstica. (Laville, 2001)

Figura 5: Modelo de economia plural segundo Laville



Fonte: Eme, 1991; Laville, 1992, 1994.

Fonte: Laville, 2001

O novo contexto de acumulação flexível e urbe planetária traria consigo o crescimento de trabalhos não-monetários e, por conseguinte, despertaria mediante esses “espaços de proximidade” possibilidades para o exercício de trabalhos associado não orientados ao lucro. A perspectiva da economia social solidária aposta que uma economia baseada no fato social da solidariedade poderia, então, trazer à tona esse potencial sistematicamente ocultado pelo não-reconhecimento epistemológico da pluralidade das práticas econômicas pelas principais teorias sobre a economia de mercado. Isso porque há a possibilidade de que esse tipo de trabalho reforce a regulação *democrática* da ordem de Mercado. Ou seja, com práticas baseadas em trabalho associado, mutualismos, proximidades e cooperações que promovem uma redescoberta da reciprocidade como integração econômica, a economia solidária promoveria uma nova descoberta de que essa integração econômica poderia servir ao propósito de democratizar o processo e o produto de uma economia plural. A economia social e solidária teria como estrutura social correspondente, assim, uma *reciprocidade democrática* capaz de subordinar o mecanismo

de Mercado como um momento de uma ordem social controlada democraticamente pelos seus partícipes.

Cito trecho de Laville (2001) em que o autor descreve a economia solidária como forma de integração correspondente a uma “reciprocidade democrática”.

As associações podem, então, ser abordadas como um componente da economia que redescobre o potencial organizador da referência à solidariedade. De certo, o sucesso do Estado social conduziu ao esquecimento da matriz da entre-ajuda *mutuelle* que a tinha em parte produzido, mas os limites de uma ação unicamente estatal tornaram-se patentes, como atestam os debates sobre a inserção. Nessas condições, as duas fontes de solidariedade democrática podem ser consideradas. É, em todo caso, na união desses dois pensamentos de solidariedade para conceber dispositivos de proteção apropriados à presente situação que nos convida à perspectiva solidária. É o que indicam, de fato, as iniciativas desenvolvidas no último quarto do século XX, que reataram com o *élan* associativo da primeira metade do século XIX, colocando no centro da sua passagem para a ação econômica uma referência à solidariedade, entendida como reciprocidade democrática. (Laville, 2001)

5.3. A síntese proposta no campo latino-americano de economia social

É numa interação peculiar com o “campo da economia social” e com sua visão polanyiana sobre a economia moderna fundamentada nos achados da antropologia econômica do século XX que o pesquisador argentino José Luis Coraggio pode, então, viabilizar conceitualmente uma perspectiva sobre a Outra economia que é fundamentada num diagnóstico material sobre a reprodução social popular dentro do modo de produção baseado no valor. Essa perspectiva de uma “economia social latino-americana” defendida por Coraggio nos sugere, então, que, a realidade da economia empírica e substantiva do capitalismo dependente brasileiro, ao contrário de algumas apropriações sistematizadora sobre os diagnósticos críticos da razão dualista, faz emergir uma reprodução social que não só não é inteiramente integrada pelo fato social do valor, como também é estabelecida em interação com um contexto de organização social “plural” em que outras formas de integração econômica predominantes em relação ao imperativo do valor parecem estar operando e sendo desenvolvidas. Constructo teórico que traz uma interessante conclusão para os questionamentos sobre o fetichismo da mercadoria que vem sendo debatidos no Brasil e na América Latina como uma questão referente à dinamização

global-local do circuito inferior da economia urbana e que, embora deixe ainda muitas dúvidas sobre o tema, nos parece, por fim, ser a melhor síntese disponível para refletirmos as discussões altermundialistas sobre essa outra economia sob a égide de uma perspectiva materialista e não-positivista.

Em entrevista à revista “Bahia Análise & Dados” de junho de 2002, Coraggio discute sua obra e os aspectos que tangenciam a, à época ainda emergente, construção brasileira de uma economia (popular) solidária. Nela, o autor ressalta a importância da sua experiência como pesquisador durante a revolução sandinista na Nicarágua para que chegasse a conclusão de que a realidade das práticas de reprodução social populares que eram compreendidas como simples reflexos de “informalidade”, “pobreza” e “estratégias de sobrevivência” seria a de uma integração econômica pela relação de *domesticidade*. A redução do cotidiano econômico popular ao não-formal era amplamente incorporada pelos dirigentes revolucionários nicaraguenses, ainda que eles estivessem em busca de um diálogo constante com essa população, o que os levava a compreender as práticas produtivas e reprodutivas não-assalariadas das famílias simplesmente como atividades econômicas especulativas, baseadas na exploração mercantil do trabalho. O pesquisador argentino ressalta, então, seus achados de pesquisas que buscavam compreender a unidade doméstica, que indicavam estratégias mistas para a reprodução social e fizeram o compreender que seria necessário uma nova conceituação para definir aquilo que não parecia ser exatamente o autômato maximizador de utilidades e lucros que é o tipo ideal da “economia formal”, mas que também não se encaixava em noções híbridas como a de “terceiro setor” que eram aplicadas ao contextos de disseminação das ONG’s na América Latina. Foi nesse contexto, então, que ele passou a definir essas práticas exercidas no âmbito da unidade doméstica como sendo parte de uma “economia popular”.

Cito Coraggio explicando a sua chegada ao conceito de “economia popular”

[...] os dirigentes revolucionários tinham dificuldade em compreender, ao menos do meu ponto de vista, a lógica da economia informal urbana. Por exemplo, se alguém queria ter um pequeno empreendimento que vendesse uma variedade de bens – sapatos, ovos, fruta, roupas, etc. – a revolução não aceitava, pois queria ordenar o mercado, queria que um se especializasse em vender banana verde, um outro, sapatos, o seguinte, ovos, e assim por diante. Se pensássemos do ponto de vista do funcionamento da economia familiar, esta proposta não era conveniente. Também havia uma luta contra a

especulação, mas a política econômica gerava a especulação. Se alguém, por exemplo, comprava um queijo no mercado e o levava para vender de casa em casa, em pedaços, isso era considerado atividade especulativa. Quer dizer, não havia compreensão da lógica dessa economia. Então, nós fizemos um levantamento que tinha como objetivo entender o funcionamento das unidades domésticas. Esse levantamento mostrava claramente como as unidades domésticas ajustavam a sua participação no mercado de trabalho: isso significava ter um emprego assalariado qualquer, que, durante a revolução, dava acesso a um pacote básico de bens que se adquiriam com um cartão, e, por outro lado, participar do mercado informal para poder completar a renda. Todo esse tipo de coisas era difícil de entender, se a partir de uma visão um pouco rígida de como a economia e a satisfação das necessidades são organizadas. Havia também um problema de incompreensão e de falta de articulação entre os códigos de comunicação, entre o código dos setores populares e o dos dirigentes revolucionários, dos técnicos. Foi com base nisso que eu comecei a conceber a idéia de que era preciso estabelecer uma outra comunicação, uma outra compreensão, o que exigia que se pesquisasse e entendesse essa economia. (Coraggio, 2002)

A partir dessa experiência marcante durante os anos 80, o autor argentino – que já tinha proeminência no debate mais “clássico” sobre desenvolvimento regional, planejamento urbano e movimentos sociais – passa a partir dos anos 90 a defender a noção de “economia popular” como problema central às economias urbanas latino-americanas. Como grandes influências teóricas, na mesma entrevista, Coraggio cita os nomes de Habermas, Hinkelammert, Wallerstein, O’Donnell, Bourdieu e, acima de tudo, Marx. Seu destaque para Marx já nos sugere como sua chegada nessa reflexão sobre a “perspectiva popular” da economia urbana advém de um desdobramento da centralidade que tem o trabalho para as perspectivas marxistas sobre o funcionamento da sociedade moderna, e deve ser notada, também, como algo que já configura certo distanciamento da abordagem europeia da “economia social”. Mas é interessante notar que até o momento da entrevista o autor não havia de fato se apropriado da obra de Karl Polanyi e do campo da economia social, questão que só parece surgir a partir da sua interação com os Fóruns Sociais Mundiais em meados da década de 2000. Como podemos notar em Coraggio (2007) e Munoz (2013), o encontro com Polanyi é decisivo para que o autor passe, então, a reivindicar uma perspectiva que vem explicitamente do campo da economia social e é por meio dele que o autor encontra o seu grande instrumento conceitual para definir aquilo que tinha começado a perceber na experiência da Nicarágua e para extrair algumas constelações a partir da nebulosa teórica da Outra economia.

Cito, a critério de exemplo, a observação de Munoz (2013) que propõe ao debate sobre a economia urbana que ele reconheça a economia social (ES) como uma “subdisciplina em construção que se nutre fundamentalmente da antropologia econômica, da sociologia econômica, da história econômica e da economia política para abordar o econômico” a partir, sobretudo, da interpretação de Coraggio para a análise institucional de Polanyi.

La ES como subdisciplina, en construcción, se nutre fundamentalmente de la antropología económica, la sociología económica, la historia económica y la economía política, para abordar “lo económico” como un objeto pluridisciplinario en el que los principios de institucionalización en la sociedad (categoría de K. Polanyi) se vuelven centrales para comprender la realidad abordada y lograr salirse de los economicismos hegemónicos de la literatura económica actual. ¶ [...] vale la pena remarcar que varios autores han realizado un camino dialéctico desde las problemáticas urbanas latinoamericanas a la ES, entre los que se destacan además de Coraggio, Singer, Quijano y Federico Sabaté. ¶ En este marco, se define la economía de las metrópolis latinoamericanas como una economía regional mixta, abierta y en posición dominante con el resto del país y de dependencia con el exterior, siendo una característica sustantiva la hegemonía capitalista y la incompletitud del desarrollo del capital, en tanto subsiste un gran sector de economía popular con trabajo organizado de forma autónoma. Por tratarse de una región central, es preciso complejizar el sector externo de la economía mixta, teniendo en cuenta tanto las relaciones con el resto del mundo como las que establece con las provincias. (MUNOZ, 2013, p. 109)

Essa determinação *a posteriori* das ideias de Coraggio pela análise institucional de Polanyi não é algo tão óbvio e, ao que nos parece, é devido à abstração da sua existência que trabalhos como o de Barbosa (2018) acabam por concluir que Coraggio “abandonou” por completo o desenvolvimento do conceito de economia popular em prol da projeção de uma economia social e solidária. Numa interessante apropriação crítica do conceito elaborado por Coraggio, Barbosa defende seu uso em detrimento da noção de “economia solidária” devido à sua maior priorização em debater a “economia popular como ela deve ser”, mas sugere que o autor teria recaído no mesmo procedimento estranho à uma economia política rigorosa que é realizado por Singer e pelo campo brasileiro de economia solidária. Há um grau de verdade nessa conclusão, já que de fato – como podemos observar nos próprios relatos de Coraggio (2002) – o autor teve dúvidas sobre a iniciativa de qualificar essa economia como “popular” e em dado momento passou a avaliar se as ideias de “economia do trabalho” ou “sistema de economia do

trabalho” como definições mais rigorosas para descrever o fenômeno³¹. De tal maneira que, realmente, o desenvolvimento conceitual iniciado na década de 90 é um pouco preterido nas suas produções bibliográficas posteriores. Contudo, a nosso ver, falta à Barbosa a compreensão mais aprofundada sobre a sua proposta epistemológica em torno do campo da economia social e mediada pelo pensamento de Karl Polanyi. A partir desse encontro, podemos perceber claramente que ainda que oscilando entre adjetivações distintas – tais como “solidário”, “do trabalho”, “social” e “popular” – o diagnóstico sobre a centralidade da “unidade doméstica” para a reprodução social que motivou a sua formulação original sobre a economia popular nunca deixou de estar no seu escopo de análise. Em trabalhos recentes, por exemplo, Coraggio reintroduz de maneira muito explícita sua percepção sobre a centralidade da categoria de economia popular como a melhor forma de explicar a reprodução social nas cidades latino-americanas e, ao mesmo tempo, extrair dela um horizonte emancipatório. Em Coraggio (2018) vemos a economia popular sendo definida como uma “economia subterrânea” daqueles que vendem sua força de trabalho ou dela subsistem diretamente que tem na unidade doméstica seu elemento básico³². Além do autor trazer também pontos para um certo “programa” de desenvolvimento a partir desse diagnóstico como um modo de reação efetiva ao avanço político neoconservador na América Latina. O que muda, agora, em relação ao surgimento inicial, é que o tema é introduzido desde uma clara perspectiva polanyiana do fenômeno econômico.

A questão não tão óbvia para críticas como a de Barbosa é que há uma reorientação do diagnóstico de economia popular surgido no contexto da revolução nicaraguense para configurar uma perspectiva de economia política que é integrada às contribuições trazidas pelo campo da economia social. A economia popular é reconhecida, agora, como parte de uma interpretação sobre as economias latino-americanas que as veem como sistemas econômicos que, apesar de

³¹ Como veremos, a ideia de “economia do trabalho” acabará sendo parte fundamental da síntese proposta por Coraggio, mas não exatamente como uma substituição da categoria economia popular.

³² La economía popular, una economía subterránea (denostada como “informal”) para los registros oficiales, pero base indispensable de todo sistema económico. La economía popular es la economía de l@s trabajadores, de quienes viven o quieren vivir de su trabajo, la economía de sus familias, comunidades, asociaciones, redes y organizaciones, de quienes tienen recursos materiales acumulados limitados, que dependen fundamentalmente de la realización de su fuerza de trabajo para sobrevivir y sostener proyectos de vida digna. Su unidad elemental de organización es la unidad doméstica, lugar inmediato de reproducción de la vida humana. (Coraggio, 2018)

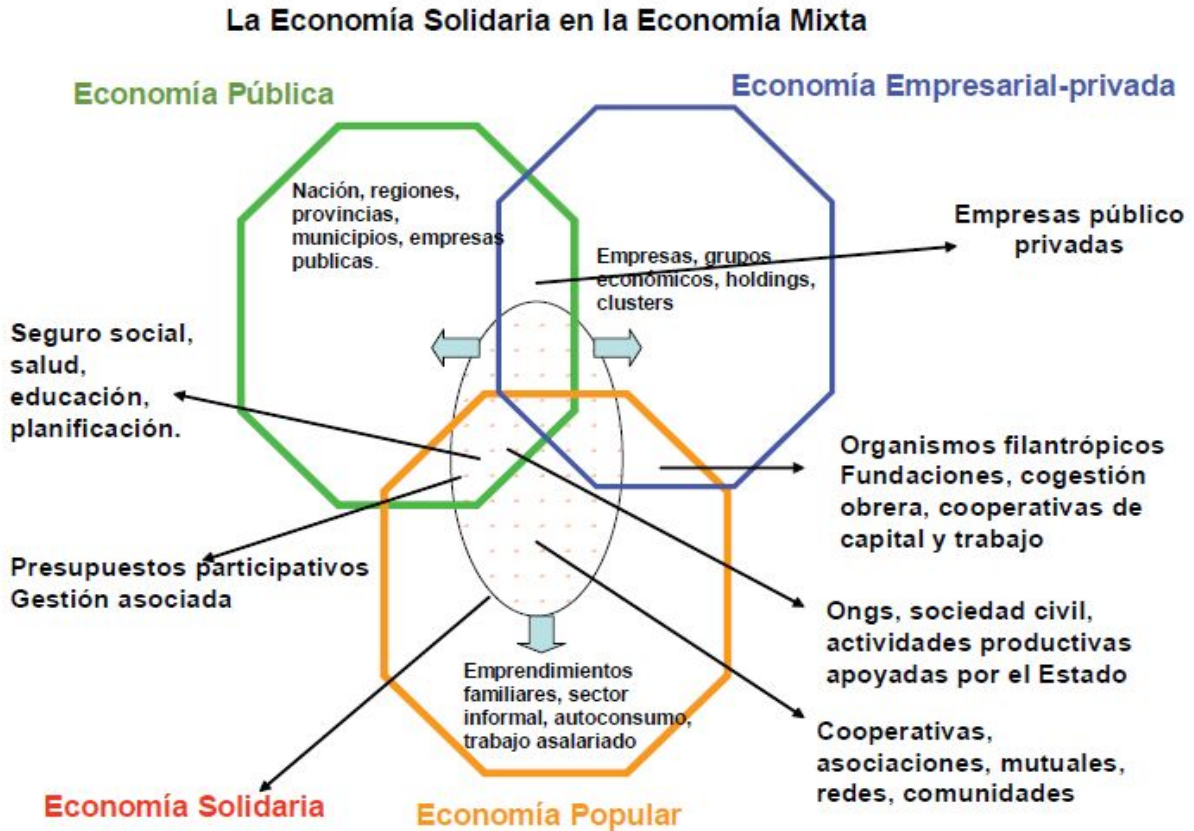
serem regidos por uma economia política mobilizada em torno da relação de capital, também expressariam as contribuições trazidas pelo diagnóstico polanyiano de uma “economia plural”. Ou seja, haveria também aqui no nosso contexto periférico uma economia que é cotidianamente construída mediante a combinação de diferentes “formas de integração econômica”, com princípios institucionais adjacentes que em maior ou menor medida retroalimentam as práticas econômicas ao nível microsocial. Contudo, a incorporação do campo da economia social e da função essencial de Polanyi como articulador teórico não ocorre sem que Coraggio mantenha uma perspectiva muito peculiar e substancialmente diferente daquela que tem sido desenvolvida contemporaneamente pelos debatedores europeus. E a persistência do diagnóstico sobre uma “economia popular” ao longo dos anos já sugere aquilo que é o seu ponto de inflexão no debate: a necessidade de explicar a reprodução social “popular” latino-americana para além de uma teoria da modernização desenvolvimentista – ou, para além daquilo que a tradição crítica brasileira determinou como a expressão de uma “razão dualista”.

5.4. Economia plural como “economia mista com dominância capitalista”

O intento de Coraggio de construir uma perspectiva de economia social mediada por esse olhar lançado ao tema da economia plural desde a periferia do sistema-mundo – e, portanto, adequada para definir a reprodução social no contexto histórico específico da América Latina contemplando os diagnósticos originais latino-americanos sobre uma “economia popular” que não é simplesmente “informal” – acaba resultando numa outra interpretação original, dessa vez em relação ao tema das formas de integração. Coraggio propõe que “la sociedad institucionaliza lo económico de acuerdo a cinco principios (siguiendo a Polanyi, quien sólo consideró los cuatro primeros): administración de la unidad doméstica, reciprocidad, redistribución, intercambio y plan” (Coraggio, 2011, p. 25). Nota-se, assim que o economista argentino faz uma defesa do reconhecimento da ideia de “domesticidade” como uma forma de integração econômica que é bem pouco ortodoxa no âmbito dos debates polanyianos. A ideia de reconhecer a domesticidade como uma forma de integração, a princípio, foi trazida pelo próprio Polanyi, remetendo diretamente à noção original de economia dada pelos gregos como uma *oikos-nomia*

(administração da casa/doméstica), mas a sua delimitação enquanto uma autêntica forma de integração é bastante dúbia na obra do autor austríaco, por vezes sendo considerada como tal e por outras vezes não. E, de modo menos ortodoxo ainda, Coraggio também propõe a noção de “planejamento” ou “planejamento participativo da economia” como uma quinta forma de integração econômica que parece ser entendida por ele como uma integração mais própria do surgimento da construção consciente das práticas de economia social e solidária – “planificación participativa y normatividad, basada en el reconocimiento de las organizaciones y redes de la economía social y solidaria” (p. 27). Diante dessa percepção peculiar que vê um total de cinco formas de integração econômicas compondo a totalidade da economia, o autor propõe como síntese da sua perspectiva de economia social um modelo de economia tripartida em três subsistemas “mesoeconômicos” que não segue, exatamente, a ideia padrão de Mercado-Estado-Mercado/Estado – muito típica da noção de terceiro setor – e nem faz uma correspondência tão direta entre as formas de integração e os três contextos sub-sistemáticos da economia – tal como, por exemplo, ocorre na “economia plural” de Laville e dos europeus. Nesse modelo, a “economia popular” é compreendida como um dos três pilares de um sistema de *economia mista com hegemonia capitalista*. A economia popular estaria colocada, assim, ao lado e em certos momentos numa hibridação com os “subsistemas” de *economia pública* e de *economia empresarial-privada*, e as práticas de economia social (e solidária) deveriam ser localizadas como algo que surge nesse miolo de interações.

Figura 6: Modelo de economía mixta segundo Coraggio



Fonte: Coraggio (2011)

Na visão de Coraggio, enquanto partes constitutivas e estruturantes de um sistema de economia mixta “dominada” pelo capital, delinea-se para cada um desses três conjuntos “mesoeconômicos” uma respectiva unidade básica e específica de análise no nível microsocial/microeconômico e uma “lógica” ou “racionalidade” econômica adjacente: a) no caso da economia popular, a *unidade doméstica* associada a uma lógica de *reprodução ampliada da vida*; b) no caso da economia empresarial, a *empresa* ou o *empreendimento* associado a uma lógica de *acumulação de capital privado*; e c) no caso da economia pública, a *unidade administrativa* associada a uma lógica mista para atender as “necessidades sistêmicas” – não claramente definida por Coraggio, passando por um misto de lógica de *legitimação* do poder

constituído, de *bem-comum* ou *bem-viver* e de *governabilidade* frente à necessidade propriamente capitalista de ter um circuito financeiro-privado como seu credor³³.

Tendo em vista que não há uma simples correspondência direta de cada um dos sistemas com um modo de integração e que há uma insistência do autor em definir essa economia como algo sob a dominância do capital, como devemos interpretar a sua ideia de economia plural? Em maiores detalhes, no que consistiria essa “economia mista” e como se daria a presença de formas diversas de integração econômica no seu funcionamento cotidiano? Cabe, primeiramente, a observação de que as descrições do autor sobre o estatuto ontológico dessa economia mista são um pouco confusas, com uma argumentação que oscila, de modo significativo, entre iniciativas que a localizam no bojo do que é desejado e iniciativas que a localizam no bojo daquilo que é “realmente existente” [ou seja, lembrando bastante – ainda que em menor grau – as confusões entre o ideal e o real que costumam aparecer no campo da economia solidária]. Para conseguirmos detalhar bem a descrição do autor sobre esse modelo é importante, então, tomarmos nota do que, a seu ver, seriam o real e o desejável.

No lugar daquilo que é desejado (e possível) – a “outra economia que ainda não se vê” – o esquema explicativo de Coraggio propõe o horizonte de uma *economia do trabalho*³⁴, e para o lugar daquilo que é o real são propostas duas ideias muito similares mas não-idênticas de *economia do capital* e de *economia mista com dominância capitalista*. Por vezes, o lugar do real recebe do autor o nome de “economia do capital” e por vezes recebe o nome de “economia mista sob a dominância do capital”, o que a nosso ver torna a questão um pouco confusa. A nuance do

³³ Si bien con diferencias muy significativas entre sí, las economías latinoamericanas son economías mixtas, conformadas por tres subsistemas o sectores con sentidos diversos: el sector de economía empresarial capitalista, orientado por *la acumulación privada de capital*, el de economía popular, orientado por *la reproducción de las vidas* de los miembros de las unidades domésticas, grupos y comunidades particulares, y el de economía pública, orientado por una combinación de necesidades sistémicas, muchas veces en contradicción: *el bien común* (cuya definición es materia de lucha social, como lo es en los casos de los apotegmas consensuados del Vivir Bien o el Buen Vivir), *la legitimación* estratégica de un sistema injusto, la *governabilidad* que requiere el capital para funcionar. ¶ En una economía mixta con hegemonía capitalista, la cultura en general está colonizada por los valores civilizatorios que son funcionales a la acumulación ilimitada de capital, como muestra, por ejemplo, la tendencia a la mercantilización de todas las actividades humanas, incluida la política. (Coraggio, 2011, p. 295)

³⁴ Ou seja, aquilo que Singer reconhece como a “economia solidária” equivaleria ao que Coraggio chama de “economia do trabalho”.

entendimento do argumento – a nosso ver – está em notar que a “economia do capital” seria para ele uma certa ideia, ideologia, teoria que opera no campo do conhecimento ocultando a realidade mista da economia. De tal maneira que o reconhecimento do funcionamento “misto” da economia real seria parte de um expediente de desalienação em relação a uma certa *ótica neoliberal* que legitima a subordinação do econômico à reprodução do capital reduzindo a interpretação sobre a economia real a uma imagem de “economia do capital” que só possui uma única forma de integração econômica possível: a troca mercantil. Ou seja, para Coraggio, a economia real não deixaria de ser uma economia dominada pelo capital, porém pelo fato de conter em si outras formas de integração econômica que não a mercantil não corresponderia a imagem projetada pela ideia de que a economia se resume à economia do capital – que, pelo fato de ser socialmente aceita, também real. E como resultado dessa mistificação da realidade, teríamos um ocultamento sistemático da possibilidade (também real) de que uma “economia centrada no trabalho” (Coraggio, 2009) venha a ser instituída na sociedade.

Cito, a critério de reforço do argumento, Coraggio (2009) diferenciando a “perspectiva do capital” da “ótica da economia do trabalho”. Nota-se, também, como o autor, nesse momento, descreve os cinco “princípios” de integração como um certo projeto para outra economia (o próprio termo “princípio” já é sugestivo), e não exatamente como um funcionamento cotidiano da economia mista. Esse tipo de definição é comum nos escritos do autor argentino e mistura as determinações do que é o real e o que é o possível, virtual, desejado, utópico.

Sob a perspectiva da economia do capital, o conjunto da economia é visto como elemento institucionalizado por um único princípio de mercado, do qual participam indivíduos utilitaristas e calculistas. Nele, a capacidade de competir e ganhar dá acesso desde a riqueza, até o potencial de autodesenvolvimento, e sua orientação geral baliza-se conforme a lógica da acumulação de capital. Já sob a ótica da economia do trabalho, o conjunto da economia é concebido a partir da constituição de um sistema que combina cinco princípios de integração social: a) autarquia da unidade doméstica; b) reciprocidade intra e intercomunidades; c) redistribuição nos diversos níveis da sociedade; d) intercâmbio em mercados regulados ou livres; e) planejamento da complexidade (em particular, dos efeitos não-intencionais das ações particulares), orientada solidariamente pela lógica da reprodução ampliada das capacidades de todas as pessoas e da qualidade da vida em sociedade. ¶ Para a economia do capital, o crescimento quantitativo da massa de mercadorias representa um critério definitivo de eficiência da economia, enquanto, para a economia do trabalho, o que prevalece é a qualidade da vida, a realização efetiva do potencial das pessoas interligadas por relações

de solidariedade, com justiça e paz. Embora possam ser dotados de significado pelas sociedades, os recursos mobilizados são entendidos como um meio e não um fim, e o manejo estratégico das relações interpessoais deve ser minimizado, dando lugar a processos de mútuo reconhecimento, negociação e acordos entre pares. Segundo a economia do trabalho, a questão social não reside na busca pela recuperação do pleno emprego (sob a direção do capital), para que todos possam ter renda e consumir o que a cultura do sistema capitalista decida produzir. Essa questão implica reconhecer, recuperar, potencializar, inventar e desenvolver outras formas de motivação e coordenação das atividades humanas, para que se alcancem outros produtos e resultados desejáveis e para que se possa desfrutar plenamente a vida cotidiana, a qual também inclui trabalho como experiência de deleite e fraternidade. (Coraggio, 2009, p. 122-123)

Dito de outra forma – e ressaltando que esse é o *nosso* entendimento sobre as suas diversas e por vezes contraditórias iniciativas de descrever o problema – o diagnóstico sobre a realidade mista da economia real deve ser visto como um certo produto imediato de uma teoria que, mediante a crítica das reduções da economia real a uma “economia do capital”, coloca uma “economia centrada no trabalho” em perspectiva como um horizonte utópico-concreto. A teoria (crítica) que coloca essa possibilidade utópico-concreta da “economia do trabalho” em perspectiva o faria em contraponto a uma ótica neoliberal que legitima a subordinação do econômico à reprodução do capital ao apagar o fato de que a reprodução social ocorre mediante a combinação de outras formas de integração econômica para além da integração mercantil – ainda que esta seja, sim, uma economia sob a dominância do capital.

Apresento um quadro-resumo da diferença entre as duas perspectivas essenciais sobre o econômico, conforme o que é exposto nas obras de Coraggio. Há, a nosso ver, uma simplificação um pouco grosseira acerca da “ótica do capital”, que não ajuda no argumento, ainda que não seja exatamente uma definição equivocada. De todo modo, o contraponto torna mais nítida a perspectiva do autor acerca do que o “campo da economia social” deveria trazer como diagnóstico à crítica da economia política contemporânea:

Figura 7: Quadro-resumo sobre as duas perspectivas para o econômico segundo Coraggio

	Perspectiva da economia do capital	Perspectiva da economia do trabalho
Macro	Economia do capital	Economia mista com dominância capitalista
Meso	-	Economia empresarial
		Economia pública
		Economia popular
Unidade básica	Empresa	Empresa
		Unidade administrativa
		Unidade doméstica
Formas de integração	Troca mercantil/intercâmbio	Troca mercantil/intercâmbio
		Redistribuição
		Planejamento participativo
		Domesticidade
		Reciprocidade
Racionalidades	Acumulação de capital privado	Acumulação de capital privado
		Necessidades sistêmicas - bem comum, governabilidade, legitimação
		Reprodução ampliada da vida
Utopia	Economia de mercado autorregulado	Economia do trabalho

Fonte: elaboração do autor a partir de Coraggio (2009, 2010, 2011)

Tendo como o foco, a princípio e por princípio, aquilo que é o “realmente existente” – e que, a nosso ver, é o que garante que, no frígir dos ovos, a sua perspectiva sobre as atividades da economia social seja preferível àquela desenvolvida pelo “campo da economia solidária” – cabe então detalharmos ainda um pouco mais a tese do autor para uma “economia plural”. Merece o destaque, sem dúvidas, aquele que permanece sendo o aspecto mais inovador e articulador fundamental da sua construção teórica que é a sua delimitação da “economia popular”. Apesar da originalidade, é importante lembrar que a perspectiva do problema trazida por Coraggio não é a única – embora, a nosso ver, não restem dúvidas de que as hipóteses de Coraggio para o tema

tem sido mais influentes, sobretudo em virtude desse diálogo com o campo da economia social. Numa revisão sistemática sobre as perspectivas em torno do conceito, Icaza & Tiriba (2009) destacam para além de Coraggio os nomes de Luis Razeto – que toma como unidade de análise as “organizações econômicas populares” e sugere uma “economia popular de solidariedade” –, Larrachea & Nyssens – que trazem uma visão mais ortodoxa polanyiana e associam a economia popular como um conjunto de atividades de reciprocidade que tensionam as lógicas estatais e mercantis – e de Aníbal Quijano – que também enfatiza a função da reciprocidade na economia popular, numa matriz marxiana/marxista. As autoras enfatizam a noção de “reprodução ampliada da vida” como a principal peculiaridade da visão de Coraggio e resumem uma ideia geral da economia popular como “o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com o objetivo de assegurarem a reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis” (Icaza & Tiriba, 2009, p. 150).

Observa-se que os elementos destacados nos demais autores – as organizações econômicas populares, a economia popular de solidariedade, a reciprocidade, Polanyi e marxismo – estão presentes na definição de Coraggio, e tem alguma relação estabelecida com a sua hipótese para “reprodução ampliada da vida”. Além disso, a literatura costuma sempre ressaltar também a economia popular como uma construção marcada por corresponder ao que se entende por classe(s) trabalhadora(s). Na delimitação do economista social argentino, dá-se um processo histórico em que “el mercado fragmenta a la clase trabajadora en tres segmentos: “a) los que trabajan en relaciones de dependencia, que tienen un trabajo asalariado (formal o informal), b) los que trabajan de manera autónoma, autogestionada (individual, familiar o asociada), c) los que quedan excluidos, desempleados o que nunca tuvieron un trabajo” (Coraggio, 2018). De tal maneira que não é correto tomarmos as unidades domésticas já dadas como uma inexorável força de trabalho, os partícipes da economia popular passam por um processo de proletarização. E, não apenas isso, a observação desse fato nos leva a notar que a transformação da capacidade laboral em uma medida de trabalho abstrato assalariado e em “capital variável” não é um processo que, por princípio, absorve toda a capacidade laboral e nem

consegue oferecer todos os elementos necessários para o atendimento das suas necessidades via mercado. As unidades domésticas seriam, assim, “um grupo de indivíduos vinculados que são solidária e cotidianamente responsáveis pela obtenção e distribuição das condições materiais necessárias para a reprodução imediata de todos”³⁵ e o fazem mediante o “somatório” de capacidades de trabalho – o seu “fundo de trabalho” que é caracterizado por trabalhos mercantis e de reprodução propriamente dita. O que, conforme destacado por Dieguez (2009), em termos de categorias mais tradicionais de crítica da economia política, equivaleria simplesmente ao conjunto de vendedores eventuais da mercadoria força de trabalho – com ênfase, agora, na eventualidade.

Cito definição de Diéguez (2009) para o “Dicionário”, que destaca que “sob a ótica da produção de mercadorias poderíamos entender essa economia como o equivalente a um processo industrioso de produção/reprodução da mercadoria “força de trabalho”.

Na economia popular e sua unidade microssocial, a unidade doméstica (UD) (Coraggio, 2004), incluem-se o trabalho assalariado, o trabalho doméstico, outros trabalhos que gerem valores de uso, mas não valores de troca, os empreendimentos produtivos não-orientados pelo lucro, mediante diferentes formas associativas, e as atividades envolvidas na “pequena produção de mercadorias” (produtores por conta própria que colocam sua produção no mercado). Sob a ótica da “produção de mercadorias”, neste subsistema “produz-se” a mercadoria “força de trabalho”. Na realidade, o que a UD produz/reproduz é a capacidade que homens e mulheres têm de trabalhar, independente de essa capacidade ser vendida como mercadoria ou utilizada em outras atividades. Essencialmente, a produção/reprodução da força de trabalho é uma atividade coletiva na qual confluem o trabalho (gasto de cérebro e músculo humanos) de todos os integrantes da UD. Essa convergência ocorre tanto na concepção restringida da UD – a família nuclear –, como em sua concepção ampliada, relacionada aos vínculos e entrelaçamentos da unidade familiar com o seu entorno ou com a família “ampliada”, isso é, a confluência de várias “unidades de famílias nucleares” vinculadas por laços de parentesco, vizinhança ou outros. (Diéguez, 2009)

³⁵ Cada UD es un grupo de individuos, vinculados de manera sostenida, que son – de hecho o de derecho– solidaria y cotidianamente responsables de la obtención (mediante su trabajo presente o mediante transferencias o donaciones de bienes, servicios o dinero) y distribución de las condiciones materiales necesarias para la reproducción inmediata de todos sus miembros. Una UD puede abarcar o articular uno o más hogares (entendiendo por “hogar” el grupo que comparte y utiliza en común un presupuesto para la alimentación, la vivienda y otros gastos básicos), co-residentes o no, basados en la familia o no, y participar en una o más redes contingentes comunitarias (de reciprocidad) o públicas (de redistribución social) presentes en la sociedad local. (Coraggio, 2011, p. 100, nota 29)

Figura 8: O “fundo de trabalho” da Unidade doméstica para Coraggio

Usos del Fondo de Trabajo

Trabajo mercantil	Trabajo por cuenta propia individual o colectivo (familiar o asociativo)	Emprendimiento mercantil, productor de bienes y servicios para su comercialización en el mercado
	Trabajo asalariado	En el sector público, empresas capitalistas, u otras unidades domésticas
Trabajo de reproducción propiamente dicho	Trabajo de producción de bienes y servicios para el autoconsumo de la unidad doméstica	
	Trabajo de producción de bienes y servicios para el consumo solidario	
	Trabajo de formación y capacitación (reproducción de la capacidad transgeneracional de trabajo de la unidad doméstica)	

Fonte: Coraggio (2010)

Por óbvio, o que chama maior atenção nessa iniciativa de traduzir a totalidade econômica “mista” com “níveis mesoeconômicos” é essa definição muito peculiar para o conjunto de atividades econômicas que não se comportam exatamente nem como coisa pública e nem como coisa empresarial-privada como sendo constitutivas de uma “economia popular” formada por “unidades domésticas”. Mas, o que seria, também em maiores detalhes, o restante dessa economia mista? Ora... Apesar do mais ou menos justo reclame trazido na análise de Barbosa (2018) acerca do abandono da categoria economia popular, os esforços de pesquisa de Coraggio que, ao longo dos anos, o levam a sintetizar a sua discussão como a defesa de uma perspectiva sobre a economia urbana moderna como “sistema misto” via de regra são referidos ao problema de conceber o que se passa nas “unidades domésticas” e na “economia popular”. De tal modo que, nos parece menos difícil encontrar em sua obra conceituações e formulações de hipóteses para o cotidiano de reprodução social popular do que encontrar em sua obra descrições detalhadas e mais explícitas sobre os outros dois subsistemas que interagem com essa economia

popular. Contudo, na tentativa de debater esse aspecto peculiar – e, de certa forma, latino-americano – da questão da maneira mais rigorosa possível é importante não abstrairmos as definições e pressuposições do autor para o *modus operandi* dos subsistemas de economia empresarial e economia pública que conformam o sistema econômico – mesmo tendo poucos elementos bibliográficos para traduzir a interpretação do autor sobre a economia não-popular.

A partir de Coraggio (2009, 2011), o que podemos especular sobre a relação dos subsistemas é que, de modo mais ou menos explícito, o autor atribui à hegemonia social da “economia do capital” a conformação de uma certa situação em que as empresas compram e vendem bens e serviços para sustentar seus lucros financeiros e têm como fator autorregulador a competição que estabelecem entre si pela capacidade (financeira e orçamentária) de consumo de indivíduos, famílias – e em última instância das unidades administrativas. Mas ainda que reguladas pelo mecanismo da competitividade, as empresas e a mesoeconomia empresarial-privada conseguem sistematicamente reter patrimônio suficiente para comprar a capacidade laboral das unidades domésticas e viabilizar a oferta de bens e serviços para a venda num mecanismo de mercado. Ao passo que, também em decorrência da hegemonia social da relação de capital, as unidades domésticas competem entre si pelo consumo dos bens e serviços disponibilizados pelo mecanismo de mercado sendo sistematicamente talhadas de reter patrimônio, instrumentos e meios de produção suficientes para satisfazer a sua demanda por bens e serviços mediante uma autogestão da própria capacidade de trabalho, interna à cada unidade doméstica particular ou decorrente de uma divisão de trabalho em cooperação e em associação às outras unidades domésticas. Assim, graças ao fato de estarmos “no âmbito das sociedades capitalistas realmente existentes” (Coraggio, 2009) o somatório das forças em interação mesoeconômica faz com que um sistema de economia mista emerja a nível macroeconômico retroalimentando uma situação de relações assimetricamente estabelecidas entre o conjunto de empresas e o conjunto de unidades domésticas – ou seja, ao nível meso e microeconômico.

Na medida em que a economia popular é diagnosticada como subsistema que mira prioritariamente para a “reprodução da vida” e a economia empresarial é tida como subsistema

que mira prioritariamente para uma “acumulação de capital privado”, Coraggio (2011) sugere, então, a existência de um certo impulso de “autogoverno” em ambas, o que acaba repercutindo em disputas pela coisa pública, num embate político travado na arena pública e em iniciativas de instituição de mecanismos de governança, planejamento e administração em nome do interesse de reprodução global da sociedade. Vale notar, assim, o conceito de “público” que está implícito aos diagnósticos de Coraggio como um certo princípio institucional que cristaliza um conjunto de agências sociais cujo objetivo prioritário é o de “reproduzir o sistema” no que tange à economia e demais esferas da vida. E que, pelo fato de deter o monopólio da força e ser um lócus de arbitragem normativa da sociedade, acaba sendo interpretado como uma espécie de mediador das relações produtivas e reprodutivas diretamente estabelecidas entre os “populares” – detentores biológicos da capacidade laboral – e as “empresas” – detentoras de direitos de propriedade privada sobre os meios e instrumentos necessários à realização do trabalho social. O que, a nosso ver, se desdobra na explicação sobre a economia pública como uma espécie de conjunto de atividades econômicas que é esvaziado de racionalidade econômica própria, em que se passam processos econômicos que são determinados de modo extraeconômico e que se remetem a iniciativas indiretas para orientar o sistema geral da economia para um lado ou para o outro. Ou seja, a economia pública acaba sendo, assim, conceituada como processo instituinte derivado de uma racionalidade econômica totalmente “reativa” aos conflitos de interesses que emergem do embate dos outros dois subsistemas da economia empresarial e popular/doméstica.

Cito descrição de Coraggio (2009) sobre a interação entre os subsistemas:

No âmbito das sociedades capitalistas realmente existentes, do mesmo modo que a empresa de capital constitui a forma elementar de organização microeconômica para o acúmulo de capital, a unidade doméstica (UD) materializa a forma elementar de organização microsocioeconômica própria do trabalho e sua reprodução. As UD's podem estender sua lógica particular por meio de associações, comunidades organizadas e redes formais ou informais de diversos tipos, consolidando organizações socioeconômicas que visem melhorar as condições da reprodução da vida dos seus membros. Em seu conjunto, as UD's conformam o que chamamos economia popular (Coraggio, 1999) e estabelecem relações de intercâmbio, dentro de uma economia mista sob a hegemonia do capital, com o subsistema de empresas de capital e com o subsistema de organismos do Estado. ¶ [...] Ambas as formas de organização econômica – a do capital e a popular – podem desenvolver mesossistemas e auto-regulação, planejamento estratégico ou representação dos seus interesses. Ademais, ambas se vinculam – geralmente com contradições – à economia pública, suas políticas, seus

espaços de concertamento e suas organizações político-administrativas, conformando, entre os três subsistemas, uma economia mista. Essa é a base material de um sistema em que predomina o capitalismo, dando lugar a uma luta contra-hegemônica ou de resistência em múltiplos espaços contraditoriamente institucionalizados sob a égide do capital. ¶ No seu afã de acumular, apelando a uma racionalidade instrumental totalizante, as empresas de capital consideram recursos ou obstáculos todos os elementos dos contextos social, político, ecológico ou simbólico, entre outros, e digladiam-se por possuí-los ou eliminá-los, à medida que seu projeto para obter lucros o requeira e seu poder para dispor deles o permita. Na esfera mesoeconômica, não obstante, esse poder encontra-se limitado pela concorrência e, na esfera de sistema, por forças tidas como “extra-econômicas”, sejam elas relativas à sociedade ou ao meio ambiente. (Coraggio, 2009, p. 124)

Apesar de cada unidade doméstica particular projetar socialmente um impulso ao autogoverno a partir da sua lógica econômica própria de “reproduzir a vida de modo ampliado”, em função desse sistema misto ser em geral e institucionalmente orientado à garantia da reprodução ampliada do capital – ou seja, favorecendo, assim a institucionalização do autogoverno que é projetado pelas empresas em competição – a economia popular também acaba se institucionalizando como um processo econômico eminentemente “reativo e adaptativo” (Coraggio, 2009). O que nos leva concluir que, quando refletida com um pouco mais de contextualizações, a lógica de “reprodução ampliada da vida” surge como algo um pouco mais contraditório do que aquilo que as definições esquemáticas do autor dão a entender, tratando-se muito mais – no caso da “economia popular realmente existente” – de uma espécie de “reprodução ampliada e subordinada da vida”. Contudo, essa subordinação da vida não se dá sem resistências, havendo quatro elementos da “cultura capitalista” que, na visão de Coraggio, entram numa contradição sistemática com a reprodução da vida e que dão ideia de como esse sistema reativo poderia vir a se tornar mais ativo na contraposição à dominância capitalista: a) “la búsqueda individual de la máxima satisfacción –por medio de la posesión y consumo ilimitado de mercancías y la minimización de esfuerzos penosos–” b) “la búsqueda individual del máximo ingreso, también ilimitado” e c) “la búsqueda de lucro mediante la explotación del trabajo ajeno y la acumulación”; d) las prácticas de competencia destructiva del otro, sin límites morales, que actúa como fuerza disciplinadora de los actores económicos que no se comporten de acuerdo a los valores capitalistas (p. 288)

A observação desses tensionamentos com a “cultura capitalista” e a “hegemonia” da relação de capital, nos levam, então, por fim, a completar a caracterização desta tese sobre uma “economia mista” projetando um horizonte de superação da inversão fetichista entre o homem e os produtos do trabalho como algo que deverá ser, eminentemente, mediado pelas práticas da *economia social*. O lugar das práticas que foram percebidas no debate brasileiro como uma “forma social de produção solidária” seria o da “prática de construção socialmente consciente de outra economia e de outra sociedade”, isto é, a “*economia social* pode ser analisada como transição da *economia mista* a uma *economia do trabalho*” (Coraggio, 2009). Mas, contudo, não se trata simplesmente de uma projeção de um tipo ideal da forma que deve superar o capitalismo explicada a partir, apenas, do fato de que o emprego formal é a nova utopia – algo que, ao menos no contexto do subdesenvolvimento, se tornou óbvio ao pensamento crítico – mas de sugerir a generalização de uma prática concreta, assentada no diagnóstico de que haveria uma solidariedade forçada intra-unidades domésticas e, eventualmente, inter-unidades domésticas. Nesse sentido, “a economia popular representa o ponto de partida socioeconômico das práticas de economia social orientadas à institucionalização de uma economia do trabalho” (Coraggio, 2009) justamente porque, graças ao avanço indiscriminado do trabalho abstrato e da mercantilização de todos os aspectos da vida no atual estágio do capitalismo tardio, essa solidariedade forçada se conectaria a uma contradição, a princípio, irremediável entre as lógicas de reproduzir a vida e a lógica de reprodução ampliada do capital. Algo que não se coloca apenas no nível dos valores, mas do movimento necessário da reprodução social da economia mista.

O que fundamentalmente faz com que o argumento de Coraggio seja potente para justificar a materialidade da institucionalização de uma economia social (e solidária) pensada como algo que devém dessa microeconomia doméstica proletarizada é a sua sugestão e também de outros autores – Quijano, Harvey, Laville, etc. – é a conclusão de que uma certa “lógica” de *reciprocidade* emerge, como movimento necessário de sustentação do avanço do trabalho abstrato no período histórico em que o modo de produção baseado no valor transita para um regime de acumulação flexível. Um diagnóstico que se dissemina no âmbito latino-americano – como bem observa Rubbo (2019) – não tanto como fruto da redescoberta europeia da

antropologia econômica, mas sobretudo de estudos empenhados por Quijano que, desde a década de 70, já traziam uma imagem do cotidiano de reprodução social popular no “pólo marginal urbano” como algo decorrente de uma modernização que não subsumiu completamente práticas ancestrais indígenas e que criou um contexto social em que “o mercado existe em vinculação com a reciprocidade”³⁶. Para Quijano (2002) “Lo que caracteriza la *economía popular* es que las relaciones de trabajo y de distribución de recursos y del producto se organizan, en lo fundamental, en torno de la reciprocidad y la vida social, las prácticas sociales y la comunidad”, sendo esse o que marca a diferença fundamental entre a abordagem da economia popular e certo idealismo sobre cooperativismos e economia solidária, porque concebida dessa forma “es la materialidad misma de las relaciones sociales la que requiere, obliga si se prefiere, la solidaridad” (p. 380). Diante de hipóteses tais como essa, percebe-se que a própria dinâmica de modernização e desenvolvimento subordinado à valorização do valor proporcionaria as condições objetivas para uma reprodução social que se assenta em relações de reciprocidade ou coisa parecida. E se há sentido em afirmar, desde uma posição materialista e crítica da economia política, que “outra economia acontece” hoje para além daquela que precisa forçar as pessoas a trabalhar pelo “medo da fome e a esperança do lucro”, é por consequência dessa revisão sobre o papel da reciprocidade no atual momento de capitalismo de urbe planetária e acumulação flexível.

³⁶ Em meio às transformações econômicas, sociais e políticas na América Latina durante as décadas de 1990 e 2000, marcadas pela “onda neoliberal”, Quijano acompanhou a formação de novos sujeitos sociais e suas novas reivindicações, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil, os *piqueteros* na Argentina e os movimentos indígenas no Equador, Bolívia e México. Para o autor, tais movimentos sociais representavam modelos do “processo de nova subjetivação social”, muitos deles organizados como núcleos de produção orientados pela “reciprocidade” e por redes de produção autogeridas e de autogoverno de tipo comunal para a ocupação e a gestão de terras e de fábricas abandonadas (Quijano, 2004a, p. 148-152). ¶ Não custa recordar que Quijano talhou a noção de “reciprocidade” como uma nova forma societal ainda na década de 1970, inspirado nas tradições comunitárias do campesinato indígena e nos movimentos de ocupação urbana. Analisando a categoria no conjunto de sua obra, López Córdova (2018, p. 188) assevera que, em um primeiro momento, a definição de “reciprocidade” estava circunscrita a um aspecto econômico - “intercâmbio” e “força de trabalho”. Entretanto, em seus trabalhos posteriores, a noção foi ampliada como uma nova subjetividade que “produz sentidos ou perspectivas mentais diferentes das do capitalismo, isto é, um imaginário anticapitalista”. Em busca de “economias alternativas”, de instituições/organizações de “democracia direta”, Quijano trouxe também noções como as de “trabalho coletivo”, “solidariedade” e “comunidade”, que seriam formas de “autoridade coletiva” no âmbito das instituições comunitárias, um conjunto de “práticas sociais que reatualizam e que surgem como resultado das tendências do capital” (López Córdova, 2018, p. 201). (Rubbo, 2019)

Cito Quijano (2002) sobre as diferenças entre a economia solidária e a economia popular:

A diferencia de la economía solidaria, en la economía popular no se trata siempre, o necesaria y explícitamente, de la autoidentificación ideológica y política de sus agentes, ni de su visión revolucionaria del mundo. Incluso puede ocurrir que se trate de apuestas políticas contrarias. Lo que caracteriza la *economía popular* es que las relaciones de trabajo y de distribución de recursos y del producto se organizan, en lo fundamental, en torno de la reciprocidad y la vida social, las prácticas sociales y la comunidad. Eso no significa, por supuesto, que no esté articulada con el mercado de múltiples maneras y medidas. ¶ Lo que claramente diferencia estas vertientes de otras propuestas, es que en el caso de las cooperativas están más presentes las reglas de mercado y del salario, y la reciprocidad opera como desde fuera de las relaciones de trabajo, por una decisión consciente de los miembros o, por lo menos, de la minoría dirigente y aceptada por la mayoría. Por eso, seguramente, cuando esa consciencia no existe, o cuando se estrella contra situaciones desventajosas en la materialidad de las relaciones de trabajo y de distribución del producto, las cooperativas se desintegran o se transforman en empresas convencionales para reproducirse y crecer. En cambio, en el heterogéneo universo de las llamadas <<organizaciones económicas populares>>, en muchas ciudades latinoamericanas, es la materialidad misma de las relaciones sociales la que requiere, obliga si se prefiere, la solidaridad. En otros términos, es el hecho que la reciprocidad sea la naturaleza misma de las relaciones sociales lo que entraña la práctica de la solidaridad, incluso quizá al margen, si no necesariamente en contra, de la conciencia política y de la ética social formal de los miembros. (Quijano, 2002, p. 380)

O conjunto de ideias implicadas no diagnóstico da economia mista se propõe a ser um lugar sustentado para que as práticas de “reciprocidade democrática” da economia (social) solidária sejam pensadas como questões iminentes à estrutura de uma economia regida pelo trabalho abstrato, trazendo assim um caminho para pensarmos alternativas diante de dinâmicas dependentes de industrialização e urbanização tais como a brasileira sem precisar recorrer exatamente a um “tipo ideal”. O recurso às teses polanyianas faz com que o autor argentino traga uma nova roupagem ao diagnóstico da reciprocidade no cotidiano popular que, na mesma medida em que o endossa como fato empírico, acaba levando a conclusão sobre a realidade plural da economia ao encontro da questão da dominância ou hegemonia da relação de *capital*. Devemos notar, então, esse modo inovador de caracterizar a reprodução social “popular” para além das aporias do binômio formal/informal como algo que se coloca na trincheira de um interessante, frutífero e ainda pouco conclusivo debate sobre os alinhamentos teórico-metodológicos possíveis entre a análise substantiva de Polanyi sobre a “economia de mercado” e a apresentação categorial de Marx para o “modo de produção capitalista” ou “modo

de produção baseado no valor”. Duas perspectivas sobre a economia moderna que possuem uma óbvia associação político-normativa devido ao fato de condenarem o avanço desimpedido e socialmente desregulado da mercantilização da reprodução social, mas que observam o fato econômico sob epistemologias diferentes e não necessariamente compatíveis entre si. Mas, ainda que com possíveis desenlaces epistemológicos entre Polanyi e a crítica da economia política, ao que nos parece, o reconhecimento da não-ubiquidade da mercantilização nas relações econômicas mediante a sua hipótese de “outras formas de integração” sustentaria uma percepção não fetichista do âmbito ou “esfera” doméstica e “popular” das práticas econômicas que opera como um terceiro excluído de relações híbridas entre sociedade civil [burguesa] e Estado. E pavimentam um caminho para uma nova forma de sociedade na medida em que concebe a “mesoeconomia” popular como ponto de partida e as práticas de economia social e solidária como veículo de transição social para uma “economia centrada no trabalho” – desde que, evidentemente, seja esta uma concepção de trabalho como trabalho não-abstrato, exercido em função da reprodução ampliada da vida, expresso num espaço diferencial, comandado pela sua capacidade de delimitar valores de uso e controlado socialmente por mecanismos de reciprocidade democrática³⁷.

Devemos depreender da sua reflexão sobre esse caminho consciente para a “outra economia”, também, o fato de ele não abstrair a necessidade da construção de um mecanismo no nível macrossistêmico que faça o sistema pender para além de uma lógica de “acumulação de capital privado”. Uma reorientação do sistema de economia, como um todo, para além da “dominância” pela relação de capital, que seja capaz de incrustar ou enraizar a economia em novas, velhas ou mesmo “ancestrais” relações de reciprocidade essenciais a formas de produzir e reproduzir a vida material exercendo trabalhos autogeridos, cooperativos, mutualistas e solidários. Ora... É preciso sempre enfatizar que “aunque en lo interno las unidades domésticas

³⁷ A nosso ver, o termo “economia do trabalho” não é muito feliz para designar esse horizonte utópico, mesmo que nos pareça que aquilo que o autor entende por trabalho aqui é um “outro trabalho”. A bem da verdade, há também alguns resquícios em sua tese de um certo marxismo defensor do conceito ontológico e transhistórico do trabalho, mas não vemos necessidade de considerar que esse seja o tom geral da proposta. A proposta de Hinkelammert (2009) de uma “economia para a vida”, que é também discutida por Coraggio e que o influencia em grande medida, talvez, fosse mais interessante para traduzir as suas hipóteses. Além de tudo, o termo também possui o problema de ser homônimo a um outro campo de estudos na economia ortodoxa: a “*labor economics*”.

de los trabajadores (populares) se organizan por la reciprocidad (don/contradon simétrico) y se orientan por la reproducción de la vida de todos sus miembros, la solidaridad no es el comportamiento social propio ni siquiera predominante entre las unidades domésticas o entre las comunidades de la economía popular realmente existente” (Coraggio, 2011, p. 297). A colocação de uma antitética “economia do trabalho” no horizonte exige, assim, para cada contexto histórico específico, o desenvolvimento de uma construção intencional de mecanismos democráticos universalizantes – ou uma organização social baseada na relação de “reciprocidade democrática”, como sugere Laville – que tenha em vista corrigir a assimetria que integra os subsistemas da economia na organização social capitalista que subordina sistematicamente o autogoverno daqueles que almejam a “reprodução ampliada da vida” ao autogoverno da “reprodução ampliada do capital”.

Cito o destaque de Coraggio (2009) para a função pensada para a economia pública no esquema de uma transição para outra economia. Citando Hinkelammert, o autor ressalta que “No paradigma tecnológico do início do século XXI [...] o confronto com o grande capital pela reprodução da vida é iniludível” e vê “o princípio do bem comum colocando-se como barreira às dimensões predatórias da globalização”:

[...] considera-se a possibilidade de desenvolver-se uma economia centrada no trabalho para satisfazer as necessidades legítimas de todos, articulada e coordenada com um alto grau de reflexividade crítica e mediada não só por um mercado regulado, mas também por diversas relações diretas de solidariedade. [...] ¶ [...] ¶ Sob esses parâmetros, poderá haver, na esfera pública, um confronto entre as lógicas da economia do trabalho e da economia do capital. Caberá aí a possibilidade de alianças entre as múltiplas formas mencionadas de organização dos trabalhadores, com certas frações do pequeno capital e do médio capital organizadas como sistemas produtivos encadeados ou como conjuntos territoriais. O desenvolvimento local pleno pode cumprir a função de favorecer a visibilidade dos interesses particulares e o surgimento de possíveis alianças sob a hegemonia do princípio da reprodução ampliada. No paradigma tecnológico do início do século XXI, baseado na informação e conhecimento alienados da massa de trabalhadores, assim como na superexploração do trabalho e na expropriação da natureza, o confronto com o grande capital pela reprodução da vida é iniludível, o princípio do bem comum colocando-se como barreira às dimensões predatórias da globalização (Hinkelammert, 2003). [...] ¶ A economia popular realmente existente e uma economia pública em tensão por um projeto democratizante podem conformar a base de um sistema de economia do trabalho capaz de representar e fortalecer de maneira eficaz os projetos de qualidade de vida em uma sociedade mais igualitária, mais justa e autodeterminada. Essa premissa supõe um horizonte estratégico que visa transcender a escala microsocial, os empreendimentos ou microrredes solidárias para a

sobrevivência, assumindo o projeto de chegar a um consenso democrático acerca de outra definição de riqueza, de natureza (Coraggio, 2009, p. 126-127)

Para que “reciprocidade democrática” e a solidariedade popular/doméstica triunfem no seu ímpeto de negar a hegemonia do sistema o encaminhando para ser outra coisa não bastaria, assim, o reconhecimento da integração pela reciprocidade como parte do cotidiano de reprodução social que é subsumida na reprodução ampliada do capital e que é capaz de negá-la – ainda que esse seja, com certeza, o aspecto-chave para situarmos a economia social na negatividade da relação de capital e, portanto, do fato social do valor. O diagnóstico seria, sobretudo, um passo desalienante que é fundamental para que a construção proativa e incisiva de novas estruturas institucionais de apoio tenham a capacidade real de estimular a exteriorização dessas práticas de reciprocidade para manutenção da subsistência que hoje são internas, microescalares e reativas aos avanços da biopolítica neoliberal e da subordinação “reprodução ampliada da vida” ao “moinho satânico” do Mercado autorregulado. Agenda política que se configura em torno da outra economia implicaria, assim, em ativos sociais amplos que exigem tanto uma ação redistributiva mediada pelo Estado quanto ações diretas para que a simetria/reciprocidade que é interna à cada unidade doméstica seja extrapolada ao conjunto da economia popular como um todo e, por conseguinte, ao sistema econômico misto como um todo. A construção de uma “economia popular solidária” deveria ser pensada, dessa forma, como uma estratégia imediata de disputa da esfera pública e da generalização consciente das práticas de reciprocidade internas ao conjunto das unidades domésticas como forma de incrustar a economia num novo fato social total.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresento nesta seção considerações finais sobre qual caminho a teoria crítica urbana poderia tomar para pensar a relação entre os debates sobre a problemática urbana brasileira com o desenvolvimento teórico-conceitual, empírico e político da “economia popular solidária”. Num primeiro momento, faço uma breve retomada da revisão da literatura para o tema, destacando a visão da “economia social” latino-americana. E em seguida apresento algumas conclusões e especulações para trabalhos futuros acerca das contribuições que esta compreensão sobre uma “Outra economia” pode agregar ao pensamento crítico sobre o urbano brasileiro.

6.1. Sobre a ideia de “economia popular solidária”

Conforme pudemos notar ao longo da discussão desenvolvida no texto, devemos pensar a expressão “economia solidária” como algo que está para além de sua face de sistema de políticas públicas focalizadas que se tornou mais conhecida no Brasil, nos remetendo em um só tempo a) uma teoria social/econômica; b) um movimento social e; c) uma política pública (Bertucci, 2010). E nota-se que, nessa sua dimensão tríplice, o conceito aponta para uma conclusão interessante de que o enfrentamento real à crise do mundo do trabalho e à falta de emprego formal não passaria por uma promoção da “empregabilidade” das pessoas que não estão inseridas na cidade “formal” e nem por outros tipos de tentativas de universalizar as relações de assalariamento para a população “marginal”, mas sim pela construção ativa de uma reprodução social alternativa àquela que se dá na economia capitalista, de uma “outra economia [...] regida pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão, enfim, da emancipação social” que “não se reduzem a boas intenções, mas constituem realizações concretas, viáveis e, sobretudo, em expansão no mundo inteiro” (CATTANI; LAVILLE; GAIGER; HESPANHA, 2009, p. 07).

Percebe-se que há um muito bem delimitado “campo da economia solidária” sendo construído no Brasil desde a segunda metade da década de 90, que aponta sistematicamente para

a experiência dos chamados “empreendimentos econômicos solidários” (Gaiger, 2003; 2009) como sendo a expressão “típica-ideal” de uma “forma social de produção solidária” que seria a forma embrionária dessa “outra economia”. Essa “forma social de produção solidária” – que é tratada por autores como Singer (2002) até mesmo sob o status de um outro “modo de produção” que já acontece cotidianamente – seria, em essência, algo que realmente se diferencia do processo de produção de mercadorias que é típico do modo de produção baseado no valor. Em relação ao problema de transformar essa experiência numa experiência de caráter universalizado que supera, de fato, a relação de capital e os imperativos do trabalho abstrato e do espaço abstrato, esse “campo” da economia solidária geralmente supõe que mediante um conjunto de estratégias políticas para a promoção de associativismos, mutualidades e políticas públicas no trabalho e no uso do espaço urbano que favorecem a sua dinâmica interna na competição com a economia como um todo esse todo da economia passaria, então, a seguir o caminho de um “desenvolvimento solidário” (2004). O que, em última instância, se refere a problemas de expandir e proteger o engajamento social em relação às propostas de produção, circulação e apropriação de bens e serviços que são reconhecidas como próprias aos “empreendimentos solidários”. Assim, o desafio de vencer o modo de produção baseado no valor poderia se tornar algo viável desde que haja maior engajamento social em relação aos “empreendimentos” que materializam essa “forma social de produção solidária” e que integram a base do movimento social e da política pública focalizada.

As conclusões otimistas em torno das estratégias e instrumentos do campo da economia solidária, contudo, precisam encarar o desafio imposto pelo diagnóstico de Oliveira ([1972]2003), de que o desenvolvimento da pequena produção popular, informal e dependente de um circuito inferior de economia urbana se dá de modo desigual e combinado com um processo de modernização conservadora. De acordo com a tese clássica de Oliveira, a condição de marginalidade e não-integração na economia urbana brasileira seria mais aparente do que uma realidade factual de circuito de produção não capitalista, de tal modo que o fato do cotidiano popular de reprodução social estar empenhado em certas formas arcaicas de produção é um alimento sistemático para uma inserção subordinada no moderno e no hipermoderno. Em virtude

desse desafio, o campo da economia solidária como expressão máxima dessa iniciativa altermundialista pela outra economia no Brasil recorre a um debate latino-americano que reformula a ideia de informalidade, marginalidade e mesmo circuito inferior de produção como uma *economia popular* (Razeto; 1983, 1993; Coraggio, 1994). Nesse debate sobre o tema da “economia popular” se vislumbra um caráter solidário que parece estar entranhado às chamadas “organizações econômicas populares”, certas formas de trabalho associado e não-mercantil que emergem da necessidade da sobrevivência na adversidade e são entendidas como um “pólo avançado” da economia popular.

Da reprodução popular, surgiria, assim, uma *economia popular de solidariedade* (Razeto, 1993) que materializaria a convergência de uma série de interesses sociais e “caminhos” de criar uma organização social pautada na solidariedade e, por consequência, na superação do capitalismo e de sua ética (Razeto, 1999). Na apropriação brasileira, essas organizações são equiparadas à experiência crescente dos “empreendimentos solidários” e do movimento social de economia solidária, e o entendimento do campo passa a aderir a ideia de que haveria um caráter solidário na reprodução social popular que vem se exacerbando no momento de crise do assalariamento e de explosão da “questão social”. Contudo, do ponto de vista de um materialismo crítico – tal qual o que orienta nossa perspectiva de problemática urbana – há uma dificuldade inerente ao argumento de que a superação do capitalismo e do fetichismo da mercadoria envolveriam prioritariamente uma questão de engajamento social ou de construção intencional de uma economia alternativa eticamente orientada por “princípios” solidários ou afins, posição que costuma ser sustentada nas diversas expressões dessa “outra economia” e que é especialmente trazida pelo “campo da economia solidária” desde seu surgimento. E conforme exposto de maneira mais clara no que destacamos da literatura como sendo uma “controvérsia da unidade de análise”, o campo da economia solidária insiste, de modo diferente daquilo que costuma ser trazido nas teses para a economia popular, em tomar como sua unidade básica para análises, intervenções e delimitações de ação o “tipo ideal” do empreendimento solidário. Configura-se, assim, uma apropriação parcial das teses sobre a economia popular, que dá primazia a uma outra economia que ainda não se vê (ou seja, como ela deveria ser, pautada por

ética, princípios, etc) em detrimento da outra economia que se vê de fato – popular e não necessariamente solidária, muitas vezes o oposto disso, e, segundo Coraggio, uma economia cuja dinâmica de produção e reprodução está centrada na chamada *unidade doméstica*.

Diante desse ímpeto idealista que acaba tomando o “campo” da economia solidária e gerando uma série de reforços positivos a algo que não parece exatamente partir da materialidade do mundo, sugerimos uma discussão sobre a economia popular solidária que aborde o fenômeno como parte do campo da *economia social*, debate que tem sido bastante difundido entre os europeus desde também meados da década de 90 e que é reconcebido por Coraggio, a nosso ver, de maneira mais interessante e adequada a uma crítica da economia política. A síntese que é trazida por Coraggio e pelo campo latino-americano da economia social engloba os diversos aspectos da questão e consegue colocar em perspectiva material o otimismo brasileiro em torno da “economia solidária” ou, tal como define o campo da economia social, da *economia social e solidária*. A reflexão desse outro campo para o tema, ademais, propõe uma profunda reconstrução das imagens teóricas normalmente atribuídas à reprodução popular dependente do “circuito inferior” da economia urbana e ao funcionamento global-local das economias urbanas, sugerindo um debate acerca da reprodução social no capitalismo tardio que é amparado em análises sobre a realidade das “economias populares”. A economia popular seria uma certa agregação “mesoeconômica” do conjunto de unidades domésticas que, na interação com “mesoeconomias empresariais” e “mesoeconomias públicas” de cada contexto econômico-nacional, faz emergir no nível macroeconômico sistemas nacionais de “economias mistas com dominância capitalista”. Enquanto uma parte dessa “economia mista”, a apropriação brasileira das ideias de empreendimento solidário e de organizações populares conseguem, assim, uma sustentação a partir da materialidade da própria reprodução ampliada do capital. A generalização dessa lógica solidária ao contexto geral da economia decorreria, então, de um embate entre uma “reprodução ampliada da vida” que é típica e a “reprodução ampliada do capital”, sendo ambas decorrentes do funcionamento do modo de produção baseado no valor.

Ao dar primazia à economia popular como ela é, ou seja à outra economia que de fato se vê no cotidiano da economia urbana, a economia social consegue trazer à tona um argumento coeso que, ao que nos parece responde, à questão de imaginar uma vida cotidiana popular não totalmente funcionalizada pelo trabalho abstrato mediante um raciocínio não-dualista e, ao mesmo tempo, dá sentido ao vislumbre de uma alternativa ao modo de produção baseado no valor que estaria organizada em torno da solidariedade, na cooperação, na autogestão e na radicalização democratização dos espaços político-administrativos. Graças ao pensamento que situa a “forma social de produção solidária” numa construção de solidariedade forçada e como parte de um conjunto de estratégias de sobrevivência, torna-se possível o diagnóstico material de que “outra economia acontece”. Observo, porém, que só é possível chegar a essa conclusão [otimista] mediante um determinado pressuposto sobre as condições objetivas da reprodução social no modo de produção baseado no valor:

A existência de padrões de *reciprocidade* – ou de alguma outra “forma de integração econômica” ainda não exatamente conhecida ou definida – no cotidiano de reprodução social popular [brasileiro] que conseguem predominar sobre a forma de integração econômica por “troca mercantil” que é típica das sociedades onde reina o modo de produção capitalista e cujo fato social total é o valor.

O diagnóstico da reciprocidade possui papel fundamental, para indicar que a economia de solidariedade e mesmo uma outra economia superior à capitalista estariam sendo gestadas/geminadas no próprio funcionamento do modo de produção baseado no valor. Como observa Quijano (2002) “Lo que caracteriza la *economía popular* es que las relaciones de trabajo y de distribución de recursos y del producto se organizan, en lo fundamental, en torno de la reciprocidad y la vida social, las prácticas sociales y la comunidad”. E nota-se pela leitura de Coraggio sobre a presença da reciprocidade nas unidades domésticas, para que a ideia de economia popular solidária possa ser considerada consistente faz-se valer a importante e não tão evidente presença de uma apropriação teórica de certas contribuições originais acerca do funcionamento da economia moderna trazidas por Karl Polanyi. Em especial, o seu diagnóstico

antropológico-econômico para a existência de diversas *formas de integração econômica*. O que, portanto, implica também num debate relevante a ser feito no “nível dos fundamentos” entre a compatibilidade entre as teses da perspectiva de “economia substantiva” polanyiana e a posição materialista e dialética.

6.2. A problemática urbana brasileira diante da "outra economia"

Frente a esta concepção que vê num processo de urbanização tal como o brasileiro um contexto em que uma “outra economia” permeada por laços de reciprocidade e potencialmente solidária se faz presente e operante.... De que modo deveríamos, então, abordar este tema como parte da problemática urbana brasileira? Merecem nosso destaque dois elementos que levam o debate sobre o urbano ao encontro da noção de economia popular [solidária] e que são, ao mesmo tempo, centrais à problemática urbana brasileira contemporânea – entendida como esta crítica do trabalho abstrato e do espaço abstrato mobilizada por debates sobre a vida cotidiana, a revolução urbana e a produção do espaço:

1. A necessidade de sintetizar – de uma maneira “crítica da razão dualista” – um conjunto de práticas cotidianas de exercer trabalho e usar a terra urbana em determinadas condições de reprodução social que estão colocadas para uma enorme parte da população brasileira;
2. A busca por alternativas de desenvolvimento e de urbanização no capitalismo dependente brasileiro.

Poderíamos, assim, pensar que constatar a existência urbana da “Outra economia” como fato social é algo que corresponde, de modo mais imediato, a essas duas dimensões fundamentais para o debate contemporâneo sobre a problemática urbana brasileira. Mas, em termos mais específicos, como poderíamos levar à cabo não somente uma incorporação geral do tema como também as principais consequências de suas conclusões – que de certa forma são animadoras no que tange à possibilidade da transformação social? A princípio, é importante constatar que

interpretar a época contemporânea mediante a chave-de-leitura da problemática urbana é um exercício cerceado por uma ambiguidade fundamental. Se, por um lado, a cada dia há mais consenso entre os teóricos críticos contemporâneos no que se refere ao reconhecimento de uma dinâmica de “urbanização planetária”, as expectativas de uma sociedade urbana emancipada, por outro lado, parecem vir decrescendo (ainda que oscilantes) desde o momento histórico em que Lefebvre ([1970]1999) propôs a hipótese de que havia uma “revolução urbana” em curso que poderia levar a humanidade social a superar a sua relação alienante com o trabalho social e com o espaço social. Desde o pós-guerra – e sobretudo desde meados do início da década de 70 – o processo de disseminação dos padrões de vida urbana moderna a nível mundial parece ter guiado a humanidade, de fato, em direção a uma integração social *globalizada*, ocorrência que seria esperada na hipótese lefebvriana em virtude de uma “socialização da sociedade” mediada pela urbanização de escala global-local. Mas, até o presente momento, esta socialização da sociedade não parece ter trazido consigo a tão sonhada transformação radical da organização social baseada no fetichismo e no valor. E ainda que possamos, sim, diagnosticar o momento contemporâneo como um novo momento pautado por um certo tipo de acumulação flexível (Harvey, 1992, cap. 9) em que o circuito “virtuoso” de acumulação industrial fordista está sendo deslocado em favor de toda uma sorte de questões diretamente ligadas à vida cotidiana “fora da fábrica” e à reprodução social pautada por ideais de cidadania, é algo ainda mais consensual a percepção de que o mundo globalizado caminhou a passos largos num sentido contrário ao da emancipação social “transduzida” por Lefebvre.

Frente a isso, a teoria crítica urbana normalmente aponta, então, para a conclusão de que essa urbanização em escala planetária vem se dando historicamente entrelaçada ao estabelecimento de um *neoliberalismo* global – no qual o fato social do valor não apenas ainda opera no tecido social como avança virulentamente sobre todas as esferas da vida. O que nos leva a um importante questionamento: num contexto em que a “urbanização completa da sociedade” que era “ontem virtual, hoje real” parece estar se realizando coadunada a uma agressiva biopolítica neoliberal (Foucault, [1978-1979] 2008), ainda faz sentido a problemática urbana ter em seu horizonte o advento de uma “sociedade urbana” emancipada nos termos que

foram sugeridos na elaboração pioneira de Lefebvre? A abordagem da “economia social” sustenta argumentos interessantes para concluirmos que, sim, há ainda concretude na ideia de que o processo de universalização do “tecido urbano” estaria apresentando uma opção a este mundo orientado pela lógica de um capitalismo tardio a opção para que ele se torne uma outra coisa de caráter socialista, “comum” ou, numa caracterização ainda mais geral, “pós-capitalista”.

Nossa revisão da literatura indica que o acolhimento crítico desse horizonte de “desenvolvimento popular solidário” pode levar a teoria crítica urbana brasileira contemporânea a encontrar no uso dessa categoria um interessante caminho para debater alternativas de urbanização emergindo de uma materialidade da vida cotidiana popular que, via de regra, receberia da tradição crítica brasileira o estigma da precariedade absoluta. Uma vez reconhecida a presença das relações de reciprocidade e de “outras formas de integração” ocorrendo numa economia urbana popular formada por “unidades domésticas” – que outrora seria reduzida a simples marginalidade e falta de formalização legal ou normativa – somos levados a desafiar a ideia de que o avanço da biopolítica neoliberal só produz relações de mercado. E, por conseguinte, torna-se possível restabelecer no quadro teórico a existência de condições objetivas para a realização da revolução urbana lefebvriana – que vê nesta socialização da sociedade a produção da *diferença*, de utopias concretas e de caminhos de emancipação social. Ademais, o reconhecimento do funcionamento da economia urbana como o de uma “economia mista com hegemonia capitalista” parece não só oferecer à problemática urbana um modo não-dualista de debater essa economia popular de solidariedade que levaria a sociedade urbana a transcender a dominância capitalista, como nos leva a reconceber a economia urbana e capitalista como dotada de uma grande complexidade em termos das diversas “integrações” econômicas e a relação entre o fato econômico e as demais instituições sociais.

Sob outro prisma, devemos também reconhecer como desdobramento das teses para esta “Outra economia” um interessante desafio aos discursos que normalmente debatem a importância de uma “informalidade” ou mesmo de um “circuito inferior” da economia urbana como processos absolutamente funcionalizados pela “economia formal”. Coloca-se assim uma

nova perspectiva para o debate sobre o urbano, o espaço, o “consumo coletivo” etc. que remete a um dos grandes anseios da teoria crítica urbana contemporânea: apreender a relação entre os processos econômicos globais-locais que determinam a materialidade do mundo contemporâneo e os problemas urbanos enfrentados cotidianamente por cidadãos que não têm acesso garantido ao espaço urbano “formal”.

Como bem recomenda a abordagem lefebvriana do urbano, é necessário observar que a vida cotidiana se tornou o ponto gravitacional da produção econômica e da reprodução das relações sociais de produção neste momento do desenvolvimento histórico capitalista e “neoliberal”. E é fato que trabalhar e morar na cidade, para uma imensa parte da população brasileira parece ser algo fortemente associado a uma lógica inerente a uma “economia informal”. No intento de mapear esses fluxos globais-locais levando em conta a centralidade do cotidiano autores como Roy (2005) têm sido levados, então, a postular, desde um ponto de vista pós-colonial/decolonial, que o padrão de “informalidade” deveria ser tomado como uma espécie de nova “episteme” para a pesquisa sócio-espacial. Já é praxe debatermos o cotidiano de populações residentes em favelas, periferias urbanas e outros tipos possíveis de assentamentos precários autoproduzidos como a expressão de uma “informalidade urbana” e a impressão de que esse conceito – que é importado de uma teoria econômica bastante “dualista” (Oliveira, [1972]) – produz uma abordagem conceitualmente correta é reforçada pela constatação do fato pouco questionável de que as pessoas que moram “informalmente” também costumam trabalhar “informalmente”. Esta abordagem da vida cotidiana nas cidades busca, assim, reiterar a relevância da categoria informalidade na transformação do entendimento sobre os processos de urbanização num entendimento realista – uma vez que, ao deslocarmos nosso olhar sobre o urbano de uma mera descrição para uma descrição mais universal, que contemple os estrondosos processos de urbanização no mundo “subdesenvolvido” podemos concluir que a informalidade se apresenta menos como uma exceção do que como uma norma na configuração do espaço urbano.

Mas ainda que pesquisas como as de Roy venham trazendo bons argumentos para desconstruir uma visão eurocêntrica da questão urbana a constatação de que a informalidade urbana deveria ser tomada como o comportamento padrão do processo de formação da rede urbana mundial, em vez do padrão da “cidade formal”, pode implicar, a nosso ver, numa inversão – e não numa resolução – do problema. Até nos parece possível que recursos à ideia de “informalidade” configurem análises logicamente sustentadas se o critério de análise for o da busca por formas de integração econômica da terra e do trabalho que se encontram em situação de desconformidade em relação a lei e a critérios sociais normativos. E o tipo de uso da ideia de informalidade que é defendido por Roy (2005) e que é trazido nos estudos de Ribeiro (2010), Telles (2005), Pinheiro-Machado (2010) e Nogueira (2019) parece ser bastante importante para compor este quadro de debate sobre a vida cotidiana urbana. Isso porque esses estudos buscam apresentar um certo fluxo de circulação de riqueza que é diretamente determinado por uma ambígua situação social de (i)licitude, não havendo uma correspondência muito direta entre o modo como essas práticas são reconhecidas pelo Estado de Direito e seus aparelhos de garantia da lei e da ordem e o modo como elas são fornecedoras de valores de uso sociais. Aqui, as iniciativas de apropriação da cidade desenvolvidas por pessoas em situação de vulnerabilização social parecem apontar para interessantes situações de seletividade jurídica e segregações sociais baseadas em marcadores sociais, que não são nada desprezíveis do ponto de vista de uma discussão sobre o funcionamento de uma economia.

A economia popular solidária em sua reinterpretação pelo campo da economia social nos leva a reavaliar criticamente esta abordagem do informal e a propor um novo caminho de discussão da vida cotidiana popular e sua relação com as dinâmicas globais do modo de produção baseado no valor. Torna-se possível perceber este tipo de enquadramento da vida cotidiana pela informalidade, ainda que irrelevante para o pensamento crítico, como algo que não revela sobre essas práticas “informais” mais do que o fato de que elas não seriam formais, determinando essas práticas econômicas a partir de tipos ideais de modernas relações de capital que elas (supostamente) não são e recaindo novamente numa razão dualista que supõe erroneamente que a economia – ou pelo menos algumas “subdesenvolvidas” – são conformadas

numa rígida oposição estrutural entre o moderno e o tradicional, o tecnológico e o arcaico, o capitalista e o pré-capitalista. E nota-se, assim, que a ideia canônica de informalidade, ainda que possivelmente útil para uma finalidade instrumental de desvelar como as relações capitalistas funcionalizam práticas que não tem uma explícita forma de trabalho produtor de mercadorias, acaba recusando a possibilidade de que a integração econômica das populações marginalizadas informe algo que não se saiba sobre ela, sendo assim insuficiente do ponto de vista econômico. Para uma análise economicamente orientada do urbano, é razoável concluirmos que “a informalidade não é um conceito” mas sim “um termo descritivo, portanto, pré-analítico” que revela “situações concretas da vida social” em sua imediatez (Abramo, 2007).

É neste lugar que a abordagem latino-americana da economia social para o debate sobre a economia popular como esta “outra economia” consegue se mostrar mais interessante, na necessidade de retratar o modo como o cotidiano das populações “marginais” de fato estabelece relação entre suas necessidades e suas atividades de reprodução social. A pesquisa que pretende informar fatos propriamente econômicos sobre o modo como as pessoas se reproduzem materialmente recorrendo ao fluxo entre o formal e o informal acaba não informando nada que já não se saiba sobre essa reprodução. Por sua vez, pensar esses fatos econômicos como componentes de uma “economia urbana mista”, permeados de relações substantivas de economia e incrustados em outros fatos sociais nos leva a pensar algo além da mera descrição do problema em termos daquilo que ele não é. Recorrendo à interpretação da inserção desta vida cotidiana popular na economia urbana como essa integração econômica motivada pela necessidade da reprodução ampliada da vida ou de outras “lógicas” de transformar recursos naturais mediante a capacidade laboral, é possível notar que a sobrevivência e a criação constante da vida social nas cidades envolve todo uma mobilização de trabalhos concretos e de relações territorializadas com o espaço e a natureza que não são exatamente determinados pela sua função no modo de produção baseado no valor. Haveria aí, portanto, um uso do trabalho e do espaço que é funcionalizado por um exercício de *apropriação* sobre o urbano e sobre os vários ritmos da industrialização, que se manifesta como lampejos de diferença, autonomia e autogestão.

Ademais, cabe notar também que a realização desse conjunto de expectativas emancipatórias sobre o desenvolvimento histórico como um “desenvolvimento popular e solidário” da sociedade requer, contudo, mais além das “condições objetivas”, um ativismo de caráter socialista/socializador e uma estratégia política capaz de estabelecer um mundo novo neste mundo – à revelia de sua inércia em reproduzir as relações sociais de produção capitalistas. Observando o comportamento dos atores sociais contra-hegemônicos que constroem as várias dimensões desta “economia popular solidária” ou “economia social solidária” podemos perceber alguns pontos que sugerem a emergência desta organização política capaz de induzir uma derrocada da ordem neoliberal. Este debate revela como aos insurretos de hoje, a necessidade de encarar a revolução como “tarefa” que produziu nos séculos XIX e XX eventos insurrecionais que abalaram o mundo se coloca agora sob a influência de “un nuevo imaginario anticapitalista que no se contrapone solamente al capitalismo, sino también a la propuesta de estatización de la economía como alternativa real al capitalismo” (Quijano, 2011, p. 373). Todo o ativismo em torno da “outra economia” se coloca, assim, no escopo de um conjunto de tentativas de responder à querela neoliberal – eternizada pelo discurso da primeira ministra inglesa Margaret Thatcher – de que “não há alternativas” mediante gestos socialistas que buscam demonstrar na prática que há sim alternativas. Como “sujeitos revolucionários” teriam passado, assim, “da grande noite à alternativa” (Bihar, [1991]1998), possuindo menos apreço pela promessa de um grande “evento” ou “momento” carregado de algum tipo de violência mística revolucionária e anticapitalista que edificaria, por si mesmo, a sociedade que supera o modo de produção baseado no valor. Tornando-se mais simpáticos ao procedimento de projetar os elementos estruturais de uma futura sociedade emancipada, reavivando no contexto de uma urbanização planetária uma ideia similar que remetem àquele tipo de socialismo que os comunistas Marx e Engels classificavam como utópico de construir uma “alternativa” ao capitalismo para “vencê-lo”. Diante da “outra economia”, portanto, a problemática urbana brasileira se coloca mais próxima de fazer emergir possibilidades de “urbanismo alternativo” suprimidas pela lógica sistematizadora do processo de produção do Capital – que Brenner (2010) define como uma das “tarefas” fundamentais da teoria crítica urbana.

6.3. Algumas questões para pesquisas futuras

A partir dessa análise exploratória para o tema da economia popular solidária e das observações feitas ao estado da arte desde uma perspectiva crítica do trabalho abstrato e do espaço abstrato, podemos, então, por fim – à guisa de conclusão – tecer algumas considerações de caráter mais especulativo com o objetivo de incidir no desenvolvimento das aproximações do tema com a problemática urbana brasileira e prospectar trabalhos posteriores.

6.3.1. *A economia popular entre a alterurbanização e a revitalização urbana do “mundo popular”*

Uma excelente forma de sintetizar a dupla contribuição trazida pelos debates sobre o tema da “economia popular solidária” para a problemática urbana [nova perspectiva sobre a reprodução social popular e construção de alternativa] é considerá-la, então, como horizonte não apenas da construção de uma outra economia mas também de uma *alterurbanização* (Brenner, 2012). Essa específica incorporação do tema apontaria diretamente para a ideia de que a economia popular solidária como uma realização utópico-concreta do urbano como esse “possível-impossível” que está para além de uma lógica de biopolítica neoliberal e que está dentro da realidade bruta do modo de produção baseado no valor. Essas “alter-urbanizações”, em última instância, seriam não muito mais que uma espécie de expressão urbana do engajamento geral da sociedade civil organizada em iniciativas de projeção da alternativa ao capitalismo que hoje se organizam em torno da causa pluralista e multifacetada do *altermundialismo* – movimento internacionalista que, em suma, é uma “grande rede descentralizada [...] múltipla, diversa e heterogênea, associando sindicatos operários e movimentos camponeses, ONGs e organizações indígenas, movimentos de mulheres e associações ecológicas, intelectuais e jovens ativistas” cuja dinâmica “comporta três momentos distintos mas complementares: a *negatividade da resistência, as proposições concretas, e a utopia de um outro mundo*” e que é “sem dúvida o fenômeno mais importante de resistência anti-sistêmica do início do século XX” (Lowy, 2008).

Dito de outra maneira: uma constelação de experiências não-hegemônicas configurada pelo ímpeto social de realizar aquele aspecto utópico que Lefebvre pôde “transduzir” na sua crítica do espaço e do trabalho abstrato. Porém, para nossa concepção de abordagem materialista e condizente com a (a nosso ver, ainda não superada) dialética hegeliano-marxista, parece ser exigido um grau um pouco mais alto de desconfiança sobre a conclusão de que a ação da economia solidária e outros movimentos sociais estaria de fato arquitetando um caminho de “alterurbanização” e “altermundialização”. Seja porque temos razões muito convincentes para classificar essa época de neoliberalismo global como a era mais capitalista de toda a história moderna [ou seja, pela ambiguidade que podemos notar na materialização contemporânea da “era urbana” lefebvriana] seja pelo fato mais elementar de que para a abordagem materialista dialética há sempre uma importante diferença entre a essência e a aparência dos fenômenos sociais – e, portanto, tomar nota de performances de discursos anticapitalistas não é, por si mesmo, garantia real de que em torno desses discursos esteja sendo executada uma estratégia política que efetivamente produza a superação da lógica do valor e da mercadoria³⁸.

Cabe, então, pensarmos cuidadosamente sobre o que, em termos mais específicos, viria a ser uma agenda de debate sobre a economia social e solidária como um elemento de “alterurbanização”. A nosso ver, para que a realização dessa empreitada se dê como a construção de uma perspectiva que de fato contemple a materialidade da reprodução popular, há duas exigências que podemos extrair da revisão da literatura:

³⁸ “[...] desde o início, é necessária a comunicação, coordenação e apoio recíproco inter-regional e transnacional de um movimento de apropriação que se permita intervir a partir de uma terceira e superadora posição nos conflitos sociais imanentes e nas lutas por salários, subsídios para os desempregados, assistência social etc.4 ¶ Portanto, o objetivo não deve ser um contexto “econômico alternativo” de pequenas cooperativas de produtores ou mesmo de pessoas individuais para trocar “diretamente” seu tempo de trabalho, como prescrevem as ideologias regressivas dos “círculos de troca”. Desse modo não se iria muito além da reprodução (ou simulação social paralela) dos constrangimentos da economia de mercado e todas as suas implicações. Não haveria uma superação do trabalho como forma abstrata de atividade e sim a “autogestão” reduzida a uma execução por conta própria das leis alucinadas da economia empresarial. Uma apropriação real somente pode significar que os recursos disponíveis nos correspondentes setores sejam utilizados com base no acordo direto das partes interessadas e que o resultado desse processo “expire no uso”, ao invés de reingressar no mercado como oferta. Só com essa perspectiva pode ter início uma retomada da esfera autonomizada da economia também pela introdução de um contexto social conscientemente organizado em áreas parciais.” (KURZ & TRENKLE, [1999]2019)

- a) a priorização da categoria “economia popular” em relação à categoria “economia solidária”;
- b) a análise das condições objetivas do “desenvolvimento solidário” pressuposto à economia popular realizado mediante uma empiria que se oriente por metodologias de investigação científica apropriadas ao estudo de uma possível alteridade urbana das relações econômicas.

Mas o modo como esses pontos são normalmente desenvolvidos pela literatura específica do tema possuem em si algumas insuficiências. É possível notar que a hipótese explicativa que é trazida pela agenda de pesquisa da “economia social” como justificativa da alteridade da “Outra economia”, ainda que dando sim certa primazia à economia popular, em geral desenvolve pouco a investigação empírica sobre as manifestações de outras formas de integração econômica no cotidiano popular e seus condicionantes objetivos. Parecendo razoável concluirmos que o campo acaba, então, por realizar de maneira bastante direta a conexão entre processos de apropriação do espaço social por “populares” com formas de integração econômica que se distinguem estruturalmente de uma lógica racional-mercantil, sem se preocupar muito em justificar empiricamente a existência dessas formas no cotidiano popular e nem de localizá-las num contexto específico de interação com empresas, setor público e circuitos globais de produção de mercadorias. É preciso observar, porém, que não é automática a explicação sobre como a subordinação das outras formas de integração econômica pela lógica mercantil viria a ser solapada com uma alimentação destas formas já que elas não apenas são incorporadas no processo de reprodução do Capital, mas também possuem funcionalidade nele.

Permanecem exemplares, nesse sentido, as críticas de Oliveira (1972, 2006) à aposta na autoconstrução como projeto emancipatório de política habitacional autogestionária, revelando que aquilo que muitas vezes era lido como um processo autônomo se passando numa condição de alteridade em sentido forte se tratava, em última instância, de uma contribuição para a redução do valor da força de trabalho (e do salário), ou seja, de mais uma peça (hipermoderna) do processo de acumulação do capitalismo dependente brasileiro. Ora... Não deveríamos nos

perguntar se o mesmo que parece a Oliveira ocorrer aos mutirões se aplicaria às expectativas de promover outro urbano possível mediante a promoção de espaços para o avanço dessa “outra economia” na economia urbana? Evidências trazidas por Lago (2009) demonstram um crescente imbricamento entre moradia e trabalho se dando em certos bairros periféricos metropolitanos e nos levam a reconhecer as formas de trabalho associado e cooperativo como algo que gera um maior e significativo controle sobre os tempos e os processos de exercer trabalho “sem patrão”. O que, em sua visão, sugere que o trabalho associado parece estar configurando verdadeiras esferas de “trabalho autônomo” e que, no limite, não é de fato subordinado à relação de capital. Haveria, portanto, uma clara convergência para as expectativas de que a economia popular tende a se desenvolver de modo solidário e que sua apropriação da cidade se conforma como um novo tipo de experiência “alternativa” da urbe – e portanto, uma divergência em relação à idéia de que a aposta nessas experiências se trata simplesmente de um “vício da virtude”.

Por outro lado, algumas pesquisas recentes de cunho etnológico que se debruçam sobre essa “economia social” parecem corroborar aquela linha mais cética que foi aberta pela sociologia crítica do “vício da virtude” de Oliveira. É o caso, por exemplo, das evidências etnográficas debatidas por Rizek (2011), que vê essa economia social popular se confundindo com uma gama de políticas culturais e socioassistenciais mediadas por “programas de geração de renda, com dimensões associativas, legitimadas por movimento sociais ou que se assentam nas dimensões da nova solidariedade, pipocando aqui e ali, onde o encolhimento do emprego assalariado teria deixado um aparente vazio, uma ausência relativa de relações de trabalho” (Rizek, 2011, p. 46). Ao contrário do que aparece à primeira vista, Rizek vê a proeminência de situações de opressão operando submersamente e enraizadamente nesses territórios populares produtivos “autogeridos”. De modo que, envolto a todo um ativismo pela construção do terceiro setor, do empoderamento cultural e do “social” de modo geral – ao qual podemos vincular ideias como as de política social, economia social, economia solidária, empreendedorismo social, etc. – deveríamos também enxergar certas “forças estruturantes que hoje não aparecem claramente” (p. 47) que apontam para a presença determinante de uma dinâmica que é bem mais ligada ao funcionamento de uma urbe planetária do que aparenta.

Cito o achado de Rizek (2011) sobre a instrumentalização de políticas culturais – que seriam normalmente reconhecidas em meio à causa altermundialista enquanto proposições de uma “outra economia” – para o avanço de lógicas de empreendedorismo e de novos meios para gerar a superexploração do trabalho.

Tudo indica, então, que se desenha mais uma porosidade, mais uma zona cinza desta vez entre práticas e proposições culturais e gestão social. É essa indiferenciação que se tornou o objeto de novas indagações de pesquisa. Trata-se assim da tangência entre a gestão do social e as proposições e os modos de gestão da produção cultural e artística, mais do que de uma discussão delimitada a um ou outro campo – isto é à questão da cidade configurada como questão social e/ou como um conjunto de territórios demarcados e redesenhados por programas e práticas culturais e artísticas. ¶ Assim, elabora-se aqui a sugestão de que as situações de pobreza urbana devidamente transformadas em públicos-alvo de políticas sociais e culturais apontam para um modo novo de configuração da questão e da gestão da vida e da vida urbana, na perspectiva da acomodação, do apaziguamento e da pacificação, na chave de um conjunto de processos que apontam quer para uma mitigação das formas precárias de inserção no mercado de trabalho e na cidade, quer para uma acomodação e elisão da possibilidade do conflito por meio de formação de subjetividades que são alvos de processos de racionalização e administração da vida, em arranjos que situam ora lado a lado, ora por meio de um conjunto pouco claro de imbricações dimensões de acomodação e negociação entre investimentos empresariais, práticas oriundas das organizações religiosas, elas também não raro atuando de modo empresarial, na chave da eficiência do empreendedorismo social, presente no horizonte e na vida da cidade, bem como nas práticas culturais que ancoram a visão ideologizada dos protagonismos atribuídos e/ou produzidos como atributos naturalizados dessas populações. (RIZEK, 2011, p. 130-131)

Ainda que a autora se incline para uma conclusão convergente com a de Lago de que aqueles proletários/proletárias excluídos do mundo de emprego formal que recorrem ao trabalho associado em regime de cooperativa conseguem estar mais libertos em relação às determinações da abstração do trabalho e do espaço social do que aqueles que não seguem este caminho, o contraste da experiência “solidária” com outras tentativas de inserção produtiva dos inempregáveis – ou seja, no bojo do que chamamos aqui de uma economia popular e não necessariamente solidária – revela um contexto mais amplo em que a iniciativa associativa e local apontam para cadeias globais de valor determinadas por uma “mundialização por baixo”. E aqui podemos observar, também, o alinhamento de seus achados ao que vem sendo desenvolvido por autores como Ribeiro e Pinheiro-Machado como parte de uma “antropologia da globalização”. Conforme sugere Ribeiro (2010), a configuração de novos padrões da “economia

informal” deveria ser pensado como algo que corresponde ao estabelecimento de um novo sistema-mundo e como fruto de um processo de *globalização não-hegemônica* – uma integração “por baixo” de um sistema-mundo não hegemônico, na qual se ampliam dobras e fronteiras que interconectam as cadeias globais de valor a toda uma série de atividades ilegais consideradas socialmente lícitas que acabam sendo incorporadas para estratégias de sobrevivência e como substância de novos processos de controle social³⁹. Tal como sugerido nos estudos de Rizek, a “antropologia da globalização” também vem, dessa forma, apontando para uma necessidade de contextualizarmos de modo mais consciente as relações sócio-espaciais de economia e subsistência dos populares nos termos de uma dinâmica de trajetórias globais-locais de objetos/mercadorias que oferecem cotidianamente para essas economias populares meios para a sobrevivência material e financeira.

Frente aos indicativos sobre a fronteira que essas experiências de economia popular solidária estabelecem com certas “políticas culturais” de gestão apaziguadora dos conflitos da vida urbana e com uma “globalização não-hegemônica” associada às novas cadeias globais de valor, cabe pensarmos na incorporação do tema não somente como algo que aponta para a “alterurbanização” mas também como algo que é de serventia para que certas pressões pela “valorização cultural” no capitalismo tardio abram caminho para o empresariamento total das

³⁹ É justamente o que o sistema-mundial não hegemônico é: uma composição de várias unidades localizadas em diferentes locais conectados por agentes operando na globalização popular. Esta é formada por redes que operam de maneira articulada e que, em geral, se encontram em diferentes mercados que formam os nós do sistema mundial não hegemônico. Essa articulação cria interconexões que dão um caráter sistêmico a este tipo de globalização e faz com que suas redes tenham alcance de longa distância. O sistema-mundial não-hegemônico conecta muitas unidades no mundo por meio de fluxos de informação, pessoas, mercadorias e capital. ¶ [...] o sistema mundial não hegemônico nos leva a outros raciocínios e pode ser definido de maneira análoga à minha interpretação sobre a globalização econômica não-hegemônica (Ribeiro, 2006), uma categoria similar à de sistema mundial não hegemônico, mas na qual a sistematicidade da globalização popular não é o foco da questão. Denomino este sistema de não hegemônico e não de anti-hegemônico, porque seus agentes não intencionam destruir o capitalismo global ou instalar algum tipo de alternativa radical à ordem prevaiente. É não hegemônico porque suas atividades desafiam o *establishment* econômico em todas as partes, nos níveis locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais. Consequentemente, seus agentes são retratados como uma ameaça ao *establishment* e sentem o poder das elites políticas e econômicas que querem controlá-los. São reveladoras as atitudes que os Estados e as corporações têm com relação a práticas do sistema não hegemônico. A maior parte do tempo tais atividades são tratadas como assunto de polícia, sendo objeto de ação repressiva elaborada. O sistema mundial não hegemônico é um universo enorme que envolve, sim, atividades ilegais, tais quais tráficos de pessoas e de órgãos, que precisam ser reprimidas. De toda forma, trabalhadores, como camelôs, cujo "crime" é trabalhar fora dos parâmetros definidos pelo Estado, são uma parte expressiva da globalização não hegemônica. (RIBEIRO, 2010, p. 28-29)

idades. Dessa maneira e de modo mais pessimista, poderíamos pensar também numa economia popular pseudo-solidária que parece dar um outro sentido prático aos diagnósticos sobre a presença dessa tendência à mercantilização total da cultura que precisa colocar à venda “um produto inédito, a saber, a própria cidade, que não se vende, se não fizer uma adequada política de *image making*” (Arantes, 2000, p. 17). Dito de outra maneira, considerando também o fato de que a promoção dessas iniciativas de economia social pode ser parte da construção imagética de uma urbe de economia popular “revitalizada” com a imagem da solidariedade e da sustentabilidade, o que sugeriria que essas suas figurações como esfera de construção autônoma não ultrapassam a escala do microssocial pelo fato de, na realidade, acontecerem numa reserva limitada de espaços de autonomia necessários à construção da autoimagem da cultura no pós-moderno.

Deve-se, portanto, calcular um certo risco de que a alegada diferença da forma social de produção – ainda que tomando uma forma distinta daquilo que já se conhecia no período de maior presença de fábricas e industrializações aceleradas – no fundo esteja apenas reproduzindo uma lógica de dominação que é comum à sociedade da mercadoria mas que agora está reconfigurada “culturalmente” no contexto de capitalismo tardio. Ou seja, ao tomarmos o diagnóstico de que formas tradicionais, comunitárias e “arcaicas” presentes no “mundo popular” como pressuposto de que outras formas de fazer a economia vem sendo determinadas de modo autônomo em relação aos sempre renovados processos de modernização, é preciso avaliar se não estamos promovendo uma espécie de “abordagem folclórica” dessa economia popular potencialmente solidária, deixando de ver que a reinserção de formas de produzir e reproduzir outrora disfuncionais à valorização do valor é também uma necessidade latente da reprodução ampliada do capital no capitalismo tardio para que a cidade se transforme num ativo com “valor cultural”. Se tal processo for predominante, apostar que a reprodução social em “circuitos não-hegemônicos” generalizados no Brasil nos leva a uma “economia social”, no fim das contas, não seria mais do que um momento de afirmação dos avanços do trabalho abstrato.

Percebe-se, portanto, como a simples presença de discursos de resistência ao avanço do Capital sobre os recursos naturais e sobre as relações interpessoais não é garantia de que o espaço de aparente autonomia esteja, de fato, funcionando como espaço autonomamente produzido em relação aos circuitos contemporâneos de mercantilização da vida. E como uma possível impressão errada sobre a questão tende a ser potencializada se a recomendação do protocolo de investigação na empiria do mundo for simplesmente tomar tudo aquilo que é dito pelo “outro trabalho” como a expressão do verdadeiro, sendo importante que o método para pensar as alterurbanizações não implique numa simples empatia sistemática em relação à vivência dos populares. É necessário entendermos bem como e porque esse “mundo popular” configurado como a excrescência social da interação subordinada dos povos com aquilo que – de acordo com o critério de eficiência de um modo de produção baseado na valorização do valor – é um tipo ideal de cotidiano “moderno” agora ressurgiu como uma potência produtiva, sem desconsiderar o fato de que a reprodução ampliada do capital no capitalismo tardio precisa reinventar certas formas cotidianas de produzir e reproduzir que outrora se mostraram disfuncionais à valorização do valor e reinseri-las como peças de caráter folclórico com “valor cultural”. Para pensar a economia popular no limiar da alterurbanização e da “revitalização urbana” é necessário delimitarmos constelações bastante criteriosas sobre o funcionamento do capitalismo contemporâneo, pensando as relações entre as suas dinâmicas sócio-espaciais emergentes – tais como a urbanização planetária ou a tendência à economia da cidade se dividir em “circuitos de economia urbana” – com certas fantasmagorias trazidas pelos novos e velhos aparelhos de industriiosidade cultural.

6.3.2. Uma economia da vida cotidiana traduzida mediante o uso de métodos não-quantitativos

Nosso entendimento é de que a ideia de se investigar uma “economia mista” de racionalidades econômicas em que diferentes formas/padrões de integração econômica acontecem – sobretudo, a questão mais central ao diagnóstico diferencial que é a presença da reciprocidade no cotidiano popular – tende a ser algo bastante enriquecedor para o problema de pensar a apropriação popular da economia como algo que promove essas alterurbanizações a despeito da suas reduções a algum tipo de “valor cultural”. Sobretudo porque as reflexões

trazidas pelo campo da economia social, mesmo que não avançando muito em relação ao levantamento de um conjunto de evidências mais continuado sobre a presença da forma de integração por reciprocidade no expediente de estratégias de sobrevivência popular, em última análise revelam essa economia pautada pela lógica das “unidades domésticas” como a expressão de uma cultura popular também situada numa espécie de “zona cinza” e também parece sugerir que ela seria melhor compreendida mediante a imagem de algo que tem uma função ambígua em relação ao avanço da mercantilização da vida. Poderíamos, portanto, pensar na configuração dessa agenda de pesquisa sobre a economia popular [solidária] no urbano como uma série de investigações sobre como a reciprocidade, a redistribuição, o intercâmbio mercantil e outras formas de integração possíveis pode esclarecer a vida cotidiana popular, de um modo tal que o “campo da economia social” parece ter muito a agregar no debate sobre a relação da reprodução social “popular” com a edificação de “outro urbano possível” desde uma perspectiva não-dualista e crítica do trabalho e do espaço abstrato. Mas, na ausência de uma investigação mais sistemática sobre como o recurso popular a essas outras formas de integração tem se dado é difícil identificar precisamente as relações que são estabelecidas entre a “reprodução ampliada da vida” das unidades domésticas e as demais esferas mesoeconômicas. Torna-se, assim, difícil calcularmos de maneira razoável esse risco de estar, assim, abordando a reprodução social popular de um modo “folclórico” – ou seja, de estar tomando aquilo que é expediente para novos meios de reproduzir a relação de capital como sendo parte de um horizonte de triunfo de outra economia emancipada e não-capitalista.

Nos parece imprescindível que, para a investigação de um fenômeno sócio-espacial concreto e capaz de iluminar o entendimento da realidade, haja um salto maior da especulação sobre realidades passadas ou futuras para o desenvolvimentos constelações conceituais embasadas na ambígua “economia mista sob a dominância capitalista”. E para a concepção “formal” da economia, centrada na integração pela troca mercantil, a extração de um conteúdo empírico deve, naturalmente, consistir em modelagens matemáticas derivadas de “axiomas” de comportamento econômico “racional” e testadas estatisticamente. Isto é, de forma geral, todo e qualquer ímpeto de se fazer pesquisa empírica sobre economia e relações econômicas é

identificado como uma aplicação de modelos matemáticos testados por meio de técnicas estatísticas/econométricas e pelo uso de dados que integram (ou que ao menos podem servir para simular) um sistema contábil. Porém fazer o recurso a métodos econométricos “normais” para debater essa outra economia urbana não seria propor ao diferente o tratamento que é dado ao que é o mesmo? Não implicaria num ato de reduzir (sistematicamente) a experiência que o fenômeno condensa à possibilidade de ele ser somente uma única experiência de integração econômica: a troca mercantil – e a sua subsequente racionalidade instrumental?

Uma das razões principais para o surgimento desse “gargalo empírico” nos parece ser, portanto, uma dificuldade de caráter “instrumental” imposta pelo próprio objeto de pesquisa: se é verdade que as relações econômicas populares ocorrem sob uma lógica diferente da reprodução ampliada do capital, parece adequado pensar que os métodos mais ortodoxos e econométricos para a identificação da empiria do fenômeno econômico não se aplicam à análise. Como consequência da recomendação de se olhar para as relações econômicas populares mirando a unidade doméstica bem como variantes de trabalho de reprodução não-exatamente mercantil e portador de potencial emancipatório, devemos ver a investigação da economia urbana ao modo Coraggio/Polanyi como algo que exige o desenvolvimento de um protocolo substancialmente diferente das abordagens mais ortodoxas para o fenômeno econômico. Como reconhecer nessa outra economia urbana os alegados elementos de integração por reciprocidade e redistribuição, no exercício cotidiano do trabalho e no uso e ocupação do solo urbano? Coloca-se, assim, um desafio de caráter metodológico para enxergarmos algo econômico que não se encaixa no padrão de integração pelo trabalho abstrato – mas que com ele interage e por ele até pode ser funcionalizado – que, não sendo superado, tende a fazer com que a categoria de economia popular economia não tenha elementos empíricos para avaliar com clareza os elos ou os mecanismo de interação entre esta outra economia que se vê – popular, urbana, de subsistência, etc. – e a outra economia que (ainda) não se vê – social, solidária, etc.

Pensar a economia urbana desde uma “análise institucional” polanyiana e sob a influência de uma sociologia econômica inspirada em etnografias/etnologia nos parece, portanto, algo que

delineia um caminho de se discutir empirias econômicas não-econômicas que ainda é muito pouco explorado, sendo difícil encontrar muitos precedentes em Literatura reconhecida como uma discussão econômico-científica. Ainda que, por exemplo, para pesquisas econômicas dedicadas ao nível da organização de empresas seja bastante comum o uso de estudos casos e possamos encontrar um ou outro precedente importante – como é o caso dos trabalhos de campo que originaram o próprio conceito de economia informal – métodos não-quantitativos tendem a ser recebidos sempre com desconfiança e seus resultados, via de regra, tendem a não ser validados por economistas enquanto uma pesquisa realmente empírica. Mas pesquisas como as de Rizek, Lago e Ribeiro sugerem que é mediante descrições mais densas e imersas no cotidiano popular e nos territórios populares que podemos compreender as nuances existentes na “outra economia realmente existente” entre trabalho autônomo e novas formas de sustentar a reprodução do valor de se abstraindo trabalhos concretos e recursos naturais. Nos levando a considerar o recurso a metodologias qualitativas de investigação da vida cotidiana popular como o mais interessante caminho para se concretizar uma agenda de pesquisa sobre essa possibilidade da “alterurbanização” de caráter “popular”, superando o problema de reconhecer na outra economia urbana elementos de integração por reciprocidade e redistribuição no exercício do trabalho e no uso e ocupação do solo urbano.

6.3.3. Investigar a presença das formas de integração econômica na vida cotidiana popular como momento de uma antropologia da urbe planetária

Como então promover o reconhecimento de empreitadas de investigação tais como iniciativas de pesquisa qualitativa e, sobretudo, algo proveniente de um trabalho de campo etnográfico como a expressão de evidências econômicas? Ao que nos parece, uma boa pesquisa qualitativa dedicada ao estudo das economias populares como fenômeno urbano deverá discorrer sobre como as estratégias populares de reprodução social vem se relacionando com a dinâmica de novas cadeias produtivas globais, sobretudo notando como estas se colocam frente ao avanço do chamado “sistema mundial não-hegemônico” junto à dinâmica de globalização e de urbanização planetária. Para isso, contudo, é importante que essa ideia de economia popular seja recebida tal como o uso típico que os antropólogos fazem das *categorias*, entendidas menos

como descrições de estruturas rígidas e muito mais como operadores da mediação entre a experiência conhecida e a experiência singular que se espera do confronto com o campo, que é *a priori* desconhecida⁴⁰. Ou seja, mesmo que tenhamos uma série de interessantes conclusões prévias acerca dos “padrões de integração econômica” que ocorrem na economia da vida cotidiana popular, é necessário fazer a noção de uma economia popular [solidária] operar, de fato, como uma “categoria”, promovendo abordagens qualitativas sobre esse fenômeno que não deixam de reconhecê-lo como algo cuja essência e funcionalidade, em última análise, é desconhecida.

O foco no conhecimento acumulado pela *antropologia urbana* pode ser, ademais, algo particularmente interessante. Conforme sugere Magnani (2016), entender um fenômeno urbano determinado nos termos da discussão sobre a alteridade e mediante uma “atitude antropológica” é algo que possui um certo critério “mágico”/subjetivo, surgindo de certos “*insights*” na relação com um trabalho de campo, que se faz possível mediante a reprodução de uma determinada rotina de pesquisa construída e reconstruída ao longo de certo acúmulo de fazeres *etnográficos*⁴¹. O exercício de campo, em suma, recorre ao uso de estratégias de se tentar viver e caracterizar a

⁴⁰ [...] a primeira tarefa que se coloca é definir o ponto de partida: a própria cidade enquanto unidade, ou as múltiplas práticas que nelas se desenvolvem? Tendo em vista justamente a complexidade, dimensão e heterogeneidade das cidades contemporâneas, parece impraticável tomá-las como um recorte pronto e dado para aplicação do método etnográfico. ¶ [...] Trata-se, a bem da verdade, de uma contraposição um tanto retórica, pois nem mesmo nas atuais pesquisas de etnologia com populações indígenas o foco da análise se restringe a recortes com fronteiras bem definidas e fechadas. O desafio, no entanto, é real [...]: de um lado está a cidade contemporânea que não configura uma unidade operacional, claramente delimitada, nem mesmo para a governança – haja vista as dificuldades para estabelecer planos diretores abrangentes – e, de outro, o risco de ceder à fragmentação e cair na “tentação da aldeia”. ¶ Entretanto, se não há uma ordem, isso não quer dizer que não haja nenhuma. Se essas cidades já não apresentam um ponto de referência nítido nem contornos definidos capazes de identificar uma única centralidade (Frúgoli, 2000) e projetar uma imagem de totalidade, é preciso começar por estabelecer mediações entre o nível das experiências dos atores e o de processos mais abrangentes e assim reconstituir unidades de análise em busca de regularidades, sob pena de se embarcar (e se perder) na multiplicidade dos arranjos particularizados. Daí a necessidade de contar com instrumentos que permitam uma articulação entre tais planos. (MAGNANI, 2016, p. 186-187)

⁴¹ [...] a natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um insight que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa. Este novo arranjo carrega as marcas de ambos: mais geral do que a explicação nativa, presa às particularidades de seu contexto, pode ser aplicado a outras ocorrências; no entanto, é mais denso que o esquema teórico inicial do pesquisador, pois tem agora como referente o “concreto vivido”. ¶ Assim, o que se propõe inicialmente com o método etnográfico sobre a cidade e sua dinâmica é resgatar um olhar de perto e de dentro capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que, para efeito de contraste, qualifiquei como de fora e de longe. (MAGNANI, 2016, p. 17)

vida como ela é vivida (e vista) na condição de alteridade e parece ser, então, capaz de levar a investigação sobre alterurbanização popular a confrontar saberes prévios sobre a experiência desse Outro econômico, criando com a alegada alteridade das integrações econômicas populares uma relação de modo “denso”. Mas, os antropólogos, muito afeitos ao momento do campo e ao acompanhamento de microsituações, parecem ter um outro tipo de dificuldade, que é o de delimitar o que é “vivido” como algo que faça parte de considerações sobre as grandes questões sociais estruturantes. Ou seja, tendem a sofrer com aquilo que Magnani chama de uma “tentação da aldeia”: um impulso de reduzir ao máximo o escopo de suas conclusões a uma justificativa que caiba numa microdescrição densa e extremamente particularizada. E nas chamadas “sociedades complexas” – urbanas, modernas, etc. – este procedimento de confrontar a alteridade indo à campo – que é comum ao fazer etnográfico, de modo geral – acaba se tornando mais fácil dadas as maiores possibilidades (econômicas, geográficas, etc) de se acompanhar o campo cotidianamente, contudo, ao mesmo tempo, esta situação de proximidade cria um contexto em que o necessário estranhamento em relação ao campo se torna algo mais difícil/contra-intuitivo. De tal maneira que Magnani sugere que, ao fim e ao cabo, etnografar os espaços urbanos seria um misto entre o exercício de olhar um fenômeno urbano posto em questão “de longe e de fora” com o exercício, próprio do chamado trabalho de campo, de se olhar o fenômeno “de perto e de dentro”⁴².

Nota-se, portanto, que para entender bem mediante o exercício de campo se e como essas economias populares se mostram “alterurbanizantes” é essencial trabalhar bem as mediações entre a experiência cristalizada em relatos universalizantes de uma história abstrata e a experiência em sentido lato que um confronto estranhado com a alteridade permitiria. Ou seja,

⁴² [...] a unidade de análise da antropologia urbana seria constituída pelas diferentes práticas e não pela cidade como uma totalidade ou uma forma específica de assentamento, configurando o que se entende antes por antropologia *na* cidade e não – ao menos não ainda – como uma antropologia *da* cidade. ¶ Para identificar essas práticas e seus agentes, foi proposta uma estratégia que recebeu a denominação de um olhar *de perto e de dentro*, em contraste com visões que foram classificadas como *de fora e de longe*. Ao partir dos próprios arranjos desenvolvidos pelos atores sociais em seus múltiplos contextos de atuação e uso do espaço e das estruturas urbanas, este olhar vai além da fragmentação que, à primeira vista, parece caracterizar a dinâmica das grandes cidades e procura identificar as regularidades, os padrões que presidem o comportamento dos atores sociais. Supõe recortes bem delimitados que possibilitam o costumeiro exercício da cuidadosa descrição etnográfica. (MAGNANI, 2002, p. 25)

conforme exige uma crítica do trabalho abstrato e do espaço abstrato, a arte de exercer esse olhar “de dentro e de perto” nas cidades de urbe planetária depende de que o pesquisador tenha um entendimento consistente sobre esta sociedade em que o “fato social total” é o valor (Jappe, 2006). Ora... Ainda que os debates sobre a relação de capital e os cânones da “ciência da alteridade” por vezes não coincidam – sendo o marxismo muitas vezes acusado de etnocêntrico e acusando a antropologia de identitarismos pós-modernos, como demonstram os estudos de “antropologia da globalização” propostas muito pertinentes de se pensar antropologicamente o capitalismo contemporâneo podem ser desenvolvidas junto à dinâmica de urbanização planetária e demais discussões relativas à estrutura social. Poderíamos, assim, pensar nas considerações trazidas pelo campo da economia social – sobre a economia popular, formas de integração econômica, economia mista, etc – como algo que interage com essa renovação do pensamento antropológico sobre o capitalismo de modo não apenas passivo, mas também esclarecendo muitos elementos sobre o funcionamento da economia urbana e nos levando a tecer considerações acerca de uma espécie de “antropologia da urbe planetária” que nos parece ser de grande utilidade para que a teoria crítica urbana reflita o mundo urbano tal como ele realmente é como meio para achar os caminhos da desejada outra urbanização.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro. “A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 25, nov. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n2p25>. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/181>>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. ‘Sociologia e Investigação Social Empírica’. In: **Temas Básicos da Sociologia**. Trad: Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1978.
- ADORNO, Theodor W. **Introdução à sociologia**. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Unesp, 2007.
- ARANTES, Otília. “Uma estratégia fatal”. In: ARANTES, O; VAINER, C. & MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 11-74.
- ARANTES, Pedro Fiori. “Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970”. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 83, p. 103-127, Mar. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jul. 2020.
- ÁVILA, Jose. “La socialización no es (toda) socialismo”. Disponível em: <https://www.jmbermudo.es/socialismo/socializacion-socialismo.html>>. Acesso em: 09 jul. 2020.
- BARBOSA, Thiago Varanda. “Economia popular: da economia política a um conceito operacional”. **Revista brasileira de planejamento e orçamento**. Vol. 8, n. 1, 2018, p 81-104.
- BERTUCCI, Jonas. O.. **A produção de sentido e a construção social da economia solidária..** Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília 2010.
- BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?** Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/03/08/tithi-bhattacharya-o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>>. Acesso em 06 out 2017.
- BIHR, Alain. **Da grande noite a alternativa: o movimento operário europeu em crise**. 2. ed. Perdizes, SP: Boitempo, c1998[1991].
- BONEFELD, Werner. Introduction. In: BONEFELD, Werner. **Critical Theory and the Critique of Political Economy: On Subversion and Negative Reason**. London: Bloomsbury Press, 2014, p. 1-17.

BRENNER, Neil. O que é a teoria crítica urbana. **Revista eletrônica e-metrópolis**, ano 1, n.3, dez. 2010.

BRENNER, Neil. **Implosions/Explosions**: towards a study of planetary urbanization. Berlim: Jovis, 2014.

BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização**: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

BRENNER, Neil.; SCHMID, Christian. Planetary Urbanization. In: GANDY, M. (Ed.). **Urban Constellations**. Berlim: Jovis, 2011. p. 10-13.

CARDOSO, Ruth. "Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico". In: ALMEIDA, M. & SORG, B. (org.). **Sociedade e política no Brasil pós 64**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Ed. rev., acompanhada de um posfácio (1975). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983 [1972].

CASTRIOTA, Rodrigo. Urbanização planetária ou revolução urbana? De volta à hipótese da urbanização completa da sociedade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 18, p. 507-523, 2016.

CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

CEPAL. **La hora de la igualdad**: brechas por cerrar, caminos por abrir. Santiago: Cepal/ECLAC, 2010.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades**: uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CORAGGIO, J. L. **Economía urbana**: la perspectiva popular. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia, Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-133.

CORAGGIO, J. L. Distintos conceitos para o entendimento da economia solidária. **Bahia Análises & Dados**, Salvador, v.12, n.1, jun. 2002. p.35-45.

CORAGGIO, J. L. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária. In: KRAYCHETE, G. **Economia dos setores populares**: sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007.

CORAGGIO, J. L. **El papel de la economía social y solidaria en la estrategia de inclusión social**. Seminário Pensando en alternativas para el desarrollo, Quito, 2007.

CORAGGIO, Jose Luis. “Economia do Trabalho”. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

CORAGGIO, Jose Luis. “Pensar desde la perspectiva de la economía social”. In: CITADDINI, Roberto et al, **Economía social y agricultura familiar**. Hacia la construcción de nuevos paradigmas de intervención. Ediciones INTA, Buenos Aires, p 29-110. 2010.

CORAGGIO, Jose Luis. **Economía Social y Solidaria**: el trabajo antes que el capital. Alberto Acosta y Esperanza Martínez (Editores), Abya Yala, Quito, 2011.

CORAGGIO, J. L. Karl Polanyi y la otra economía en América Latina. In: Universidad Nacional De General Sarmiento (Ungs) / Consejo Latinoamericano De Ciencias Sociales (Clacso). **Karl Polanyi: Textos escogidos**. Buenos Aires: UNGS/CLACSO, 2012.

CORAGGIO, J. L. Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.15, n.2, p.11-24, nov. 2013.

CORAGGIO, J. L. ¿Qué hacer desde la economía popular ante la situación actual?. **Revista Idelcoop**, Nº 224, marzo 224, Ediciones IDELCOOP, Buenos Aires. 2018.

COSTA, Geraldo. “Construções teóricas da problemática urbana brasileira”: rupturas, permanências, transcendências e convergências. In: COSTA, Geraldo (org); COSTA, Heloísa (org); MONTE-MOR, Roberto (org). **Teorias e práticas urbanas**: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

COSTA, Bianca A. Lima; JESUS, Paulo. A economia solidária no Brasil: uma trajetória de conformação enquanto movimento social? **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, Brasília, DF, v. 2, n. 2, p. 241-264, 2017.

CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. **Historia da sociologia**. São Paulo: Ensaio, 1994.

DEFOURNY, J. Economia Social. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina/CES: Coimbra, 2009.

DE SOTO, H. **El otro sendero**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1987.

DIEGUEZ, Ricardo. Macroeconomia e Economia Popular. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

DINIZ, Sibelle C.. **Do precário ao plural**: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo. Tese (doutorado) - UFMG, Cedeplar, Belo Horizonte, 2016.

DINIZ, Sibelle C.. Economia Popular e Economia Social Solidária: do precário ao plural. In: **XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. São Paulo: Anais do XVII ENANPUR, 2017.

DOMINGUES, I. **As ciências humanas diante do templo de Delfos**: do Conhece-te a ti mesmo ao desconhecimento de si mesmo – As formas objetivadas e o fim da ilusão objetivista. In: DOMINGUES, I. Epistemologia das Ciências Humanas: tomo 1: positivismo e hermenêutica. São Paulo: Loyola, 2004.

ENGELS, Friedrich. **Para a questão da habitação**. Lisboa: Edições Avante, 1984[1873].

FLECK, Amaro. Afinal de contas, o que é teoria crítica? **Princípios**: Revista de Filosofia (UFRN). [S.l.], v. 24, n. 44, p. 97-127, ago. 2017. ISSN 1983-2109. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/12083>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANK, A. G. O desenvolvimento do subdesenvolvimento (The development of underdevelopment). **Monthly Review**, vol. 18, nº 4, setembro de 1966. Trad. Samuel Campos. Disponível em: <<http://categorizando.wixsite.com/inicio/single-post/2016/08/06/Artigo-p-download-O-Desenvolvimento-do-Subdesenvolvimento-de-Andre-Gunder-Frank>>. Acesso em 25 abr. 2020.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.

FURTADO, C. **Criatividade e Dependência na civilização industrial**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

GAIGER, Luis Inacio. “Sentido e possibilidades da economia solidária hoje”. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia, Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-133.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul/dez. 2003.

GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In.: CATTANI, A. D. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

GAIGER, L. I. A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro mapeamento nacional. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, 2007, Florianópolis. **Anais eletrônicos**: Florianópolis, 2007.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 84, 2009.

GAIGER, Luis Inacio. “Eficiência” In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

GAIGER, L. I. From Informality to Popular Economy: distinguishing realities and connecting approaches. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 55, p. 97-110, 2019.

GONTIJO, F. M.; PAULA, A. P. Os sentidos da economia solidária. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. e185054, 6 maio 2019.

GOONEWARDENA, Kanishka; et al. **Space, difference, everyday life**: reading Henri Lefebvre. New York: Routledge, 2008.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

GRAEBER, David. Radical alterity is just another way of saying “reality”: A reply to Eduardo Viveiros de Castro. **HAU: Journal of Ethnographic Theory** 5, no. 2, 2015, p. 1-41.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: 1992.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da lógica**. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2016-2018.

HINKELAMMERT, F. **Democracia y totalitarismo**. San José: DEI, 1987.

HINKELAMMERT, Franz. Economia para a vida. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. Disponível em: <<https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2010. DOI:10.11606/T.8.2010.tde-03032011-122251. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-03032011-122251/pt-br.php>> Acesso em: 07 jul. 2020.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; & TIRIBA, Lia. “Economia popular”. In: CATTANI, A. D. LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, p. 150-155, 2009. Disponível em: <<https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

JAPPE, Anselm. Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. **Limiar**, vol. 1, n. 2, jan./jun. 2014. Trad. Sílvio Rosa Filho; Rev. Jacira Freitas.

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**: Para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006.

KIPFER; Stefan; GOONEWARDENA, Kanishka; SCHMID, Christian; & MILGROM, Richard. “On the production of Henri Lefebvre”. In: GOONEWARDENA, Kanishka; et al. **Space, difference, everyday life**: reading Henri Lefebvre. New York: Routledge, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976[1963].

KOWARICK, Lucio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna a crise da economia mundial. 5.ed., rev. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

KURZ, Robert. O duplo Marx. **Exit! Online em Português**. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz8.htm>> , 2005 [1998]. Acesso em: 03 mar. 2020.

LAGO, L. C. do. Trabalho e Moradia na Periferia: para Uma Política Urbana Economicamente Orientada. **Revista Em Pauta**, v.6, n.24, p.31-47, dez. 2009.

LAMAS, Bruno. “Urbanização e totalidade. O trabalho abstracto e as reduções e generalizações das críticas marxistas à urbanização moderna”. **Seminário de Investigação Cidade e Comunismo**, Maio de 2017. Disponível em: <<https://csg-iseg.academia.edu/BrunoLamas>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Soc. estado.**, Brasília , v. 16, n. 1-2, p. 57-99, Dec. 2001 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 jul. 2020.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inacio. “Economia Solidária”. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

LAVILLE, J. L. Economia Plural. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

LAVILLE, Jean-Louis. “Repensando o espaço público e a economia: contribuição da economia solidária à teoria da democracia”. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 23, n. 78, p. 369-377, Sept. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-92307812>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302016000300369&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 jul. 2020.

LECHAT, Noelle. **Trajatórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**.: Unicamp, 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LEFEBVRE, Henri. Regresso a Marx, 1958. In: LEFEBVRE, Henri. **Materialismo Dialéctico e Sociologia**. Lisboa: Editorial Presença, s/d [1955; 1956; 1958; 1959; 1963], p. 7-31.

LEFEBVRE, Henri. **Metafilosofia**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, [1965]1967.

LEFEBVRE, Henri. **The Survival of Capitalism**. U.K.: Anthropos, [1972]1976.

LEFEBVRE, Henri. **De lo Rural a lo Urbano**. Trad. esp. 4.ed. Barcelona: Península, 1978 [1970].

LEFEBVRE, Henri. “Production e re-production”. In: **Le retour de la dialectique**: 12 mots-clefs pour le monde moderne. Paris : Messidor/Éditions Sociales, 1986, pp. 97-102.

LEFEBVRE, H. “Toward a leftist cultural politics: remarks occasioned by the centenary of Marx’s death”. In: NELSON, C.; GROSSMAN, L. (Ed.). **Marxism and the interpretation of culture**. s.l.: Macmillan, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991a [1968].

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford, U.K.: Blackwell, 1991b [1974].

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999 [1970].

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 2. ed. São Paulo: Moraes, 2001[1968].

LEWIS, Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2010[1953].

LIMA, J. R. O. A propósito das políticas públicas: a economia popular e solidária como uma manifestação de economia política. **Argumentos**, Montes Claros, n. 10, p. 111-131, 2015.
LIMONAD, Ester. Uma utopia com os pés no chão: algumas considerações sobre práticas espaciais transformadoras. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21 n. 2, p. 79-92, maio-ago 2018.

LISBOA, A. M. Socioeconomia solidaria: marco conceitual latinoamericano. **Textos para discussão UFSC CNM**, 2004.

LÖWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

LÖWY, Michel. Negatividade e utopia do movimento altermundialista. **Lutas Sociais**, São Paulo, PUC, n.19/20, p.32-38, jun./dez. 2008.

MACHADO, Lia Pinheiro. O alcance e limites da Teoria da Modernização. In: **Revista de Administração de Empresas**. Vol. 10, n. 2, jul-set., 1970.

MACHADO, Nuno. **Sociedade vs. mercado – notas sobre o pensamento económico de Karl Polanyi**. Tese de Mestrado em Sociologia Económica e das Organizações. Lisboa: ISEG. 2009.

MACHADO, Nuno. Karl Polanyi e a nova sociologia econômica: notas sobre o conceito de (dis)embeddedness. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 90, p. 71-94, 2010.

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n.49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor . Antropologia Urbana: desafios e perspectivas. **Revista de Antropologia**, v. 59, p. 174-203, 2016.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004[1843-1844]. 175 p. Trad. Jesus Ranieri.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845-1846. São Paulo: Boitempo editorial, 2007[1845-1846].

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013[1867].

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 : esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011[1857-1858].

MIRANDA, H. Problemática urbana brasileira – um balanço de 60 anos. **Revista Política Social e Desenvolvimento**, vol. 1, n. 1. 2013.

MISSIO, F. J.; ALVES, F. D.; VIEIRA, R. M. Economia Popular Solidária e Precarização das Relações de Trabalho. **Análise (PUCRS)**, v. 18, p. 2-22, 2007.

MONTE-MÓR, R. L. M. O que é o urbano no mundo contemporâneo. **REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO**, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006.

MONTE MÓR, R. L. M. Urbanização Extensiva e Economia dos Setores Populares. In: OLIVEIRA, M. P. et al (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo**: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina/ Faperj/Anpege, 2008, v. 2, p. 128-140. Disponível em: http://www4.pucsp.br/artecidade/mg_es/textos/urbanizacao.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

MONTENEGRO, M. R. . A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista Geográfica Venezolana** , v. 53, p. 147-164, 2012.

MOREIRA, A. G.. **A criatividade na busca pela superação do subdesenvolvimento**: Celso Furtado, cultura e desenvolvimento endógeno. Dissertação (mestrado) - UFSC, programa de Pós-Graduação em Economia. Florianópolis, 2015.

MUÑOZ, Ruth. Economía urbana y economía social. Un reconocimiento pendiente. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.15, n.2, p. 107-122, nov. 2013.

NASCIMENTO, Joelton. O que é a 'Nova Leitura de Marx'?. In: **Seminário do ICHS**, 2014, Cuiabá. Saberes e Interpretações, 2014.

NUN, J. Superoblación relativa, ejercito industrial de reserva y masa marginal. **Revista Latinoamericana de Sociología**, Santiago, v. 5, n. 2, p.180-225, 1969.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica da Razão Dualista - O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo , n. 74, p. 67-85, Mar. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jul. 2020.

QUIJANO, Aníbal. “La Formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina”. In: CASTELLS, M. (Comp.). **Imperialismo y urbanización en América Latina**. Barcelona: Gustavo Gili, 1973. pp. 141-166.

- QUIJANO, Aníbal. ¿Sistemas alternativos de producción? In: SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (org.). **Producir para vivir: los caminos de la producción no capitalista**. Mexico: FCE, 2011.
- PAULA, João Antônio de. **Crítica e emancipação humana: ensaios marxistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 2000.
- POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação de teoria crítica de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014[1993].
- PRADO, F. C. A controvérsia da dependência e os desdobramentos da ideologia do desenvolvimento no Brasil. In: PRADO, F. C. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil Contemporâneo**. Cap. 3. Rio de Janeiro, 2015. Tese (doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p. 76-107.
- PREBISCH, R. “Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico”. In: Gurrieri, A. **La obra de Prebisch en la CEPAL**. México: Fondo de Cultura Económica. 1951 [1982].
- RAMOS, M. C. P. . Economia solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social. **Revista Laboreal**, 7, (1), pp. 81-104, 2011. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV658223533894:245552>>. Acesso em: 30 mai. 2020.
- RANGEL, Ignácio. **Dualidade básica da economia brasileira**. Rio de Janeiro. Inst Sup Est Brasileiros, 1957.
- RAZETO, L. et al. **Las Organizaciones Económicas Populares**. Santiago: Ediciones PET, 1983.
- RAZETO, L. **De la Economía Popular a la Economía de Solidaridad en un Proyecto de Desarrollo Alternativo**. Ciudad de México: Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana, 1993.
- RAZETO, Luis. “La economía de solidaridad: concepto, realidad y proyecto”. In: **Persona y sociedad**, vol. 13, n. ° 2, 1999.
- RIBEIRO, G. L.. A Globalização Popular e o Sistema Mundial Não-hegemônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)** , v. 25, p. 21-38, 2010.

RIZEK, C. S. . **Práticas Culturais e Ações Sociais**: novas formas de gestão da pobreza. Cadernos PPG-AU/FAUFBA , v. 1, p. 127-142, 2011.

ROY, Ananya. Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning. **Journal of the American Planning Association**, n. 71, p. 147–158, 2005.

RUBBO, Deni Alfaro. Aníbal Quijano em seu labirinto: metamorfoses teóricas e utopias políticas. **Sociologias**, Porto Alegre , v. 21, n. 52, p. 240-269, Dec. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-89913>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222019000300240&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 jul. 2020.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 23, n. 66, p. 131-138, Feb. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 jul. 2020.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008 [1979].

SANTOS, Boaventura Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (Senaes). **Boletim Acontece Senaes**, n. 23, agosto 2011.

SILVA, Sandro. “O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas”. **Textos para Discussão, n. 2361**. Rio de Janeiro: IPEA. 2018.

SINGER, Paul. Economia solidária contra o desemprego. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jul. 1996. Opinião

SINGER, P. I. Economia dos Setores Populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE.

SOBRINHO, G. (Org.). **Economia dos Setores Populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 18, no 51, p.07-22, maio/ago. 2004.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993 [1989].

SOUZA, Marcelo Lopes de. “O que pode a economia popular urbana? Pensando a produção e a geração de renda nas ocupações de sem-teto do Rio de Janeiro”. **Seminário sobre produção e geração de renda em ocupações de sem-teto**. Rio de Janeiro: 2008.

SOUZA, SILVA e COSTA. “O constructo economia plural nos estudos relacionados com a economia solidária: revisão sistemática no período 2000-2016”. **Ciências Sociais UNISINOS**, v. 54, n. 3 2018.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, Nº32, 2012.

STANEK, Lukasz. **Space as concrete abstraction**: Hegel, Marx, and modern urbanism in Henri Lefebvre. In: GOONEWARDENA, Kanishka; et al. *Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre*. New York: Routledge, 2008. p. 62-79.

THOMÉ, Pierre. **Biens communs, quel avenir?** Éditions Yves Michel, 2016.

TIRIBA, L. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. **Proposta**, n.97, p. 38-49, jun./ago. 2003.

TONUCCI FILHO, João B. M.. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. **Revista Espinhaço** , v. 2, p. 41-51, 2013.

TOPALOV, C. **Fazer a história da pesquisa urbana**: a experiência francesa desde 1965. *Espaço e Debates*, ano VIII, n. 23, p. 5-30, 1988.

VELHO, Gilberto. Antropologia Urbana: Encontro de tradições e novas perspectivas. **Sociologia, Problemas e Práticas, Oeiras** , n. 59, p. 11-18, jan. 2009.

WAGNER, Peter. Modernidade, Capitalismo e Crítica. In: **Fórum Sociológico**, n. 5/6 (2ª Série), pp. 41-70, 2001.